

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL



PETRÓPOLIS
1948

SUMÁRIO

Cartas de dom Pedro II ao barão de Taunay – Afonso de E. Taunay, **5**

Um passeio a Petrópolis em companhia do fotógrafo

Marc Ferrez – Gilberto Ferrez, **25**

Duas velhas danças gaúchas – Sílvio Júlio, **43**

Fazendeiros e fazendas de Serra Acima – Frei Estanislau

Schaette, O. F. M., **47**

Cartas anônimas à família imperial – Otávio Aires, **91**

Fardamentos imperiais – Alcindo Sodr , **105**

O Rio de Janeiro de antanho na iconografia do Museu

Imperial – Mário Cruz, **123**

Arquivo do Museu Imperial – Casamento de dom

João VI – Lourenço Luiz Lacombe, **145**

Cartas de Varnhagen a d. Pedro II e outros escritos, **157**

Um salão do Primeiro Reinado – Alcindo Sodr , **237**

Noticiário, **247**

**CARTAS DE DOM PEDRO II
AO BARÃO DE TAUNAY**

Cartas de dom Pedro II ao barão de Taunay

Dos preceptores de dom Pedro II, penso que nenhum teve maior contato com o imperial discípulo que Félix Emílio Taunay, seu mestre de desenho e de francês, grego e história universal e da arte. Durante mais de quarenta anos com ele manteve as mais assíduas relações, em visitas semanais e às vezes hebdomadárias a S. Cristóvão onde com o augusto interlocutor longamente conversava sobre assuntos a ambos prediletos.

Professava extraordinária admiração pela intelectualidade e a elevação moral do soberano e sua ânsia de saber. Tinha-o à conta de um dos mais nobres espécimes humanos de todos os tempos. E por sua vez o imperador mais de uma vez, e em público, proclamou que muito e muito devia ao velho mestre de sua infância e adolescência, quanto à formação do espírito e o pendor pelo Belo.

Conta o visconde de Taunay (Memórias, 10) que das conferências contínuas do pai com o monarca lhe ficara inapagável recordação desde os primeiros anos de infância.

“Ia a São Cristóvão com o imperador e juntos faziam leituras, quer de jornais da Europa, quer dos grandes clássicos.

Estas conferências davam-se às terças-feiras e aos sábados. Tudo levava meu pai preparado, os jornais anotados para dispensar pesquisas inúteis, páginas inteiras de leitura condensada e imediatamente proveitosa.

Isto durante anos e anos, na prática do maior desinteresse por parte de quem gastava, e não pouco, do bolsinho, só em condução para ser útil ao imperial amigo.

Em compensação, força é confessar, o senhor d. Pedro II lhe deu provas de inexcedível estima e consideração sempre e sempre, é não pouca paciência exercitou para com ele, quando em avançada idade, meu pai se achou sob a obsessão de idéias fixas e teimosas.

Nessa reciprocidade, feito o balanço eqüitativo em nada ficou um a dever ao outro, tendo havido por ocasião dos apuros de meu tio Teodoro Taunay, na liquidação das contas do consulado fran-

cês, não pequena dádiva feita pelo imperador, com a maior discrição e gentileza.”

“Por mais longe, disse-me uma vez o imperador, que eu olhe no passado, sempre encontro seu pai a meu lado, solícito e nunca importuno”.

“Destes sentimentos de afeição e apreço a seu velho mestre deu dom Pedro II numerosas e inequívocas demonstrações, que sobremodo enaltecem a memória daquele a quem visavam partindo como partiam de um dos vultos mais notáveis da humanidade, pela inexcédível grandeza moral, a inteligência robustíssima e a cultura enorme.”

“Exilado escrevia-me com a grandiosa e contínua serenidade: respondo à sua carta, digna dum verdadeiro filho de Félix Emílio Taunay, que tanto sentia o belo em suas múltiplas manifestações”. Ainda a 5 de setembro de 1891, de Vichy três meses antes de expirar: Muitas e respeitadas lembranças à sua mãe; nunca esqueço da família de Félix Emílio Taunay a quem tanto devo o que talvez não seja completamente aquilatado. Nunca me esquecerei do que devo a seu pai.” “Adeus receba um abraço do amigo de seu pai e seu” era como terminava outras cartas.

Nas notas escritas pelo imperador à margem de um trabalho meu *Curiosidades Naturais do Paraná*, veio um conceito do ínclito monarca, referente a meu pai, avivar-me a lembrança do justo orgulho que durante toda a sua vida nutriu este por haver, mais do ninguém concorrido para incutir no espírito do soberano brasileiro profunda admiração pelo belo e por tudo quanto é nobre, elevado e grandioso.

“Devo-lhe muitíssimo, disse, principalmente quanto ao amor do Belo e seu cultivo” tributo à verdade, que não podia deixar de ser prestado por personalidade tão alevantada na órbita moral como foi dom Pedro II.

E do brilho ofuscador que se desprende daquele vulto, após todos os admiráveis fatos de sua existência, já no exílio, e dessas cintilações da maior e mais legítima glória, que tanto engrandecem a terra natal e a humanidade, alguns raios puros e serenos vieram iluminar a figura modesta, mas altiva e digna de meu bom e estremecido progenitor.

Era a preocupação constante de meu pai esse discípulo coroado que tão bem correspondeu as mais altas esperanças do solí-

cito mestre; sobretudo quando ambos punham de parte as coisas do mundo contingente e se entranhavam na abstração das teorias das letras antigas gregas e latinas.

Lembro-me bem que, longos e longos anos, lustros inteiros jamais deixou meu pai de ir, às terças e sextas-feiras ao paço de São Cristóvão, onde ficava no gabinete do torreão direito em conversação seguida com o imperador, das onze horas da manhã às três da tarde, para o que levava maços de jornais com extratos feitos, volumes e volumes anotados, pontos de discussão preparados, ou também, quando não trabalhos originais, as suas belíssimas traduções em francês de Píndaro, Teócrito, Anacreonte, Horácio e Pérsio, cujos versos eram, um por um, sujeitos a detida análise e confrontados com os impecáveis modelos.

E nunca deslizavam essas intermináveis palestras do terreno neutro e puramente literário, sendo tão grande e de admirar a discrição e reserva do Soberano, desde a sua primeira mocidade, como a delicadeza e o escrúpulo de quem lhe fruía a particular, incessante e doce intimidade.

Ao imperador menino, então foram os desvelos de meu pai inexcedíveis e ajudado pelos esplendores da natureza brasileira, em cuja adoração viveu sempre, por aí é que buscou e conseguiu infundir na alma do jovem soberano o culto do belo em uma de suas mais tangíveis manifestações unindo a criatura moral ao Criador, na contemplação dessa glória imensa em que segundo a frase dos *Salmos o dia anuncia o dia*.

Dessa influência muitas vezes me falou o monarca, mostrando na emoção de que o repassavam as inúmeras recordações, o apreço em que a tinha como copioso manancial de muita alegria íntima e indefinível consolo.

Quando qualquer dúvida surgia sobre um ponto de história, literatura ou ciência costumava dizer: “Falta agora seu pai, ele tudo sabia, tudo aprofundava sem esforço e de modo pasmoso”.

Adiante ver-se-á a prova bem espontânea, bem eloqüente do que, em Cannes nas horas do exílio, comprazia-se e particularmente aquela augusta mente com o reportar-se aos tempos em que ouvia o mestre predileto e com ele se extasiava na admiração das virtudes a que, depois, na longa e proveitosa existência, toda de ingentes sacrifícios à pátria, deu tamanho realce.

Na atitude da meditação e com o modo tão extraordinário de fitar que às vezes tinha – a pupila azul-celeste quase toda metida

sob as pálpebras e a encher-lhe o rasgado dos olhos, só a esclerótica, alva como a mais pura ágata – voltava aos tempos em que o furacão das revoluções rugia fremente e se desencadeava ao redor de São Cristóvão e o povo brasileiro guardava fiel para lhe resguardar o trono, símbolo das leis e a quietude da infância, ele, criancinha, sem pai e sem mãe.

Faltava por acaso, nos seus cinqüenta anos de reinado, a gratidão que devia ao Brasil, aos compromissos sagrados que tomara consigo mesmo? Dizia-lhe a consciência que não... Então por que? Não insistamos...

A prova, a que, umas linhas acima aludi, tive-a da maneira mais completa e grata numa carta do ilustrado dr. José Pires Brandão¹ em resposta a meia dúzia de linhas relativas aos dias em que se achava junto do monarca na cidade de Cannes, documento tão formoso na forma como lacônico nos conceitos.

Ei-la integralmente:

– Sr. visconde; veio a sua carta avivar-me a saudade despontando no meu espírito a lembrança das belas horas que passei em Cannes ao lado do nosso imortal imperador.

Tive a ventura de poder admirar a sua egrégia mente, e sentir, a cada instante, a magnanimidade daquela alma, sem dúvida a primeira grandeza moral de nosso século. No trono o poeta da *Legenda dos Séculos* comparou-o a Marco Aurélio. No exílio foi exemplar único. Falava do Brasil com o amor e a ternura de um filho ausente e apreciava os seus homens com a mesma imparcialidade com que os governou.

Incapaz de ódios e desejos de vinganças pode se aplicar àquela serena majestade o que escreveu Renan de Marco Aurélio: *Toute sa vie fut une étude à rendre le bien pour le mal*. Era o nosso país o assunto favorito de suas conversas.

Aprazia-se particularmente em recordar os tempos de sua infância e seus mestres.

Em uma destas ocasiões, conversava meu sogro, conselheiro Ferreira Viana, sobre os méritos de frei Pedro, bispo de Crisópolis. Sua Majestade, confirmando o juízo do seu interlocutor, pronunciou estas textuais palavras:

1. Notável causídico, um dos mais eminentes advogados do Brasil do seu tempo, juriconsulto de renome nacional nascido em Santo Amaro (Bahia) em 1855 e falecido no Rio de Janeiro em 1932.

“Tem razão era matemático. Mas a quem tudo devo é ao velho Taunay. Espírito vasto, versado em quase todos os ramos dos conhecimentos humanos, este, sim, foi o meu verdadeiro mestre”. Recolhi logo este juízo de Sua Majestade ao meu livro de apontamentos da viagem, a par de outros sobre homens e coisas de nossa pátria, repetindo agora, por escrito, o que de viva voz já lhe referi. Apele se quiser para o testemunho do meu sogro e do ilustre brasileiro, o sr. conde da Mota Maia, presente também na ocasião.”

Não pode haver homenagem mais eloqüente do que esta ao bom, ao justo, ao belo, a decorrer com a maior naturalidade de um dos espíritos mais admiráveis que jamais houve no mundo: o segundo imperador do Brasil.

Na sua vida majestática, tão longa, tão cheia dos sorrisos da fortuna como que se preparou, dia por dia, para as horas duras e cruéis que a sorte lhe reservara na última época da velhice, quando chegado ao jubileu de seu reinado, parecia atingir a apoteose suprema das glórias humanas.

Outras de maior fulgor lhe estavam destinadas. Tinha fora do círculo do saber imenso ou na mais formosa combinação de vistas, de dar aplicação, irrecusável à sentença presciente de Platão, que Santo Agostinho, em místico arroubo capitulou verdadeiramente sublime: “O homem não se une a Deus senão pela virtude e a virtude não se adquire pela ciência; é dom divino”.

(Cf. V. de Taunay: *Trechos de minha vida* (109 a 111; 112, 116 a 119).

Graças a um gesto sobremodo cordial de minha prezada prima, d. Cecília d’Escagnolle Dória, a generosa doadora de nossos museus nacionais especialmente do Museu Imperial e do Museu Paulista, tomo conhecimento de uma série de bilhetes e cartas decorrentes das longas relações entre o imperador e seu antigo preceptor. Tenho a impressão de que constituem estes papéis pequena fração da correspondência entre eles mantida, à vista dos termos de muitas destas peças, indicando lacunas.

Penso que assim mesmo são suficientes para esclarecer o que dessas relações de decênios afirmou o visconde de Taunay. Para os biógrafos do grande Bragança trarão novas achegas para o exame de sua formação intelectual.

Todas estas cartas maiores e menores, salvo quanto a uma eram redigidas em francês, língua que o soberano manejava com toda a precisão e segurança.

O mais antigo de todos estes papéis não traz data. Dá-me a impressão de que se trata de cópia de carta redigida pelo barão de Taunay, e assinada pelo menino imperador ainda menor.

Carta endereçada a uma soberana que talvez fosse Maria Amélia, sua tia-avó, rainha dos franceses. Parece um rascunho de carta redigido pelo preceptor de agradecimento à soberana:

“A Vossa Majestade agradeço infinitamente os belos presentes que entendeu fazer-me.

Sua escolha não poderia ser mais agradável. Comprazo-me cada vez mais em ver e rever todos estes álbuns tanto mais que assim que parece estar a instruir-me divertindo-me. O Museu de Versalhes é um verdadeiro curso de história. Estas demonstrações de lembrança e de solicitude de V. M. em relação à nossa felicidade e saúde, deixam-nos a minhas irmãs e a mim, refertos de gratidão.

Peço a Vossa Majestade que aceite a expressão de meu inalterável apego.

D. Pedro 2º

P. S: O sr. marquês deposita aos pés de Vossa Majestade os seus muito humildes cumprimentos”.

Afonso de E. Taunay

Voici ce que je veux garder comme un souvenir du bon Pasteur Lippold. L’Histoire des Girondins – un gros volume où il y écrit à la première page: *zu Andenken von D. Pedro 2º*.

La traduction en allemand de quelques uns des livres de cette histoire que Lippold voulait m’offrir.

La dernière lettre que je fui ai écrite en fui envuyant un petit cadeau.
(1852)

* * *

25 décembre 1861

Mr. Taunay:

Quoique je me refuse encare à l’iotacisme, je n’en veux toutefois à votre bon père Coraï pour les heures qu’il a prises à l’Abeille de l’Attique. Du reste vous n’oubliez pas nos lectures grecques qui me sont si agréables et ce serait avec un double plaisir que je vous verrais près de moi tout-à-fait délivré de vos douleurs, m’initiant á la langue grecque moderne peut-être quelque peu arrangée par votre bon père Coraï.

Théocrite et Sophocle sont déjà prêts pour le voyage et je les accueillerai à Petropolis comme leur ami bien sincère.

Merci pour les journaux dont j'ai lu déjà les nouvelles scientifiques.
Je vous offre déjà mes vœux de bonne année ainsi qu'à votre famille.
Comment vont vos travaux? La mauvaise chenille velue me fait regretter
que vous ne soyez resté à la maison, malgré le mauvais temps, en vous
condamnant à un repos bien mérité.

Adieu, Mr. Taunay.

Votre philhellène

D. Pedro II

* * *

Mr. Taunay:

Votre lettre qui n'est que la continuation de vos agréables entretiens
helléniques, ne pouvait pas être une surprise pour qui s'en habitue de votre si
rare ponctualité.

Puis *ενεδγειος ενεδγειον* je serai bien heureux si mon petit souvenir
peut hâter la marche de la jalouse pneumonie qui me prive de vos justes
appréciations des beautés de la plus magnifique des langues, dont l'étude sous
votre direction a augmenté mon enthousiasme pour tout ce qui est poésie.
Mais je crois déjà vous entendre parler de ma quasi rébellion contre l'iotacisme
et comme nous ne pouvons pas disposer tout de suite de notre demi-quart
d'heure, je suis forcé d'ajourner ma réponse à la huitaine.

Je souhaite que Gabrielle et vos enfants n'aient pas souffert de la grippe.

Votre affectueux élève

D. Pedro II

St. Ch. 25 septembre 1862

* * *

Mr. Taunay:

Demain je dois sortir, mais jeudi si vous pouvez venir, je continuerai
mes lectures avec vous toujours avec le même plaisir.

Votre ami

D. Pedro II

3 août 1863.

* * *

Mr. Taunay:

Je m'empresse de compléter les nouvelles que vous avez lues dans les
journaux sur les opérations à Matto Grosso. L'expédition qui descend les
rivières et dont l'avant-garde est partie le 15 mai, se compose de 2.500 soldats,
500 marins, 5 petits vapeurs, 5 *chatas* et 20 grands canots. Je pense que Camisão
a été prévenu du plan du président de Matto Grosso et l'issue des deux
expéditions de l'Apa et de Cuyabá sera heureuse. Les sacrifices si méritoires

faits par votre enfant et ses compagnons trouveront la plus grande des récompenses: celle de l'utilité pour leur patrie et de la gloire pour celle-ci et pour eux. Je sais bien que le seul retour de votre enfant pourra vous tranquilliser ainsi que les vôtres; mais vos inquiétudes, je l'espère, seront bien compensées par la réussite de l'expédition.

Le poème de Mistral, *Calendaro*, m'est arrivé par ce paquebot et les lectures ne manquent pas pour un mardi. Adieu!

D. Pedro II

18 juillet 1867

* * *

30 de julho

Sinto não lhe ter falado ontem e não lhe escrevi logo, porque pouco posso adiantar sobre os sucessos da expedição do Apa que já não saiba e tenha sido objeto de suas reflexões.

A única origem das notícias é o condutor de cargas, que disse, em Itapura, ter o Lima e Silva, com quem estivera em Nioac, recebido a 25 de maio uma carta em francês prevenindo-o de que acautelasse bem os objetos em depósito, por isso que a força estava cercada pelo inimigo e *vinha se retirando* com receio de que chegasse reforço ao inimigo segundo diziam.

Não posso dar inteiro crédito ao que disse o condutor de cargas, e estranho que o Lima e Silva nada participasse ao presidente de S. Paulo, de quem recebeu o governo essas comunicações por intermédio do diretor interino da colônia de Itapura. Contudo pode-se pensar que a expedição se retira sobre o Apa vigiada sempre, como quando avançou, pela cavalaria do inimigo.

Do presidente de Mato Grosso nada sei; mas ele não deixará de acudir à expedição do Apa que, retirando-se, aproximava-se da que descia de Cuiabá.

Fique sossegado que nada parece dever alterar o juízo que formei quando lhe escrevi ultimamente. Conte com um informante cuidadoso a respeito do que possa interessá-lo quanto a seu filho que há de breve, em sua companhia, lembrar-se com orgulhoso prazer do passado trabalhoso.

Até 1 hora!

* * *

Mr. Taunay:

Je vous envoie ce télégramme que je crois causer du plaisir à vous tous.

Le lieutenant Alfredo Ascagne ne peut être que votre enfant. Vous le reverrez bientôt sain et sauf et ayant rempli son devoir jusqu'au bout. L'expédition de Matto Grosso fait le plus grand honneur à ceux qui y ont pris part.

Nous voici bien tranquilles et moi bien content d'être le premier à vous donner la bonne nouvelle.

Aussitôt qu'Alfred sera arrivé menez-le-moi.

Adieu!

D. Pedro

L'Apa qui vient de Santos est en vue. Il conduit peut-être votre enfant.
31 juillet 1867.

* * *

Mr. Taunay:

L'article de votre fils est bien. Je n'y ai changé que quelques tours de phrase pour les rendre plus portugais et peu de chose encore. Si la publication ne pressait pas, nous en causerions encore; mais je n'insiste pas sur des changements faits à la hâte. Je crois qu'il serait convenable que votre fils fit une copie de l'article avant de le soumettre à l'appréciation du ministre.

Adieu! A mardi!

D. Pedro

Je viens d'être eu observation des étoiles filantes mais le ciel a été presque toujours couvert.

* * *

Mr. Taunay:

Mardi prochain c'est le jour de la fête de la miséricorde. Aujourd'hui je ne sors pas et depuis 1 heure de l'après-midi je pourrai bien causer; si cela vous dérange en quoi que ce soit ne venez pas. Adieu!

D. Pedro

* * *

Mr. Taunay:

Je suis obligé d'ajourner notre lecture à jeudi. Pourrez-vous venir ce jour-là et à 10 heures pour pouvoir commencer la lecture une heure avant l'interruption qui ne me permettra de la reprendre qu'à 2 heures?

Je ne puis pas assister à l'examen de votre enfant mais laissez-le dans l'attente. L'heureuse surprise du moment de l'examen l'encouragera et il fera très bien ses preuves de bon étudiant.

J'ai presque fini la lecture du travail d'Alfred lequel m'intéresse.

Adieu! Jusqu'à jeudi?

D. Pedro

11 novembre 1867

Mr. Taunay:

Je suis descendu aujourd'hui de Petropolis et tout y va bien. Je puis lire avec vous demain après-midi. Ma fille Isabelle m'a recommandé de vous inviter à aller chez elle avec votre famille pour entendre de la musique. Nous nous y rencontrerons peut-être.

Adieu! Je pense que Louis va bien.

D. Pedro

9 décembre 1867

* * *

Mr. Taunay:

Je vous rends le prologue de l'*Anabasis* d'Alfred. L'exposition me plait mais il faut soigner le style. Louis a-t-il fait déjà ses examens?

J'ai reçu le reste du journal de voyage d'Agassiz et je n'ai que l'embarras du choix en fait de lectures. Je compte sur un mardi complet.

Adieu!

Votre bien affectionné

26 janvier 1868

D. Pedro

* * *

Mr. Taunay:

Les examens ne durent que jusqu'à midi et demi et si cela ne vous dérange pas j'aurai le plaisir de lire demain à 1 heure avec vous.]

Votre affectionné

D. Pedro II

18 novembre 1868

* * *

Mr. Taunay:

Je vous envoie des nouvelles plus récentes de la guerre et je recevrai peut-être encore aujourd'hui de plus complètes. Rendez-moi le télégramme sous enveloppe après l'avoir lu à votre famille.

Votre affectionné

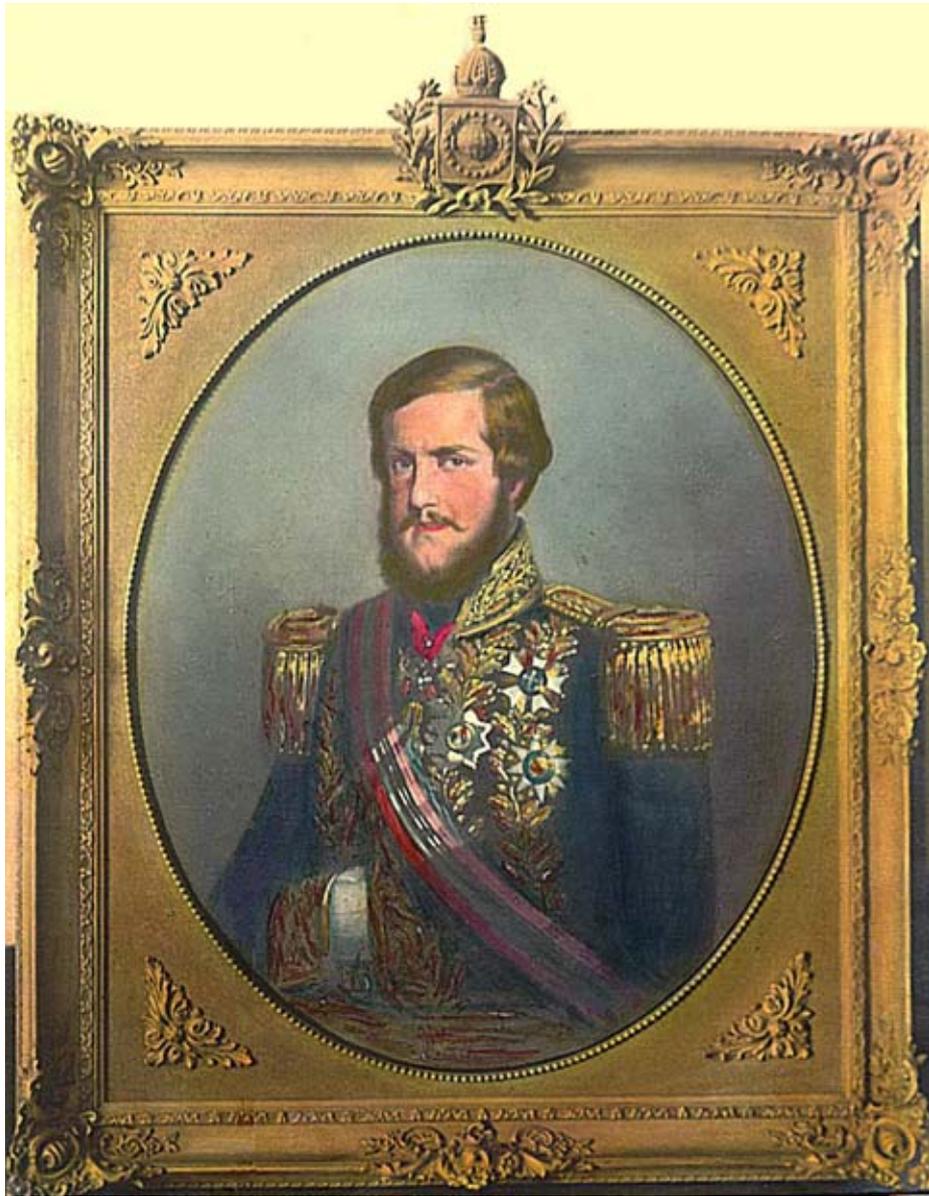
D. Pedro

4 septembre 1869

* * *

Mr. Taunay:

J'ai noté dans les feuilles que je vous rends du Journal de l'Armée rédigé par Alfred, des mots qui ne sont pas portugais, c.à.d. employés en portugais comme il le fait.



Retrato a óleo de d. Pedro II atribuído a Krumholz (Museu Imperial)

L'Alice vient d'arriver. Portinho a battu le 18 une force ennemie en lui tenant 200 hommes sur le Tibiquary Guassu. Le 29 après la nouvelle apportée par le *Vassimon* qui devait partir le 9 du courant de Montevideo, l'armée bombardait les positions de l'ennemi.

N'oubliez (sic) Plutarque et à mardi!

Votre affectionné

D. Pedro

* * *

Mr. Taunay:

Le style du journal militaire est convenable, quoique peu soigné. J'y ai fait quelques marques. Le *Président* part à 3 heures.

Adieu!

Votre affectionné

D. Pedro

17 septembre 1869

* * *

Mr. Taunay:

Je me suis rappelé que demain je ne pourrai être de retour chez moi qui'après 1 heure. Après demain je sors le matin probablement et jeudi je resterai chez moi. Je crois que c'est mieux de garder notre lecture des journaux et de grec pour jeudi.

Je vais lire les journaux de la Plate apportés par (nome ilegível) avant de fermer cette lettre.

Il y avait des nouvelles du 5 de l'Assomption. Une expédition de 5.000 (sic) devait partir pour battre les dernières forces de Lopez. On le dit à présent à Sto. Ignacio avec 2 à 3.000 hommes et 40 canons; on dit aussi que la force qu'il garde ne sert qu'à assurer sa fuite vers la Bolivie, où il dit à son monde devoir trouver des alliés. Tout cela est trop vague. Le transport de guerre Brésilien doit arriver le 25.

Adieu!

Votre affectionné

D. Pedro

20 septembre 1869

* * *

Mr. Taunay:

Avez-vous reçu quelque lettre d'Alfred? Comment vont votre femme et le petit Doria?

Je vous envoie le reste de l'exemplaire de l'*Histoire des Perses* par Gobineau, dont je n'ai pas trouvé jusqu'à présent la feuille d'impression qui manque.

Adieu! A mardi!

Votre bien affectionné

D. Pedro

10 mars 1870

L'*Annicote* part dimanche.

* * *

Mr. Taunay:

Mon gendre est arrivé aujourd'hui à Ste. Catherine. Vous aurez après demain le plaisir d'embrasser votre fils.

Votre bien affectionné

D. Pedro

27 avril 1870

* * *

Mr. Taunay:

Je vous ai cherché après le diner mais, si vous pouvez venir demain à midi, nous lirons la lettre de votre fils et les journaux.

J'ai eu des nouvelles d'Alfred par Tiburcio, aussitôt que je l'ai rencontré à bord du transport et il vient de me dire tantôt qu'il vous avait envoyé la lettre de votre fils, qui l'a chargé de dire à sa mère qu'il degrossissait un peu.

Adieu!

Votre bien affectionné

D. Pedro

30 avril 1870

* * *

Mr. Taunay:

Je serai de retour chez moi le jeudi de meilleure heure et, si vous le préférez, notre lecture aura lieu après demain.

Adieu! A quand vous le voudrez.

Votre tout affectionné

D. Pedro

29 octobre 1870

Mr. Taunay:

Rien ne presse ma visite á L'Observatoire. Si vous pouvez venir ici demain à 2 heures, il y aura deux heures de lecture.

Adieu! J'ai vu Alfred à la rue, ce qui prouve qu'il se porte bien.

Votre tout affectionné

D. Pedro

26 avril 1871

* * *

Mr. Taunay:

Je n'ai pas encore reçu les journaux que j'attendais par le *Douro*; mais voulez (sic) une lecture demain à midi?

Je souhaite que (ilegível) les santés sont bien chez vous. Alfred ne m'a pas échappé pendant la lecture de cette matinée.

À demain donc?

Votre bien affectionné

D. Pedro

3 mars 1871

* * *

Mr.

Demain il y a fête à la Miséricorde. Si vous pouvez venir le jeudi j'en serai breu aise comme toujours.

Jusque-là j'aurai lu peut-être des "Lágrimas do coração".

Adieu.

Votre tout affectionné

D. Pedro

1 juillet 1872

* * *

Mr. Taunay:

Je ne puis que vaus écrire deux mots mais j'ai hâte de m'informer plus complètement de la santé d'Alfred. J'espère que la petite vérole n'a pas passé d'une fausse alarme.

Je dois aller ce sair à la *palestra litterária* à l'externat de Pedro II et l'absence de votre fils sera bien regrettée.

Adieu! A mardi du moins comme un bon espoir! Rappelez-moi au souvenir de toute votre famille en me croyant toujours.

Votre tout affectionné.

D. Pedro II

4 août 1873

Mr. Taunay:

L'exemplaire de l'*Antichrist* envoyé par Renan m'arrive à l'instant, et, comme celui que je n'ai pas encore pu venir à bout de lire, en l'étudiant, malgré toute ma bonne volonté, est paré des notes que je veux continuer, je vous rends l'exemplaire que j'estime plus bien sûr du soin avec lequel on le feuillera.

Comment va Alfred et toute votre famille, qui vient de souffrir un coup bien douloureux et dont je partage le sentiment de tout mon coeur?

Adieu. A demain!

Votre bien affectionné

D. Pedro

* * *

Mr. Taunay:

Je vous envoie ces deux livres; l'un pour vous et l'autre pour Alfred. Je souhaite que vous soyez tout-à-fait libre de vos inquiétudes de famille.

A mardi!

Votre tout affectionné

D. Pedro II

13 septembre 1873

* * *

Mr. Taunay:

D'abord, comment, vous portez-vous ainsi que teus les vôtres?

Mme. Ristoris vient déclamer ici le 14 à 8 ½ du soir, et je vous invite à cette petite soirée comme en 1869. Je n'avais donc pas besoin d'ajouter que l'invitation s'étend à Adelaide, cette fois avec Doria, et à Goffred, qui n'est plus le petit Linnée.

Nous aurons aussi des morceaux de trois opéras de Carlos Gomes et executés au piano.

J'espère que vous ne manquerez pas et pourrez me revenir bientôt le mardi. Je lis à présent *Les Pléiades*, un roman de Gobineau, mais malheureusement il semble que les affaires augmentent quand on aurait besoin d'en avoir moins sur les bras.

Adieu, mille choses à tous les vôtres et croyez toujours aux sentiments de

Votre bien affectionné

D. Pedro

11 juin 1874

Mr. Taunay:

Je vous écris descendant le Nil que j'ai remonté jusqu'à la seconde cataracte. Je profite de ces moments de repos pour accomplir ma promesse avant de retourner en Europe.

Damas est une émeraude au milieu du sable et des cailloux. La ville est toute entourée de végétation. Les dattiers et les saules qui bordent la rivière Barale, abondante d'eau, produisent par le contraste avec l'aridité des collines un effet délicieux. La grande mosquée remplie de colonnes occupe une partie du grand temple, auquel menaient deux longs portiques avec deux beaux arcs, dont j'ai vu les restes enclavés dans les maisons de la ville. L'un des arcs parvient encore à surpasser de misérables habitations, dont les toits en terrasse permettent de jouir de sa forme élégante.

En consultant les *Actes des Apôtres*, je ne puis pas placer la conversion de Saint Paul où on en montre l'endroit tout près de Damas, car alors on aurait dit qu'il arrivait à cette ville. Je crois que ce fut vers Djonniés, derrière lequel passe l'ancienne route romaine à peu d'heures de Damas d'où Saul approchait.

On débouche de ce point sur la plaine où brillent à l'horizon les dômes et les minarets de la ville. La vue de cette plaine au lever du soleil, quand je quittais Damas pour aller en Palestine, est de toute beauté.

L'aspect de la ville du haut d'un des trois minarets de la grande mosquée, auquel j'ai monté et qui s'appelle *Medinet-el-Arons* (minaret de la Francès) est plus compréhensif et plutôt joli. Les murailles de la ville ont des assises qui indiquent une ancienneté primitive peut-être du temps du fondateur biblique Our, arrière-petit-fils de Noé.

Pour vous donner une idée moins imparfaite de Damas, j'ajouterai à cette lettre quelques photographies.

La route jusqu'à Jérusalem m'a beaucoup intéressée. Mais je n'ai que le temps de vous parler de cette ville. Sa position élevée sur des collines plus ou moins rocailleuses en rend les abords pittoresques de tout côté. Elle s'est dévoilée à mes yeux presque subitement du haut du *skopeus*. Je comprends qu'Alexandre en y arrivant eût été frappé de l'aspect vénérable du Grand-Prêtre Jaddris.

L'enceinte de la ville est fort curieuse à étudier et la partie du moyen âge est assez élégante. On l'a dit bâtie par Tancrède.

Dans un angle de la muraille se trouve la tour appelée de Godefroid de Bouillon; car c'est par là qu'il est entré dans Jérusalem avec ses croisés.

La porte dorée, qui s'ouvrait naguère dans l'enceinte du Temple, et par laquelle Héraclius est entré reconduisant la Sainte-Croix, est très belle et, si sa photographie se trouve dans la collection que je n'ai pas ou encore voir, vous l'aurez aussi.

J'ai assez bien étudié la Palestine, Bible en main, et j'ai pris note de tout. Quand nous nous reverrons, vous partagerez mes impressions.

En Egypte j'ai été émerveillé de la grandeur des ruines de Karnak avec sa salle à 134 immenses colonnes que j'ai vue encore hier pour la troisième fois, et d'une manière féerique à la lueur du magnésium.

Le tombeau du rei Seti Ier. à Bab-el-molock, vallée rocheuse de près de 12 kms. d'étendue sans le plus petit brin d'herbe, beaucoup plus mortuaire que celle de Josaphat, est aussi un monument unique dans son genre. C'est presque un palais souterrain auquel on descend par trois longues rampes à marches, le tout creusé dans le roc. On peut y étudier tous les mystères de la vie d'outre-tombe dans la religion égyptienne, en parcourant les bas-reliefs plus ou moins peints, dont sont parsemés les parois et les plafonds taillés en voûte. C'est tout ce qu'il y a de plus intéressant et en même temps de grandiose.

Après la première cataracte, près de laquelle se trouve l'île de Philae avec ses temples et ses dattiers si sveltes, et où j'ai vu les inscriptions de la commission française et de l'expédition de Desaix, en 1799, j'ai admiré un des monuments les plus admirables du pays des Pharaons, le grand temple d'Abou-Simbel (Ibsamboul) avec sa façade immense taillée dans le roc et ornée de quatre colonnes, assis, de 20 m. de hauteur, et dont la physionomie de l'un d'eux surtout, respire une douceur ravissante.

Je crois, d'après ce que j'ai remarqué dans beaucoup d'oeuvres sculpturales, que le talent artistique était grandement gêné par les règles du canon hiératique.

Avant de quitter l'Egypte, je dois parler des belles colonnes presque doriques, à plinthe, et quelques unes avec un nombre de faces plus ou moins grand, et souvent cannelées, que j'observe depuis la 12e. dynastie (presque 2.000 ans avant J. C.) en commençant par les grottes de Beni-Hassan.

Je compte aller au Serapeum de Memphis un de ces jours prochains, pour voir s'il produit sur moi le même effet que la première fois que j'ai visité l'Egypte quand je n'avais pas encore admiré les monuments du Haut-Nil.

Je compte arriver demain soir au Caire en prenant le chemin de fer à Sion sur la rive gauche du Nil. J'espère être le 16 à Messine, et après mon voyage ne sera qu'une promenade. Mais je reconnais partout combien les lectures que nous avons faites ensemble, et qui ont tant augmenté mon amour pour l'étude, me sont utiles.

Je vous souhaite une nouvelle année pleine de bonheur ainsi qu'à tous les vôtres que je n'ai pas à mentionner car vous savez combien je vous tiens toujours dans ma mémoire.

Mes souvenirs les plus affectueux à toute votre famille et que l'on me donne des nouvelles des exploits administratifs d'Alfred et des progrès scientifiques du grand Linnée.

Si je puis ajouter quelque chose d'intéressant, je le ferai au Caire.

Toujours

votre bien attaché

D. Pedro d'Alcântara

A bord du Férons (Turquoise 5 janvier 1877)

Pour mieux vous donner une idée de l'impression que cause Damas à ceux qui viennent de parcourir des lieux arides, je rapporterai une tradition arabe. Mahomet arrivant en vue de Damas s'est écrié: "C'est trop d'un se-

cond paradis pour un croyant”; et n’a pas descendu la colline rebroussant chemin tout de suite.

Maspero, dans son *Histoire ancienne des peuples de l’orient*, un des meilleurs livres que j’ai lus dernièrement, dit, parlant de Damas: “Elle s’allonge dans la plaine au milieu des vergers qui la serrent de toutes parts et pénètrent dans ses murs. Coupée en deux parties inégales par l’Abana (le Barada) et sans cesse rafraîchie par les canaux que ce fleuve (je l’appelle rivière avec raison) lance dans toutes les directions. Encore aujourd’hui sa vue arrache un cri d’admiration au voyageur qui débouche des gorges de l’Antiliban.”

Renan dans *Les Apôtres*, pp. 177-178, en fait une description ravissante.
6. De retour au Caire. Je partirai le plus tard le 17 pour Messine.

* * *

Madame et très chère Tante!

Je remercie infiniment Votre Majesté des beaux présents qu’elle a voulu me faire. Le choix ne pouvait (sic) m’en être plus agréable. Je me plais d’autant plus à voir et revoir tous ces albums qu’il me semble que je m’instruis en m’amusant. Le musée de Versailles est un véritable cours d’histoire. Ces marques de votre souvenir et votre sollicitude pour notre bonheur et notre santé nous laissent, mes soeurs et moi, pénétrés de reconnaissance.

Je prie Votre Majesté d’agréer l’expression de mon attachement inaltérable,

Dom Pedro II

P.S. – Monsieur le marquis met aux pieds de Votre Majesté ses compliments très humbles.

**UM PASSEIO A PETRÓPOLIS EM COMPANHIA
DO FOTÓGRAFO MARC FERREZ**

Um passeio a Petrópolis em companhia do fotógrafo Marc Ferrez ¹

Petrópolis, ainda hoje, fascina a todos os que vão visitá-la ou que, fugindo ao calor e burburinho da capital, aqui passam o verão, à procura de repouso e saúde. E isso, depois que o Rio de Janeiro se tornou uma linda e saneada cidade. Facilmente imaginamos o que seria quando a capital era anti-higiênica, cheia de febres, de ruas estreitas e sem arborização, quando ainda não havíamos descoberto as praias, e o calor se fazia sentir muito mais do que agora, fazendo a um colaborador de *O Paraíba*, de Petrópolis escrever: “O astro rei entra triunfante no signo de Capricórnio, o calor bate à porta; a cidade é ardente como as savanas do Egito: as confeitarias do Carceler – do Deroche são os oásis em que se refugia a população do Rio de Janeiro.” (24/03/1853).

Petrópolis era, então, a antítese do Rio. Ruas largas, bem mais largas do que a mais ampla de nossas ruas – 1^o de Março. Ruas limpas, arborizadas, com os rios deslizando entre barrancos gramados, florestas por todos os lados, ar puro, puríssimo, sem mosquitos e febres; quietude, só quebrada pelo trote dos cavalos e ruído das carruagens. Era o paraíso.

1. É preciso não confundi-lo com seu homônimo, tio e padrinho, o escultor francês Marc Ferrez, que aqui aportou com seu irmão Zeferino, em 1816 e que se incorporaram na missão artística francesa.

As fotografias feitas por Marc Ferrez que ilustram o texto, foram tiradas no período que medeia de 1875 a 1905.

Muito cedo, Marc Ferrez especializou-se em vistas panorâmicas, e na aplicação da fotografia a estudos científicos. Tomou parte na Comissão Geológica do Brasil, de 1877, e foi fotógrafo oficial da Marinha Imperial. Nestes gêneros era insuperável. Daí por diante concorreu a várias exposições nacionais, internacionais e da Academia de Belas-Artes, sendo premiado em todas elas. Em 1885 foi agraciado com o hábito de cavaleiro da Ordem da Rosa.

De 1870 a 1900, entre os artistas fotógrafos de renome, tais como: Joaquim Insley Pacheco, Victor Frond, Georges Leuzinger, José Ferreira Guimarães, Ferrez é o melhor. Ninguém, como ele, percorreu tão intensivamente o Brasil. Tudo o interessava; era um grande curioso. Assim sendo, deixou valiosíssimo arquivo, imprescindível ao estudo de nosso país, em vários setores, do fim do século XIX, e, que esperamos poder divulgar aos poucos.

São de Marc Ferrez as fotografias que não levam indicação do fotógrafo, e pertencem à coleção do autor.

Para revermos esses tempos, em que não havia filas e câmbio negro, é que lembramos de reconstituir esta viagem, aproveitando de nosso arquivo fotografias tiradas por Marc Ferrez, e outras mais antigas, de George Leuzinger, Revert Henrique Klumb e Pedro Hees.

Para se ir do Rio ou da corte – como se dizia – a Petrópolis, embarcava-se no largo da Prainha, praça Mauá atual, que bem merece o nome desse brasileiro empreendedor. Com as obras executadas para o cais do porto e av. Rio Branco, no governo Rodrigues Alves, em 1904, o largo pequeno e empoeirado, transformou-se em ampla sala de visitas atual da cidade. O jardineiro horticultor João Batista Binot, aconselhava em 1858: “para embarcar deveis chegar só cinco minutos antes da partida, pois é perigoso esperar mas (sic) tempo na estação, visto que é na Prainha que se lançam ao mar os *tigres* do Rio de Janeiro, os que se não são perigosos de sua natureza, não são nada agradáveis de ver-se e sentir-se.” (*O Paraíba*, 30/12/1858). O que é confirmado, mais tarde, pelo probo Richard F. Burton, em *The highlands of the Brazil*, que subindo para Petrópolis em 1867, diz: “Rio de Janeiro, a muito leal e heróica cidade, vista do quarteirão e estação da Prainha, aliás Trapiche Mauá, lembra a vista, olfato e ouvidos certo logradouro do Tamisa que não mencionaremos”.

Em 1884, a passagem da Prainha a Petrópolis custava:

1ª classe	10\$000
2ª classe	8\$000
2ª classe fora	7\$000
3ª classe fora	5\$000

preços caros para a época.

Havia uma barca por dia, em ambas as direções. Saía-se da corte às duas horas da tarde e aos domingos e feriados, às 11 horas. No verão, havia outra às seis e meia da manhã.

Numa das fotografias vê-se a estação da Prainha, antigo trapiche Mauá, onde atracavam os vapores da *Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis*, que conduziam os passageiros até o porto Mauá, no fundo da baía. Os vaporzinhos eram rápidos, confortáveis e o serviço de restaurante a bordo, não deixava nada a desejar. O que aí vemos traz o nome *Mauá*, havia mais o *Guarani*, o *Piabanha*, mais tarde o *Príncipe do Grão Pará*, o *Petrópolis* e o *Itamarati*. A travessia, com tempo bom,

era um encanto e durava uma hora. Uma hora em que a mais incomparável paisagem que se possa imaginar desfilava diante dos olhos. Para os diaristas *blasés* do panorama, havia jogos de cartas e de xadrez.

Anteriormente até 1825 a viagem fazia-se em faluas, que atracavam no cais dos Mineiros, assim chamado porque os que vinham, ou iam para Minas Gerais, tinham que utilizá-lo. Nesse tempo partia-se por volta de meio-dia para aproveitar a brisa marítima, e a travessia durava toda a tarde, quando a brisa não vinha a faltar ou quando não se encalhava, devido à maré baixa.

Ao deixar-se a Prainha, viam-se, à esquerda, os trapiches velhos com pontes de madeira avançando pelo mar afora, onde atracavam barcos de todas as marinhas do mundo. Predominava ainda a vela. Ao fundo, via-se o morro da Conceição, com os restos da antiga fortaleza do mesmo nome, mandada edificar por Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela. À direita, no alto, o antigo mosteiro de São Bento, brilhando ao sol, e, ao pé do morro, os estaleiros do Arsenal de Marinha onde, em 1856, foram construídos os primeiros encouraçados da América Latina. O *Tamandaré*, e mais tarde o *Barroso*. Na ilha das Cobras, outrora da Madeira, via-se o dique imperial aberto na rocha, e as antigas fortificações.

A seguir, a ilha das Enxadas, onde funcionava a Escola de Marinha e, mais adiante, à esquerda, a ilha do Bom Jesus. Prosseguindo a viagem, avistava-se a ilha do Governador, a Paranapuã dos índios, com vivendas cercadas de vegetação, que vinha morrer às praias, e algumas caieiras fumegando, donde provinha parte da cal consumida na cidade.

No tempo de d. João VI, os beneditinos ali possuíam grande fazenda, cercada de matas, com boa caça e onde o príncipe gostava de descansar.

Por todos os lados ilhotas, umas formadas por blocos de granito, de variados formatos, cobertas de cactos; outras desaparecendo sob o espesso manto verde de magnífica flora tropical; assim as paradisíacas ilhas d'Água, Rijo, Boqueirão e Nhanguetá.

Para trás, avistava-se o Pão de Açúcar guardando a entrada da barra, seguindo-se a linha ondulante dos morros, sobressaindo o Corcovado, a serra da Carioca e a Tijuca.

Mais ao longe, à direita, avistavam-se Paquetá, Brocóio e Pancaraíba. No ar, bandos de gaivotas, trinta-réis, atobás acompa-

nhavam o vaporzinho. De quando em vez, um tesoura despencava como uma flecha e, rápido, apanhava um peixe. Botos aos pares, divertiam-se cortando a proa da embarcação. Assim, a viagem passava depressa e alegre.

Chegava-se ao fundo da baía. No primeiro plano, um terreno baixo e alagadiço, onde as capelinhas de Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora dos Remédios, no alto de dois comoros assinalavam o porto de Mauá; mais além, morros em feitiço de meias laranjas que se vão alteando até esbarrarem no paredão majestoso da serra do Mar. A serra dos Órgãos, com o Dedo de Deus, em manhã clara e luminosa, aparece nitidamente recortada no azul do céu, e que, em tarde de verão, está quase sempre envolta por nuvens escuras, pesadas d'água, prenunciando o temporal que lá desaba, ou que se aproxima. É o panorama que o artista Nicolau Fachinetti tanto gostava de pintar.

Chegando a Mauá, saltava-se na pequena ponte embarcadouro, e adiante, embarcava-se nos vagões da *Estrada de Ferro Mauá*. As instalações eram simples, sem conforto, tornando a operação do transbordo penosa às senhoras e crianças, especialmente em tempo chuvoso. Os carros eram do tipo inglês, de compartimentos. Em lugar das janelas havia portas que se trancavam a chave, dando entrada para cada compartimento. Só mais tarde é que vieram os vagões com o corredor central, findando assim o sistema perigoso de ficarem os passageiros trancafiados à chave em pequenos compartimentos. Esta foi a primeira estrada de ferro construída no Brasil, e inaugurada a 30 de abril de 1854, com a presença de SS. MM. II. e graças à iniciativa de Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão e visconde de Mauá. A princípio, só ia até a fazenda Frágoso, passando por Inhomirim, para pouco depois chegar à Raiz da Serra, na antiga fábrica de pólvora da Estrela, onde o barão de Langsdorff, cônsul da Rússia e grande viajante, possuiu, no princípio do século passado, a famosa fazenda Mandioca, visitada por vários botânicos, zoólogos, geólogos, mineralogistas, etnógrafos, diplomatas e viajantes de nomeada, que por aqui andaram maravilhando-se com a nossa natureza.

O articulista ranzinza que era Binot, chama a esta estrada de – “*tiquinho* de caminho de ferro” e continua – “não espereis percorrê-lo em 8 ou 10 minutos, como vos aconteceria na Inglaterra; o governo não quis que a locomotiva tomasse a dianteira ao progresso do país; e o mais é que tudo vai bem assim, e eu louvo-lhe a prudên-

cia, pois é melhor ir devagar e chegar ao fim da viagem, do que andar mais depressa e ficar em meio caminho.” Isso em dezembro de 1858 ². Mas um deputado pelo Rio Grande do Sul, viajando por esta estrada de ferro, em maio de 1883, assim relatou suas impressões, onde vemos que tudo é relativo ou questão de um pouco de boa vontade e bom humor: “Os vagões são grandes e largos, muito cômodos; tudo é confortável, e a velocidade da viagem surpreende, quando se está habituado à ridicularia da nossa estrada leopoldense. Em grande velocidade atravessamos a parte baixa, pantanosa e insalubre, onde grassa sempre a febre palustre”... (Carl von Koseritz, *Imagens do Brasil*, p. 58).

Chegando-se à Raiz da Serra, depois de vinte minutos de viagem, segunda baldeação, dessa vez para as diligências, carros e carroças, que até o dia da inauguração dos trens à cremalheira, faziam o percurso da subida da serra da Estrela. Para evitar balbúrdia, os lugares nas diligências eram numerados.

O concessionário desse serviço era o inglês de barba ruiva Guilherme Morritt, possuidor de incomparável bom humor, segundo Burton. Ele mantinha um serviço perfeito de transporte em carruagens, importadas da Inglaterra. Essas diligências eram bem cuidadas, limpas, com bons arreios e puxadas por quatro muares. Os boleiros, foram bem descritos em deliciosa crônica, de 1872, por Luís Guimarães Júnior:

“Não é propriamente um boleiro; é um estudo, é um método, é uma empresa, é um carro! Os seus gestos, as suas palavras, o seu olhar, o fino olhar da raposa ingênua! o modo de estender o pescoço, de estender a mão para receber gorjetas, o modo de chicotear os burros, tudo isso é coisa que merece sério reparo, sério cuidado, análise profunda e filosófica às direitas.

“O boleiro de Petrópolis, o boleiro da serra, digamos assim, que é mais justo! possui uma feição característica, distinta em toda a parte e notável em todos os sentidos! Não tem traje próprio, isto é, uniforme de programa, nem linguagem pessoal. Se é alemão, fala o alemão misturado com português. Se é português, fala português misturado com alemão. O que eles são, porém, acima de tudo, são de um orgulho germânico de um alcance extraordinário!”

A estrada de rodagem, em zigue-zague, era larga, bem pavimentada, com curvas e rampas consideradas suaves na época, com pa-

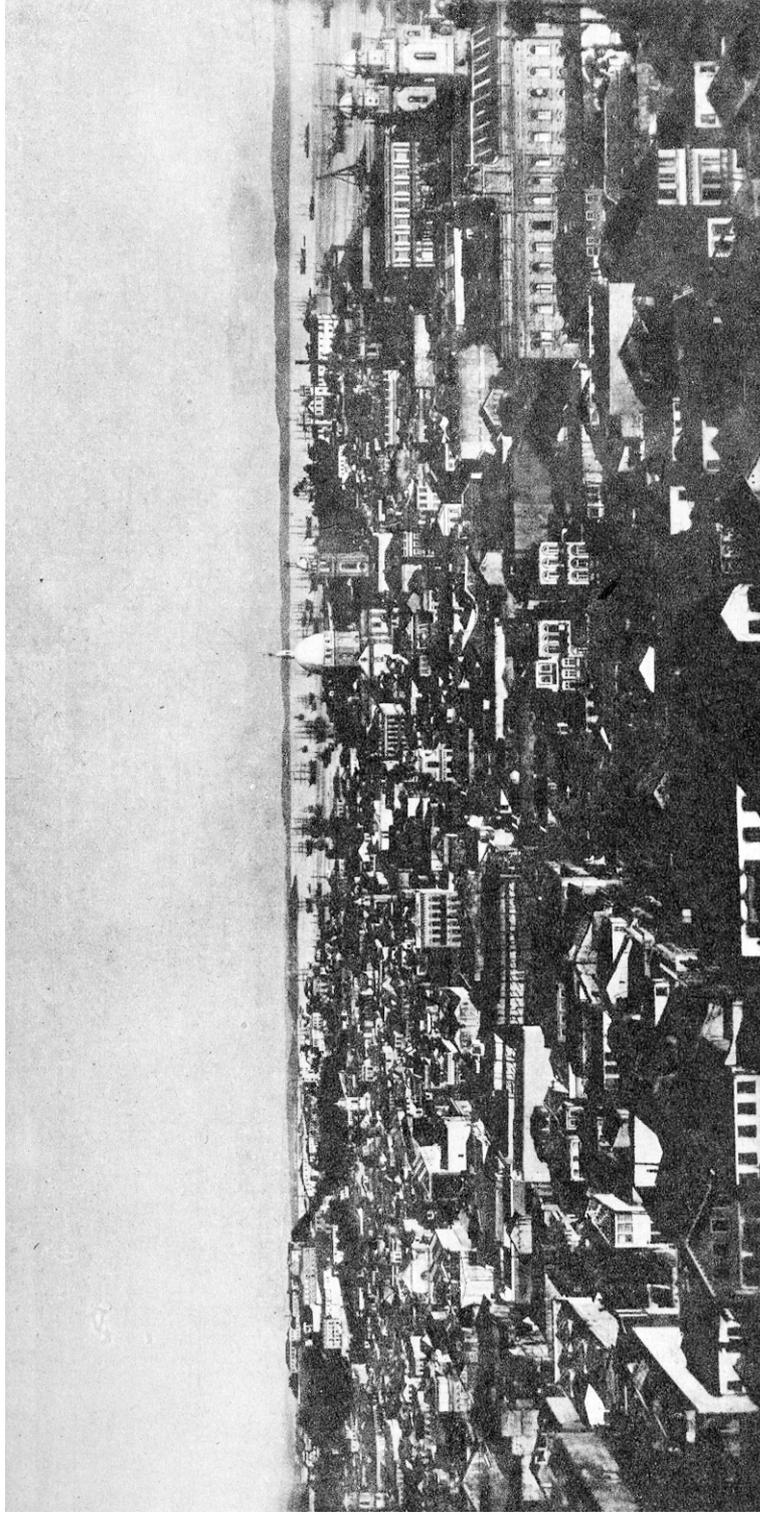
2. O *Paraíba*, de 30/12/1858.

rapeitos e frades de pedra nos lugares perigosos, estrada que ainda presta serviços. Galga o Vale do Caioaba, e segue, mais ou menos, o traçado da estrada primitiva, a famosa *Calçada da Estrela*, feita na época dos vice-reis, pavimentada com lajes de pedra. Essa estrada, por sua vez, seguiu, melhorando, a trilha dos primeiros devassadores do sertão. O calçamento era perfeito e o serviço de reparos imediato; para isso, havia montes de pedra britada à margem da estrada. Os carros rodavam macio.

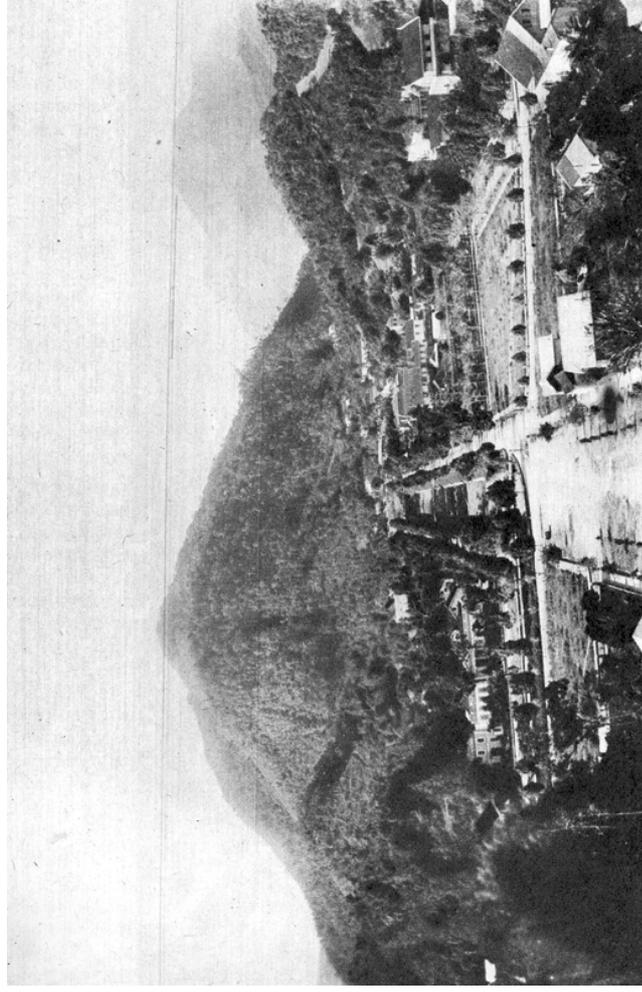
Continuando a viagem, diremos que no meio da serra parava-se dez minutos para trocar os cavalos. Os passageiros podiam escolher entre o eterno cafezinho, o caldo de cana, o parati ou ainda, mais adiante, a água nas Maminhas. Eram duas horas de subida deslumbrante, entre vegetação em todo esplendor, as montanhas reluzindo com reflexos dos últimos raios do sol poente, e à medida que se subia, mais se descortinava o panorama extenso da Baixada Fluminense, da baía da Guanabara, suas ilhas, e da cidade do Rio, com seu casario perdido entre dobras de morros e montanhas.

Chegava-se ao Alto da Serra (842 metros de altitude) e se o ruço petropolitano não chegara antes de nós, dava-se uma última vista dolhos ao panorama e às matas que nos cercavam escalando as montanhas: Cabeça de Frade, à direita, e o Cortiço, à esquerda. Em breve, estava-se no Bois, que de bosque só tinha o nome, onde nos aguardavam amazonas, cavaleiros, carruagens, vitórias cheias de senhoras e crianças que vinham esperar parentes, amigos e veranistas. Era o *chic!* Se calhava ser dia de subida da família imperial, lá estavam, além das autoridades locais, a banda alemã, a banda do Gustavo. Então, com as diligências à frente, formava-se uma cavallhada, que ao trote largo e ladeira abaixo, ao estalar de chicotes e aos gritos dos cocheiros, descia a rua Teresa e, em pouco tempo estava em plena rua do Imperador, atual 15 de Novembro, o coração da cidade serrana. Parava-se à porta do *Hotel Bragança*, onde o *grand monde* político e social se reunia. Esse hotel inaugurara-se em 1848 e nada acontecia em Petrópolis que não fosse no *Bragança*; bailes, concertos, reuniões, teatro, namoro...

Essa pitoresca subida da serra findou com o advento, em 20 de fevereiro de 1883, da *Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará*, hoje *Leopoldina Railway*. Em compensação, a viagem passou a ser feita em confortáveis carros pelo trem com cremalheira central, de sistema *Riggemback*. Encurtava-se o trajeto total de quatro para duas e meia horas. Os trabalhos dessa estrada estiveram a cargo



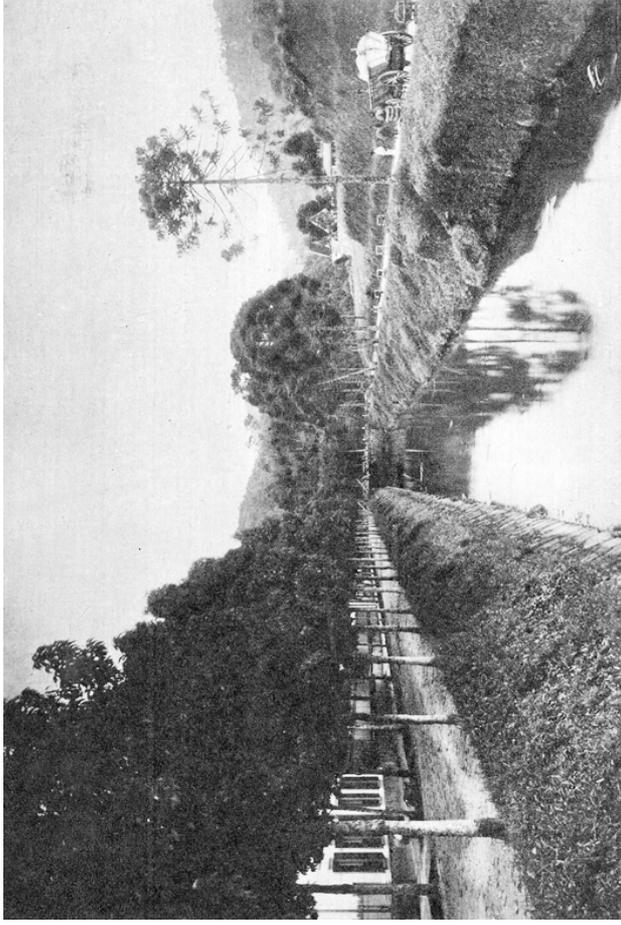
Panorama da parte central da cidade do Rio de Janeiro, tirado do morro do Castelo, quase no eixo da rua da Quitanda, em 1880. Muito pitoresco, mas nada salubre. Um amontoado de casas e telhados dando para ruas estreitas, contrastando com ruas largas em arborizadas de Petrópolis na mesma época.



A avenida Koeler, vista por cima dos telhados do Palace Hotel, antigo Orleans, em 1880. A catedral ainda não estava construída. Do lado esquerdo vemos o palacete Landsberge, do lado direito, o palácio do barão do Rio Negro (atual palácio presidencial) e do seu filho Raül de Carvalho; na extrema direita, telhado e colunas do palacete da família Franklin Sampaio, bela residência construída por monsenhor Bacelar; nessa época o parque da propriedade chegava até a avenida Koeler.



Lindo aspecto da rua Nassau (atual avenida Piabanha) – Era um túnel de paineiras que podas atrabiliárias por jardineiros da prefeitura e empregados da Cia. De Luz, mataram sistematicamente, restando pouquíssimos exemplares, bastante mutilados. Os exemplares botânicos mais apreciados para arborização das avenidas, ruas e estradas de então eram: paineiras, mulungus, pinheiros do Paraná, sapucaias, cedros magnólias do Pará, chorões, etc. A prefeitura deveria voltar a plantar estas árvores tradicionais de Petrópolis. À direita, o muro com gradil da propriedade do barão de Mauá.



Rua D. Maria II atual avenida Tiradentes, por volta de 1885. à esquerda, gradil da propriedade da baronesa de S. Joaquim e, à direita, chapadão onde se construiu a Catedral, reconhecendo-se a casa da família Grandmasson, “les Palmiers”.



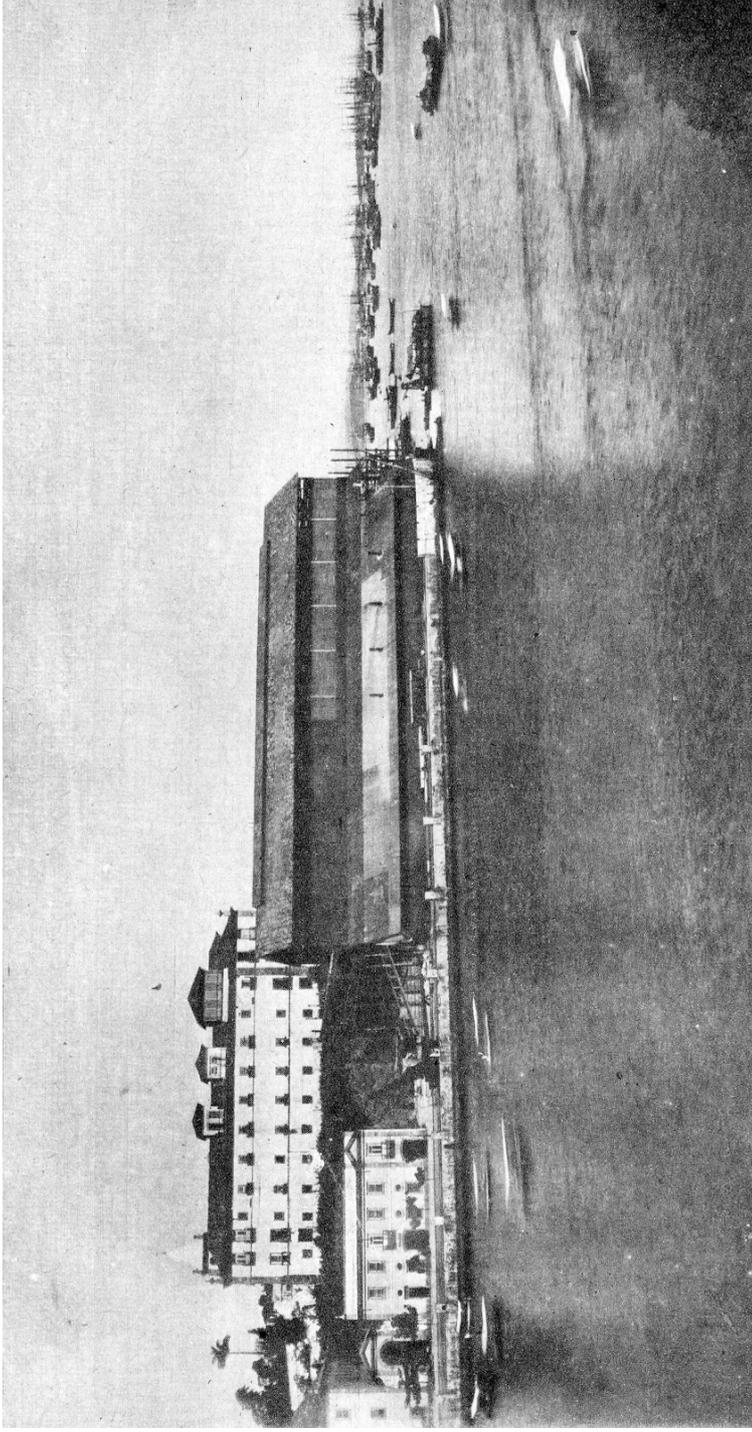
Docas do Rio de Janeiro – O casarão branco, à esquerda, era a sede do Liceu Literário Português, com frente para o largo da Prainha, no local onde hoje existe o edifício da “A Noite”. – Quase em frente desse edifício, a estação da Prainha, onde se vê atracado, o vaporzinho Mauá, que fazia o trajeto Prainha-Porto Mauá, ao fundo da baía. Ao lado, galpão do trapiche Mauá e, no canto à esquerda o morro de São Bento. Ao centro, os antigos armazéns do Lloyd Brasileiro e o morro da Conceição com os muros e guaritas da antiga fortaleza do mesmo nome. À direita, a capelinha de S. Francisco da Prainha, principiada em 1696 e que ainda hoje se ergue, tal qual, à rua da Saúde.



Cais dos Mineiros – Quase que diríamos Veneza! Mas não é... É o nosso cais dos Mineiros, em 1880. No tempo do Onça (governador Luís Vaia Monteiro) era dali que os viajantes, que iam ou vinham de Minas, embarcavam em faluas. À esquerda, doca da Alfândega tendo por trás os edifícios dos Correios e da Bolsa, hoje Banco do Brasil, que acabava de ser concluído. À direita, torres e cúpula da igreja da Candelária, vendo-se em frente casas da rua Visconde de Itaboraá, seguido do edifício e dependências da antiga secretaria da Marinha.

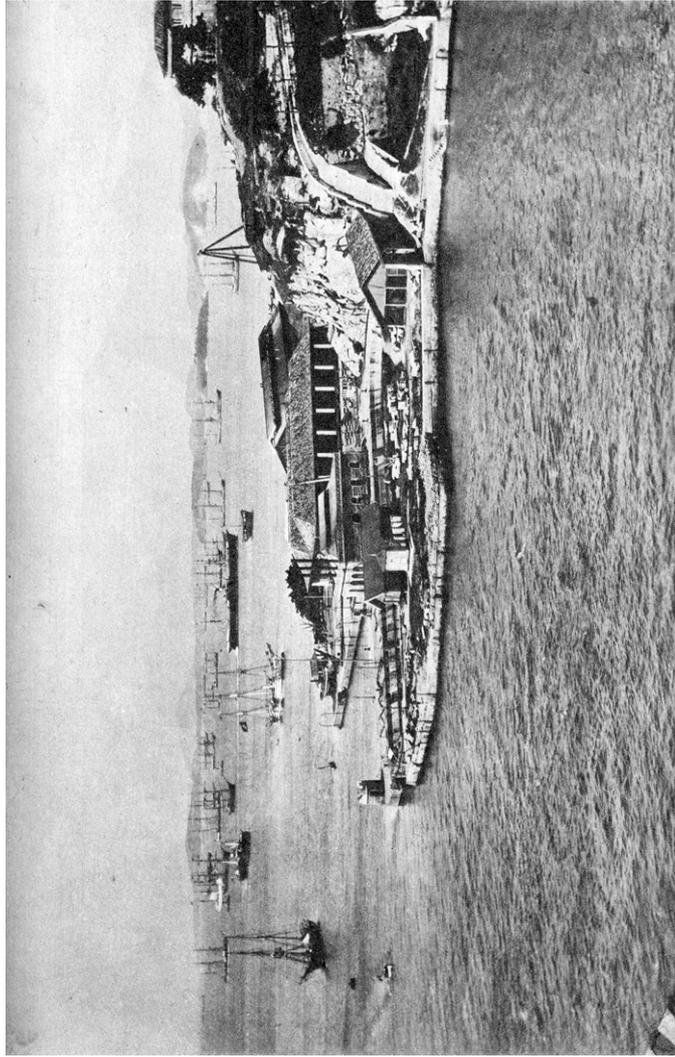


O ancoradouro e docas do Rio de Janeiro, por volta de 1875. Uma floresta de mastros... Ao fundo, praias de São Cristóvão e Caju e, mais além, a Penha.

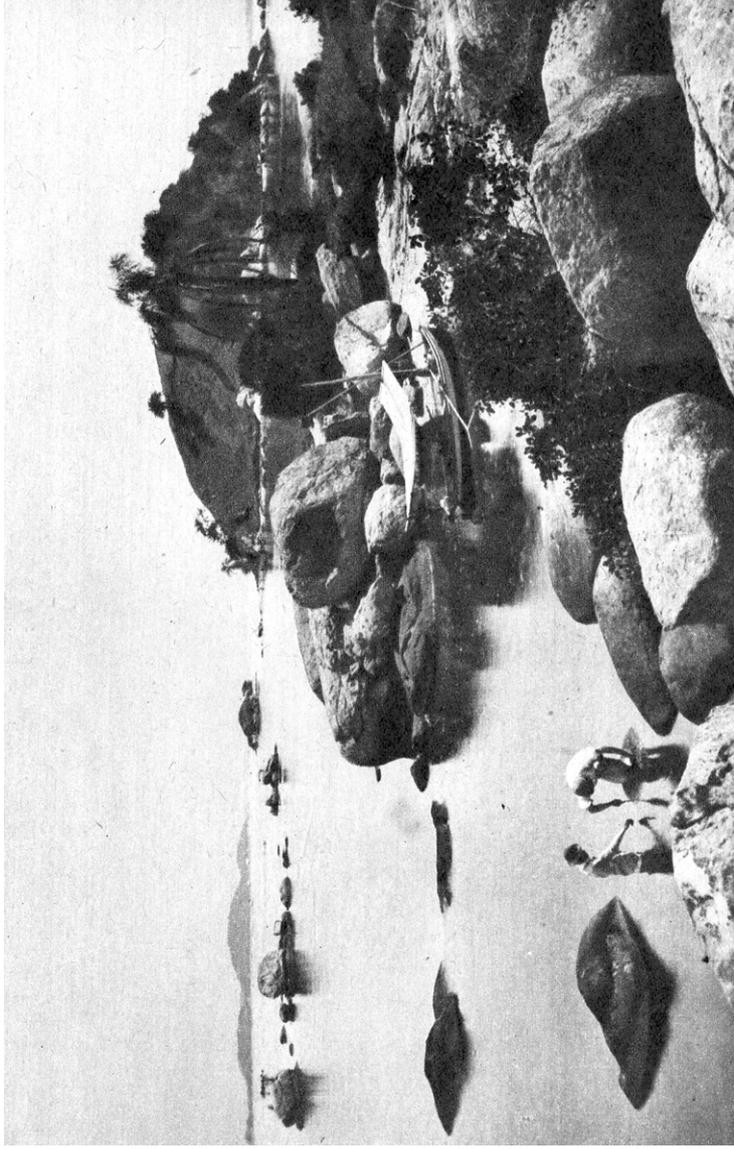


Mosteiro de São Bento e arsenal da Marinha

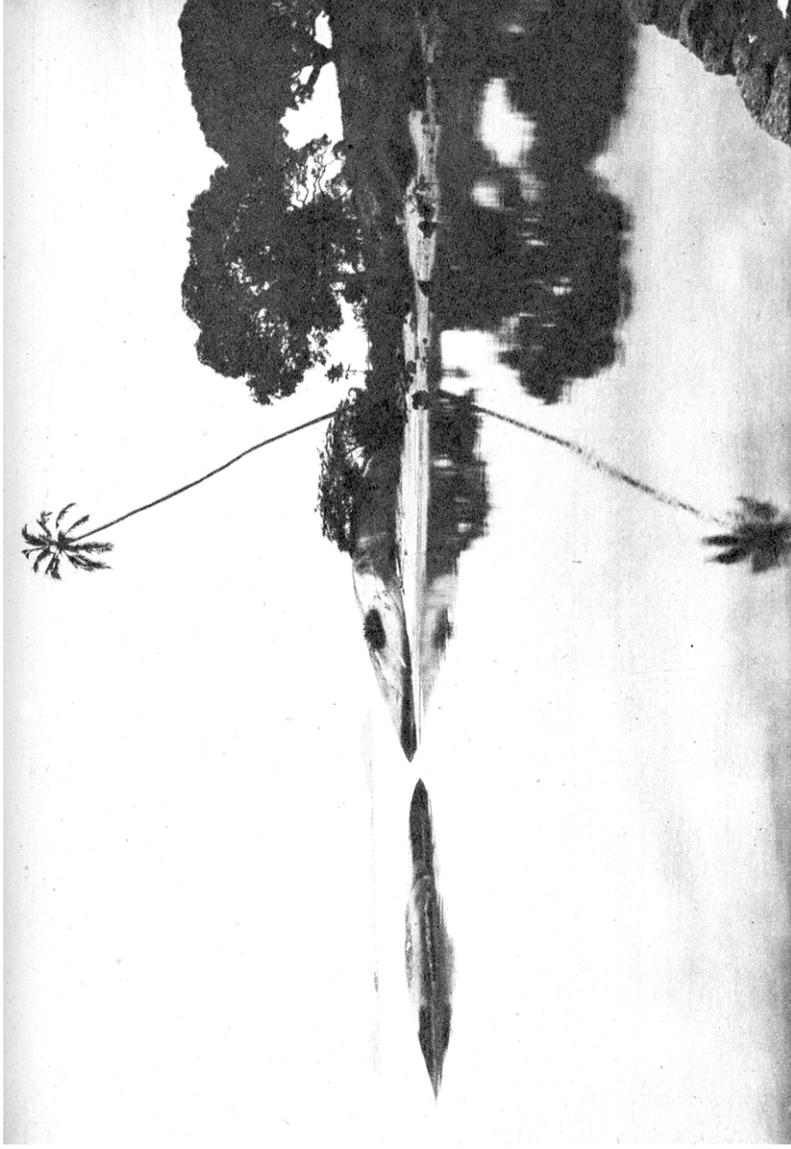
A construção do mosteiro primitivo data de 1586-89, e o edifício que aí vemos principiou-se em 1662. Em 1711, foi o edifício que mais sofreu com o bombardeio dos canhões de Duguay Trouin que, sob pretexto de vingar a morte de seu compatriota João Francisco Duclerc, preparara na França, uma expedição, vindo assaltar e saquear a cidade do Rio de Janeiro. Foi então o mosteiro transformado, pelos religiosos, em verdadeiro fortim, com 12 canhões. No grande galpão ainda hoje funcionam os estaleiros do arsenal da Marinha de Guerra, e onde foram construídos vários navios, merecendo especial menção os encouraçadores Tamandaré e Barrosa.



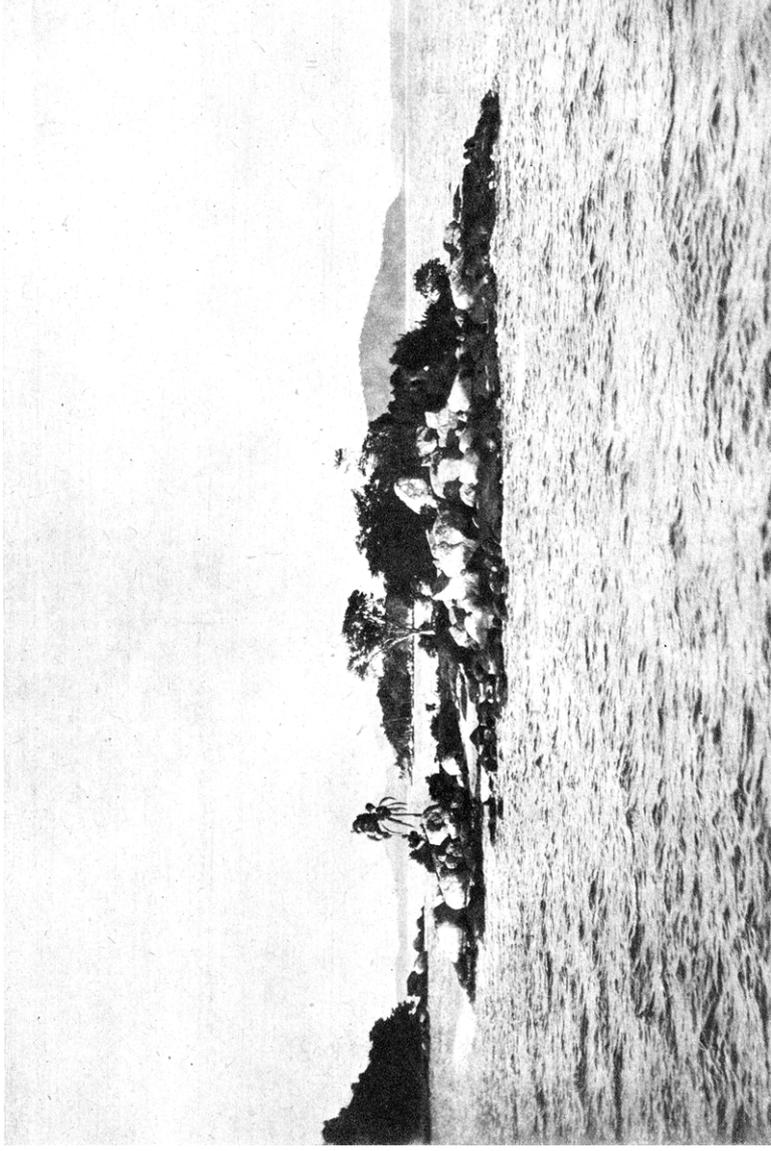
O dique imperial escavado na rocha viva da ilha das Cobras, e navios no ancoradouro. As obras desse dique principiaram em 1824, se arrastaram tão morosamente e sofreram tantas interrupções, que terminaram em 1854.



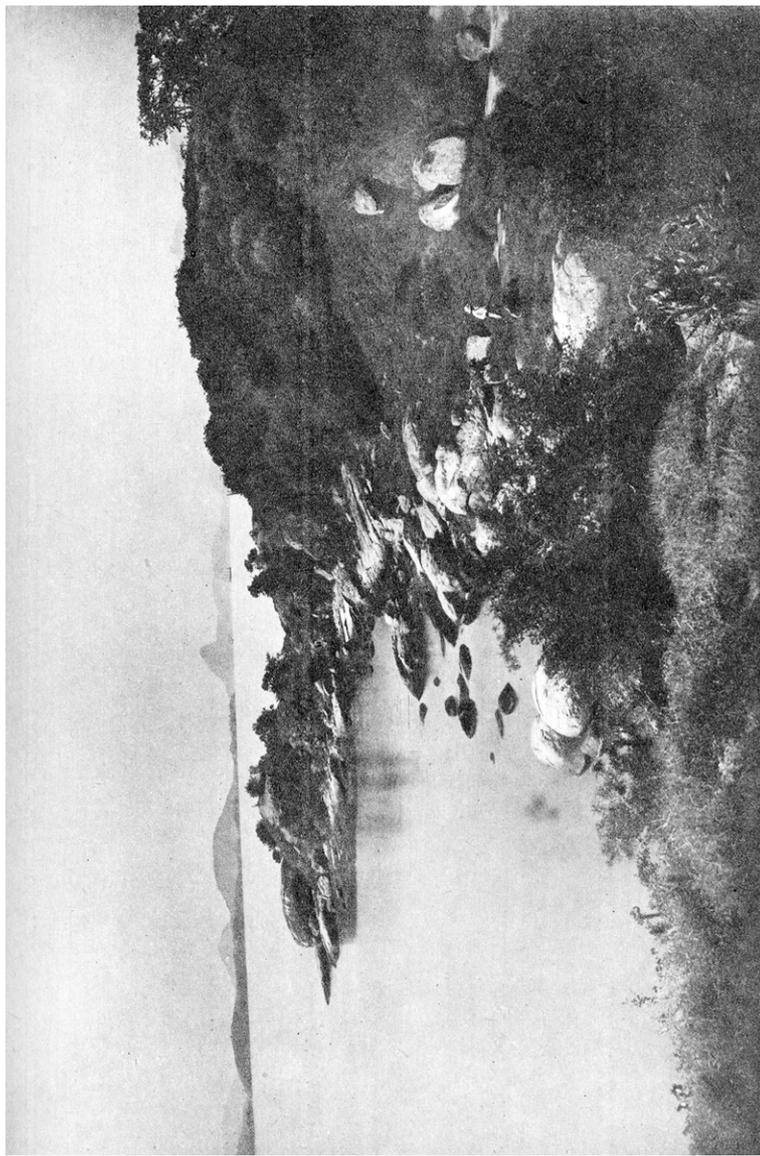
Vistas das numerosas ilhas que iam desfilando diante dos olhos maravilhados dos viajantes que, conforme a nacionalidade, comparavam a baía, ao golfo de Nápoles, aos lagos suíços ou da Suécia, à baía de S. Francisco, à de Constantinopla ou ainda, a todas misturadas...



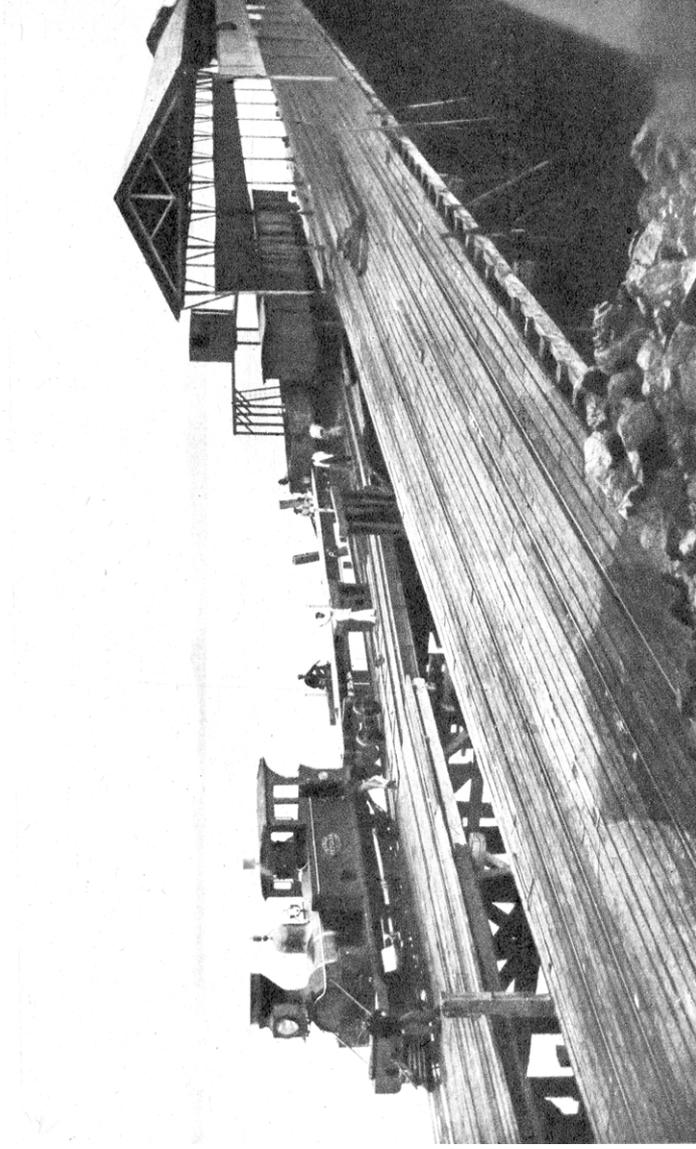
“Nossa terra tem palmeiras onde canta o sabiá...” Quadro perfeito tirado por fotógrafo artista.



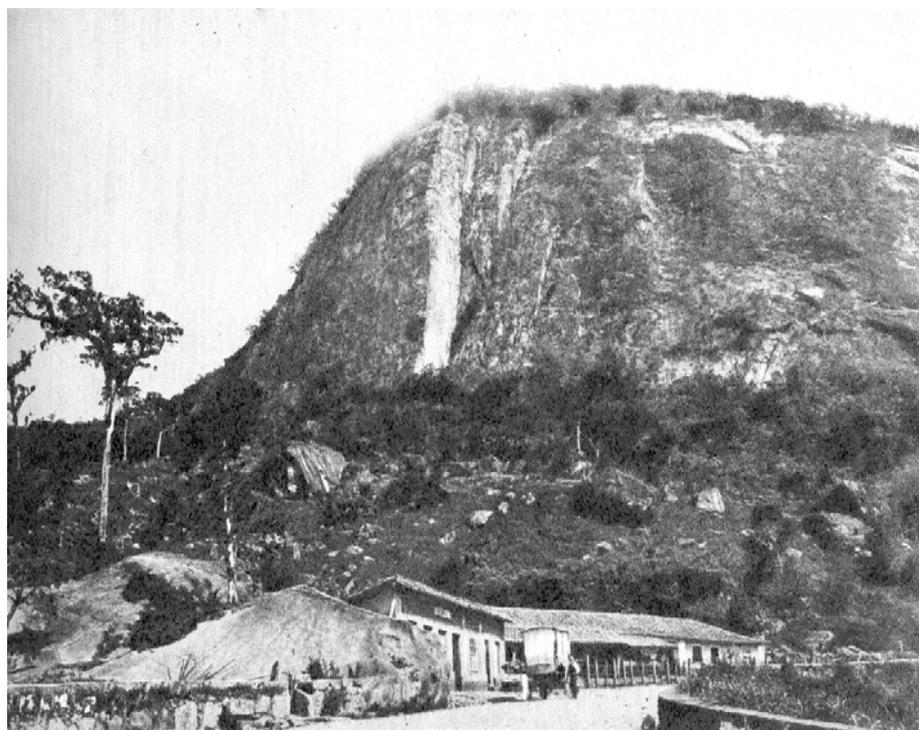
Ilhota dos arredores de Governador e Paquetá.



“Pra trás, avistava-se o Pão de Açúcar guardando a entrada da barra...”



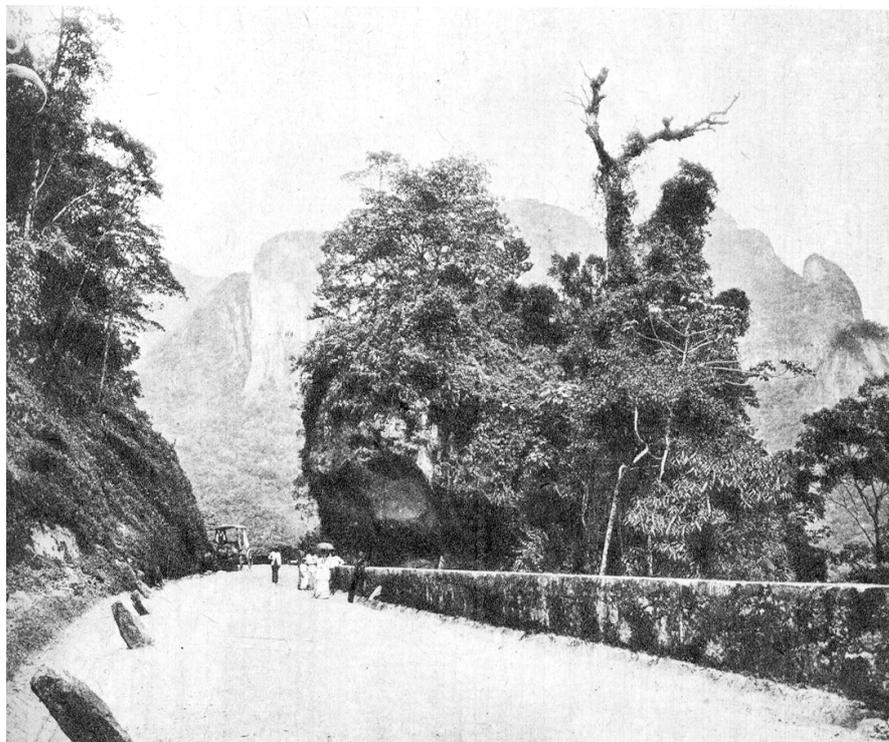
Porto de Mauá em 1885. Ponte do porto Mauá, onde se fazia a baldeação do vapor para o trem da estrada de ferro Mauá, que Binot, o jardineiro-horticultor, a quem tanto devemos em um artigo para o jornal O Paraíba, de 30 de dezembro de 1858, chama de “Tiquinho de caminho de ferro...” Quando a fotografia foi tirada, esse trecho já pertencia à Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, pois é dessa companhia a locomotiva *Iricaná* que aí vemos.



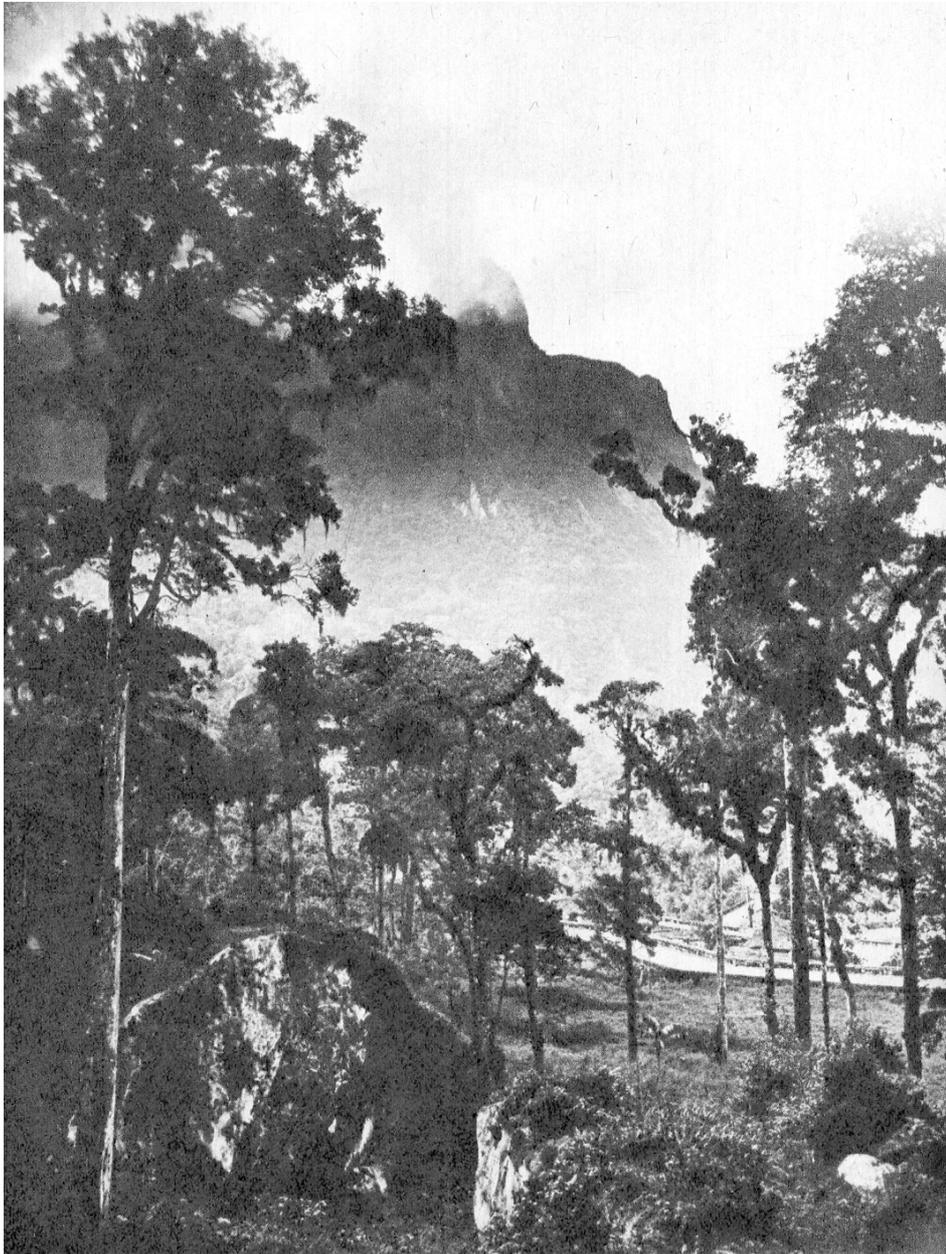
Fotografia tirada por volta de 1880. Botequim e cocheira, no começo da subida da estrada carroçável da serra da Estrela . Notar o carro com cortinas, usado para transporte de passageiros ou mantimentos. Ao fundo encosta do Cortiço (1.140 metros) de fácil acesso por Petrópolis e donde se descortina um panorama grandioso.



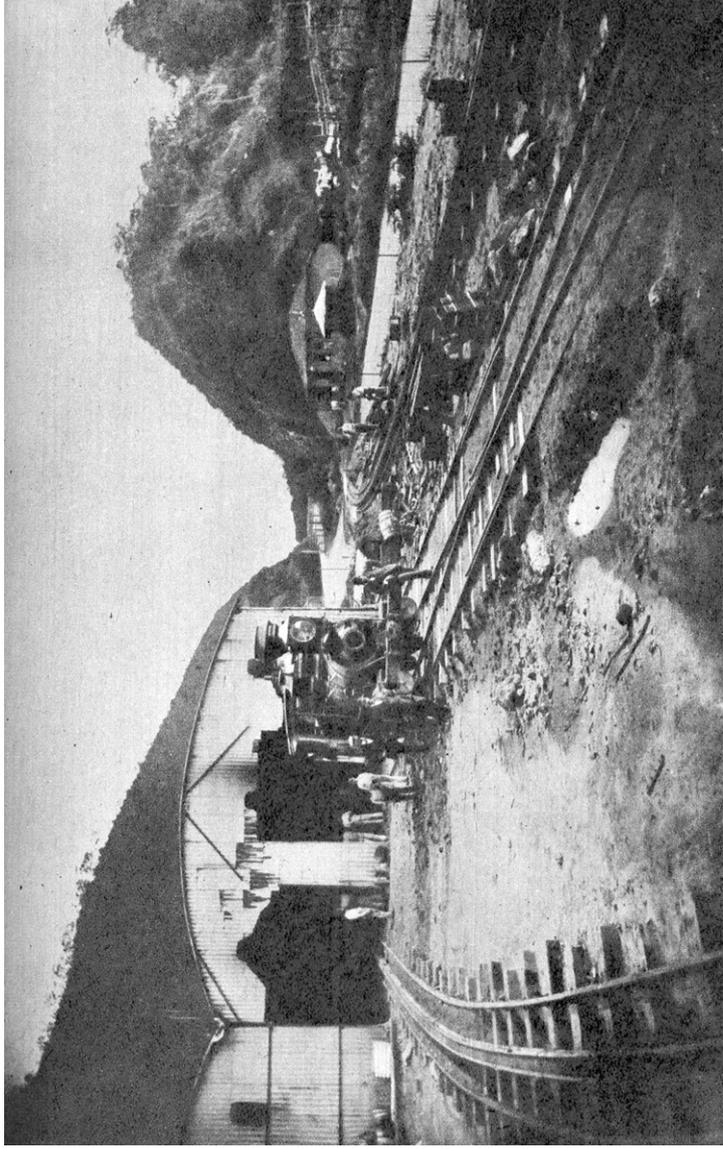
Aspecto da estrada carroçável da serra da Estrela, tirado antes da existência da linha férrea. Esta estrada foi comparada por visitantes a famosa estrada de Simplon, na Suíça. O próprio Binot, que era um articulista muito ranzinza, falando dessa *serra nova*, é obrigado a reconhecer: “que é, segundo o dizer de todos os estrangeiros, a obra mais graciosa do império do Brasil”. Esta estrada custou soma fabulosa para a época. De 1842, quando os trabalhos foram iniciados até 1851, foram despendidos: 2.960:784\$315! É verdade que nesta soma estão inclusas as despesas da colônia alemã, cujos primeiros colonos chegaram em fim de junho de 1845 e foram aproveitados na construção da estrada. (*O Paraíba*, 30 de outubro de 1859).



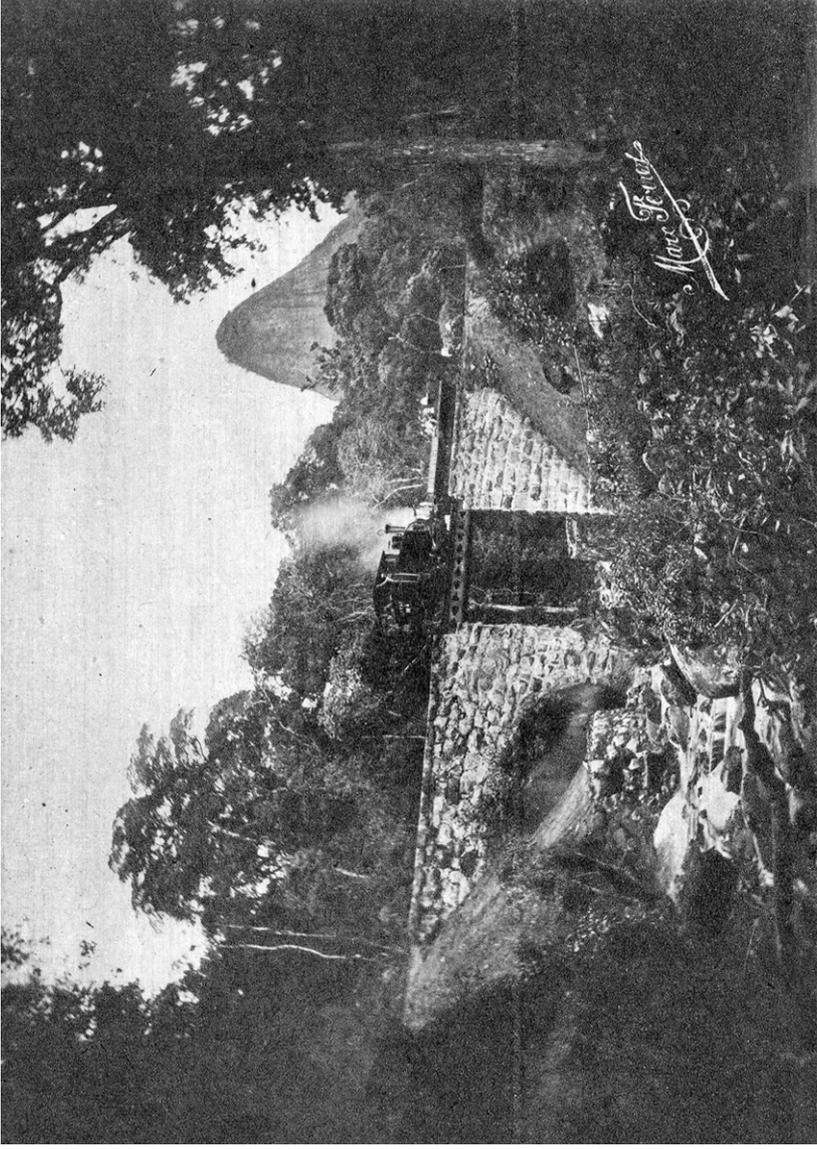
Grupo de veranistas de 1880, apreciando a vista da subida da serra para Petrópolis, antiga estrada velha. Na fotografia, vê-se perfeitamente o bom estado de conservação em que se mantinha a estrada. Tudo limpo, sem buracos e protegidos por frades e parapeitos.



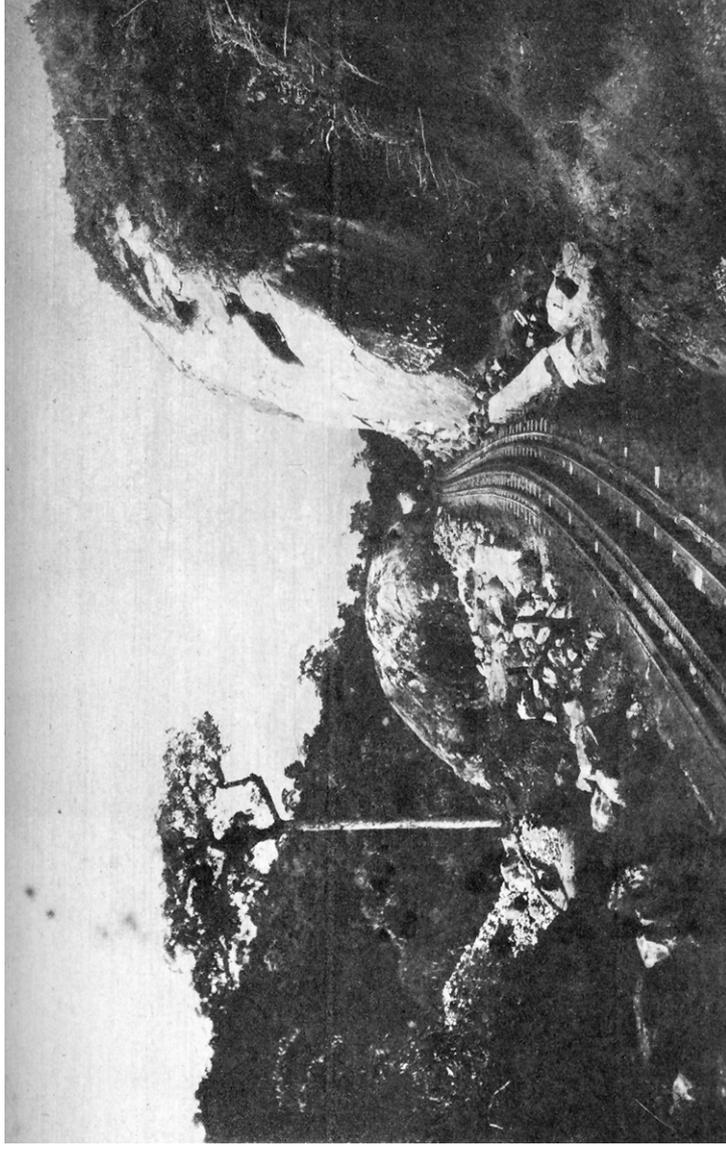
Interessante visão, através da floresta, da antiga estrada carroçável, que ia da raiz da serra da Estrela para Petrópolis. Ao fundo, envolto por nuvens, o Cabeça de Frade.



Alto da Serra de Petrópolis. O encontro das estradas de ferro e de rodagem antiga, por volta, de 1885, e onde principiava a estrada da vila Teresa, depois rua Teresa. Perto, ficava o bois, que de bosque só tinha o nome, e onde os veranistas vinham aguardar os diaristas que chegavam do Rio.



Locomotiva e cremalheira do tipo Riggerbach, da Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, atual Leopoldina Railway, passando num dos pontilhões da subida para a serra de Petrópolis, durante os serviços de construção da estrada, em 1882.



Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará. Quando em construção em 1882, pelos engenheiros brasileiros, Joaquim M. R. Lisboa e Marcelino Ramos. A estrada foi projetada pelo engenheiro Francisco Pereira Passos. À esquerda, belo exemplar de jequitibá.



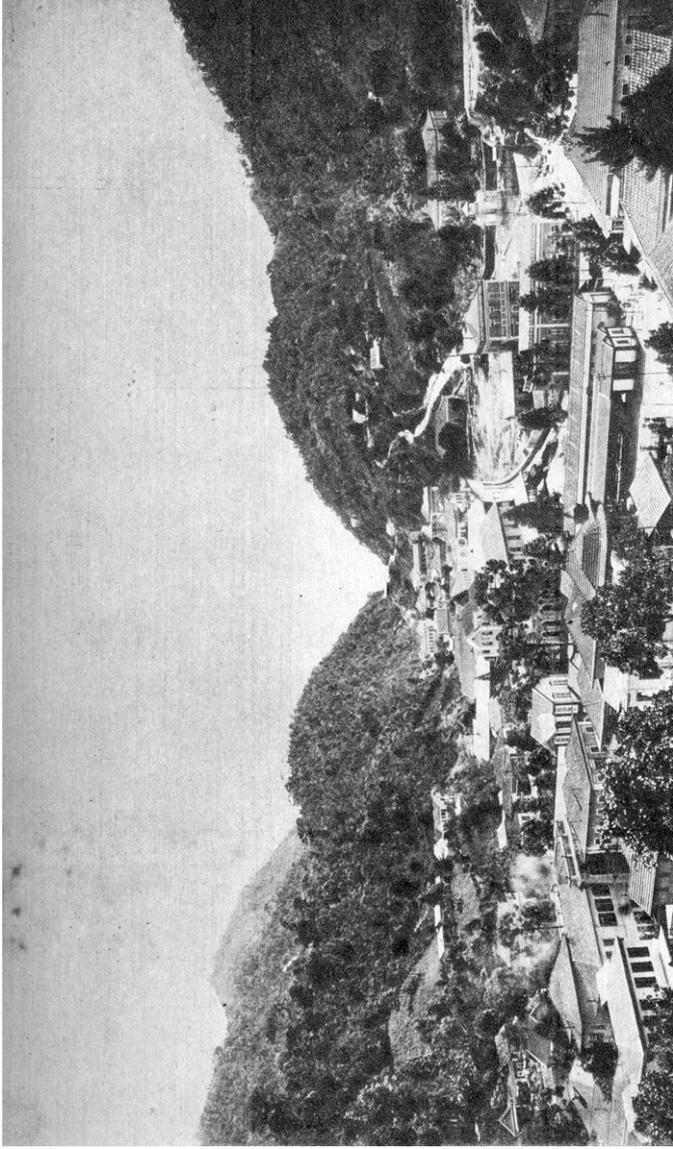
Viaduto da Grotta Funda. Na subida da serra de Petrópolis. Fotografia tirada logo após sua inauguração em 4 de janeiro de 1883, quando se efetuou a passagem de um trem com duas locomotivas e 3 carros, vendo-se, à esquerda o caminho rústico que serviu para conduzir os convidados, mais de 300, ao almoço oferecido, na floresta, pela cia., por tão auspiciosa data. Entre os convidados estavam o conselheiro Cristiano Ottoni e dr. Francisco Pereira Passos. Hoje em dia, esta ponte foi substituída por outra de concreto armado.



Outro aspecto do viaduto da Grotta Funda, na Estrada de Ferro do Grão Pará. A ponte tinha a extensão de 58 metros e estava a 24 metros acima do rio Caioaba. O redator do jornal de Petrópolis, *O Mercantil*, no seu artigo de fundo de 10 de janeiro de 1885, ao descrever a inauguração desse viaduto, dizia: “Jámos ver, nós e muitos dos que ali se achavam, pela primeira vez, ser atravessado o passadiço soberbo pelo cavalo arrogante” ...



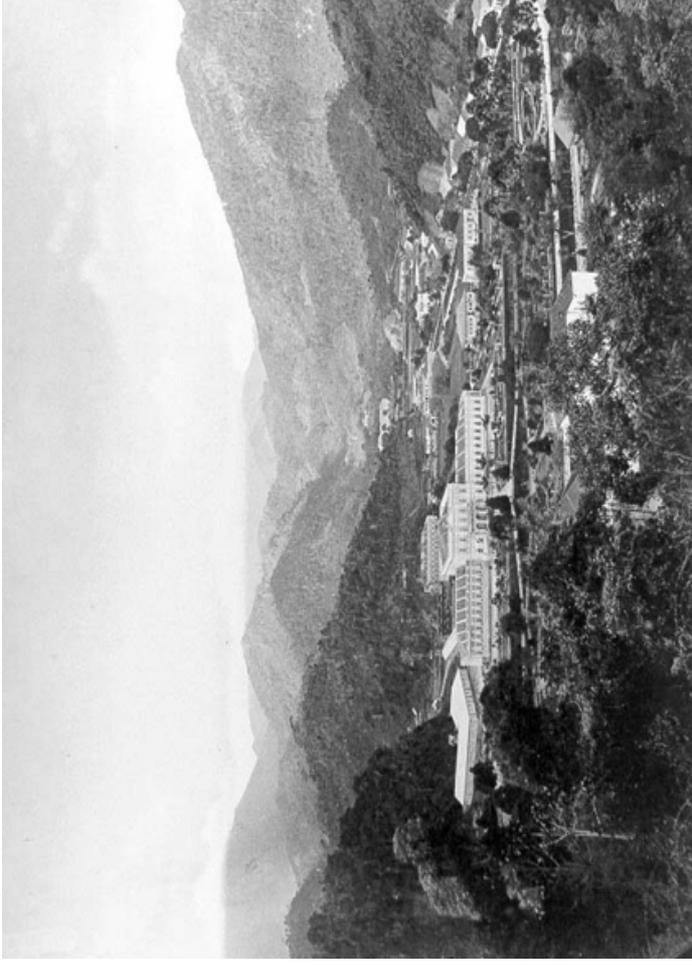
Vista panorâmica dos arredores da estação de Petrópolis, por volta de 1885. No primeiro plano, a atual rua Dr. Porciúncula, desde 1896, antiga Toneleiros, onde se vê o ônibus de burro que chamavam de carangueijola, e que fazia o percurso para Cascatinha; tinha 16 lugares internos e 16 externos. Por trás da antiga estação, a praça do Córrego Seco, do Príncipe do Grão Pará (até 1889), depois da Inconfidência, onde está atualmente o mercado municipal, tendo num dos lados a capela de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1876 ou 1885. Vêem-se casas da rua do barão do Bom Retiro, atual Floriano Peixoto. O grande chalé por trás dos vagões, lá está, tal qual, e tem a data de 1879. À direita, vemos, indo para o Quissamã, passando por cima do túnel da Leopoldina Railway, a antiga estrada dos Mineiros, pois era o caminho para ir a Minas Gerais, atual Silva Jardim.



Panorama tirado no mesmo local que a vista anterior, porém 15 anos mais tarde. O quarteirão em frente à estação está todo construído. Quase tapando a capelinha, a grande serraria a vapor Domingos. A rua Silva Jardim está ainda tal qual. À direita, por trás dum quiosque, a residência do barão de Ubá, onde a princesa Isabel passou a lua-de-mel. Este prédio está, atualmente, incorporado ao conjunto do colégio Notre Dame de Sion. A ponta do morro estava sendo terraplanada para dar passagem à rua Santos Dumont.



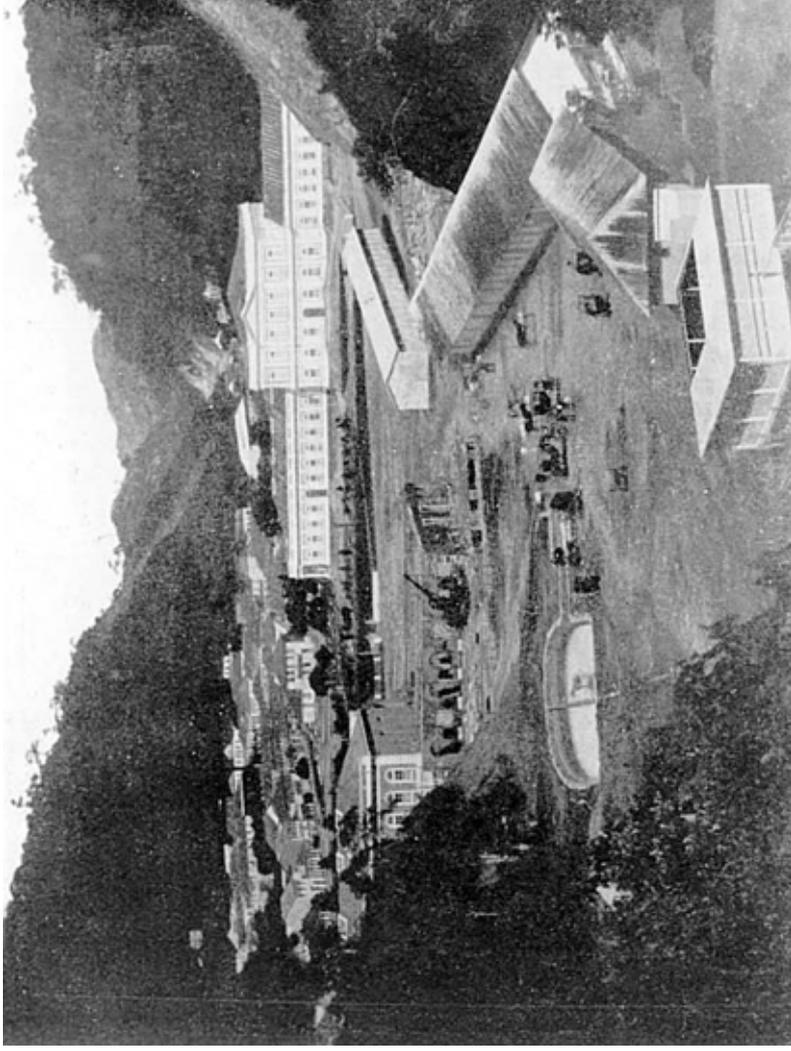
Trecho pitoresco de um dos múltiplos vales de Petrópolis, que fazia o professor Louis Agassiz, dizer, exprimindo um desejo que, possivelmente nesta era de aeroplano, tornar-se-á uma realidade, 80 anos depois: (p. 80) “Je ne puis m’empêcher de songer, depuis qu’une ligne de paquebots relie directement New York at Rio de Janeiro, combien il serait facile à qui voudrait jouir la l’admirable nature de tropiques de venir passer un été à Petropolis, au lieu d’aller a New port ou à Nahant. On a ici les plus beaux paysages de tous lê environs de Rio et des promenades a lasser lê cavalier le plus infatigable. De mai a octobre, la saison est delicieuse, juste assez fraiche pour qu’un petit feu de bois le matine et le soir ne soit pas de trop et cependant lês orangers sout couverts de fruit dor; il y a des fleurs partout”.



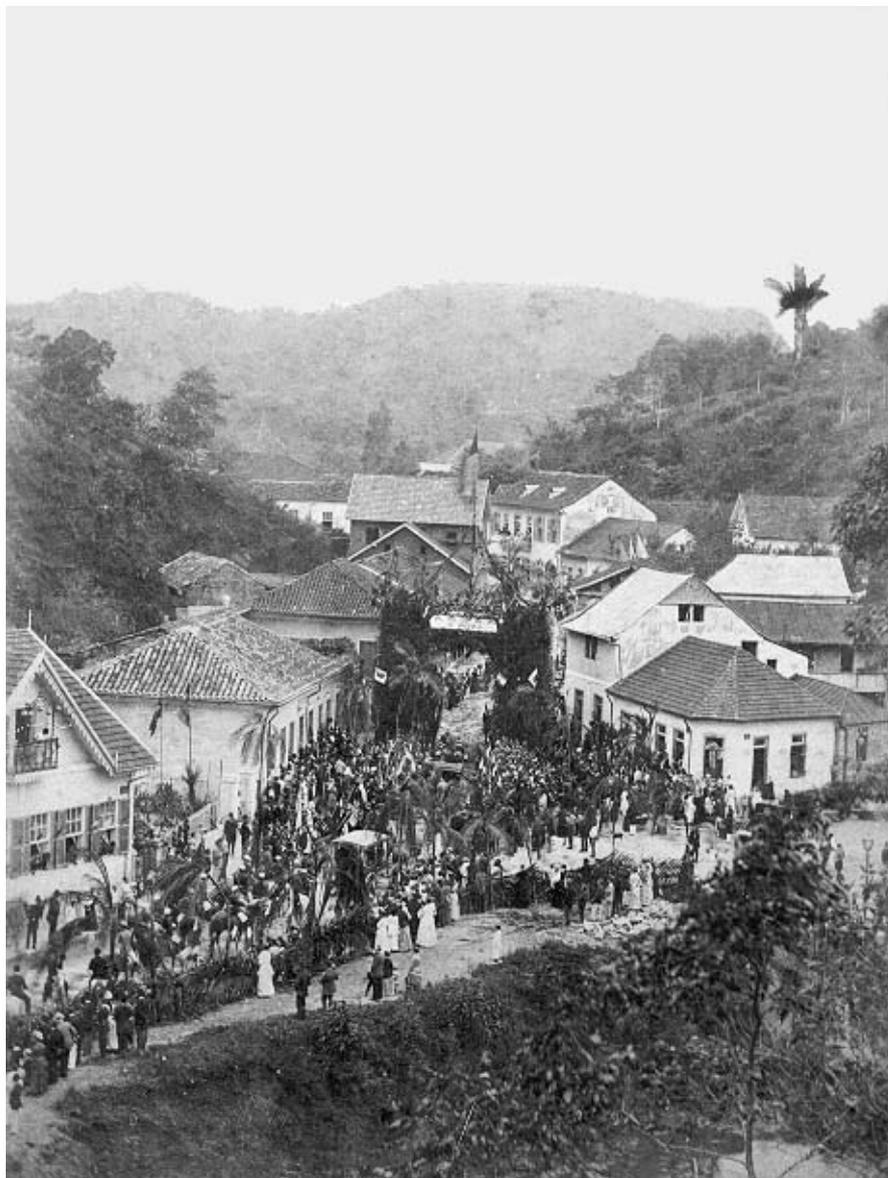
Palácio Imperial, à rua da Imperatriz, atual Sete de Setembro, em 1880. O jardim que cercava o palácio era mais extenso, e chegava à rua do Imperador, atual avenida 15 de Novembro. Foi sede do Colégio de Sion, de 1892 a 1907 e a partir desse ano, do Colégio S. Vicente de Paulo, para em 1940 transformar-se no magnífico e rico MUSEU IMPERIAL. As plantas desse prédio de linhas sóbrias, agradáveis e sem pretensões foram do arquiteto major Koeler, e, internamente de Joaquim Cândido Guillobel, ajudado por Araújo Porto-alegre e José Maria Jacinto Rebelo. A construção do palácio principiou em 1846 e terminou em 1857.



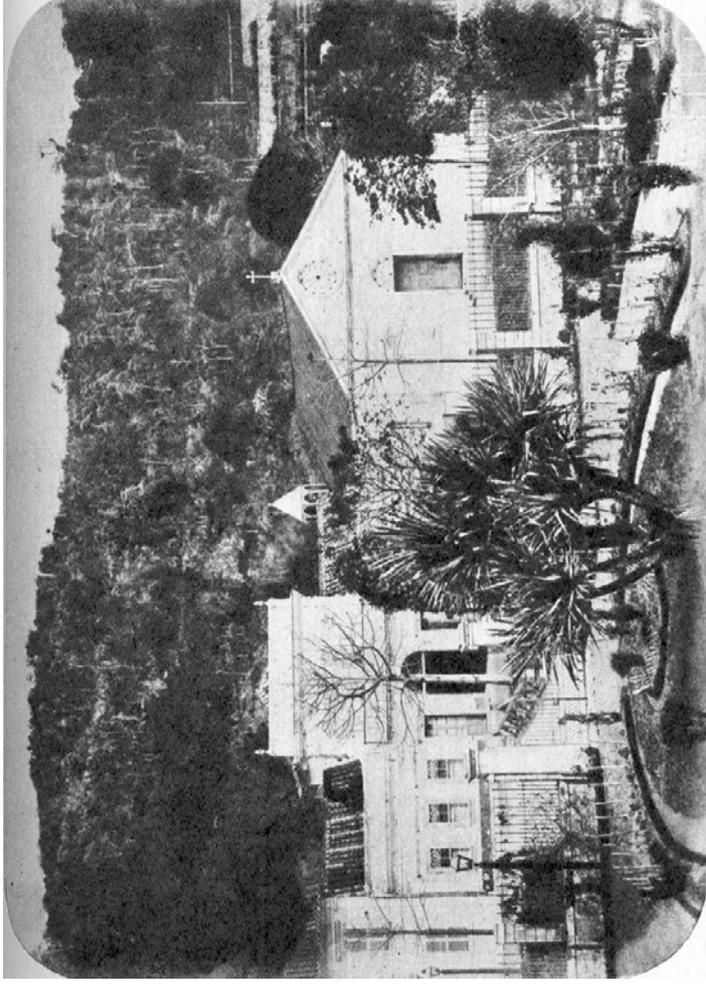
Aspecto do Palácio Imperial, por volta de 1890. Aí a família imperial gostava de passar de cinco a seis meses de verão. O criador do parque, até hoje conservado tal qual, foi o botânico francês, João Batista Binot, em 1853.



Fotografia de Revert Henrique Klumb, feita por volta de 1870, no eixo da atual avenida D. Pedro I, ao centro, o Palácio Imperial, e à esquerda, a casa dos semanários, atual Palácio Grão Pará, quando em obras para ser ampliado. No primeiro plano: tanque dos animais, carruagens e cavalariças do palácio. O bosque do Imperador ainda não fora criado. À esquerda vê-se correr a rua do Imperador, atual avenida 15 de Novembro.



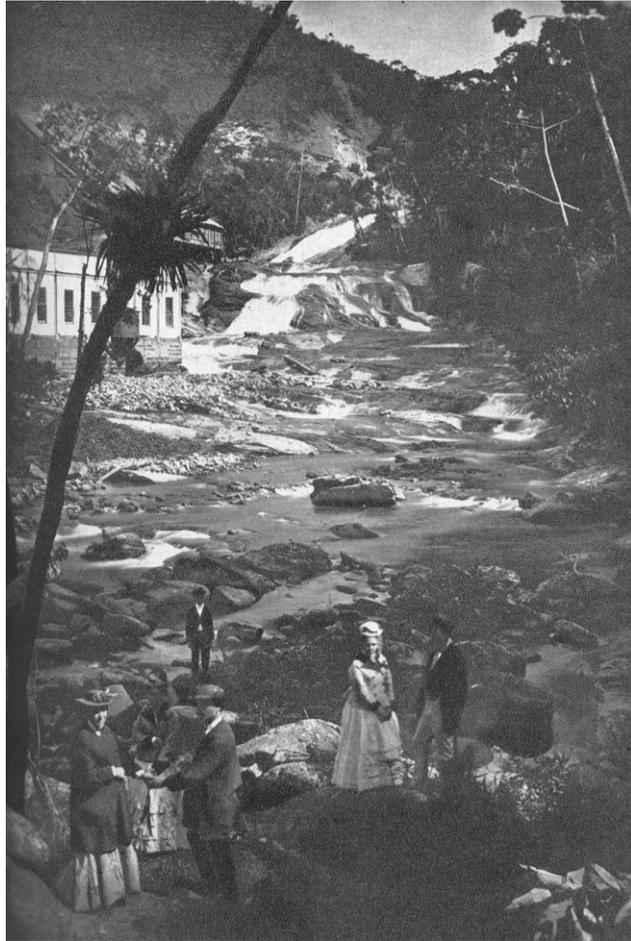
Aspecto da rua dos Protestantes (13 de Maio), por ocasião da chegada da princesa Isabel e do conde d'Eu de volta de uma excursão ao interior da província do Rio de Janeiro. Cerca de 1875. Fotógrafo desconhecido. Coleção do Museu Imperial.



Antiga igreja matriz que ficava à rua da Imperatriz, atual 7 de Setembro. Fotografia feita no interior do jardim do Palácio Imperial, bem em frente ao portão central. O local da ponte que aí vemos ainda lá está, indicado por duas grossas paineiras que resistiram, por milagre, à derrubada sistemática da prefeitura. A matriz, “foi levantada no grande barracão a princípio destinado para agasalho e recebimento dos colonos alemães. As obras para a transformação do barracão em igreja datam de 1848”. Fotografia tirada por volta de 1865, por Pedro Hees e que está no álbum *Vistas de Petrópolis*, que se acha na Biblioteca Nacional.



Interior da matriz antiga, construída em 1848-49, e demolida em 1924. O painel do canto superior, à direita, acha-se conservado no Museu Imperial. O fotógrafo é desconhecido. Coleção do Museu Imperial.



Cascatinha. Veranistas de 1880 apreciando, um dos passeios clássicos de Petrópolis, a cascatinha Bulhões.



A linda cascata do Itamarati, por volta de 1880, antes da criminoso derrubada sistemática da mata virgem que a protegia e formava o local ideal mais pitoresco e grandioso de Petrópolis. Era passeio obrigatório de então, hoje em dia... nem se fala de sua existência.



Quem diria! Aí temos o que era Quitandinha. Já em 27 de dezembro de 1857, no *O Paraíba*, lia-se: “Vende-se, ou arrenda-se, uma grande propriedade em Petrópolis, própria para um hotel, no lugar denominado Quitandinha, constando de duas grandes casas construídas de novo de pedra e cal, com todas as acomodações necessárias para um grande estabelecimento, linda chácara, bonitos passeios, grande abundância de água cachoeiras, 3.000 pés de árvores frutíferas da Europa e do país, extensa parreira, grande capinzal para mais de 100 talhas diárias, 200.000 braças quadradas em matos virgens, etc.” Foto da coleção do Museu Imperial.



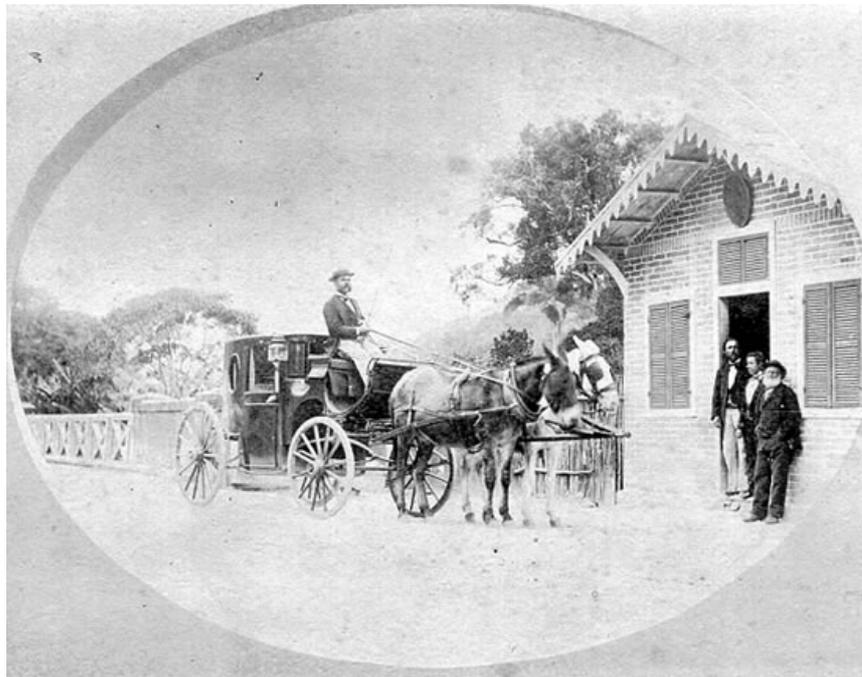
Visão típica do velho Petrópolis, a carrocinha do leite, que chegou até nossos dias. Foto da coleção do Museu Imperial.



Aguardando a chegada do trem, em Petrópolis, em 1885. Esta fotografia é um estudo sobre os vários gêneros de locomoção de então. Vemos o tálburi, caleche, o landau, a vitória, o cab, o cavalo e o ônibus. Os cocheiros estão de libré e cartola. A estação velha da estrada velha da Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, inaugurando-se em 11 de fevereiro de 1883, com a presença do imperador d. Pedro II.



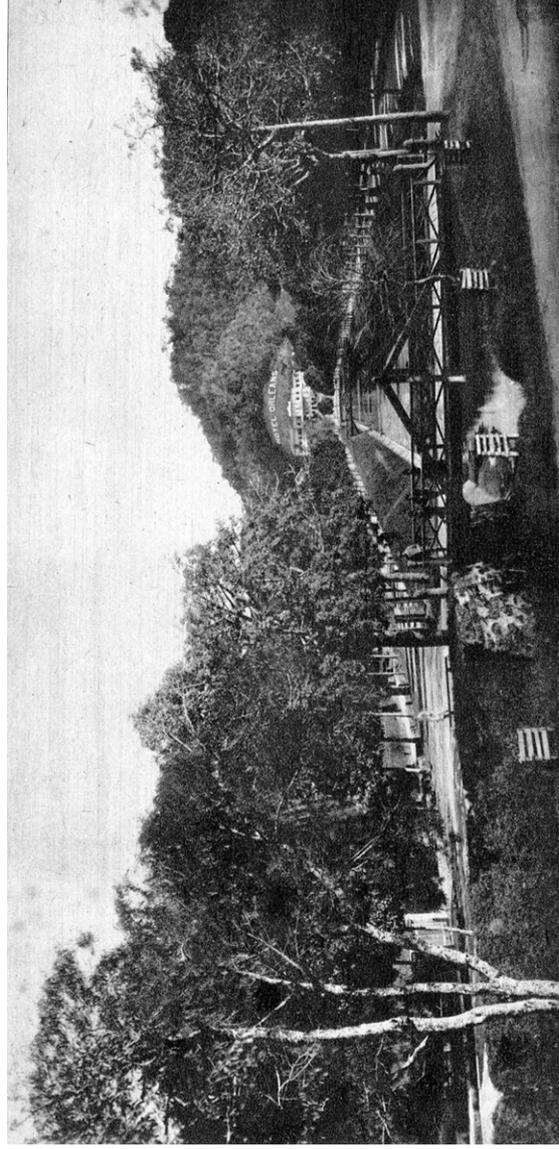
Passam-se alguns anos e, no princípio do século atual, à chegada do trem, havia um verdadeiro *embouteillage* de carruagens. Os terrenos baldios desapareceram para dar lugar aos prédios de moradia, hotéis, cafés, etc. Petrópolis crescia.



O cocheiro Antônio Brandão, ex-condutor de diligências, na ponte do Retiro, vendo-se a casinhola onde se pagava o pedágio; 500 réis os carros e 80 réis os cavaleiros, tanto na ida como na volta, isso em 1884. Fotógrafo desconhecido. Coleção do Museu Imperial.



Aí temos o velho e tradicional Hotel Bragança, que existiu nesse local, desde sua fundação, em 1848, até 1924. Foi um dos melhores do país. Era ponto obrigatório de toda Petrópolis e o preferido da sociedade. Em frente ao hotel, realizava-se a solenidade da entrega da chave da cidade ao imperador. Fotografia tirada no fim do século passado por fotógrafo desconhecido. Coleção do Museu Imperial.

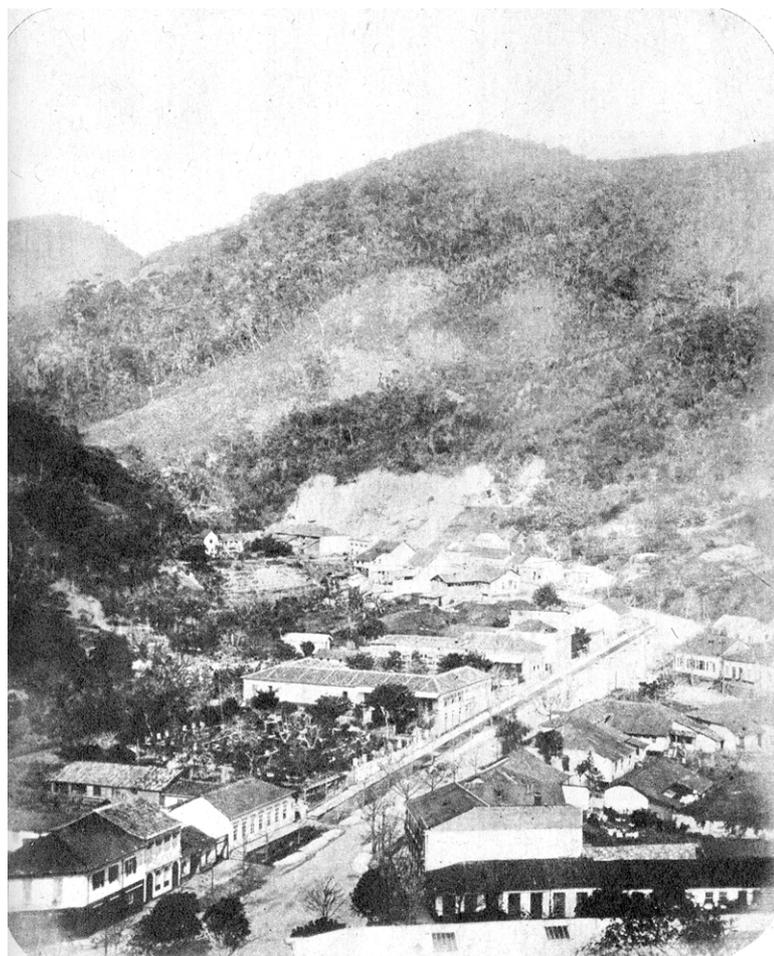


Avenida Koeler, em 1884 (Antiga rua D. Afonso). No fundo, o Palace Hotel, antigo Hotel Orleans. Das quatro paineiras que enquadravam as pontes então, ainda existe uma.

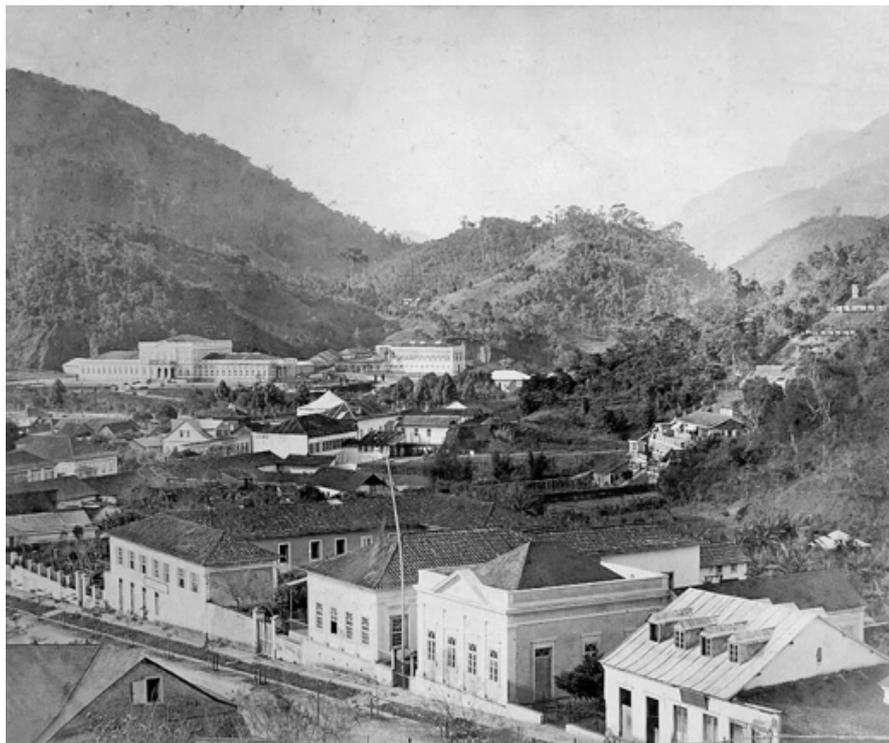


Hotel d'Europa

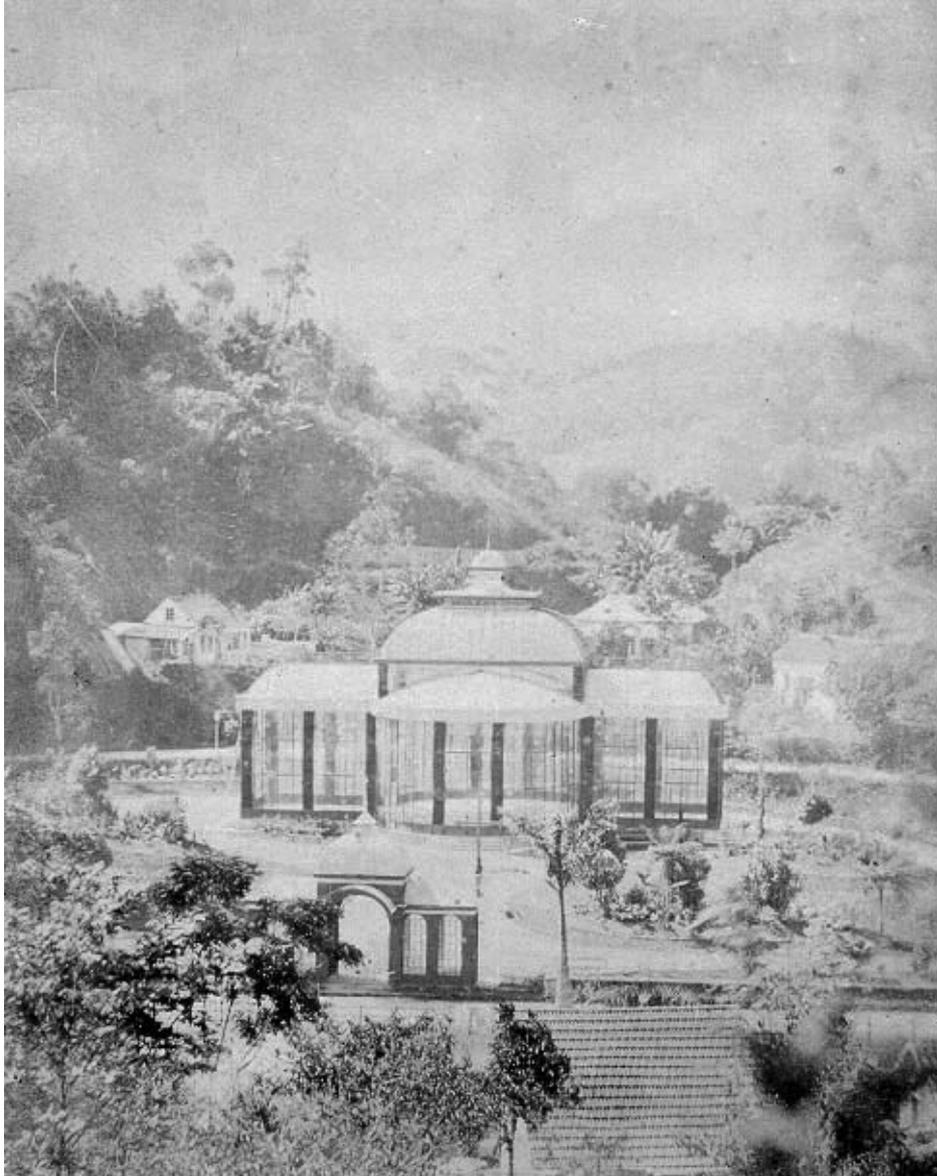
Antigo *Oriental* que pertenceu durante longos anos ao turco Said Ali, que viajara pelo mundo como camareiro de um nobre acabou hoteleiro em Petrópolis. E muito bom hoteleiro. Hospedou o arquiduque Maximiliano, depois imperador do México. Hinchliff, em sua obra, *South American Sketches* faz-lhe grandes elogios. Em 1868, anunciava que aos domingos haveria “excelentes empadas de galinha e palmito com camarão, desde 6 horas da manhã; assim como pão de ló (como só o Batista sabe fazer) pudins, tortas, presuntos e folhada de manteiga fresca. Prontificasse qualquer encomenda e enfeita bandejas de doces para *soirées*”. Em outro anúncio, vendia “superior geléia de marmelada, fabricada por Said Ali, notável pela aplicação as pessoas que sofrem do peito”. (Paraíba, 27 de fevereiro de 1859). O Hotel d'Europa era o preferido dos recém-casados que tinham o bom gosto de subir para Petrópolis. Infelizmente esse prédio foi parcialmente demolido em 1948.



No primeiro plano, rua do Imperador, atual 15 de Novembro, onde vem desembocar a rua Princesa D. Januária, atual Marechal Deodoro onde se vê, bem ao centro, o casarão da primitiva fazenda do Córrego Seco, onde, em 1861, instalou-se o hotel Mac-Dowal que chegou até nossos dias com o nome de pensão Geoffroy. No fundo a rua Teresa. Foto de Pedro Hess, cerca de 1867 e que está no álbum *Vistas de Petrópolis*, da Biblioteca Nacional.



Aspecto de Petrópolis de 1865, tirado provavelmente por Klumb, do alto da rua Princesa D. Januária (Marechal Deodoro) e onde reconhecemos a velha fazenda do Córrego Seco (Pensão Geoffroy) e a atual casa de D. Jerônima de Mesquita, antiga casa do conde da Estrela. Vêm-se também os fundos do colégio Santa Isabel e os palácios Imperial e Grão Pará (antiga casa dos Seminários). Coleção do Museu Imperial.



O Palácio de Cristal construído em França para exposições de flores da Associação Hortícola, que alcançaram grande sucesso, assim como os concertos musicais que se seguiram. Tomaram parte nesses concertos: Alberto Nepomuceno e sra., me. Landsberg, melle. Yvone de Geslin, d. Elvira Gudín, etc. A pedra fundamental do Palácio de Cristal foi colocada em 2 de fevereiro de 1879 em presença de SS. MM. II. É de se esperar que um desses dias dêem-lhe novamente o seu aspecto e função antiga. Da coleção do Museu Imperial. Fotografia do ateliê de G. Leuzinger.



Avenida Barão do Rio Branco, antiga Westfália. Ao fundo vemos a cúpula do Palácio de Cristal.



Aspecto de uma exposição hortícola de Petrópolis, por volta de 1878. Fotógrafo desconhecido.
Coleção do Museu Imperial.



Hotel Internacional que pertenceu ao sr. Paladini à rua de Bragança, hoje em dia 1º de Março. Antes de ser hotel pertenceu esta bela propriedade ao inglês Scully. Em 1910 foi adquirida pelo sr. Landsberg, que em 1915 ou 1916 vendeu-a ao sr. Luís R. Miranda para ali se instalar o Tennis Club, que passou a ser um dos pontos obrigatórios de reunião dos veranistas. Em 1948 foi adquirido pelo *Petropolitano F. C.* que aí instalou sua sede social.

dos engenheiros brasileiros Joaquim M. R. Lisboa e Marcelino Ramos da Silva, que tiveram de vencer grandes dificuldades, como se pode julgar por algumas das fotografias tiradas durante a construção da mesma. Foi a primeira estrada de ferro a cremalheira no Brasil, tendo as obras principiado em 1º de agosto de 1881.

Daí por diante, tornou-se hábito esperar a chegada do trem. Petrópolis em peso comparecia; o imperador nunca faltava. Dizem que, antes de se construírem os edifícios em frente à estação, havia ali uma pedra onde dom Pedro II gostava de ficar, para melhor apreciar o movimento.

Já que estamos falando da estação da estrada de ferro, façamos o elogio dos seus carregadores que, ainda hoje, prestam os mais variados serviços à população e veranistas. Em 1895, havia um que anunciava através das páginas da *Gazeta de Petrópolis* (20 março):

“O carregador nº 18, mudou-se para a avenida Marechal Deodoro nº 16, onde faz carretos, vende *O País*, encarrega-se de lavagem de casas e distribuições de manifestos e programas a preços razoáveis. Serviço grátis na hora da entrega de *O País*, a saber: entregar cartas no correio ou no centro de Petrópolis, passar telegramas, e podendo procurar pessoas para o serviço doméstico e casas para alugar. ass. Jacob Setlimi.” Mais não era possível pedir, era o *factótum* ideal!

Petrópolis era a mais aristocrática de nossas cidades. Os colonos alemães habitavam os vales retirados, a Mosela, o Bingen, o Ingelheim, Rhenania, Westphalia, Palatinado. A parte central era ocupada por palacetes dos titulares e diplomatas, cercados de belos jardins floridos e de bosques, muito dos quais chegaram até nossos dias, tais como: Palácio Imperial, palácio da princesa Isabel, o da baronesa de S. Joaquim, de Mme. Landsberg, da família Franklin Sampaio, do visconde de Mauá, da família Abreu Fialho (antiga Duchas), do dr. Francisco Pereira Passos, Chácara das Camélias, de d. Jerônima de Mesquita, dr. Guerra Rocha Miranda, Mme. Regendanz, barão do Rio Branco, embaixada inglesa, do sr. Bloch, e outras. Todos realçados pela vegetação dos parques delineados por Binot e tão ao gosto do nosso Segundo Reinado; com camélias, azaléias, flor do imperador, glicínias, rododendros, mulungus, paineiras, chorões, ciprestes, magnólias, crócus, pinheiros do Paraná, palmeiras diversas, etc. A corte dava o tom. Dom Pedro II adorava sua Petrópolis e ali deixava-se ficar, de novembro a maio.

Gostava de percorrer as ruas em sobrecasaca chapéu alto e mãos atrás. Caminhava pelo centro das ruas, nunca pelas calçadas. Falava com todos; quando calhava ser um colono alemão, acontecia corrigir-lhe a pronúncia. Ia às reuniões, festas e concertos do Hotel Bragança, às Duchas. Tanto o imperador como a família imperial eram muito queridos dos petropolitanos que, todos os anos, por ocasião da subida de SS. MM. II. organizavam brilhante recepção com música, vivas, foguetões, embandeirando e levantando arcos festivos com bambus e folhagens. À noite, os colonos alemães, como era uso, à luz de centenas de archotes, galgavam a montanha que fica em face da residência imperial, o morro do Cruzeiro, e ali, ao som de hinos e cantos, faziam estourar nos ares milhares de girândolas. Era um quadro magnífico ver a montanha iluminada, e subirem ao céu em todas as direções mil raios luminosos! (*O Paraíba*, 13/01/1859 e *Jornal do Comércio* de 24/10/1847).

As matas não tinham sido devastadas, como acontece em nossos tempos. Um passeio de carro ou a cavalo à Cascatinha, à cascata do Itamarati, ao Retiro, à Cremerie, ao Alto da Serra (o Bois) ou à Quitandinha, eram maravilhas apreciadas por todos os turistas que iam gozar frescura, saúde, amenidade ambiente e ver a natureza exuberante, tudo próximo à corte, onde imperavam calor e a febre amarela. Não havendo automóveis, dominavam “os confortáveis landaus, os cupês, as berlindas de altas boléias com grandes lanternas de cristal, com seus cocheiros sempre perfilados, ligeiros *phaetontes*, cavalos de raça, charretes, aranhas, vitórias, caleças, *char-á bancs* para doze pessoas, e a carangueijola (ônibus a burro). Alugavam-se animais de 3\$000 a 5\$000 e carros de 2\$000 a 3\$000 por hora. Bastava dirigir-se ao Antônio Brandão, antigo condutor de diligências, à rua do Imperador 146, que fornecia o que preciso fosse para um bom passeio. Ou então a João Amâncio de Sousa Coutinho, rua da Imperatriz 11 e 13, que adquirira a antiga cocheira de carros da serra; e outros.

Os hotéis eram bons e melhores do que os do Rio, sendo mais afamados: o *Bragança*, inaugurado em 1848 e que prestou relevantes serviços à cidade até 1924, o preferido da sociedade, cujos empregados falavam francês e alemão, com 92 quartos, um espaçoso salão de baile, teatro, refeitório para 200 pessoas, etc. No grande salão reunia-se o *Clube dos Diários*, “modesta associação sem estatutos nem regulamentos criada por um grupo de viajantes que faziam a viagem redonda de Petrópolis à corte, diariamente.”

(Guia do Tinoco, p. 75). O *Orléans*, inaugurado em 1883, à rua Barão de Amazonas, o atual Palace, o primeiro cuja construção, desde o início, se destinou a hotel e que vangloriava-se de comunicar-se com o Hotel Bragança, do mesmo proprietário, por meio de um telephono (sic). Possuía passeios na floresta, labirinto, banhos de duchas e de cachoeira. A diária, em 1884 era de 5\$000, crianças e criados, 3\$000. Almoçava-se as nove e meia, jantava-se às quatro e meia e havia chá, das sete às dez horas da noite. O *Grão Pará*, bem mobiliado à inglesa, ficava à rua do Imperador (15 de Novembro), em frente à bacía do prédio pegado ao Grande Hotel atual), aí os empregados falavam inglês, pois era o antigo *Hotel Beresford* que pertencia ao inglês George Beresford. O *Oriental*, depois *Europa*, pertencente ao turco Said Ali, que hospedou o arquiduque Maximiliano, depois imperador do México, e, que Hinchliff tanto elogia. Havia mais o *Mac-Dowal*, fundado em 1861, instalado na primitiva fazenda do Córrego Seco, conhecido também por *Hotel Mills* por pertencer ao inglês Ricardo Mills, e mais tarde transformou-se em pensão Macedo, e depois *Jeoffroy*, demolido em 1942. Quase todos anunciavam, triunfantes, que possuíam carros em correspondência com a estrada de ferro e... um piano! Como se dançava então! Era a grande mania. Houve anos em que era chique jogar, outros em que estavam na moda os piqueniques, mas, depois que os petropolitanos deram para dançar foi a grande folia. Todos dançavam, crianças, moços e velhos, até a família imperial.

Havia as exposições hortícolas no Palácio de Cristal que atraíam toda a fina flor petropolitana. Essa idéia de criar-se um “palácio de exposição hortícola” foi uma “idéia simpática e patriótica de Sua Alteza o sr. conde d’Eu”, conforme o *Mercantil*, no ano de 1883. Construiu-se a estufa, que veio da França, no local do antigo Passeio Público. A inauguração deu-se em 2 de fevereiro de 1884, com magnífico baile em benefício da associação hortícola.

O Congresso Filarmônico 15 de Março organizava saraus dramáticos no Teatro da Floresta, mantido por sr. Augusto Rougemont. O programa de 7 de janeiro de 1883, em honra à chegada de SS. MM. consistiu em: hino nacional e uma das melhores ouvertures executada pela banda de música, comédia de um ato de Alfredo de Ataíde – *O Tio Torquato*, pelo corpo cênico do congresso. A seguir a “muito espirituosa e aplaudida comédia em 3 atos, de Rangel de Lima – *Moços e velhos*.” Nos intervalos tocava

a orquestra do congresso. Findo o espetáculo: grande baile, que terminava alta madrugada. Os petropolitanos sempre apreciaram o teatro. Desde 1858, já se havia construído – o *Progresso* (*O Paraíba*, 24/01/1858) e desde então várias companhias subiam a serra para distrair um pouco a população. Os espetáculos deviam ser bastante concorridos, pois o proprietário do Hotel Suíço, um dos melhores, então, 1858, dava-se ao trabalho e despesa de participar ao público, por meio de anúncio no jornal – “que nas noites de espetáculo se encontra no seu estabelecimento uma grande diversidade de comidas, vinhos, licores finos e doces de todas as qualidades, encarregando-se de mandar levar aos camarotes chá, refrescos, etc., assim como guardar as bengalas, dando um cartão numerado, sendo todo o serviço feito com prontidão e asseio.” E o chefe de polícia a fazer público – “que é inteiramente proibido entrar-se para as cadeiras, ou platéias do teatro com bengalas e chapéus de sol, bem assim, em observância aos artigos 139 e 140 da lei de 5 de dezembro de 1849, recomenda-se a todos os srs. espectadores, ordem, decência e silêncio necessários.” Se esse pobre subdelegado de polícia visse a algazarra que se faz em nossas salas de espetáculos de hoje – fechava-as. Para aqueles que acham os preços de cinema caro, informamos que os preços do Teatro Progresso, em 1858, variavam de 8\$000 (camarotes) até 2\$000, cadeiras e 1\$000, platéia, o que equivaleria, mais ou menos, a uns Cr\$ 60.000 e Cr\$ 20,00 de hoje. Havia também corridas de cavalos no Jockey Clube de Petrópolis que data de época quase remota, para nós, pois inaugurou-se em 23 de agosto de 1857 e ficava no prado do Frágoso, na raiz da Serra. Este prado existiu quase até o fim do século, e serviu até para alguém publicar no *Mercantil* de 05/01/1889 uma quadrinha que prova que Petrópolis já tinha ou ia ter muita coisa que o Rio ainda não tem em abundância hoje:

“Tem cavalos de corridas
E, portanto, um prado tem;
Vai ter gás, vai ter esgotos
E água muita também”.

Não esqueçamos as recepções de Suas Altezas os srs. conde e condessa d’Eu, às segundas-feiras, das duas às quatro da tarde, na sua residência à r. D. Afonso (Av. Koeler).

Os divertimentos em Petrópolis, não eram tudo. Assim, criaram fama seus bons colégios, tais como: o *Kopke*, inaugurado em

1848 que possuía prédio próprio, construído especialmente para isso, à rua Nassau, atual Av. Piabanha. Entre outras coisas, ensinava aos alunos natação, no rio Piabanha, e nos recreios, o cultivo de flores e legumes. O colégio *Paixão*, fundado, em 1871, por José Ferreira da Paixão, à rua do Palatinado, cujo prédio, anteriormente serviu ao colégio de João Batista Calógeras; a *Escola Doméstica de N. S. do Amparo*, do padre Siqueira e fundada por ele em 1868; o Santa Isabel, para meninas pobres, fundado por um francês, padre Nicolau Germain, dirigido até nossos dias por freiras da congregação de S. Vicente de Paulo.

Montaram-se grandes fábricas de tecido, a *Imperial Fábrica de São Pedro de Alcântara*, a fábrica na *Cascatinha da Cia. Petropolitana*, então a maior da América do Sul; a *D. Isabel* e outras. A fábrica de cerveja de Frederico Guilherme Lindscheid, atual *Bohemia*, “que era montada com luxo e possuía um magnífico salão para receber os consumidores”, a garrafa de cerveja custava 100 réis. Tinha sempre cerveja dupla, cerveja preta, cerveja barbante, água de Seltz, limonada gasosa e sifon.

Os alemães Heinrich e Guilherme Sieber, artistas em lapidações de vidro, executavam trabalhos artísticos, gravando, lapidando e dourando, sobre grande variedade de objetos de vidro e, deixando lindos exemplares, que hoje são muito apreciados pelos colecionadores, tais como lampiões para querosene, pesos para papel, copos, vasos, buquês, decorados com ramos de flores e aspectos da terra, tudo como eterno moto – “Lembrança de Petrópolis.” Outro artista que viveu dos veranistas foi Carlos Spangenberg, apreciável entalhador, fabricante das afamadas bengalas de Petrópolis e outros objetos entalhados em madeira, tais como: molduras para quadros, espelhos, ramalhetes de flores, farinheiras, bonecos, tudo ao gosto germânico, tão em moda nos centros turísticos da Alemanha, Áustria e Suíça. Concorreu com seus objetos artísticos a várias exposições, sendo premiado nas exposições: Nacional de 1861 e 1866; de Londres em 1862; e Paris, em 1867.

Como toda cidade que se preza, Petrópolis teve seus fotógrafos, alguns artistas de real mérito. Assim temos Henrique Klumb, que era fotógrafo de SS. MM. II. e da Academia das Belas-Artes, estabelecido no Rio de Janeiro, a partir de 1855, e que antes de 1862 andou fotografando aspectos da cidade serrana. Mais tarde, em 1865, estabeleceu-se definitivamente em Petrópolis, onde desen-

volveu seu comércio tirando retratos dos personagens ilustres que lá iam veranejar, organizando exposições de seus trabalhos onde, “o visitante, ao pagar sua entrada de 1\$000, adquiria o direito a um exemplar do seu retrato em quadro que se entregará três dias depois de tirado” (*O Mercantil*, de 6 e 09/01/75). Tirou vários aspectos pitorescos da cidade e arredores que estão minuciosamente relacionados no raríssimo livrinho “Petrópolis – relação das vistas em fotografias de Petrópolis e seus arrabaldes – Petrópolis, 1874.” Foi um dos primeiros a tirar paisagens com efeitos de luar que obtiveram grande sucesso. Algumas destas fotografias serviram para ilustrar o delicioso e raro guia: *Viagem Pitoresca a Petrópolis*, atribuído a Carlos Augusto Taunay, e o raríssimo *Doze Horas em Diligência – Guia do Viajante de Petrópolis a Juiz de Fora, Escrito em Dois Idiomas: Português e Francês, Pelo Fotógrafo de SS. MM. e AA. II. e da Imperial Academia das Belas-Artes, Rt. H. Klumb – 1872.*

O *Almanaque Laemmert* de 1864 nos dá notícia de um fotógrafo petropolitano – João Meier Filho. Logo no ano seguinte faz referências a um atelier de João Nogueira de Sousa, à rua Paulo Barbosa e, à rua D. Afonso, em 1867 achava-se Pedro Hees. Os filhos deste continuaram o negócio do pai e a firma Hees, Irmãos, existiu até 1915. Existem deles interessantes e raros álbuns com vistas da cidade que atestam o grau de perfeição que atingiram. Em 1892 anunciavam que estavam à praça da Liberdade, antiga Dom Afonso, nº 8, onde tiravam retratos, vistas, etc., pelos mais aperfeiçoados sistemas; e que vendiam grupos da ex-família imperial, tirados dias antes da sua deposição.

A seguir veio o pintor retratista e paisagista Ernest Papf que nos deixou alguns bons retratos e ótimas paisagens. Como muitos artistas do seu tempo, com o advento da fotografia, tomou-se de paixão pela nova arte e virou fotógrafo. Em 1885 morava à rua Barão do Amazonas perto do hotel Orleans, atual Palace, e anunciava no *Guia de Petrópolis* de Tomás Cameron que se encarregava de trabalhos relativos à sua arte, especializando-se em grupos, vistas de Petrópolis e da estrada de ferro. (p. 118).

Ernest foi sucedido por seu filho Jorge Henrique Papf. Em 85 foi publicado um *Álbum Guia da Cidade de Petrópolis*, direção de Júlio Pompeu de Castro Albuquerque, onde havia fotografias de J. H. Papf. O álbum custava 3\$000. Como gostaríamos de ver um deles!

À rua Nassau (av. Piabanha) nº 8, desde 1877 ficava o importante *Estabelecimento Hidroterápico* – as Duchas – do francês Antoine Court, que declarava em anúncio no guia de Th. C. (Tomás Cameron) – “Estabelecimento montado sob o modelo dos mais notáveis da Europa e munido de todos os aparelhos atinentes à hidroterapia. Duchas frias, quentes, escocesas, graduadas, de vapor, elétricas, etc. Banhos de vapor, de piscina e de natação, russos e simples, aromatizados, de terebintina e sulfurosos”. E não exagerava; as Duchas, como todos chamavam, eram ótimas, bem instaladas e melhor freqüentadas. A família imperial era assinante e toda a alta roda lá ia buscar conforto a seus males. Petrópolis era então estação d’água!

Outro francês, (já notaram a quantidade de boas coisas e instituições que Petrópolis deve a esta nação?) Jules Buisson, foi o criador da *Fruitière Buisson* ou *Cremerie Parisienne*, depois *Cremerie Buisson*. Foi ele que deu a Petrópolis e ao Rio queijos e manteiga fresca; antes, tudo vinha em lata da Europa. Queria formar “uma sociedade de cultivadores reunindo-se em comum para levarem em dias e horas marcadas, em lugar preparado para esse fim, todo o leite que pudessem vender para o fabrico de queijos e manteiga”, conforme nos informa J. Tinoco, em 1885.

A cidade já possuía o bem organizado hospital de *Santa Teresa*, funcionando em amplo prédio, inaugurado a 12 de março de 1876, por dom Pedro II, que tão relevantes serviços vem prestando até hoje. Assim uma biblioteca municipal e dois jornais: *O Mercantil*, e *O Paraíba*, cujos primeiros números apareceram, respectivamente em 3 de março e 2 de dezembro de 1857, e respectivas oficinas tipográficas.

Para aqueles que pensam que os *tubarões*, então *monopolistas*, da vida atual são uma criação das dificuldades do nosso século XX, e que os bons tempos eram antigamente, transcrevemos uma pequenina notícia aparecida no *Paraíba*, de 7 de fevereiro de 1858, há, portanto, 90 anos passados: “Apesar das providências tomadas ultimamente pelo digno sr. subdelegado sabemos que se continua a vender nos açougues carne a 240 réis a libra e de péssima qualidade. Os monopolistas procurarão de todos os modos iludir as autoridades e prejudicar o público”. Como vemos, “plus ça change plus c’est la même chose”.

Não podemos descrever Petrópolis, nesse fim de século, sem mencionar os sapos. Sim, os famosos sapos petropolitanos. Havia-os em profusão, de todos os tamanhos e feitios que, à noite, organizavam verdadeiros concertos, precursores da música moderna... Depois do pôr-do-sol, e especialmente em dia chuvoso, era impossível passear pelas ruas sem pisar, por descuido, num batráquio. Vários viajantes, que por ali passaram mencionam, espantados, a profusão e barulheira produzida por tão úteis quão repugnantes animais. Interessante e espirituosa descrição é a que lemos na obra – *South American Sketches*, de Thomas Woodbine Hinchliff, grande admirador e entusiasta da linda cidade serrana, onde se demorou algum tempo, “... mas os estudos de um recém-chegado ao Brasil, numa noite chuvosa, são estranhamente interrompidos pelo incrível barulho de rãs e sapos, de todos os tipos e tamanhos, que por discordantes ruídos demonstram sua exuberante alegria. Não se pode chamar aquilo de coaxar. As variedades mais quietas e sossegadas, talvez coxem, cedo, porém, são silenciadas por tribos cujos nomes são legiões, grunhindo, bufando, e até estridentes como trem a toda a velocidade; e quando param por falta de fôlego, o cantar mavioso é retomado por quantidade ainda maior de outros detestáveis batráquios, que continuam numa farra frenética e chocalhante como nunca ouvi igual, exceto por coro de carnavalescos embebedados”.

E o inglês não exagerava porque pela mesma época, França Júnior, em crônica brilhante para a corte, escrevia:

“Sobre os sulcos fundos da estrada, formados pelos pesados carroções teutônicos da *União e Indústria*, andam os sapos a pular tão anchos e cheios de si que parecem trazer o rei na barriga.

Encaminham-se talvez para o grande charco do jardim do palácio, onde mais de dois mil concertistas e cantores executam, sem interrupção, há quatro dias, um brilhante festival.

É o *Niebelungen* bacetrácio mais grandioso que se tem ouvido até o presente!”

Aqui encerramos essas notas que completam as explicações e informações que acompanham as fotografias, que falam por si sós mais que sábios e longos comentários.

Gilberto Ferrez



Petrópolis em 1865. À esquerda o *Hotel Inglês*, um dos três primeiros da cidade. Ficava à rua do Mordomo, atual Paulo Barbosa, onde está o Crédito Móvel. O casarão, no centro da fotografia foi posto abaixo em 1949 e serviu a Câmara de Petrópolis por muitos anos. No canto direito, ao alto, o Palácio Imperial. No primeiro plano o Córrego Seco, atual Palatino, em cuja margem esquerda, fica atualmente, a estação da estrada de ferro. Fotografia do atelier de G. Leuzinger, da coleção do Museu Imperial.



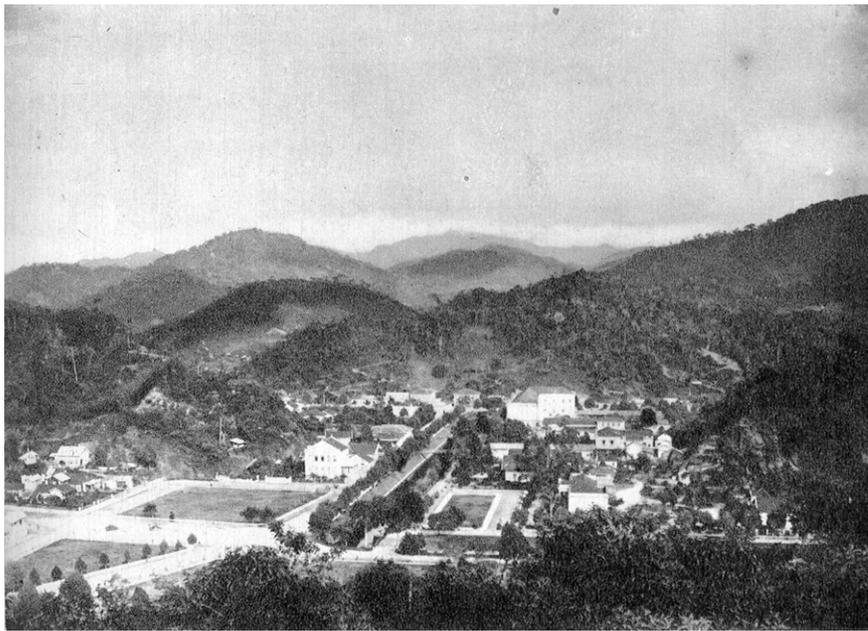
O carnaval de Petrópolis em 1880. Fotografia tirada na rua Barão do Amazonas por fotógrafo desconhecido. Coleção do Museu Imperial.



Bairro Nassau, atual avenida Piabanha, em 1880. O casarão à esquerda era o prédio do célebre colégio Kopke, cujos terrenos serviram mais tarde para exposições municipais e atualmente é cortada pela rua Walter Bretz.



Boa fotografia tirada pelo ateliê de Georges Leuzinger , por volta de 1865, do primeiro colégio de Petrópolis – Kopke. O prédio serviu mais tarde para residência do segundo bispo de Petrópolis, d. João Francisco Braga. Nesse terreno foi aberta, em nossos dias, a rua Walter Bretz. Coleção do Museu Imperial.



Largo D. Afonso e ruas D. Afonso e de Bragança, por volta de 1885.

No primeiro plano, a rua D. Afonso (hoje avenida Koeler) encontrando-se em ângulo reto com a rua de Bragança (hoje 1º de Março), onde vemos o rinque de patinação e a casa que pertenceu à viúva Landsberg. Essa magnífica casa foi construída por um rico negociante lusitano de quem contam a seguinte anedota: a princesa Isabel estava remodelando o palacete da outra extremidade da rua, quando soube que rico mercador português iria construir nesse local, teve medo que o novo rico edificasse prédio que não fosse condigno e mandou-lhe dizer que se fizesse casa boa e grandiosa, ganharia uma comenda. O resultado ali está. O largo D. Afonso (praça Rui Barbosa) antes de ser ajardinada, segundo planos fornecidos pelo arquiteto paisagista Glaziou que idealizou o campo de Sant' Ana e a quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro. Dando para esta praça, o palacete do visconde de Cruz Alta, mas tarde transformado em Hotel Majestic. Ao centro, o grande casarão, é o asilo N. S. do Amparo, benemérita obra iniciada em 1868 pelo padre João Francisco de Sequeira Andrade, para educar meninas pobres para serviços domésticos.



Imperial Fábrica de São Pedro de Alcântara – Estabelecimento fabril de fiação e tecidos de algodão, na Renânia, caminho para Duas Pontes, atual rua Coronel Veiga, por volta de 1885. A fábrica era movida por água represada do rio Quitandinha. Contava então com 3.500 fusos fiando até o número 20. Todas as máquinas vieram de Manchester. Empregava 120 operários entre meninos, meninas, mulheres e homens. Fabricava sacos para café, lona para velas, fazendas brancas para roupas, etc.



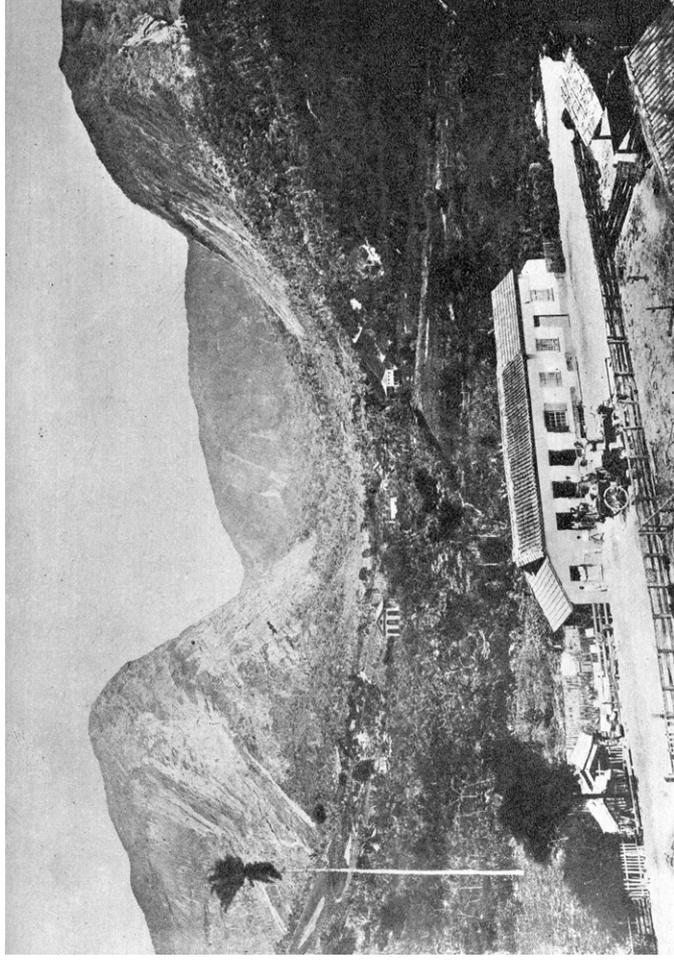
Um belo quadro tirado acima da antiga ponte que desce da Estrada União e Indústria para a Cascatinha.



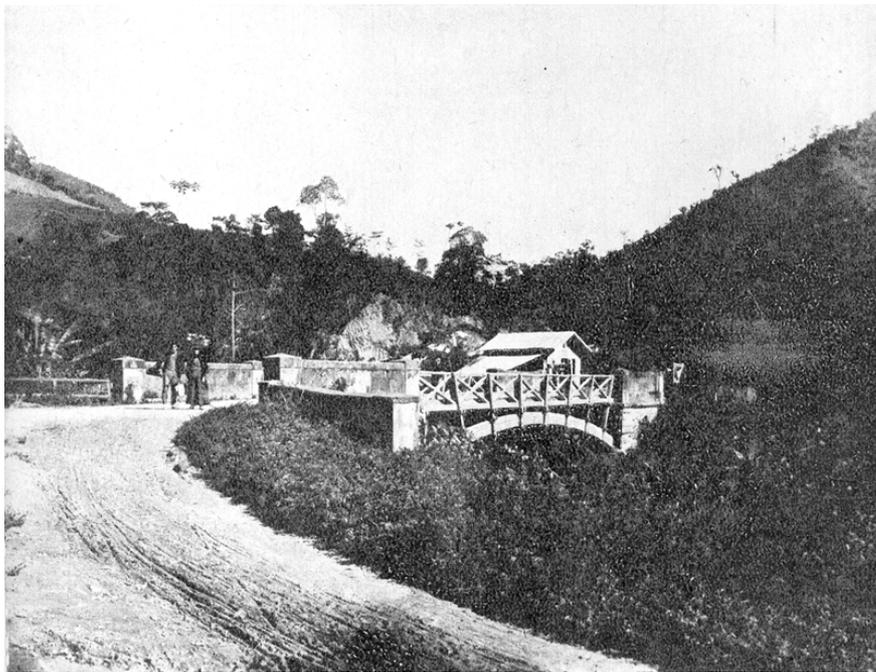
Rua do Imperador atual avenida 15 de Novembro em 1875. A vista foi tirada da praça do Córrego Seco, depois príncipe do Grão Pará, hoje Inconfidência – o mercado. Bons tempos em que se pendurava roupa para secar no meio da rua principal , ao longo da grade que seguia o Córrego Seco, o que provocaria um abaixo assinado no dia 18 de janeiro de 1876, que rezava: “Dizem os abaixo assinados, todos moradores da rua do Imperador, lado da rua Paulo Barbosa, que tendo lhes sido proibido pelo sr. fiscal de estender roupas lavadas na beira do rio naquela rua, e, não tendo os abaixo-assinados nem quintal nem terreno”, etc. À esquerda reconhece-se o edifício onde estava ultimamente o Ginásio Pinto Ferreira, que pertenceu ao barão de Quartin e, que foi demolido em 1944.



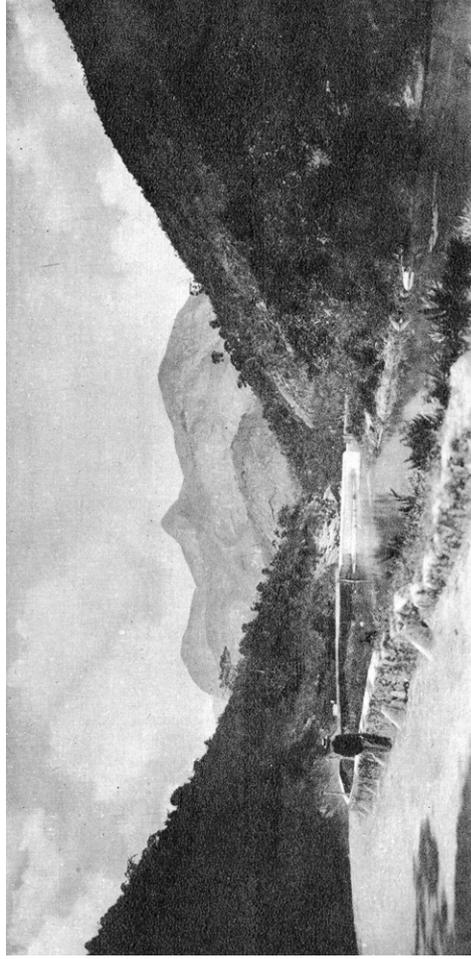
A Frutière Buisson ou Crémèrie Parizienne, depois Crémèrie Buisson, do francês Jules Buisson.



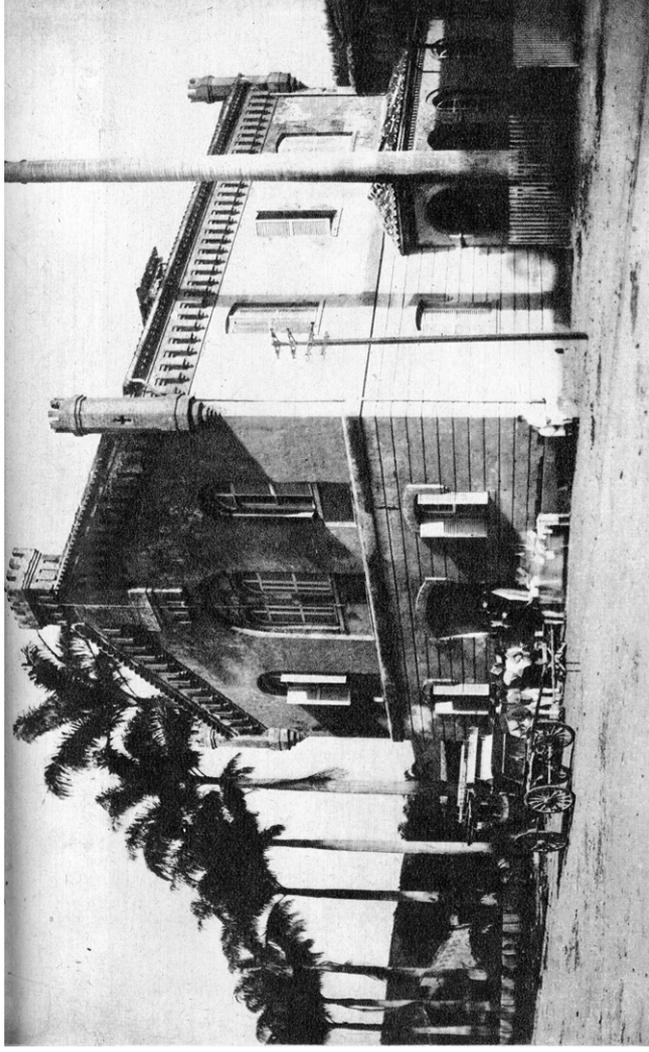
Linda vista do Vale do Retiro, por volta de 188, vendo-se, à esquerda, a pedra desse nome (1.450 m) e à direita, o Seio de Vênus (1.410 m). No primeiro plano, venda e carroção na Estrada União e Indústria e a casa do Vitorino da Rocha.



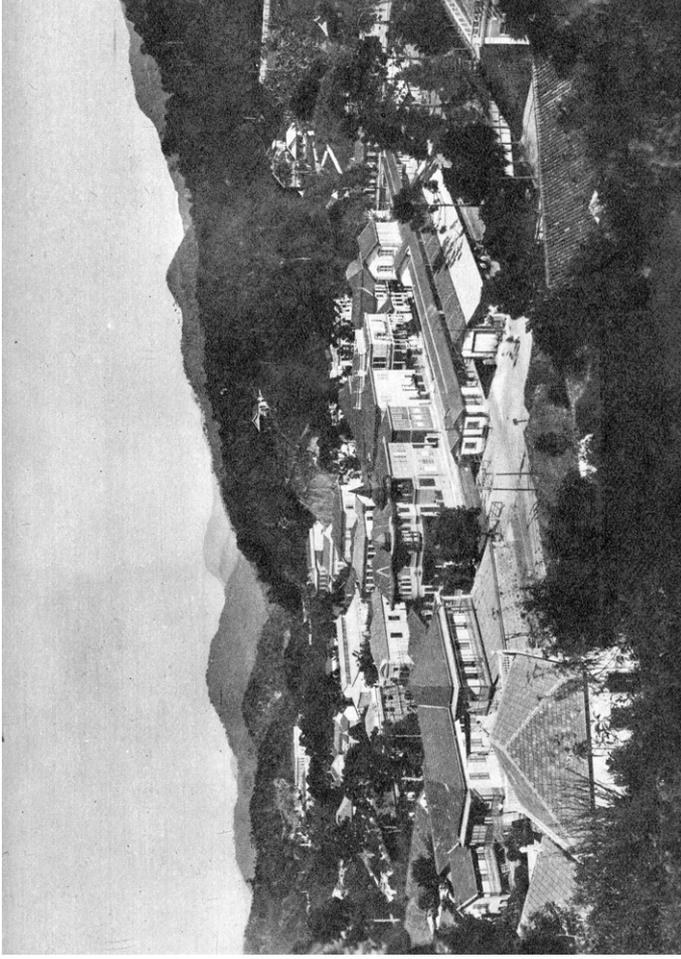
Antiga ponte do Retiro, da União e Indústria, na estrada do vale do Retiro, vendo-se a casinhola onde se cobrava a pedagem. Em 1884 os cavaleiros pagavam 80 réis e os carros 500 réis, tanto na ida como na volta. Esta ponte ficou pronta em 7 de setembro de 1857, conforme notícia que se lê no jornal da terra *O Paraíba*, do dia 10, e que nos informa que tinha: “15 metros de comprimento, 6 ½ de largura e é feita toda de madeira tapinhoã. É montada em 5 arcos com um décimo de abatimento, feitos de pedaços mas construídos de sorte que pode a ponte suportar, em qualquer tempo, a passagem de uma locomotiva. Mil e vinte e oito parafusos foram empregados nesses arcos que descansam sobre sapatas de ferro colocadas em cantaria. O desenho da ponte, é devido ao talentoso engenheiro o sr. Bulhões”.



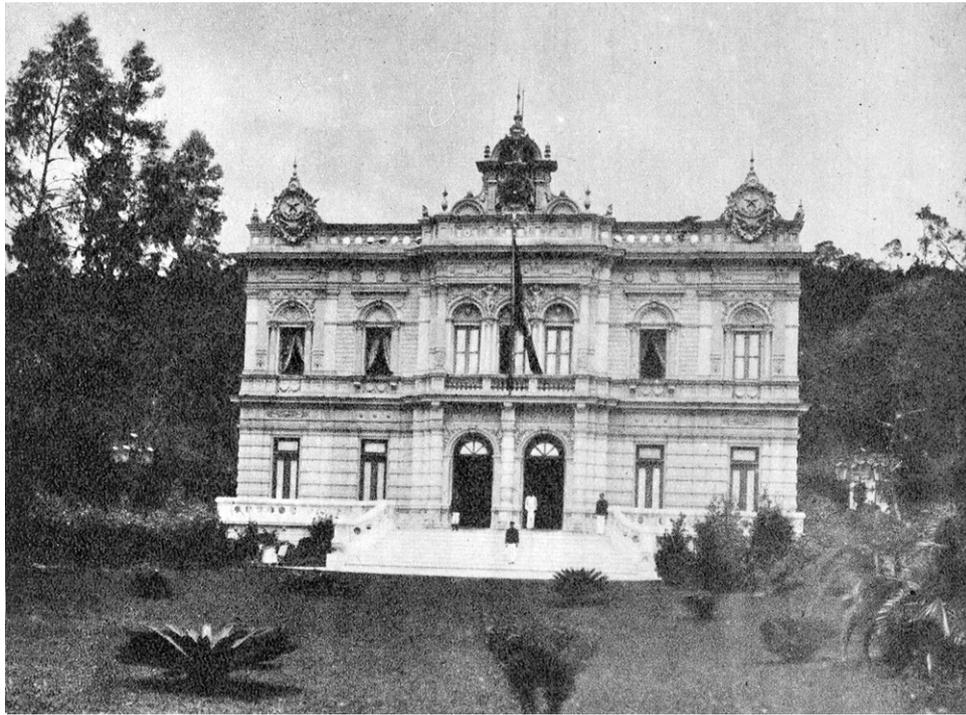
Trecho da estrada União e Indústria, pouco antes de se chegar à Cascatinha, vendo-se, ao fundo, o Alcobaça. A estrada União e Indústria, devida a larga visão e incansável esforço de Mariano Procópio Ferreira Lage, foi construída pelo capitão Mário de Oliveira Bulhões. Ainda hoje, esta estrada presta relevantes serviços, sendo seu traçado ótimo. O professor Agassiz acha-a tão boa como as melhores do mundo (p. 73 do seu livro). A primeira seção da estrada – Petrópolis a Pedro do Rio, foi inaugurada, com a presença de SS. MM. II. Às 7 da manhã, do dia 18 de março de 1858. O que diriam os nossos funcionários públicos de hoje se tivessem de acordar tão cedo! Para principiar a Cia. União Indústria mandou construir na Inglaterra duas “lindas e cómodas” diligências. Uma delas era para 16 pessoas e a outra para 8. Partiam às 6 horas da manhã e chegavam a Pedro do Rio ao meio dia. (*O Paraíba*, 21/03/1858).



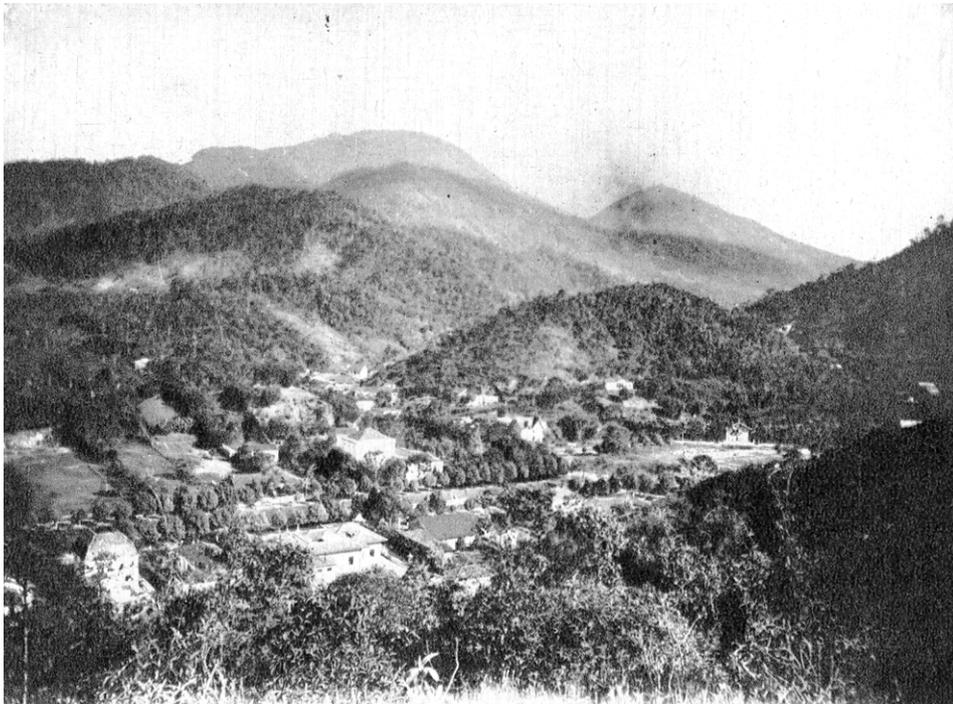
Aí temos uma diligência que fazia o percurso de Petrópolis a Juiz de Fora e de que falávamos na fotografia anterior. Está parada numa das estações intermediárias, Pedro do Rio, para mudar de parelhas. É bem possível que seja a Mazzepa, atualmente conservada no Museu Imperial, e que foi a diligência nr. 1 da Cia. O célebre astrônomo e escritor M. Liais, escreveu: “Au milieu d'une des plus accidentées du globe, véritable vallée Alpine, une route magnifique, aux pentes douces et régulieres, comme il en existe à peine encore dans l'Europe même, oeuvre gigantesque par les immenses travaux d'art qu'elle a occasionés, et que fait honneur au Brésil, unit Petrópolis, ou mieux Rio de Janeiro, à Juiz de Fora” (Burton, p. 34).



Panorama dos arredores da estação ao findar o século passado. Vê-se bem a estação velha e a cancela, suprimida com a construção da ponte para pedestres. Vemos as casas da rua Paulo Barbosa e, lá no último plano, o Palácio Imperial.



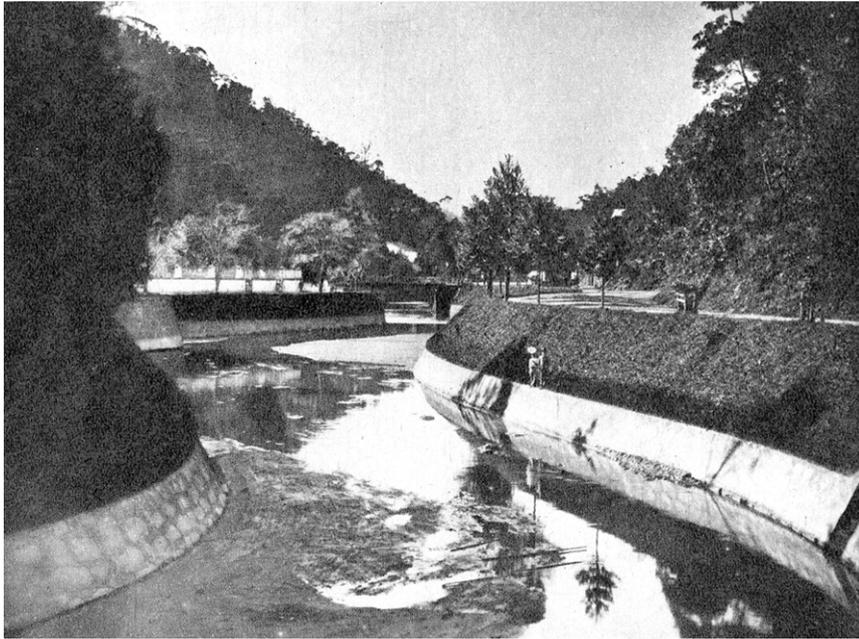
Palácio Rio Negro. Residência de verão do presidente da República, cuja construção principiou em 1894, como propriedade do barão Rio Negro, que aí deu lindas festas.



Outro aspecto da avenida Koeler, rua 13 de Maio e avenida Ipiranga, por volta de 1890, tirado do morro do Cruzeiro. Entre outras casas, vê-se a antiga residência da princesa Isabel, onde funciona o Liceu Fluminense. À direita a plataforma onde se construiria mais tarde a catedral.



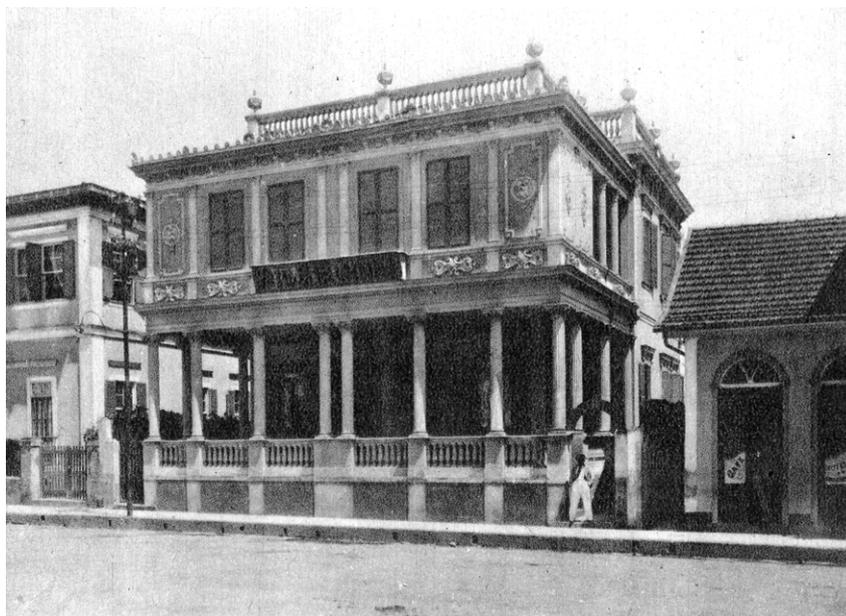
Rua do Imperador, atual 15 de Novembro, ao encontrar-se com a rua D. Januária, atual Marechal Deodoro, por volta de 1885. No tempo das diligências, era o caminho obrigatório dos veranistas, que chegavam pela rua Teresa, e vinham parar no Hotel Bragança, cujos fundos avistamos no canto direito. À esquerda, no segundo plano, o asilo Santa Isabel, onde desde 1877, vêm-se educando gerações de petropolitanas. Notar como arborização primitiva da cidade, sobressaíam os chorões e os pinheiros do Paraná.



A Confluência (perto da praça do Palácio de Cristal, antiga praça Coblenz). Confluência porque ai lançava-se o rio Quitandinha, no primeiro plano, ao rio Piabanha. Coblenz por corruptela de confluência, feita pelos colonos alemães. À esquerda, o gradil da antiga casa do visconde de Mauá, à direita, a rua padre Siqueira. Perto da ponte, principia a avenida Rio Branco, antiga Westfália que por sua vez é o início da estrada União e Indústria que vai para Juiz de Fora.



Os edifícios do Fórum, delegacia de polícia e quartel-general da força pública, da avenida 15 de Novembro, pouco depois de inaugurados, em 1895.



Um velho conhecido dos veranistas, o Hotel Pensão Central, em frente à estação, por volta de 1905. Este prédio foi demolido em 1945. Aí perto havia um barbeiro que comunicava no *Mercantil*, de 5 de fevereiro de 1890:

O barbeiro da estação
Que nesta data aparece
A todos pede e carece
Amizade e proteção.



Trecho da estrada União e Indústria, vendo-se à direita a rua que vai para Cascatinha. Fotografia tirada por volta de 1890.



Fazenda do Quitandinha, por volta de 1880 (trecho do lago, vendo-se o então proprietário dr. José de Andrade Pinto).



A banda do Gustavo, num pic-nic efetuado na chácara do Binot no Retiro, em 1872 mais ou menos. Fotógrafo desconhecido. Coleção do Museu Imperial.



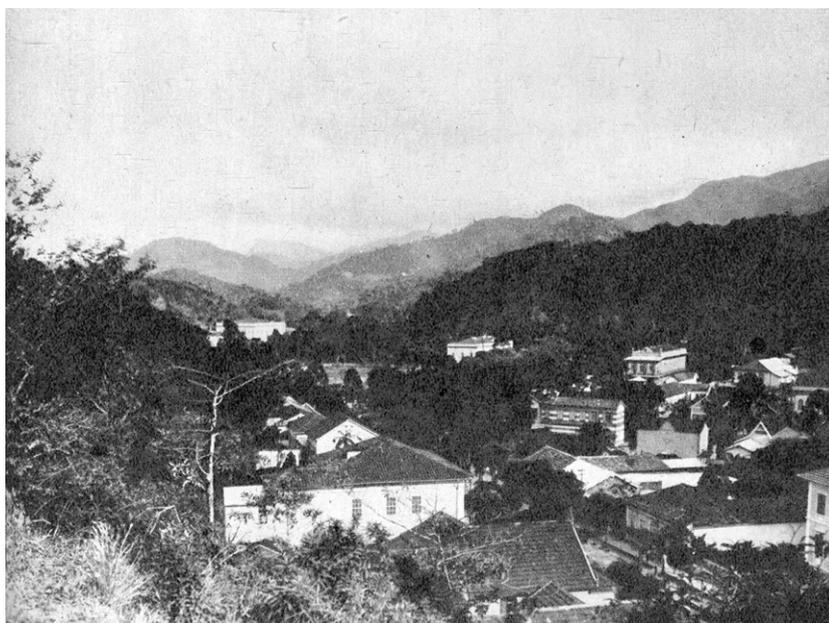
Avenida 15 de Novembro, vista da bacia olhando para a rua Cruzeiro. Fôtografo desconhecido. Coleção do Museu Imperial.



Panorama tirado do mesmo local que o anterior, porém 10 anos depois.



Rua do Imperador (avenida 15 de Novembro), cerca de 1865. Vemos à esquerda, a entrada da rua Bourbon (Cruzeiro, depois João Pessoa) e, à direita, rua D. Francisca (General Osório). À esquerda, vê-se uma parte do Palácio Imperial. Fotografia provavelmente tirada por Revert H. Klumb, da coleção do Museu Imperial.



Vista tirada do morro que domina as casas da rua Paulo Barbosa, que nasceu com o nome de rua do Mordomo, porque o mordomo da Casa Imperial, conselheiro Paulo Barbosa da Silva, ali construiria sua residência de veraneio. No primeiro plano, à esquerda, antiga casa de Augusto Rocha Fragoso, onde funcionou a primitiva Câmara Municipal e que serviu, posteriormente, de correios, demolida em 1949. Ao fundo, à esquerda, o Palácio Imperial, e mais para a direita, três janelas do Palácio Grão Pará, antiga casa dos semanários.



Bela vista, tirada da rua Teresa, vendo-se no primeiro plano, a rua Visconde do Bom Retiro, no local em que é cortada pela linha da estrada de ferro, o pontilhão sobre o córrego Seco e no fundo, envolto por nuvens o Alcobaça.



A rua de Joinville (atual avenida Ipiranga, por volta de 1890). À esquerda, o trecho da rua conhecido pela alcunha “o buraco do Cunha,” e onde construiu-se o parque residencial Ipiranga. Mais adiante, o palacete Tefé, Tavares Guerra, atual Rocha Miranda. À direita, o começo da estrada da Saudade. Carlos Augusto Taunay disse dessa rua: “larga, longa, bem perfilada e nivelada avenida” – “menos habitada do que mereceria se, por sua largura, comprimento e irrepreensível regularidade”.



Aspecto de Petrópolis, em 1867. Fotografia tirada por Pedro Hess e que vem no álbum *Vistas de Petrópolis*, pertencente à coleção D. Teresa Cristina, que se acha na Biblioteca Nacional. Vemos a rua de Bragança, atual 1ª de Março, e, no fundo a rua dos Artistas, depois D. Leopoldina, atual 7 de Abril. No encontro das duas, o hotel de Said Ali, mais tarde Europa. Notar que o Amparo ainda não fora construído e que o largo D. Afonso não fora ajardinado.



Rua de Bragança, atual 1ª de Março, por volta de 1865, vendo-se a casa e parque do Ministério da Áustria, terreno ocupado atualmente pelo Petropolitano Foot-Ball Club. É o prédio que aparece na vista panorâmica da mesma rua. Coleção do Museu Imperial. Fotografia tirada por Pedro Hess.



As Duchas como mais comumente era conhecido o estabelecimento hidroterápico do francês Antoine Court, à rua Nassau (avenida Piabanha). Era muito bem instalado e melhor freqüentado. Havia duchas frias quentes, escocesas, de vapor, elétricas, etc. podia-se tomar “banhos de vapor, de piscina, e de natação, russos e simples, aromatizados, de terebentina, e sulfurosos”. O chalet da direita ainda existe tal qual, e o prédio da esquerda, bastante modificado, também. Fotografia do atelier de G. Leuzinger e que se acha no Museu Imperial.

Bibliografia

- AGASSIZ, Mme. et M. Louis. *Voyage au Brésil*, Paris, 1869.
Almanaque Laemmert – coleção.
Almanaque da Gazeta de Notícias.
Anuário do Museu Imperial – coleção.
BURTON, Capt. Richard F. *Explorations of the Highlands of the Brazil*, Londres, 1869.
CABRAL, A. do Valle. *Guia do viajante no Rio de Janeiro*, Rio, 1884.
Centenário de Petrópolis. Trabalhos da comissão do centenário, 7 vols. Petrópolis.
CLARK, the Rev. Hamlet. *Letters Home from Spain, Algeria and Brazil...*, Londres, 1867.
COURCY, Viconte Ernest. *Six semaines aux Mines d'or du Brésil.*, Paris, 1889.
EDGCUMBE, E. R. Pearce. *Zephyrus a holiday in Brazil and on the River Plate*, Londres, 1887.
ELWES, Robert. *A sketcher's Tour Round The World*, Londres, 1854.
FRANÇA Jr. *Folhetins*, Rio, 1926.
FRÓES, José Kopke. *Petrópolis Capital do Estado*, Petrópolis, 1941.
GELABERT, Carmen Oliver de. *Viaje Poético a Petropolis*, Rio, 1872.
HADFIELD, William. *Brazil and the River Plate in 1868*, Londres, 1869.
HINCHLIFF, Thomas Woodbine, *South American Sketches*, Londres, 1863.
Jornais: coleções de *O Mercantil*, de Petrópolis; *O Paraíba*, de Petrópolis; *Gazeta de Petrópolis*; *Jornal do Comércio*, do Rio; *Correio Mercantil*, do Rio.
KIDDER, Rev. D. P. and FLETCHER, Rev. J. C. *Brazil and the Brazilians*, Filadélfia, 1857.
KLUMB, Rt. H. *Doze horas em diligência, guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora...*, Rio, 1872.
KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo, 1943.
LACOMBE, Américo Jacobina. *Paulo Barbosa e a Fundação de Petrópolis*. Petrópolis, 1940.
L'Empire dru Brésil. *Les Guides de l'Etoile du Sud*, Rio, 1887.
MAUÁ, visconde de. *Autobiografia*; 2ª edição, Rio, 1943.
MASCHEK, E. de. *Mapa do Município Neutro*, Rio.
PFEIFER, Ida. *Voyage d'une femme autour du monde*, Paris, 1880.
RAFFARD, Henry. *Jubileu de Petrópolis*, Rio, 1895.
RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*, S. Paulo, 1941.
SCULLY, William. "Brazil its Provinces and Chief Cities...", Londres, 1866.
SODRÉ, Alcindo. *A Cidade Imperial*, Petrópolis, 1929.

- SPIX, J. B. von e Martius, C. F. P, von. *Viagem pelo Brasil*, Rio, 1938.
- TAUNAY, Carlos Augusto. *Viagem pitoresca a Petrópolis...* por ***, Rio de Janeiro, 1862.
- TH. C. (Thomaz Cameron). *Os Estabelecimentos Úteis de Petrópolis*, Petrópolis, 1879.
- TH. C. (Thomaz Cameron). *Guia de Petrópolis para o ano de 1885*, Petrópolis.
- TINOCO, J. *Petrópolis: guia de viagem*, Rio de Janeiro, 1885.
- URSEL, Cte. Charles de. *Sud Amérique*, Paris, 1879.
- Viagem imperial de Petrópolis a Juiz de Fora* (por ocasião da inauguração do tronco principal da Estrada da companhia União e Indústria), Rio de Janeiro, 1861.

DUAS VELHAS DANÇAS GAÚCHAS

Duas velhas danças gaúchas

A chimarrita

É inegável e visível o grande papel do povo açoriano no folclore sul-rio-grandense. Motivos e fatos históricos justificam esta influência.

Parte da região que hoje forma o derradeiro estado meridional do Brasil recebeu, pelos meados do século XVIII, colonos ilhéus, que deixaram descendência e muitas tradições. Isto está demonstradíssimo e ninguém o contesta.

O discutível é que tais elementos, quase que sem colaboração de outros, tenham dado caráter, temperamento, índole, nomes, cantos, bailes, lendas, tudo à vida dos habitantes do Rio Grande do Sul. A seu lado existem origens e fatores de enorme riqueza e sumo valor.

Diante das hipérbolos dos fantasistas que falsificam, deturpam, obscurecem os fenômenos sociais do pampa, João Pinto da Silva (*A Província de São Pedro*, Porto Alegre, 1930, p. 55) se viu forçado a sentenciar:

“Penso que se tem exagerado o alcance da vinda dos açorianos. Não só estes não foram numerosos, como também a sua área de atividade ou disseminação foi relativamente pequena, adstrita, além disso, a uma nesga de território por assim dizer isolada da zona onde, com mais intensidade, se forjava, no entrechoque de exércitos e de interesses, o caráter rio-grandense”.

Verdadeiro, equilibrado, justo.

Das numerosas provas da ação dos povoadores, uma das principais foi a dança da *chimarrita*. Importada do arquipélago atlântico-luso, bailou-se por decênios, sofreu contaminações, modificou-se bastante e extinguiu-se.

Quando vivíamos na fronteira gaúcha e constantemente a percorríamos (quatro anos: 1916-1919) já a *chimarrita* falecera. Cre-

mos que morrera no século XIX, porque os velhos amigos a quem indagávamos de coisas antigas sempre revelaram não a ter visto e a conheceram apenas pelas referências de gente ainda mais antiga.

O curioso é que, em alguns lugares longínquos de Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Santiago do Boqueirão, São Vicente, ouvíamos versos de galpão com alusões à *chimarrita*. Nada, todavia, passava destas trovas cantadas ao som da cordeona. Não se dançava ali o famoso e esquecido bailado açoriano.

Vejamos o que disse Renato Almeida (*História da Música Brasileira*, Rio de Janeiro, 1942, p. 176) sobre a *chimarrita*:

“Entre as danças do *fandango* gaúcho, uma das mais famosas é a *chimarrita*, de procedência açoriana, onde é chamada *chamarrita*. Alberto Bessa a classifica de *dança ordinária*. Aliás, todas as danças gaúchas têm origem açorita e nos vieram com os casais ilhéus que se transportaram para colonizar o Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 1747”.

Começou direitinho: a *chimarrita* dos sul-rio-grandenses provém da *chimarrita* açórica, que se encontra também na Madeira. De repente, estourou em tremendo absurdo: *todas* as danças gaúchas têm origem açorita e nos vieram com os casais ilhéus que se transportaram para colonizar o Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 1747.

Alguns bailados do pampa foram, de fato, importados do arquipélago dos Açores. Todos, não. Nem ao menos a maioria deles.

Alguns, sim, aportaram às plagas sul-rio-grandenses graças aos colonos que, em 1747, chegaram às planícies meridionais do Brasil. Todos, não. Relativamente, poucos deles.

Poderia Renato Almeida incluir, entre as danças de fonte açoriana, o *anu*, o *quero-mana*, o *pericón*, a *meia-canha*, a *tirana*, a *habanera*? Jamais.

Muita coisa entrou no Rio Grande do Sul bastante depois de 1747, quando já não se introduziam ali emigrantes provenientes do arquipélago dos Açores. Outras músicas bailáveis existiam na América espanhola antes de 1747 e passaram para o Brasil, incontestavelmente, em data posterior.

Carlos Vega (*Panorama de la Música Popular Argentina*, Buenos Aires, 1944, p. 264) informou:

“Divulgou-se também pela zona oriental, desde 1880 ou antes, um segundo nome de dança: *chamarra* ou *chamarrita*; e sua va-

Lento

Canto

Cha--ma Ri--ta cha--ma cha---ma
-sei os teus ca---ri---nhos

Rajão

Já dor--mi na tu--ã ca--ma Já dor mi na tu---ã
e ou--tras coi--sas q'eu cá se---i Já go--sei os teus ca-

ca-----ma Já tu--ã bo--ca bei--je--i Já go-
ri-----nhos e ou--tras coi--sas q'eu cá se---i

riante *chimarra*, *chimarrita*. Esta denominação aplica-se igualmente a qualquer das espécies que agrupa o nome de polca. Mas gravei, ademais, sob a mesma etiqueta, algo que não tem nada que ver com isso: uma dança com canto muito semelhante a qualquer das espécies ocidentais. Dizia o texto:

*La Chimarrita me dijo
que la lleve para el bajo;
le dije a la Chimarrita:
“Que te lleve quien te traje”.*

Chamarrita, pois, parece nome ou apelido de mulher; de tais versos o tomara a música. Enfim, sob o rótulo de *Chamarrita* nada se define concretamente”.

Claro. Claríssimo. Carlos Vega, para definir concretamente os passos da evolução desta música, deste baile e destes versos, teria de estudar o Rio Grande do Sul em seu folclore, o Brasil, a Madeira e os Açores. Historicamente, as feições mélicas, coreográficas e estróficas da *chimarrita* gaúcha, que é filha da *chamarrita* açórica, não se acham na Europa nem na América, porém nas nove ilhas atlânticas do famoso arquipélago luso e na Madeira.

Não é espanhola nem argentina a *chimarrita*, de sorte que Carlos Vega se viu embaraçado em dúvidas ao enfrentá-la. Seus três problemas (o da música, o da dança, o da letra) somente os decifraria o erudito escritor, se os acompanhasse dos Açores à Madeira, ao Rio Grande do Sul, a outros pontos do Brasil, etc.

Vicente Rossi (*Cosas de Negros*, Córdoba, 1926, p. 143) incluiu a *simarrita* nos repertórios amerigeno-africanos do Rio da Prata, no século XIX, ao lado de *malambos*, *palitos*, *sambas*, *gatos*, *cielitos*. Pena é que nos não haja dado a época exata nem a documentação de tudo que presumia saber sobre aquela *simarrita* platinizada.

Há variantes musicais, coreográficas e estróficas dos aspectos que apontamos na *chimarrita*. Evolucionaram e contaminaram-se de muitos eles três, pelo que ninguém deve pensar que as cantigas, os ritmos e compassos, as figuras do baile, tudo aparece igual nos Açores, na Madeira, no Rio Grande do Sul e em algumas regiões brasileiras onde, desde o século XVIII, a tal dança era interpretada.

Alceu Maynard Araújo informa (*O Fandango em Cananéia*, comunicação feita à C. N. F. L., a 19 de julho de 1948) que nesta região de São Paulo se usa a *chamarrita* ou *chimarrita*, e acrescenta: “É uma dança muito parecida ao nosso *samba urbano*”.

Não explica se é antigo ou moderno em Cananéia o tal baile. Parece-nos que este pode haver provindo dos Açores através do Rio Grande do Sul, já depois do século XVIII, principalmente no caso de chamar-se *chimarrita*; porém não é absurdo que tenha entrado em São Paulo sem estações intermédias, importado do arquipélago luso, sobre tudo predominando o nome *chamarrita*.

O entrelaçamento dos enigmas atrapalha as resoluções. No folclore, o nome de uma canção bailada adianta pouco ou até nos arrasta a confusões e erros. Por mero acaso, às vezes, uma composição tem idêntico batismo ao de outra que corre num país longínquo, quando o tipo técnico de ambas difere inteiramente. Pensar, portanto, que durante centúrias, no meio de cem danças, a *chamarrita* açorita e madeirense, mais tarde adaptada ao Rio Grande do Sul e a certas populações do Brasil, continuou invariável, é disparate.

Aos críticos musicais, competentes na análise da tessitura dos acordes e sua classificação, cabe decidir sobre as internas modificações e os influxos externos dos compassos e ritmos da *chamarrita* dos Açores e da Madeira. Neste caso, quiçá se lhes deparem composições coreográficas de nomes múltiplos, mas iguais em sua estruturação melódica, enquanto outras, com o mesmo nome, acusem transcendentais, essenciais divergências.

Psiquicamente, temperamentalmente, também a *chamarrita* dos Açores não se ajusta ao caráter da *chamarrita* da Madeira. O ar desta é arrastado, sonolento, grave; o daquela, não.

Carlos Santos (*Trovas e Bailados da Ilha: Estudo do Folclore Musical da Madeira*. Funchal, 1942, p. 54) assevera:

“Talvez devido à sua enervante monotonia, tanto no canto como na dança, a *chama – Rita* é hoje apenas uma recordação. Há sessenta anos atrás, diz a gente velha, ainda se ouvia aqui e ali. Mas já era rara.

Da análise que lhe fizemos nada brotou de positivo. A melodia lembra certos cantos do norte de Portugal – talvez algum fragmento que por cá ficasse. Todavia, apreciada em conjunto – acompanhamento e dança – semelha-se à nossa *mourisca*, sobretudo à sua modalidade mais antiga”.



As quadras da Chamarrita são muito numerosas. Cito apenas algumas:

A chamarrita é velha
Que mora no fachinal
Comendo a triste cangica
Grão de feijão sem sal.

Chimarrita é mulher pobre
Não te nada de seu
Só tem triste casaco velho
Que sua sogra lhe deu.

Gervásio Lima (*Festas do Espírito Santo*, Angra do Heroísmo, 1932, p. 67) cita os dados que, em 1832, reuniu Antônio Moniz Corte-Real a respeito dos bailes terceirenses e escreve:

“Nesta moda da *chama-Rita*, enquanto bailam, num rodopio vivo, homem e mulher, os outros bailarinos, sentados em roda, como espectadores, vão cantando:

O amor, quando se encontra,
causa susto, mas dá gosto;
palpita o coração,
sobem as chamas ao rosto.

Chama-Rita foi às Flores
só por ver os seus amores.

Eu achava que era tempo
da senhora conversar;
chegue-se o cécio à cécia,
toca, toca a segredar.

Chama-Rita, agora, agora,
dá-me a mão, vamos embora.

Chega-te bem para ele,
vai-lhe dizer ao ouvido
um segredo pequenino
que de ninguém seja sabido.

Chama-Rita, chama Rosas,
a senhora é bem formosa.

Se quer brincar co’o seu bem,
pela mão se vai buscar;
se quer brincar com outro,
tem boca, pode falar.

Chama-Rita foi e veio
pelo caminho do meio.

Estas modas são todas alegres, porém umas mais ou menos velozes e variadas de figuras e passagens, segundo a toada”.

Por causa da imensa diferenciação musical da *chamarrita* açórica e madeirense, inclinamo-nos a, histórica e tecnicamente, crer

que a *chimarrita* gaúcha proveio dos Açores, em sua alacridade saracoteada, e não da Madeira. Pelo menos, consideramos indício acatável tal vivacidade mélico-coreográfica.

O resto não é conosco. É com os críticos musicais, que podem confrontar as composições em seu tecnicismo.

No continente europeu, pelo menos ao sul de Portugal, há uma dança cantada, com indícios de não menos antiga do que a rifa dos Açores e Madeira, que lhe é aproximada em muitas características, porém sob a designação de *chibarrita*. Isto se averigua *Livro de Alportel*, Lisboa, 1929, página 302, pelo monografista Estanco Louro:

Chibarrita...
Chibarrita do Faiel...
Quem me dera a chibarrita!
Chibarrita... chibarrita...

É conveniente lembrar que, de longínqua data, existiu em Portugal a dança chamada *chiba*, de cujo radical podem derivar-se muitos vocábulos, inclusive, através de *chibarro*, esse de *chibarrita*.

Haverá contatos da *chimarrita* com essa *chibarrita*? Na música? Na dança? Talvez sim, talvez não. Tudo está por averiguar.

Possivelmente as variações da música de tal bailado estejam adaptadas à região meridional do velho país ibérico, sem que seu nome tenha sofrido mais modificações do que elas. É o que se passa com os versos da cantiga dançada, que são alportenses, subordinados às coisas locais.

Existirá, sobre o termo *chibarrita*, influência fortuita de *chivo*, *chibo*, *chivarro*, *chibarro*? Ou é diminutivo do nome da arcaica e famosa *chiba*, dança portuguesa tão estudada?

Não conhecemos nada que possa indicar relações dessa palavra *chibarrita* com a palavra *chimarrita* do Rio Grande do Sul apesar de que, na música e na dança, quiçá as haja.

Se a presença de *chibo* contaminou *chamarrita* e deu *chibarrita*, a *chimarrita* do Rio Grande do Sul, contudo, se formou da cruz *chamarrita* + *chimarrão*.

Simple hipótese, nada mais.

A *chibarrita* pode ser mesmo derivada da voz *chiba*, através de *chibarro*.

A introdução da *chamarrita* no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul, concerne à pesquisa dos historiadores. Não há dúvida que já na XVIII centúria a dança fora trazida para cá pelos colonos açorianos, pois eles chegaram, um tanto numerosos, às plagas meridionais de nosso território, onde não encontraram outros povos com que se cruzassem. Este insularismo étnico-cultural permitiu-lhes, durante algum tempo, fixar entre a sociedade gaúcha, ainda em formação, seus hábitos, costumes, trajos, alimentos etc.

Fiquemos na questão do nome da *chamarrita*. Diversas músicas bailáveis, às vezes bem contrárias, o utilizaram: solenes e pesadas, umas; bolidas e ligeiras, outras. Este é assunto insofismável e esgotado. Por que tanta variedade mélica e coreográfica sob a mesma denominação?

Além disto, os versos da *chamarrita*, segundo o compasso e o ritmo do canto e da dança, oferecem estrofação e métrica bastante mutáveis. É natural e inevitável consequência da música que acompanha o baile, visto como a letra, no caso, nasce depois daqueles fatores determinantes.

A hipótese menos ponderável ou mais tola, das que tentam explicar o nome composto *chimarrita*, com esta forma assim deturpada no Rio Grande do Sul, é a do adivinhador que a decompôs em *chima* + *Rita*: *china*, mulher mestiça, rapariga morena, que pertence às classes populares; *Rita*, substantivo próprio, que indigitava uma pessoa real e determinada.

Se o autor de semelhante moxinfada houvesse consultado obras açorianas e madeirenses, logo aprenderia que o nome autêntico e antigo do baile não era *chimarrita*, porém *chamarrita*.

Houve quem neste vocábulo, sob esta roupa, visse a locução vocativa *chama*, verbo, e *Rita*, substantivo próprio. Vai melhorando a coisa, embora ainda muito longe da verdade. Aparente, empiricamente, esta idéia satisfaz à maioria que não passa de tão superficial conjectura.

Para demonstrá-la, os que a sustentam pegam de certas letras da *chamarrita*, onde o cantor se dirige a uma imaginária criatura:

Nos Açores:

Chama Rita, chama Rita,
chama Rita, uma mulher,
sai de manhã para fora,
entra à noite quando quer,

No Rio Grande do Sul:

A Chimarrita é uma velha
que mora no faxinal,
comendo a triste canjica
e grão de feijão sem sal.

Não lhes ocorreu nunca que a transfiguração da dança em imaginado vulto feminino, ora moça disposta, ora senil mentirosa, foi obra do tempo e do surgimento da idéia, aliás espontânea em português, de estar a palavra formada de *chama* + *Rita*.

A prova é que na Madeira já circulam trovas concernentes a um homem:

A mulher do Chamarrita
é uma santa mulher:
dá os ossos ao marido,
a carne a quem ela quer

Nada das duas sugestões etimológicas se confirma. Basta salientar que existe uma interminável lista de trovas cantadas nas danças da *chamarrita*, umas diferentes das outras como tipos mélicos, cujos títulos mantêm a primeira parte do termo e não a segunda.

Queremos lembrar que há várias chamarras, bailes acompanhados de letras, provavelmente irmãos: a *chama Rita*, a *chama do Ladrão*, a *chama da Rita Comprida*, a *chama das vacas lavradas*. Baseamos-nos, para afirmá-lo, no ilustre beletrista Raul Brandão, *As Ilhas Desconhecidas*, 4ª edição, pp. 60 e 85.

Que significa, então, a pluralidade de chamarras nos Açores de ontem e de hoje? Significa que é um gênero, uma família de danças, não uma só, e que o verbo chamar, nos vocábulos da feição de *chamarrita*, não é verbo chamar, mas coisa diferente.

Acasos parecidos abundam em todos os idiomas. Termos idênticos na morfologia, afastam-se na semântica e na etimologia, como *chácara* = *fazendola* e *chácara* = *canção*, *capoeira* = *terreno limpo na mata* e *capoeira* = *reunião de galináceos num cesto*, *campeiro* = *sujeito que toca a campã* e *campeiro* = *indivíduo hábil nos trabalhos campestres*.

Acontece que, por degradações, analogias, corruptelas, contaminações léxicas, certas dicções acabam idênticas na forma, apesar de que etimologicamente não sejam parentas. *Chama de chamarrita*

Allegretto.

Gos - to mui - to da Ti - ra - na Por
 ser a mo - da bre - jei - ra Faz au - dar as
 ra - pa - ri - ga. Co - mo o tri - go na jei - ra.

Eu já vi a Tiranhinha
 A beber por assobio;
 Olha a raça da Tirana
 Que até o beber tem brio.

Eu já vi a Tiranhinha
 A beber numa cabaça;
 Olha a raça da Tirana
 Que até no beber tem graça.

Eu hei de te amar, Tirana,
 Eu hei de te amar, eu hei,
 Eu hei de te amar Tirana
 Duma maneira que eu sei.

não é do verbo *chamar*, porque se gerou de má pronúncia de uma palavra francesa.

Sabemos que as multidões que ouvem e não lêem os termos estrangeiros e os eruditos costumam aproximá-los, foneticamente, dos parecidos que há na língua que usam.

Pingue, latinismo, adjetivo culto em castelhano e português, se transformou, entre gaúchos platinos e brasileiros, no substantivo *pingo*, equivalente a cavalo gordo, bem tratado, luzidio.

Cervantes registrou *Marinero de Tarpeya* por *Mira Nero de Tarpeya*, do famoso romance do século XV, já mencionado em *La Celestina* de Fernando de Rojas, e *Tigre de Ocaña* por *Tigre de Hircania*.

Hugo Carvalho Ramos, em *Tropas e Boiadas*, cita uma quadrinha goiana que se refere ao *lundu do marruá*. Ora, *marruá* é touro bravo e alçado, que nunca inspiraria um lundu, canto sensual e meloso, melancólico e erótico. É que a trova veio de Portugal para o Brasil e refere-se a um músico francês que foi popularíssimo em Lisboa: trata-se do *lundu do Monroy*.

Indicadas as premissas, averiguemos como, da repetida marcação das quadrinhas e das contradanças, desde começos do século XVIII ou talvez antes, promanou *chama*, conversão fonética de um vocábulo francês.

Qualquer pessoa sabe que até hoje, no interior dos países europeus e americanos, as contradanças e as quadrinhas, todas misturadas, truncadas, fragmentadas, deturpadas, são prediletas da gente rústica, que lhes dá novos locais, inúmeros, surpreendentes e engraçados nomes. Nas terras portuguesas e brasileiras, incluindo Açores e Madeira, Angola e Moçambique, em regra as vozes de mando daqueles bailes se gritam num francês dos diabos, quando não nos mais macarrônicos correspondentes, que aos tradutores de orelha parecem acomodados.

Carlos Santos (*Trovas e Bailados da Ilha: Estudo do Folclore da Madeira*, Funchal, 1942, p. 48) proficientemente disserta a respeito de uma dança chamada *A la moda*, que não foi popular de verdade e viveu entre a burguesia do século XIX.

“A designação de *A la moda* (esclarece o musicólogo) está a indicar introdução nova nas coisas existentes. Não conseguimos saber donde partiu a lembrança. No nosso entender ela é simplesmente a antiga quadrilha, como se vê não somente pelas marcações,

mas pelos termos com que as designam, na maior parte engraçadíssimas corruptelas da denominação francesa. Alguém a teria apreciado nalgum salão, decoraria quanto pôde e trouxe para a rua. E é curioso que certas marcas como: *Dames au milieu, promenade, à vos places, tour de main* etc. são traduzidas em português para ser compreendidas e porque são figuras simples, de pouca propensão a confusões. As mais complicadas como: *grand chaîne de main droite*, não tendo tradução bastante compreensível, tiveram de ficar conhecidas por um nome novo que só as designasse”.

Grand rond: roda grande pá direita, *à vos places*: a seus lugares, *en avant*: dentro, fora, eis algumas das ordens do baile *A la moda*, que destaca Carlos Santos para mostrar o estilo madeirense dos tradutores libérrimos que interpretaram aqueles mandos franceses. É só? Não. O mais importante vem depois:

En avant quatre fantasiou-se em Ana vem cá.

En arrière abortou Ana arriária.

Agora, passemos ao que nos parece decisivo:

Chaîne anglaise e *chaîne de dames* sofreram versões para o português que apenas se justificam pela ignorância do ouvido, pela falta de qualquer noção da pronúncia e da semântica do termo galicano.

Ao brado *chaîne anglaise* os dançarinos do povo da Madeira aplicavam uma tradução puramente auricular e analógica. O mesmo faziam com *chaîne de dames*.

Chaîne anglaise virava *chama a inglesa* e *chaîne de dames* virava *chamedame*.

Levanta-se aqui uma pontinha do véu que oculta o radical de *chamarrita*. Convertido o vocábulo *chaîne* num confuso *chama*, que não era verbo nem substantivo, pouco a pouco e às vezes adquiriu função semiológica de chamar. Nuns casos o bailado dá esta impressão: *chama Rita, chama a inglesa*. Noutros, não: *chama da Rita Comprida, chama do ladrão, chama das vacas lavradas*.

O *chamedame* é caso intermédio.

De acordo com a viagem, a *chamarrita* admitiria ou não a preposição entre a sua primeira parte e a segunda. De acordo com a evolução livre de seu sentido, quase que não. Se *chama* pertencesse ao verbo *chamar*, apenas teríamos *chama Rita, chama a inglesa*,

chama Rita Comprida, chama o ladrão, chama as vacas lavradas. Como *chama*, em seus começos, etimologicamente, não era do verbo *chamar*, foram possíveis as *chamas*: a *chama da Rita Comprida*, a *chama do ladrão*, a *chama das vacas lavradas*.

É que no início os dançarinos ainda se lembravam do que significava *chama* em sua tradução solta: *chaîne*. Pronunciavam *chama*, porém pensaram em *chaîne*, que ouviram mal, por ignorarem a língua francesa.

Depois, à proporção que tudo variava e se contaminava de outras formas, natural, espontânea usualmente, aquela *chama*, nem sempre, às vezes se transformou, pelo sentido, em verbo *chamar*.

Feito este compreensível e quiçá inevitável baralhamento, o resto se torna fácil de explicar. A música da *chamarrita* interiormente se modificou, a sabor das circunstâncias instrumentais e interpretações. Seguindo-a, as letras se centuplicaram e também tomaram tipos novos de estrofação e métrica. Afinal, os contatos externos com outras cantigas e danças acabaram por transformá-la e fazer dela alguma coisa inédita, irreconhecível, descontornada, até seu desaparecimento.

Nos Açores e na Madeira a primitiva *chamarrita* manteve este nome, nada mais. Chegaram a divorciar-se tanto, que não se pareciam. Dir-se-iam músicas diversas sob a mesma designação.

No Rio Grande do Sul, o modelo açoriano (vivo, rápido, alegre) predominou. O que não se conservou foi o título. A *chamarrita* converteu-se em *chimarrita*.

O termo *chimarrão*, muito mais velho e conhecido, influiu sobre *chamarrita*, impondo a variante sul-rio-grandense *chimarrita*.

A tematologia poética desta dança, depois de sua adaptação ao espírito gaúcho, igualmente a afastou das coisas que a caracterizaram nos Açores. O homem do pampa, num meio verdejante e plano, em seus campos férteis e colossais, não sofreu as estreitezas e abalos sísmicos que sufocaram o ilhéu. É natural que substituísse as matérias e a linguagem dos antepassados marítimos pela vida das cochilhas, tão ampla e livre.

Sente-se o açoriano um povo oceânico, que está num arquipélago longínquo. As próprias ondas, pela colocação das nove ilhas, separam-nas mais do que as unem a outras terras. O conservantismo brota ali de tudo e, capitalmente, de tais circunstâncias topográficas e físicas.

Já o gaúcho pouquíssimo sabe do mar, que lhe não determina o essencial dos trabalhos. Pastoril e agrícola, cavaleiro antes de qualquer coisa, não ficou apertado entre picos vulcânicos e praias. Não pode preocupar-se com barcos e baleias, pois a baleia do campeiro seria o chucro, o corcovante bagual; e o potreiro, onde labuta seu barco.

Simões Lopes Neto (*Cancioneiro Guasca*, Pelotas, 1917, p. 24) colecionou trovas de chimarrita, todas em forma de quartetos;

Vou cantar a chimarrita
que hoje ainda não cantei;
Deus lhes dê as boas noites,
que hoje ainda não lhes dei.

Vou cantar a chimarrita,
que uma moça me pediu;
não quero que a moça diga
“Ingrato! Não me serviu...”

A chimarrita que eu canto
veio de cima da Serra,
rolando de galho em galho,
até chegar nesta terra.

Chimarrita é mulher pobre,
já não tem nada de seu;
só tem uma saia velha
que sua sogra lhe deu.

Chimarrita no seu tempo
já muito potro domou:
agora quer um sotreta,
nem um rodilhudo achou...

Chimarrita é altaneira,
não quebra nunca o corincho:
diz que tem trinta cavalos
e não tem nem um capincho.

Chimarrita diz que tem
dois cavalinhos lazões;
mentira da chimarrita,
não tem nada, nem xergões.

Chimarrita diz que tem
quatro cavalos ouveiros:
mentira da chimarrita...
Só se são quatro fueiros!

Chimarrita diz que tem
sete cavalos tostados:
mentira da chimarrita;
nem perdidos, nem achados.

Chimarrita diz que tem
dois zainos e um tordilho:
mentira da chimarrita;
nem um cupim pro lombilho.

Chimarrita diz que tem
três cavalos tobianos:
mentira, tudo mentira;
nem garras, pingos, nem panos.

Tironeada da sorte,
a chimarrita rodou;
logo veio a crua morte
e as garras lhe botou.

Chimarrita morreu ontem,
ontem mesmo se enterrou:
quem chorar a chimarrita,
leva o fim que ela levou.

Coitada da chimarrita!
Vou rezar, por ser cristão:
a pobre da chimarrita,
viveu como um chimarrão.

Chimarrita morreu ontem,
ontem mesmo se enterrou:
na cova da chimarrita
fui eu quem terra botou.

Chimarrita morreu ontem
e inda hoje tenho pena:
do corpo da chimarrita
vai nascer uma açucena.

Chimarrita morreu ontem,
mas pra sempre há de durar;
as penas da chimarrita
fazem a gente pensar...

Aragana e caboteira,
a chimarrita mentiu:
não censure a dor alheia
quem nunca dores sentiu.

Quem sabe se a chimarrita
na alma criou cabelos!...
Quem vê uma bagualada,
vê mais vultos do que pelos.

Quanta maldade se disse
da chimarrita... coitada!
A pedra grande faz sombra
e a sombra não pesa nada

Chimarrita generosa,
oh, chimarrita, perdoa!
Que quem te chamava má
não era melhor pessoa.

Aqui paro na saída,
do fim desta narração:
a moça, se está contente,
me dê o seu galardão.

Eu disse o que a bisavó
da minha avó me ensinou;
se alguém sabe mais que eu,
já não está aqui quem falou.

A esta enfiada de trovas contraditórias e desordenadas, que não devem ser primitivas, nem de origem açórica, porém feitas de

acordo com a vida campestre do gaúcho, Simões Lopes Neto acrescentou algumas que ouviu no Rio Grande do Sul:

Chimarrita morreu ontem
inda hoje tenho dó;
na cova da chimarrita
nasceu um pé de cidró.

Chimarrita, mulher velha,
quem te trouxe lá do Rio?
Foi um velho marinheiro,
na proa de seu navio.

A chimarrita, no campo,
co'os bichos todos falou;
na morte da chimarrita
o bicharedo chorou.

O trevo de quatro folhas
da chimarrita é feitura:
com ele se quebra a sina
que o mal sobre nós apura.

Cumpre salientar que no Rio Grande do Sul, pelo menos depois de sua adaptação à mentalidade gaúcha, a dança da *chimarrita* se acompanhava de canto em quadrinhas, sujeito à música. Tem-se a impressão de que esta não exigia, em seguida a cada trova, o refrão.

Não é o que, em regra, averiguamos nos Açores e na Madeira.

Lá no arquipélago luso-atlântico, dita cada trova, quase sempre o cantador lhe acrescenta dois versos de estribilho. Resulta, desta operação mélica, uma sextilha. A palavra *chimarrita* aparece neste apêndice comumente, obrigatoriamente, forçosamente, mas por exceção nas quadras, que são do populário erótico ou um tanto satírico.

Os madeirenses, a compasso monótono, não abandonam, sempre obrigados pelo imperativo da música, a conjugação de seis ver-

sos. Se não chegou a idéia para enchê-los, lançam mão às vezes de algum *bis*.

Sextilhas espontâneas e corridas:

Chamarrita assim, assim,
chamarrita, assim ou não:
pego no meu coração.
laceado com uma corda,
para que tu não te esqueças
do bailinho desta moda.

Chamarrita, chama, chama,
já dormi na tua cama:
dá-me o teu coração
laceado com uma fita,
para que eu nunca me esqueça
do baile da chamarrita.

Sextilhas por bisação:

Chamarrita, assim, assim,
compadece-te de mim (bis)
Deita-te na minha cama,
dorme o sono que quiseres,
vira-te da outra banda.

Chamarrita do Paúl,
vai de branco e vem de azul (bis)
que não gosto de encarnado,
só gosto de vestir verde,
que é esperança do namorado.

Oh, Rita, quando bailares,
tu não digas a ninguém... (bis)
Topa teu pé com o meu,
que quer tope, quer não tope,
cada um fica com o seu.

Entretanto, na Madeira as variedades estróficas revelam desdobramentos musicais e coreográficos maiores, como na combinação de duas quadras que formam uma oitava caracterizada:

Chamarrita, chama, chama,
deita-te na minha cama;
dorme o sono que quiseres;
vira-te da outra banda (bis)
Dorme o sono que quiseres...
Verás o jeito que eu tenho
para agasalhar mulheres.

Aqui tens meu coração
fechadinho com três chaves;
abre-o e volta de dentro.
Tu sozinha bem o sabes...
Aqui tens meu coração
e a chave de o abrir:
não tenho mais que te dar,
não tens mais que me pedir.

A pobreza de documentação sobre o Rio Grande do Sul no século XVIII e primeira metade do XIX, principalmente quanto ao povo gaúcho, seus costumes, credices, anexins, dificulta qualquer conclusão positiva a respeito das transformações musicais da *chimarrita*. Possuíssemos, escritas, suas cantigas, suas melodias, suas notações instrumentais, seus ritmos, seus compassos, tudo, que agora não marcharíamos através de enigmas indecifráveis.

Relativamente ao nome da extinta e famosa dança, todavia, pensamos que conseguimos rasgar clareira ampla no estudo de seu étimo. O fundamental é não esquecer que há muitas *chamas* e que estas *chamas*, como vocábulo, são provenientes das *chaînes* francesas.

Chama não é do verbo *chamar*. É o substantivo *chaîne*, foneticamente adaptado às bocas dos ilhéus lusos. Portanto, galicismo pela origem.

A tirana entre os gaúchos

Não faltam, sobram os dados sobre tipos coreográficos e melódicos do canto popular na Espanha de todos os tempos.

Livros de costumes tradicionais e histórias técnicas da música folclórica abundam em claras informações a respeito de passos e figuras de dança, como relativas às simples harmonias que as acompanham. É tão assustadora a riqueza destes elementos, que ninguém ainda conseguiu contar as mil características, os cruzamentos diversos, as íntimas transformações do ritmo dos bailes e as fantasias de interpretação, que os singularizam.

Nenhum país supera o tesouro musical de que dispõe o povo espanhol, nem o vence em originalidade.

O pior é que se multiplicam e se misturam, mais do que o som, do que a letra e do que a coreografia, os nomes ocasionais que vão sendo aplicados a estas manifestações espontâneas do instinto artístico da gente iletrada.

O caso da tirana serve de exemplo.

Musicalmente, se nos restringimos a coisas que impressionam o espírito por meio de ouvido, parece velha e usada esta dança que às vezes se canta. Faz séculos que a sua toada se executa e toma aspectos vários em seus traços menos fundamentais. O núcleo, porém, não se modificou tanto, que não o descobramos através de *seguidillas*, *fandangos*, *tonadas*, ou cem exemplares próximos. Nova, na tirana, foi a aplicação momentânea que lhe deram os espanhóis, quando entrava em declínio a 18^a centúria. Usaram-na, em data conhecida e recente, nas letras e figuras de baile que lhe proporcionou a denominação por que é hoje indigitada mundialmente.

Queremos salientar que a música, objetivamente considerada, existia numa série de semelhante contorno, entre muitas outras que se lhe acercavam pela fisionomia: compasso ternário e movimento vagaroso. No século XVIII, em sua derradeira fase, o povo adaptou-a a necessidades psicossociais da época, para torná-la usual e mesmo simbólica.

Arcaica maneira de composição e antigos recursos rítmicos descobrem-se na estrutura da tirana, desde que só a encaremos pelo lado da técnica musical. Sua divulgação intensa e as utilizações no extravasamento de urgências da alma popular verificaram-se, pré-

cisamente, durante os últimos trinta anos da XVIII^a centúria. O que fora melodia desdobrada e modesta antes, então se converteu em moda e adquiriu rasgos especiais do tempo, que não se particulariza, na Espanha, por muita gravidade.

O batismo da conhecida música também derivou, depois de 1773, dos fatos e pessoas reais, a que aludem os documentos da época. Os nomes dos arranjos melódicos nunca permanecem, geram-se de caprichos inesperados e são menos fixos do que quaisquer dos elementos de uma concepção.

A denominação de tirana para aquilo que anteriormente passara por diversas designações permaneceu, no século XVIII, de pessoas e fatos históricos que se comprovam.

Rafael Mitjana atribui à origem da feição musical da tirana fortes indícios arábicos, ligando-a, em idêntico terreno da apreciação, ao *polo*, ao *ole*, ao *mediopolo*, à *serrana*, à *tornada*. Esta observação concerne apenas ao nascimento do compasso, do ritmo, do entramento das notas que formam a parte quase material da melodia, não a seus pormenores evolutivos e intenções estéticas, que se desenvolvem depois.

Acrescentemos que as maneiras de dançar e as palavras do canto que orientaram, sucessiva e posteriormente, a música já delineada, nada tem com esse problema genealógico dos fatores melódicos da tirana.

Uma coisa é a música, outra a dança e, diferente de ambas, a letra, que às vezes se foram formando por separado, para depois se unirem em proporções variáveis e circunstâncias singulares.

Distingamos, portanto, as três questões básicas:

- a) a *música da tirana*;
- b) a *dança da tirana*;
- c) a *letra da tirana*.

Introdutivamente e lateralmente, liquidemos de uma vez o ponto do nome desta música, que às vezes se dança e às vezes se canta, quando não se toca, se dança e se canta ao mesmo tempo. É, de fato, secundário o assunto, mas elucida muita coisa e serve de alicerce a ponderações de índole mais séria.

A palavra tirana, aplicada à música que se dançou e cantou constante e vivissimamente no terço final da XVIII^a centúria, entre

os espanhóis, possui data determinável e se originou de circunstância reconhecível.

Eduardo López Chavarri explica que a atriz dramática Maria Rosario Fernández era casada com um cômico, a quem a gente chamava *El-Tirano*, por ter papéis de feroz catadura em tragédias do palco. A uma copla fácil, que ela popularizou, e à respectiva melodia, igualmente singela, deu-se a denominação de tirana, pois todo o mundo conhecia por esta alcunha a artista Maria Rosario Fernández, oriunda de Sevilha e que se estabeleceu em Madri desde 1773.

Aí está, limitada e límpida, a resolução do problema do nome que, dessa época em diante, coube ao famoso baile cantado da tirana. Não há margem para conjecturas, divagações ou sofismas.

Cumpra não confundir Maria Rosario Fernández, *La Tirana*, que representava tragédias, com sua contemporânea Maria Antonia Fernández, *La Caramba*, ambas notáveis, mas esta apenas como intérprete das canções de gosto popular.

Parece que ser antiga a música da posteriormente chamada tirana e novo este nome, que se grudou por 1773 àquela e à sua coreográfica interpretação em virtude da letra que cantara Maria Rosario Fernández, é lugar comum da história artística. A eminente folclorista dominicana Flérida de Nolasco o confirma:

“O fandango, que nasceu na Espanha, sendo seguidilha, a seguidilha, de que tanto gostava Sancho Panza, a que fazia saltarem as almas e desassossegarem os corpos, tem diversos desdobramentos com sua numerosa descendência: *malagueñas, rondellas, murcianas, boleros* e até a *tirana*, que em época recente deixou de ser dança para ser apenas canção. Vale a pena fazer um incidental a propósito da tirana, tipo de nome arbitrário e caprichoso. *La Tirana* foi apodo da tonadilheira Maria Rosaria Fernández, a quem se chamou assim porque seu marido, profissional do palco como ela, fazia freqüentemente papéis de tirano. É bom exemplo do modo pelo qual adquirem as danças, por motivos imprevistos e ocasionais, e também inconsistentes, os seus nomes”.

José Subirá afirma, caracterizando o tema em suas principais manifestações:

“A tirana, especialmente, alcançou grande voga durante o decênio 1780-1790. Constava de uma copla de quatro versos octassilá-

bicos, com um peculiar estribilho, que pelo comum acentuava a intenção maliciosa, picaresca ou satírica da mesma copla. Costumava-se dançá-la também, para reforçar o interesse do canto. Fazendo-a extensiva, de um modo imaginativo, a diversos países, os libretistas introduziram em suas tonadilhas certas tiranas com letra inglesa e igualmente com pretense caráter mouro”.

Eis o modelo da letra de uma das espécies de tirana:

Los cortejos de hoy en día
son como los perros de agua;
los enseñan a que busquen
y al fin los hacen que traigan.

Ay, tirana, tirana mía,
no me martirices más!
porque tu gracia y aseo
son cosquillas del deseo
que no me dejan parar...

Ay, tirana de mi vida,
ten de mi inquietud piedad,
pues que tantas tiranías
no es posible tolerar!
Ay, tirana, tirana, tirana!

Tiraní, tirana;
ay tirani, tirani, tirani!
Ay, ay!

Não desdenharam os teatrólogos espanhóis daqueles tempos introduzir tiranas em suas peças popularescas. O maior de todos, que viveu de 1731 a 1794, – maior no gênero menor dos sainetes, soube sintetizar as essências da vida quotidiana e vulgar das classes pobres e realçá-las com graça e acerto. Esse autor, Ramón de la Cruz, numa de suas obrinhas (*La Petra y la Juana ó El buen casero*) duas vezes aproveitou aquela cantiga bailada do século XVIII.

Primeira:

Dijo una niña a su madre,
porque la mandó coser:
“Menos coser, madre mía,
de todos labores sé”

Cuántas niñas hay en este mundo
que presumen de urdas labores,
y con esta escarmientan al bobo
que se casa con ellas sin dote!

(A dúo)

Esta si que es tira-tirana;
ojo alerta cuidado señores,
que aunque tengan las caras de plata,
muchas tienen las manos de cobre.

Segunda:

Al amanecer, por seda
envio a su mujer un sastre
y no la halló del calor
hasta las tres de la tarde.
Qué dotar era ver a la sastra
por la lonjas, la plaza, y las calles
con la muestra buscando una onza,
sin hallar quien le diera un adarme.

(A dúo)

Esta sí que es tira-tirana,
esto si que son duros afanes;
buscar uno lo que le hace falta
y no hallarlo por bien que lo pague.

Mesmo extraviada a música com que isto se cantava, vê-se pela metrificação desses versos, que a técnica, a melodia que arrastava era bem mais rica do que a simplificada que houve no Rio Grande do Sul.

Percebe-se que a palavra, na tirana, é mero seguimento da música e dos requebros significativos da dança. A letra, neste baile cantado, nunca encerra conceitos, embora humildes, jamais traduz qualquer pensamento, mesmo vulgar. Não passa de um jogo sacolejado de frases desconexas ou termos sincopados, que ajudam a completar os trejeitos coreográficos, que por sua vez continuam as sugestões acanalhadas, reboladas do ritmo.

Prova-se a relativa mocidade do nome tirana aplicado a tipo de música, caracterizado com tal designação no agonizar do

O TATU
Sapatão

Vide explicações no anuário do
Estado do Rio Grande do Sul - 1903.

Muito lento

Moderno

Fim D.C.

The image shows a page of musical notation for a piece titled "O TATU Sapatão". The score is written for piano and consists of five systems of staves. The first system is marked "Muito lento" and the second system is marked "Moderno". The piece concludes with the instruction "Fim D.C.". The notation includes treble and bass clefs, a key signature of one flat, and a 2/4 time signature. The music features complex rhythmic patterns, including triplets and sixteenth-note runs.

Reprodução do “Anuário do Riom Grande do Sul”, 1903.

século XVIII, por muitos trechos e referências deste período histórico e até por uns versitos de Laserna:

Mató a la seguidilla
la aria italiana;
y esta ha sido despojo
da la tirana.

Mais adiante, ainda José Subirá sustenta:

“Há tiranas como orquestra e as há somente com guitarra. Umas eram cantadas, e outras tinham aditamento coreográfico, para recreio dos olhos. Seus acompanhamentos apresentavam a harmonia em forma de acordes, já unidos, já arpejados”.

Não é possível, desta maneira, duvidar da popularidade da tirana no cabo da XVIII^a centúria, entre os filhos do país hispânico. Uma velha música transformada, que serviu à divulgação de certo baile com letra que se cantava, afinal sofreu modificações e se espalhou por todas as nações ocidentais, e chegou à América.

De que caminhos se aproveitou para esta viagem? Em que porto do Novo Mundo desembarcou primeiro? Que fatores locais lhe favoreceram a adaptação à mentalidade de certos povos do nosso continente?

Na América, o começo do século XIX é a fase definitiva do progresso da música que, mais tarde, seria indigitada como representativa do espírito mundonovista. Os espanhóis sempre trouxeram, antes de que outros europeus, a nossas plagas, seus instrumentos, suas melodias, seus cantos, suas danças. Foi depois de 1800, todavia, que os tipos sociais deste continente apresentaram seus desejos em forma cabal, nacionalizada, exigindo para eles o direito de vida livre. Isto criou ambiente propício à expansão popular das artes mais espontâneas, sobretudo a que Chopin sublimou.

No México, ao norte, e no Peru, ao sul, houve palpável interesse pela música, desde a XVI^a centúria. O maior possível, em regiões onde o homem começava a elevar-se, descobrindo-se e achando, para a sua vitória, estradas inéditas.

Conforme a importância da colônia, as autoridades espanholas nelas situaram tipografias, universidades, colégios, seminários, academias. Em todas existiam germes de autonomia moral e promessas de realizações artísticas.

A música, teoricamente cultivada e transmitida ao povo em aulas, cedo foi adaptada à mentalidade mexicana, nos primeiros anos do século XVI, aparecendo igualmente em Santo Domingo, Cuba, Peru e outras colônias hispânicas. Muito antes de implantar-se nas terras que, na América, couberam a portugueses, ingleses, franceses e holandeses, já estava consagrada no ensino que ministravam os castelhanos a seus descendentes do Novo Mundo.

Mais tarde, a gente do Rio da Prata estréia uma vida menos rude. O gaúcho errante, que era chamado gaudério na XVIII^a centúria e se reputava aventureiro, malandro, brigador, desde muito tempo fabricava como podia, – má imitação das espanholas, – as ásperas e grosseiras guitarras que tocava, acompanhando os seus cantos. Concolorcorvo apontou-o em 1773, quando a tirana não aportara às terras americanas e o seu nome se achava muito dentro da casca, visto que Maria Rosario Fernandez só chegara a Madri exatamente nesse mesmo ano.

As trovas toscas que os gaudérios cantavam no pampa tinham a companhia de uma coisa parecida com música de guitarra e ofereciam, em sua pobreza de ritmos e idéias, a surpresa do selvático ao civilizado que as ouvisse.

O instrumento impõe ao compositor restrições ou ampliações da fantasia, da ficção, do estro. Com o que manejeram os primitivos gaúchos, não seria de esperar senão algum compasso imperfeito, mais sugerente do que cabal e propositado.

A imperícia do tocador e a incapacidade do material por si fabricado empobreceram o tesouro musical que os espanhóis legaram à América. Deu-se, pelo imperativo da falta de recursos, uma regressão, pois o alto grau de aperfeiçoamento técnico da arte européia aqui decaiu, barbarizando-se.

Nesta atmosfera intelectual, a tirana encontrou-se comprimida. Truncaram-na os pampeanos, simplificaram-na, para que ela coubesse nas cordas de suas agrestes guitarras. A opulência das notas bem combinadas, que na Espanha caracterizava aquele tipo melódico e fazia com que ele dominasse orelhas e almas, não se manteve entre os inquietos e ignorantes gaudérios do Rio da Prata, cujo único instrumento impedia qualquer veleidade maior de técnica.

Somente pelo início do século XIX é que a tirana se generaliza na América e triunfa em várias regiões. De 1773 a 1800 ela não chegou a implantar-se de todo no continente colombiano.

Não conseguimos data precisa e comprovada do alvorecer de seu império entre nós, brasileiros, porém nunca se nos deparou qualquer referência a ela antes de 1790. Se existe, ninguém até agora a publicou com provas.

Baseamo-nos em Renato Almeida, que diz ter a tirana sido dançada na cidade de Cuiabá, durante as festas de homenagem ao ouvidor Diogo Ordonhes. Após a representação de uma peça de Voltaire, bailou-se ali aquela moda coreográfica, em 1790.

Nesta época, a tirana se achava conhecida em diversos pontos da América espanhola, embora não generalizada a toda ela.

No Uruguai e na Argentina os melhores historiógrafos e psicodemologistas descrevem a tirana, – música, dança, canto, – sempre pouco antes do princípio do século XIX. Argentinos e uruguaios sabem que ela teve origem espanhola, em 1773, e que, ao expandir-se no pampa; perdeu muitas de suas sensualidades rítmicas e riquezas melódicas, em virtude do rudimentar que era o instrumento tangido pelos semi-selvagens gaúchos. Nunca houve outra opinião.

Ricardo Rojas cita a tirana entre o *escondido*, a *firmeza* e o *pranto*, como dança que se amoldou à vida platina, adquirindo-lhe tendências e caracterizações.

O insigne folclorista Juan Alfonso Carrizo colheu, em sua pátria, no ano de 1934, o seguinte estribilho da canção bailada a que nos referimos:

Ay, tirana, tirana, tirana!
Ay, tirana, tirana, tan cruel!
Ay, qué mal me has correspondido!
Ay, qué mal has pagado a tu fiel!

Acrescenta a isto uma nota explicativa o incansável psicodemologista argentino:

“Estes versos foram-me citados por urna mulher do povo, em casa da senhora Ana M. Corrêa de Oliveira, em Santo Inácio (Graneros), em 1934. A tal mulher cantou várias cópias conhecidas, destinadas para pintarem a ingratidão do ser amado, e alternava as coplas, cantando esta quadra. O tom era sentimental. Disse-me a referida pessoa que essa música e os versos pertenciam ao antigo baile chamado a tirana.

O senhor Aurélio Capmany, em seu estudo *O Baile e a Dança*, traz esta notícia de *A tirana*:

Considera-se leve modificação da *Seguidilha*, e tão parecida com ela, que é muito difícil distingui-las.

Estébanez Calderón (*O Solitário*) a supõe descendente legítima da *Sarabanda*.

Felipe Pedrell, em seu *Cancioneiro Musical*, escreve:

“As composições que levam o nome de tirana foram, no princípio, sons de baile com canto. Mais tarde o baile caiu em desuso, conservando-se só como canção, que se denominava segundo alguma palavra do estribilho, por exemplo: *Tirana do Caramba*, *Tirana do Contrabandista* etc.

O compasso da tirana é em 3/8, de movimento moderado”.

Convém acentuar que a Juan Alfonso Carrizo se lhe deparou a tirana no interior da Argentina, lá em Tucumán, não dançada, mas apenas cantada. É o que se deu em toda parte, quer na Espanha, quer na América.

A tirana não se cantou e se dançou somente no Rio da Prata. Todo o Novo Mundo a conheceu e a modificou, nuns lugares de certa maneira, noutros de modo diverso.

Em Cuba conviveu ao lado do *bolero*, do *polo*, da *seguidilha*. Supõe Eduardo Sánchez de Fuentes que, pelo ano de 1830, entrou ali a tirana. Errou. Alejo Carpentier prova que em 1792 já estava ela divulgada na ilha.

Eugênio Pereira Salas mostra que, nos fins do século XVIII, a tirana era dançada no Chile, e que as companhias teatrais de *tonadillas* foram as suas introdutoras nesse país andino.

O mesmo se passou, então, em diversas colônias hispano-americanas.

Tendo nessa época invadido muitas regiões da América inteira, nada mais natural que, na primeira metade do século XIX, também se tornasse familiar, popularíssima aos brasileiros. Destes, os que então estavam menos afastados dos países vizinhos eram os do Rio Grande do Sul.

Quase não havia gente nos territórios de nossas fronteiras com a Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai, porém os habitantes do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina viviam

uma vida em comum, que criava idênticos costumes, iguais sentimentos, parecidas necessidades psíquicas. Os hábitos, as comidas, as roupas, as aspirações dos gaúchos argentinos, uruguaios e brasileiros diferiam pouquíssimo e secundariamente.

A presença, em 1790, da tirana entre os habitantes de Cuiabá é devida, naturalmente, aos da Argentina e Uruguai, que a transmitiram, através da sociedade paraguaia, àqueles brasileiros mato-grossenses, tão afastados dos centros litorâneos de nossa cultura: Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Por esse motivo, a tirana espanhola, que desembarcara depois de 1773 em Buenos Aires e Montevideú, foi tomando conta dos povos circunjacentes e passou, afinal, para o Rio Grande do Sul, quiçá antes de 1800.

Entende Cezimbra Jaques que sua enorme popularidade, na parte meridional do Brasil, deve contar-se de 1822 a 1835, quando ninguém a ignorava, quando todos a cantavam e dançavam, misturando-a com outros cantos e danças, que depois a transformaram de maneira profunda. Ignoramos em que ele se baseia para fazer esta conjectura, pois não nos apresenta nenhum documento da asseveração.

Erro imperdoável de Cezimbra Jaques é o de considerar a tirana uma criação local, nascida de causas pampeanas.

Onde estudou o publicista sul-rio-grandense, que não averiguou haver o nome dessa dança aparecido em Madri, logo depois de 1773, que é o ano da chegada da atriz Maria Rosario Fernández, *La Tirana*, aos teatros da capital espanhola?

Como investigou o caso, que não soube que as cantigas que faziam parte da mencionada música entraram no Rio da Prata muito antes de 1822?

Quanto ao nome tirana, qualquer pesquisa decente parte de 1773 e de Madri, berço dessa nova designação de velho tipo musical, que tivera diversos batismos, através de algumas centenas de anos. O resto é delírio e perda de tempo.

Salvo aquele injustificável despautério, no mais Cezimbra Jaques é precioso em suas notícias de costumes sul-rio-grandenses.

É dele o que se segue:

“As tiranas, em primeiro lugar, e em seguida o anu, foram as danças prediletas do gaúcho sul-rio-grandense”.

É pena que Cezimbra Jaques não tenha raciocinado e feito paralelos entre os bailes e cantos de seus pagos e os das nações vizinhas, onde descobriria a fonte da maior porção do folclore gaúcho-brasileiro. Até a variedade de tipos musicais da tirana – que está descrita por sua pena – é causada pelo mesmo fenômeno já desenvolvido na Espanha, desde o século XVIII.

Vejamos os ensinamentos de Cezimbra Jaques:

“Existiam diversas tiranas: a tirana grande, dança sapateada em roda grande; diversas tiranas de dois, bailados em grupos de dois pares; a tirana de ombro, assim chamada devido à aproximação seguidamente do ombro de um dos cavalheiros com a dama do outro, e vice-versa; e fora destas, havia também a tirana tremida, assim denominada pelo trinado das cordas da viola”.

Os nomes de uma dança são relativamente de pouca importância, visto que às vezes alguns indivíduos os trocam sem motivo, por simples mania. É provável que diversos dos que Cezimbra Jaques enumera tenham origem sul-rio-grandense e se hajam formado de acordo com a vontade de sujeitos metidos a salientes.

Não se inventa um padrão melódico com fáceis mudanças de denominações. Uma coisa é o batismo caprichoso das composições e outra a concepção de uma espécie de música.

No Rio Grande do Sul a tirana espanhola, que estivera a simplificar-se entre os argentinos e uruguaios, terminou por ser canção, e perdeu estribilho característico. Ficou somente com as quadrinhas. Recitemo-lhe as mais populares:

Eu amei uma tirana
e ela não me quis bem;
agora vou desprezá-la,
vou ser tirano também

Tirana, feliz tirana,
tirana da tirania,
já não morre por amores
quem por amores morria.

Tirana, feliz tirana,
tirana de um dolorido;
uma tirana de gosto
deixa um gaúcho perdido.

Minha tirana de gosto,
rosto mimoso e bem feito,
quem teu fandango não baila
não é gaúcho direito.

Tirana, feliz tirana,
tirana, vamos embora.
juntinhos, de braços dado,
artes do romper da aurora.

Tirana, tira, tirana
tirana, que eu vi, bem vi!
Meu amor em braços de outro!
Não sei como não morri!

A tirana é mulher velha,
já não é mais rapariga;
por isto ela já não quer
que lhe metam em cantiga.

A tirana é mulher velha,
velha de má condição.
Quando ela fica brava,
bate com a bunda no chão.

A tirana é mulher linda
quando dança a sapateada;
eu acho-a ainda mais linda
quando dança a umbigada.

Tirana, feliz tirana,
tirana do Ariru;
a mulher matou o marido.
julgando que era tatu.

Todos gostam da tirana,
mas é só para dançar,
porque de uma tirania
Ninguém deve de gostar.

Tirana, feliz tirana,
tirana, que bom fandango!
De tudo vou-me esquecendo,
só de ti vou-me lembrando.

Tirana, bela tirana,
tirana do arvoredado;
se teu pai te degredar,
comigo seja o degredo.

Bastariam as considerações que encadeamos até aqui, para que o problema da genealogia da tirana se liquidasse, esclarecido de uma vez por todas. Entretanto, ainda nos resta uma cauda, que pelaremos rápida e facilmente.

Roque Calage confirma tudo o que se acha em Cezimbra Jaques, ordenando exemplos interessantes. Engana-se, quando pensa que a tirana nos veio dos Açores.

Aliás, nada fundamenta, sobre isto, o saudoso contista. Afirma, porém não prova. Deixa a coisa solta no ar.

Mostra esta sua frágil opinião que lhe faltou conhecimento do folclore da península ibérica. Se o estudasse, verificaria que, da Espanha, a tirana foi para Portugal, e de Portugal, muito tempo após, para os Açores.

Naturalmente caíram nas mãos de Roque Calage escritos que falam da tirana entre os ilhéus deste arquipélago atlântico-luso. Ninguém o contesta. Contudo, ao dançar-se e cantar-se no Açores o baile espanhol que estudamos, já se ele ia dilatando pelas campanhas do Rio da Prata.

Gervásio Lima, pintando cenas das festas do Espírito Santo nas ilhas açorianas, cita a tirana por este modo:

“Logo se entra na tirana que, como um nevoeiro no meio de um dia sereno, vem ofuscar a alegria começada. Então, a voz toma um tom lastimoso e irado, como o da amante mal correspondida em seus amores e a quem um inferno de ciúmes fez crer que a outrem são prodigalizados os carinhos: e enquanto se canta o:

Ó tira, tira, tirana,
tirana das flores brancas...
Ó das flores brancas... (bis)
Eu não sei mostrar carinhos
a quem me mostra carrancas.
Olé, carrancas... Ó, sim, carrancas...

O pé bate no chão, em sinal de quem, cheio de desesperação e furor, lança em rosto ingratidões e cruezas”.

Hoje não se dança a tirana entre os açorianos. As referências de Gervásio Lima reportam-se a 1832 e se baseiam num velho artigo de Antônio Muniz Corte-Real, que assistiu à sua execução, há mais de um século.

No Portugal europeu, em Viana do Castelo, achou Rodney Gallop uma forma de tirana ainda viva, que se canta com quadrinhas setissilábicas:

Eu já vi a Tiraninha
a beber por assobio;
olha a raça da Tirana,
que até no beber tem brio!

Eu já vi a Tiraninha
a beber numa cabaça;
olha a raça da tirana,
que até no beber tem graça!

Eu hei de te amar, Tirana.
eu hei de te amar, eu hei...
Eu hei de te amar, Tirana,
duma maneira que eu sei.

Gosto muito da Tirana,
por ser a tirada brejeira:
faz andar as raparigas
como o trigo na joeira.

As trovas que se ajustaram à música da tirana, desde 1773 até hoje, variaram imensamente, sofreram grandes mudanças; e arranjos. Mil delas nasceram no Rio Grande do Sul, Portugal, Açores, Madeira, Chile, Peru, Cuba, México, Argentina, Uruguai e outros lugares. Não é difícil demonstrá-lo. Adaptações de novas letras ao antigo canto, apenas.

O impossível de provar é ter a tirana, música bem espanhola, nascido em Portugal e vindo dos Açores para o Brasil. Na época da importação, que se debate, já os ilhéus lusos deste arquipélago não entravam em massa e sozinhos no Rio Grande do Sul e demais legiões de nossa pátria.

Ora, quando a tirana penetrava em Portugal e nos Açores, paralelamente se ia instalando entre mexicanos, cubanos, dominicanos, peruanos, chilenos, argentinos e uruguaios. Além disto, diminuída

bastante foi a vinda de colonos de tão longínqua procedência para o Rio Grande do Sul, ao passo que as relações dos nossos gaúchos com os habitantes das duas repúblicas platinas aumentaram.

Salvo no século XVIII, antes de haver sido implantado o baile chamado tirana, que grupos de açoritas aportaram, numerosos, ao Rio Grande do Sul? Ninguém ousará atribuir a tais ilhéus influência contínua sobre o povo gaúcho, após o início da XIX^a centúria.

Eis as pegadas da marcha da tirana, desde o seu nascimento na Espanha até o seu triunfo no Rio Grande do Sul.

Que não se repita a fantástica hipótese de Cezimbra Jaques sobre a origem desta dança, nem o engano de Roque Calage, aliás menos reprovável ou talvez um tanto concebível em face de alguns fatos mal interpretados da história do povo farroupilha.

Sílvio Júlio

FAZENDEIROS E FAZENDAS DE SERRA ACIMA

Fazendeiros e fazendas de serra acima

O termo “serra acima” encontra-se freqüentes vezes nos antigos livros eclesiásticos da paróquia de Inhomirim na Baixada Fluminense, desde que o herói coronel Bernardo Soares de Proença traçou o *Novo Caminho das Minas pela freguesia de Inhomirim*, o que se realizara nos anos de 1722 e 1723.

Vida civilizada, pouco a pouco, espalhou-se na mata imensa da nossa serra da Estrela, entre o atual território do município de Petrópolis e o rio Paraíba do Sul.

O vigário da vasta paróquia de Inhomirim, no ano de 1736, fez a viagem de desobriga pelo novíssimo distrito, e acusa ter encontrado na *serra acima* 22 moradas e 343 pessoas, entre brancos e negros. A sede da primeira fazenda na região atualmente petropolitana estava situada em *Tamarti*, onde agora funciona a fábrica de papel. A segunda vivenda, que era do capitão Luís Peixoto da Silva, ficava uma légua distante às beiras do rio da Cidade. Para o norte, na Quadra das Pedras, surgiram os sítios do dr. Eusébio Álvares Ribeiro e dr. Eusébio Vieira Ribeiro.

Tornou-se vizinho da fazenda de Tamarati no lado do norte o fidalgo capitão Francisco Moniz de Albuquerque, o qual, no seu terreno, prolongou o caminho de Itamarati à margem direita do rio Piabanha, alcançando as terras que hoje se chamam Corrêas e Bonsucesso.

Os nomes de Itaipava e Pedro do Rio não existiam, mas sim o de *Magé* na vizinhança da atual estação Itaipava da estrada de ferro e da Cerâmica; Pedro do Rio, Barra Mansa e Sumidouro formavam o “sertão do Piabanha”.

O livro de sesmarias e o de cartas régias e mais um fragmento do livro de óbitos e testamentos da paróquia de N. Sra. da Piedade de Inhomirim, são fontes da história petropolitana, e o último contém documentos do ano de 1772 até 1791.

Itamarati berço de Petrópolis

A nossa zona urbana na serra da Estrela, até o dia 11 de novembro de 1721, era mata virgem e terra devoluta; tornou-se propriedade do valoroso militar coronel Bernardo Soares de Proença, primeiro sesmeiro na nossa região serrana, o qual tinha indicado a serra do Frade como marco inicial da medição.

Natural e batizado na freguesia de Santo Antônio de Sá, na Baixada Fluminense, passou parte da sua juventude em Suruí, onde os pais tinham adquirido a mais antiga fazenda dos herdeiros de Nicolau Baldim. Félix Magalhães de Proença, português, da diocese de Guarda, e Águeda Gomes de Perada, brasileira, eram os benfeitores do povo, pois legaram ótimo terreno à matriz de São Nicolau e construíram, quase no íntegro, a igreja no cume de uma colina que hoje, renovada e conservada no seu antigo estilo, encanta o viajante que percorre a vargem de Inhomirim a Magé.

Bernardo escolheu a carreira militar, e o louvor autêntico de sua capacidade (encontramos em três cartas régias, despachadas por d. João V, rei de Portugal, a 6 de julho de 1725, 28 de janeiro de 1728 e 1º de outubro de 1734, e nesta última se mencionam fatos heróicos da época da invasão francesa nos anos de 1710 e 1711:

“Ele tem se achado com a sua companhia de guarnição na fortaleza de Santo Antônio da Praia da Vargem, e se houve com todo o cuidado e diligência, rondando os postos, e achando o parapeito da dita fortaleza arruinado e o mais dela descoberto, fez uma cortina de pedra e barro, fixando-a de forte; tendo-se notícia que o inimigo lançava gente em terra, destacou 40 homens para lhe fazer emboscada; fez de novo a casa do governador e a alfândega, queimadas pelo inimigo, e executou a construção, sem despesa alguma da minha real fazenda”.

O que os petropolitanos lhe devem agradecer é a circunstância de ter comunicado a nossa zona na parte do sul com o porto da Estrela e Rio de Janeiro e, no lado oposto, com o novo povoado de Paraíba do Sul, abrindo o Novo Caminho de Minas pela freguesia de Inhomirim, artéria comercial feita de 1722 em diante, e com vantagem enorme para as tropas mineiras, pois o Novo Caminho era melhor do que o primeiro, traçado pelo guarda-mor Garcia

Rodrigues Pais, passando por Pilar, Couto e Pati, aberto no ano de 1700, e encurtava a viagem de quatro dias.

Bernardo Soares de Proença sacrificou nesta obra a metade de sua fortuna e a saúde pessoal para o resto da vida.

Quase no extremo norte da sua sesmaria, construiu a vivenda e os ranchos da nova fazenda. Na mesma época requereu outra sesmaria na Baixada, entre Suruí, Inhomirim e Pacopaíba, e a legou a seu filho Inácio, fazendo de seu filho mais velho, Antônio, o dono do futuro solo petropolitano no Itamarati. E estes dois novos fazendeiros tiveram o máximo interesse em conservar o Novo Caminho na serra em bom estado.

O pai, após quatro anos de enfermidade, faleceu, com todos os sacramentos, na casa paterna em Suruí, no ano de 1735.

O segundo dono da nossa zona urbana

Antônio de Proença Coutinho Bitancour dirigiu a sua propriedade de 1735 a 1752, e defendeu a obra de seu pai com energia e bom resultado.

Os habitantes do antigo caminho de Minas do Pilar da Iguaçu, passando pela região de Couto, Manga Larga e Pati, tinham feito um requerimento pedindo que se fechasse o caminho traçado pelo coronel Bernardo Soares de Proença. Numa réplica lógica, apoiada por numerosos tropeiros mineiros e fluminenses, o filho garantiu para o futuro o vivo movimento comercial naquele traçado, banhado pelo suor de seu pai.

Antônio de Proença aconselhou ao fidalgo capitão Francisco Moniz de Albuquerque, dono da fazenda de São Tiago, na Baixada, a requerer a sesmaria limítrofe ao Itamarati, e a Domingos Rodrigues da Rocha a adquirir terras devolutas na quadra seguinte e à beira do rio da Cidade. Realizou-se tudo isso, e necessariamente as três fazendas ligaram-se por um caminho à margem direita do rio Piabanha.

A 24 de julho de 1752 Antônio de Proença fez o seu testamento, nomeando seu filho Antônio herdeiro, e sua mãe tutora, e veio a falecer a 25 de novembro do mesmo ano, sendo sepultado na igreja de Suruí.

Parece que o herdeiro “faleceu da vida presente” muito cedo; o seu nome nunca se encontra num assento eclesiástico, ao passo que o da mãe, dona Luísa Antônia de Proença, por largos anos, é mencionado como proprietária da roça do Itamarati.

Rio da Cidade

Luís Peixoto da Silva – Manuel Antunes Goulão

A 12 de novembro de 1721, o capitão Luís Peixoto da Silva requereu uma sesmaria “de trás da serra do Frade, fazendo testada na cachoeira do sertão do Frade, onde acaba a quadra de Bernardo Soares de Proença”, e instalou a sua fazenda às margens dos rios da Cidade e das Araras; doze anos depois vendeu a sua propriedade a Manuel Antunes Goulão, comprando outra vizinha, que era da posse de Nicolau Viegas da Proença, o qual, por sua vez, se mudou para a região do rio Fagundes, e passou a ser vizinho do seu cunhado Francisco Fagundes do Amaral.

Luís Peixoto da Silva figura nos assentos paroquiais até o ano de 1743 em ocasião de casamentos de seus escravos ou batismo dos filhos destes.

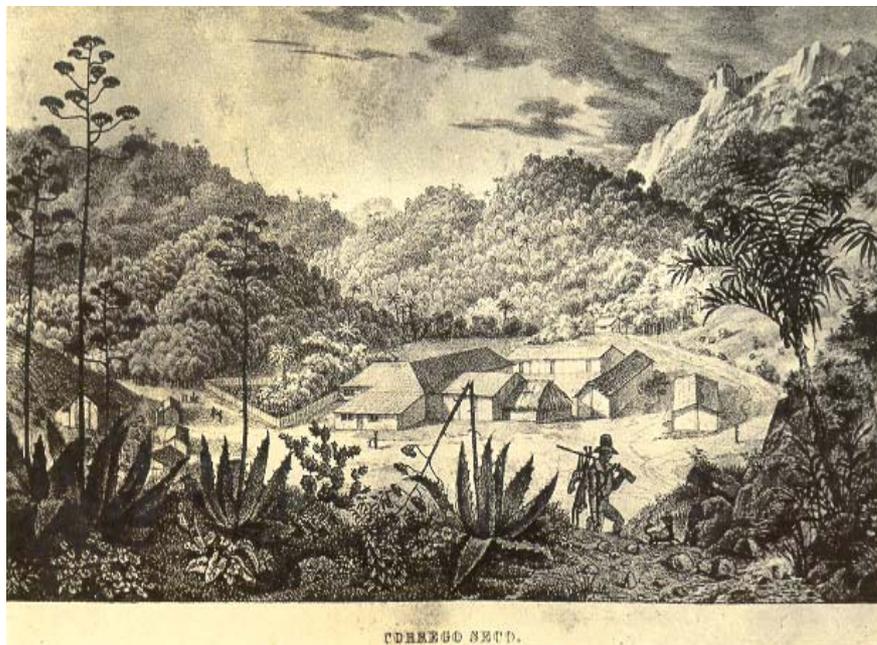
Num termo de batismo feito na paróquia de Suruí, a fl. 45 do ano de 1747, indica-se o nome do padrinho Manuel Antunes Goulão, morador no rio da Cidade, Caminho de Minas, freguesia de Inhomirim, natural de Alcomores na freguesia de N. Sra. da Conceição, bispado de Guarda. (A afilhada era a inocente Florência, irmã da futura dona do Córrego Seco). Sua esposa era Ana do Amor de Deus, e a única filha, Brites Maria de Assunção, esta batizada na catedral de Porto Alegre, bispado na parte oriental de Portugal.

O piedoso casal concentrou o movimento religioso na sua capela pública de N. Sra. do Amor de Deus, benzida a 29 de outubro de 1751, como também a área ao redor, destinada a ser o cemitério.

O neto Antônio, nascido a 12 de março de 1761, escolheu a vida eclesiástica, e, em fins de 1783, celebrou a santa missa no estimado santuário de N. Sra. do Amor Divino.

Manuel Antunes Goulão, no ano de 1760, fez um requerimento para obter outra sesmaria nas quadras vizinhas, recebeu deferimento e aumentou consideravelmente o patrimônio da família.

Por enquanto não existem outras informações que elucidem a vida e ação desse benemérito casal.



“Córrego Seco”, ilustração da obra de Spix e Martins

Samambaia

José Nunes da Silveira, a 14 de fevereiro de 1787, fez escrever o seu testamento por Antônio da Costa Peixoto e aprová-lo seis dias depois pelo “escrivão das Mandas” Manuel José de Barros.

Declara-se o seguinte: José Nunes da Silveira é filho legítimo de Miguel Nunes da Silveira e Josefa de Miuros, natural e batizado na freguesia de N. Sra. do Pilar, casado com Francisca Januária de Oliveira, tem seis filhos: Antônio Nunes, Maria Rita casada com Teotônio Lopes Pessegueiro, José Nunes, Custódio Nunes, Francisco José, Paulo Martinho Nunes; possui uma fazenda sita na estrada geral das Minas, na paragem vulgarmente chamada Samambaia que se compõe de cem braças de testada, possui mais dez escravos... “e mais trastes que não os especifico porque da lisura e capacidade de minha mulher não desconfio”... “meu corpo será amortalhado em o hábito do Patriarca São Francisco e depositado na minha freguesia onde se mande fazer um ofício de corpo presente com os sacerdotes que se acham, os quais dirão missas de corpo presente e será meu corpo sepultado em uma sepultura da Irmandade do SS. Sacramento da mesma freguesia de que sou irmão... ordeno mais que em maior brevidade me mandem dizer três capelas de missas, uma por minha alma, a outra pelas almas de meus pais, sogros e parentes, e a terceira por meus escravos falecidos.”

O dono dessa pequena fazenda faleceu a 24 de março de 1787, e teve a sua sepultura na capela indicada da matriz de Inhomirim.

Observação: 1º. Uma “capela de missas” são 30 missas celebradas na mesma intenção, não em dias consecutivos, mas em prazo mais breve possível.

2º. Samambaia provavelmente era uma parte da sesmaria requerida a 6 de agosto de 1741 pelo capitão Francisco Moniz de Albuquerque, vizinho de Antônio Proença, no Itamarati. Manuel Correia da Silva requereu essa fazenda e a obteve depois da morte do primeiro proprietário, pelo ano de 1757, e o terreno era uma légua em quadra.

O testamento de José Nunes da Silveira indica somente cem braças de testada, sendo naquela época os fundos de uma légua de sertão ou ao menos de meia légua.

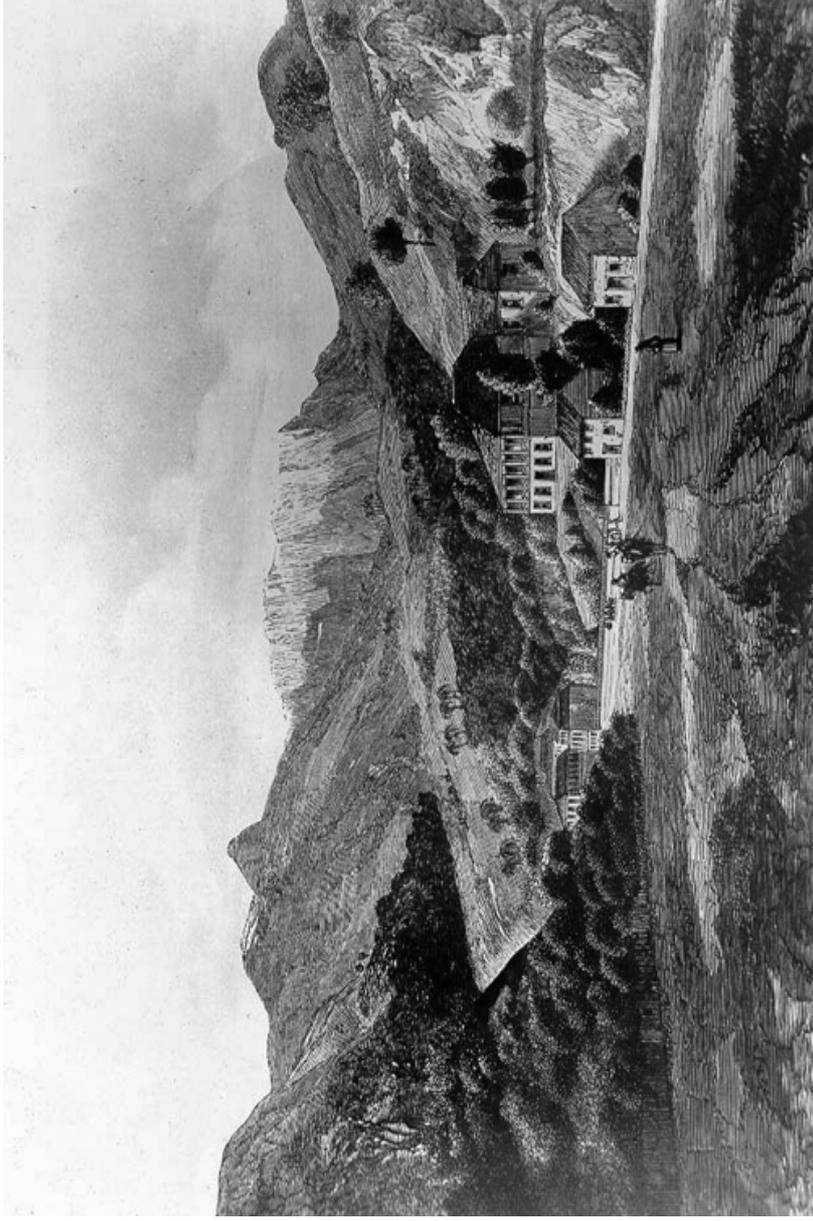
Um assento eclesiástico do ano de 1789 menciona a capela de N. Sra. da Conceição em Samambaia.

Corrêas

O autor da nomenclatura é Manuel Correia da Silva o qual, num assento de batismo realizado a 9 de agosto de 1750 na capela de N. Sra. da Conceição das Pedras, figura como solteiro e padrinho dum escravo adulto de Manuel Antunes Goulão, fazendeiro no rio da Cidade.

No dia 3 de dezembro de 1779, a seu pedido, o dr. Filipe Gomes de Matos, no Rio de Janeiro, escreveu o seu testamento perante as testemunhas José Luís de Menezes Coutinho. P. José Roiz Lima, Mariano Joaquim de Afonseca Costa e Silvestre José da Silva. O tabelião Simão Pereira Barreto lançou a aprovação. A cópia do documento se encontra às fls. 81 v., 82, 82 v., 83, 83 v., no fragmento do livro de óbitos e testamentos da freguesia de N. Sra. da Piedade de Inhomirim.

Manuel Correia da Silva, natural e batizado na Vila de Mação, freguesia de N. Sra. da Conceição, bispado de Guarda, filho legítimo de Antônio Correia Vitorino e Maria Fernandes “não houve herança” – “o que possuo é pelo meu suor”; casado com Brites Maria de Assunção Gouloa, (sic) natural da cidade de Lisboa: “Tenho vivos cinco filhos a saber três machos chamados Luís, Agostinho e Antônio, e duas fêmeas chamadas Maria e Arcângela, são meus herdeiros legítimos. Peço e rogo a minha mulher que haja de aceitar o meu testamento, em 2º lugar rogo a meu genro e compadre Pedro Gonçalves Dias, e em 3º lugar meu genro José da Cunha Barbosa... Falecendo na fazenda, quero ser sepultado na minha capela de N. Sra. do Amor de Deus, no rio da Cidade; falecendo na cidade, sepultura e ofício se farão na Ordem Terceira de São Francisco de Paula, doze sacerdotes tomarão parte e dirão missa de corpo presente; falecendo fora, quero que se faça ofício e sepultura numa igreja. No dia de meu enterro se dará aos mendigantes uma esmola num total de 12 mil 800 rs. Determino que mandem celebrar 400 missas por minha alma e parte delas na minha capela de Amor de Deus, e uma capela de missas na freguesia de Santa Rita pela alma de minha filha Luísa. Não declaro os meus bens, porque os meus testamenteiros bem os conhecem. Os créditos estão declarados no meu livro de assentamentos... Não devo nada a ninguém. Declaro que tenho dois filhos Luís, opositor em Coimbra, e Agostinho, bacharel formado em Lisboa, aos quais tenho assistido e estou assistindo com todas as despesas, até a presente



A “fazenda do Córrego Seco”. (Arquivo do Museu Imperial)

hora quatorze mil cruzados... Não é minha intenção que estes dois prejudiquem os outros irmãos, mas resolvam tudo amigavelmente em paz e harmonia que deve haver entre parentes. Declaro que a meu filho Antônio tenho feito o seu patrimônio em terras da fazenda do rio da Cidade. Às minhas filhas Maria e Arcângela dei de dote de casamento cinco mil cruzados a cada uma e guardo os recibos.”

Manuel Correia da Silva morreu a 14 de abril de 1784.

Observação: Provavelmente o filho Antônio fez os seus estudos e alcançou ordenação sacerdotal à custa de seus avós, pois não causou despesas a seu pai. Na festa de Todos os Santos, a 1º de novembro de 1783, celebrou a santa missa na capela de N. Sra. do Amor de Deus na fazenda dos defuntos avós. O pai tinha instalado na sua vivenda (nas bandas do rio Piabanha) outra capela de N. Sra. da Conceição, e os assentos em livros eclesiásticos afirmam que o filho Antônio celebrava o santo sacrifício em ambos os lugares.

Parece que pelo ano de 1793 o P. Antônio estava construindo a sua aristocrática vivenda com capela no extremo da ala principal, parte de seus edifícios existentes ainda hoje. No dia 19 de junho de 1824 a morte repentina pôs termo à sua existência.

Enterro solene realizou-se na Igreja de São Pedro, no Rio de Janeiro. O testamento é mencionado no inventário de José Rodrigues Fragoso, proprietário do engenho Benfica: ... “Francisco de Melo Franco, serventuário vitalício de ofício de escrivão dos provedores dos resíduos nesta corte do Rio de Janeiro: certifico que revendo o livro de registro de testamentos de nº 95, à fl. 187 v. se acha registrado o testamento com que faleceu o padre Antônio Tomaz d’Aquino Correia da Silva Goulão. 15 de março de 1827”.

O felizardo que descobrir a cópia autêntica desse testamento terá em mão um fascículo importante da história de Petrópolis.

Bom Sucesso – Sítio da Ponte

O primeiro proprietário desse terreno foi Domingos Rodrigues da Rocha, cujo nome se encontra nos termos de livros eclesiásticos, desde 1740.

O testamento feito no Rio de Janeiro a 13 de março de 1781, declara o seguinte:

Natural e batizado na freguesia de S. Tomé de Aguião dos Arcos de Valadares no arcebispado de Braga, filho legítimo de José Martinho Rodrigues e Domingas Gonçalves, “conservei-me solteiro e não tenho herdeiros, não em linha ascendente nem descendente”. Possui uma fazenda comprada a Nicoláu Viegas de Proença, com casas, ranchos, escravos e gado; possui mais o “sítio da Ponte com um oratório decentemente paramentado” (que é o oratório São Domingos ou “oratório da Ponte” que atravessa o rio Piabanha na foz do rio da Cidade). Ainda tem propriedade na sua pátria. Libertou os seus escravos que pelo prazo de vinte anos lhe tinham servido com fidelidade, concedendo-lhes meia légua de terras no rio das Araras, e algum dinheiro para iniciar a sua vida independente. Para a lâmpada do S.S. Sacramento na matriz de Inhomirim legou 100\$000 rs.; concedeu 400\$000 rs. a um parente seu que queira ser sacerdote que tenha a única obrigação de celebrar a sua primeira missa na intenção do benfeitor. O sobrinho Manuel José Gomes Lima receberá as terras e também a propriedade em Portugal. Depois da morte o corpo será amortalhado no hábito do patriarca São Francisco de Assis e sepultado na matriz da paróquia com assistência das Irmandades e o Rev. vigário, e mais sacerdotes dirão missa de corpo presente e o ofício, celebrando, em dias consecutivos, número determinado de missas. Se o testador morrer na cidade, enterro, ofício e missas se realizam no convento de Santo Antônio, tomando parte “os religiosos, e os sacerdotes dirão missa de corpo presente e, pelo prazo de sete dias, cada um uma santa missa em sufrágio da minha alma”.

Os testamenteiros eram Manuel Antônio, Antônio José de Sousa e João Gonçalves Rainho.

Domingos Rodrigues da Rocha faleceu a 28 de fevereiro de 1785.

Magé, Itaipava e Pedro do Rio

O secretário do governo, José Ferreira da Fonte, a 7 de maio de 1703, recebeu uma sesmaria ao sul das terras concedidas à numerosa família do guarda-mor das minas, Garcia Rodrigues Pais, morador nas bandas do rio Paraíba do Sul.

O nome do primeiro sesmeiro caiu no esquecimento, mas não o seu cargo de secretário, pois o “Secretário” com suas terras adjacentes fazem parte dos atuais municípios de Paraíba e Petrópolis.

Tendo feito um novo pedido para obter terras limítrofes da sua fazenda alcançando o rio Piabanha, a fim de “ fazer um curral para o seu gado”, recebeu deferimento a 28 de agosto de 1734, com a assinatura de Gomes Freire de Andrada, governador e capitão geral da capitania do Rio de Janeiro.

Desta maneira não existiu mais terra devoluta desde a serra do Frade e Tamarati até Secretário, nas vizinhanças do rio Piabanha.

Vieram famílias da Baixada Fluminense, especialmente de Magé, trabalhar nas novas terras do Secretário, ganhando a região o nome de “Magé”.

O filho do secretário, Antônio Pegado Carvalho, no ano de 1770, requereu medição oficial da sua vasta propriedade. Nessa ocasião já existia o caminho desde a “ponte de São Domingos” até o Secretário, e, na direção para o sul até a “garganta da serra”; Inhomirim e Porto da Estrela.

As tropas de Minas abandonaram sempre mais a primitiva picada de Itamarati, Carangola, Rio da Cidade e Quadra das Pedras.

No ano de 1771, Antônio Pegado de Carvalho teve a satisfação de que a medição toda foi reconhecida pelos vizinhos que assinaram o documento:

Inácio Caetano da Costa,
Antônio Pinto Braga,
Joaquim José Pegado,
Eugênio Viegas de Proença,
Germano Barbosa Lage,
Antônio Nunes da Silva.

Na fazenda de Magé construiu-se a capela de N. Sra. do Carmo, que começou a funcionar no ano de 1784, e era a sede do “coadjutor de Serra acima”, legítimo representante do vigário de Inhomirim.

Nessa época, outros sacerdotes com capelas em suas residências ou propriedades moravam “serra acima”, como P. Antônio José Leal Penafiel de 1770 a 1824, em Secretário; P. José Antunes de Azevedo, em Magé; P. Manuel Gonçalves Ramos, P. José Joaquim de Sant’ Ana, P. Bento Rodrigues Farinho de Carvalho.

Rio Seco, Córrego Seco, Rancho da Farinha, Petrópolis

Bernardo Soares de Proença, o heróico e generoso pré-petropolitano, desde 11 de novembro de 1721 proprietário da légua em quadra de todo o sul do nosso atual município, intitulou essa sua posse: “Itamarati – Pedra que está quase caindo”.

Manuel Antunes Goulão, fazendeiro no rio da Cidade, a 29 de outubro de 1749, no seu requerimento à Câmara Eclesiástica no Rio de Janeiro, faz a distinção entre Tamarati e Rio Seco, afirmando que, nesse último lugar, que é o perímetro da nossa cidade, também residem algumas famílias sem assistência religiosa.

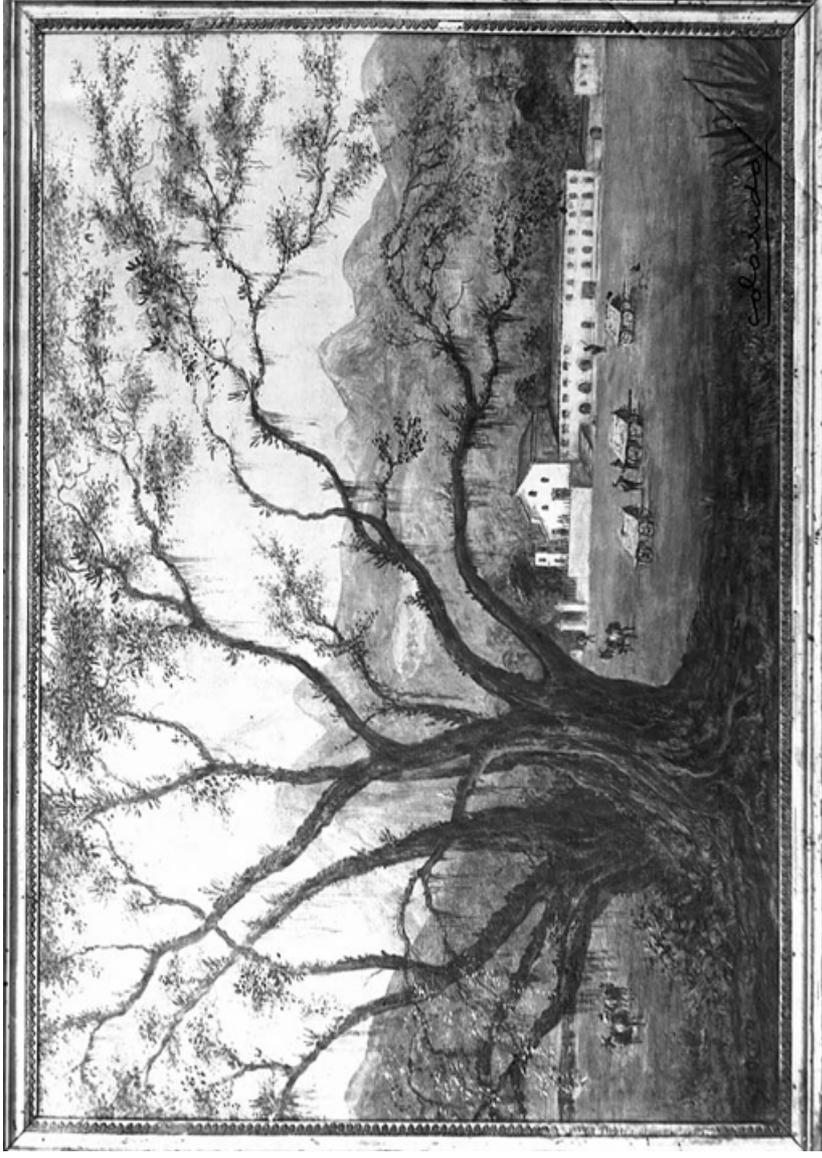
O segundo proprietário de Tamarati, Antônio Proença Coutinho Bitancour, filho do fundador, no seu testamento, feito a 24 de julho de 1752, declara que ele é senhor duma fazenda, herdada de seu pai, com 700 e mais algumas braças de testada, e uma légua de sertão, e possui no ponto extremo da sua propriedade, mais uma vivenda com pomar, rancho e gado. Esta é o sítio das famílias mencionadas no requerimento de Manuel Antunes Goulão, no solo do nosso distrito urbano.

O testamento também revela o fato, que três quartos da área da antiga fazenda já passaram para outras mãos, pois o pai tinha requerido uma légua em quadra, portanto 3.000 braças de testada e fundo.

Na “escritura de venda”, feita a 6 de fevereiro de 1830, o sargento-mor José Vieira Afonso, cavaleiro da Ordem de Cristo, e sua mulher dona Rita Maria de Jesus, moradores na sua fazenda do Córrego Seco, distrito da vila do Pati do Alferes, freguesia de São José do Rio Preto, declararam perante o tabelião e das testemunhas presentes “que são senhores e pacíficos possuidores da dita fazenda do Córrego Seco, onde moram, no Alto da Serra da Estrela, a qual possuíram seus antepassados mais de sessenta anos e ultimamente lhes pertencia por legítimas de seus pais Manuel Vieira Afonso e sua mulher dona Catarina Josefa de Jesus”.

Quando Manuel Vieira Afonso morava e trabalhava na “fazenda dos Vieiras” para lá do Secretário, no Sardeal, conservou no Córrego Seco um pouso e refúgio para as tropas, com armazém e ranchos, e os viandantes do caminho de Minas o estimavam e o chamavam “rancho da Farinha”, para o distinguir do “rancho da Mandioca”, perto do atual Meio da Serra.

Os donos da “fazenda dos Vieiras” souberam administrar bem a sua propriedade, encaminhar os seus filhos na observância



Tela a óleo de Hagedorn, representando a fazenda do Padre Correia, em Correias, Petrópolis, vendo-se a histórica figueira sob a qual dormiu Tiradentes em sua derradeira viagem de Minas Gerais para o Rio (Museu Imperial)

dos bons costumes do passado e, ao fundarem novas famílias e lares, entregaram-lhes áreas de terra para estabelecerem fazendas próprias.

O idoso casal Manuel Vieira Afonso e dona Catarina Josefa, provavelmente pelos anos de 1790, criaram a sua vivenda de descanso no Córrego Seco, e, a 7 de abril de 1806, inauguraram a capela de Sant' Ana no extremo da varanda, pois era o dia solene de suas bodas de ouro.

Desde o ano de 1811, o nome dos venerandos esposos desaparece dos livros eclesiásticos; o sr. Manuel tinha falecido, e a viúva não aceitou mais convites para ser madrinha. Mas os filhos e netos fizeram questão de batizar as criancinhas na capela de Córrego Seco, e em presença da mãe, avó e bisavó.

A 25 de junho de 1825, faleceu, com todos os sacramentos, a estimada primeira dona de Petrópolis, sendo o seu corpo amortalhado com o hábito de São Francisco, e sepultado na matriz de Inhomirim.

O sargento-mor José Vieira Afonso, abastado fazendeiro de São Silvestre e da Santa Cruz, nas vizinhanças de Areal, Julioca, Bemposta e Córrego Seco, foi o primeiro testamenteiro, e cumpriu à risca todas as ordens de sua mãe, a contento dos herdeiros. O inventário acusa a fazenda de Córrego Seco 895 braças de frente e uma légua de fundo. A comissão de avaliadores estipulou o preço da braça em 1\$200 rs., dando um total de 1:074\$000 rs., “por serem terras frias e não darem mantimentos por serem chegadas à serra”.

Os herdeiros, fazendeiros em terra fértil, opinaram deixar a área toda a um herdeiro só, a saber, ao sargento-mor José, por ser ele dono de terras limítrofes, e este, por sua vez, concordou, renunciou a qualquer outra herança de dinheiro, jóias, mobília, etc., dando “ao monte” 200\$000 rs.

A 17 de abril de 1828, houve conclusão do inventário, e o sargento mor José morou com sua família no querido solar de seus pais até o dia 6 de fevereiro de 1830, termo em que o Córrego Seco se tornou propriedade da família imperial e, no futuro, o solo da cidade encantadora de Petrópolis.

Rocinha

A viúva dona Maria Josefa da Costa, a 16 de abril de 1780, fez o seu testamento onde encontramos as seguintes declarações:

A proprietária da fazenda é natural e batizada nos sertões da Bahia, junto do rio São Francisco, criada na vila de Pitangui, filha legítima de Diogo da Costa de Afonseca e Micaela da Costa, casada em primeiras núpcias com Miguel do Vale, e em segundas, com Domingos da Costa, não tendo filhos, “moradora na freguesia de Inhomirim, na minha fazenda Rocinha das Cebolas”...

“Possuo seiscentas braças de terras sitas na Rocinha das Cebolas, estrada do Caminho de Minas, meia légua de sertão para o nascente e meia légua para o poente, com suas casas de vivenda e ranchos, tudo de telhas, cujas terras deixo a Domingos da Costa do Espírito Santo, enjeitado que estou criando, e assim mais seis escravos, quatro machos e duas fêmeas, e mais um casal de escravos que me deixou meu marido Domingos da Costa de Almeida, e o testamenteiro tomará conta até quando for capaz de se reger; cuide que o enjeitado aprenda a ler, escrever, e estude para que se ordene, que isso será meu gosto. Deixo duzentas braças de terra que ficam pegadas às seiscentas, ao meu compadre Manuel Rodrigues Cardoso, para si e suas filhas”. Meu corpo será amortalhado em o hábito de meu patriarca São Francisco, e sepultado na capela de Sant’ Ana de Cebolas, encomendado pelo rev.^{mo} capelão que dirá missa de corpo presente, e assim também todos os mais sacerdotes. Meu testamenteiro fará celebrar 400 missas por minha alma, das quais 200 no convento de Santo Antônio, 100 na Igreja Bom Jesus da Ilha, 50 na igreja de São Francisco de Paula e 50 na minha freguesia”.

Dona Maria Josefa faleceu a 19 de dezembro de 1783, sendo seus testamenteiros Germano Luís Lisboa, morador na Cidade, Manuel ...gra Vidal e João Pereira Cardoso, ambos de serra acima.

* * *

O Rio Seco, o Córrego Seco, o rancho da Farinha, mais tarde foi abençoado pelo eminente franciscano São Pedro d’Alcântara, e protegido e favorecido pelo amor e cuidado do imperador magnânimo, foi residência dos soberanos e, atualmente, é sede de nova diocese, funcionando sob as mãos bondosas de N. Sra. do Amor Divino, e é conhecido em todo o mundo civilizado que estima a rainha da Serra, PETRÓPOLIS.

Frei Estanislau Schaette, O. F. M.

CARTAS ANÔNIMAS À FAMÍLIA IMPERIAL

As cartas anônimas à família imperial

Muito já se há escrito sobre cartas anônimas e motivos surgem, todos os dias e sobrevirão ainda para que esses episódios das relações entre os homens, na sua vida social e em todos os quadrantes venham a preocupar grafólogos, psicólogos etc. Vãs tentativas farão eles para elucidar os móveis psíquicos e sentimentais que induzem uma pessoa a desferir, às ocultas, ofensas, calúnias, intrigas, doestos, mentiras etc. contra seus desafetos ou que, no mínimo, invejados, constituam alvos preferidos às suas atitudes mentais – berço de seus impulsos ferinos...

Não objetivaremos nesta mera e desvaliosa digressão sobre um, por nós, ignorado assunto – alheio totalmente à nossa competência – uma análise minuciosa desta questão, assaz complexa – a anonimografia (segundo Edmond Locard): referiremos, unicamente, seus principais aspectos apesar de todos eles – separados ou unidos – não conseguirem elucidar ou, ao menos, deixar transparecer a personalidade do anonimógrafo, (o que seria altamente desejável...) quais os surtos mentais que o levam a tão ignóbil procedimento e as explosões sentimentais que o impulsionam a assim proceder.

Convém, entretanto, acentuar, desde já, que existe sempre um objetivo evidente, incontestável e concludente na anonimografia – é que ela, quase sempre, senão sempre, corporifica uma vingança – seja ela de que natureza for, mascarada de uma intriga, de uma calúnia, de uma ofensa procurando, ao demais, sobressaltar o espírito dos destinatários ameaçando-os, inquietando-os etc.

E não se limita ela, somente, a essas perversidades unipessoais pois encontra ainda no jornalismo, na política, no meio familiar, nas academias, nas igrejas, nas escolas etc., ambientes seletos e numerosos pretextos para uma indigna proliferação!

Talvez se observe nesta mesma anonimografia uma única exceção, justificável – quando seu autor se serve deste recurso para denunciar à justiça um ato criminoso cujo delinqüente permanece impune.

Por todas estas razões, nos defrontamos com uma multiplicidade de aspectos, difíceis e intransponíveis, na crítica da anonimografia, principalmente porque esta já obtém na datilografia poderoso recurso para ocultar o grafismo do seu autor, só não ficando totalmente encoberto o estilo do mesmo, que ainda disfarçado, algo perdurará...

Como se verá as cartas anônimas recebidas pelos membros da família imperial e que mais adiante inseriremos, como parte primordial destas frágeis divagações, merecem mais ser conhecidas e divulgadas pelo que contém de grosserias, ofensas pessoais, desabafos políticos e insultos a personalidades sem mácula, do que, propriamente, pelos seus aspectos técnicos e psicológicos.

Entretanto, para que o leitor fique inteirado de como se pode e deverá analisar uma carta anônima ora expomos os vários e conhecidos métodos de pesquisas, dela decorrente, começando pelo grafológico tão bem e minuciosamente perquerido por Silva Melo em seu belo livro – *Mistérios e Realidades Deste e do outro Mundo*.

Assim o define este autor: “A grafologia é a arte de reconhecer a personalidade do indivíduo por interpretação de sua caligrafia”.

Ora, no caso das cartas anônimas da família imperial, não é possível nem ao menos suspeitar da autoria e personalidade desses anonimógrafos porque todos eles já habitam a “selva oscura d’ove non se ritoma piu” e onde, com certeza, não exercerão tão ignóbil atividade.

Além de Silva Melo alguns outros pesquisadores se têm ocupado desta questão, como passamos a mencionar. Na França Edmond Locard, aureolou-se como técnico em grafologia, criando até o termo anonimógrafos aos que se entregam a esses perversos prazeres!

Por sua vez Paul Voivenel no seu livro *La Chastité Perverse* considera o anonimógrafo igual ao caluniador contumaz, ao mentiroso, ao envenenador proposital, citando alguns casos de anonimografia que resultaram na morte de várias pessoas.

Para Edmond Locard existe certo número de dados característicos de anonimografia como por exemplo:

1º *A Repetição*: isto é, o anonimógrafo gosta de reincidir no envio das cartas por ele escritas. (No caso das cartas anônimas à família imperial depara-se este fato da mesma assinatura em três delas – Um brasileiro).

2º *A Imitação*: para este técnico em grafologia, quando uma ou algumas cartas anônimas provocam, publicamente, qualquer situação grave este fato virá a se repetir com outras anonimografias de pessoas diversas, por simples espírito de malvada imitação. Exemplificando, narra ele um processo criminal originado de anonimografias, ocorrido em Tule, dando origem a vários outros semelhantes em algumas cidades da França.

3º *A Fraqueza de Motivo*: para Locard “não existe nenhuma razão digna no determinismo íntimo dos delinquentes, isto é, do anonimógrafo”.

4º *A negatividade ou ausência de confissão*: este mesmo técnico francês, com grande experiência, não encontrou uma só exceção e esta regra e acrescenta: “Ni la parfaite identité d’une écriture sans deguisement, ni les empreintes digitales, ni la denonciation des témoins assurées, ni le fait d’être trouvé porteur des lettres rien ne fait décider un anonimographe a raconter l’évidence”.

5º *A deformação da escrita*: o indivíduo autor da carta anônima chega a criar um segundo estado de caligrafia, tão constante, tão perfeita e tão regular como se fora seu grafismo normal.

Cita este francês vários outros motivos técnicos sobre o mesmo assunto, mas que não nos interessam e muito menos ao leitor e nem se faz mister minudenciá-los.

Há, porém, certo aspecto interessante neste desdobrar da tecnicologia interpretadora da anonimografia e que convém ser realçado: é quando a carta anônima foi escrita por uma segunda pessoa, a pedido de outra, como foi verificado em um caso ocorrido, em 1928, na França, no qual o barão Beaudrof acusava a condessa Monfort de ser a inspiradora de cartas anônimas ditadas por ela a um pintor quando a justiça, posteriormente, comprovou ser ele mesmo o autor mental das referidas cartas.

Acrescente-se mais esta modalidade, assaz original, da anonimografia – quando o nome de uma pessoa é obtido por decalque, do verdadeiro, como já aconteceu entre nós, com grande ruído...

Vejamos agora curiosa série de opiniões de grafólogos mundiais, sobre o valor que se pode depreender do estudo do grafismo de uma pessoa, conforme nos relata Silva Melo.

Assim Alfredo Binet, diretor do Laboratório de Biologia Experimental de Paris, afirma, segundo suas experiências, que “a grafologia permite um juízo penetrante da individualidade humana”.

Por sua vez Pierre Janet e Charles Richet (este prêmio Nobel) concordam em que “a mentalidade profunda do indivíduo pode ser estudada pela escrita”, acrescentando: “É impossível que uma pessoa muito estúpida não deixe transparecer um pouco de sua estupidez”. (É o que se observa nas cartas anônimas dirigidas a Pedro II).

O próprio professor Silva Melo, às páginas 108 do seu livro, diz “Na grafologia há sem dúvida algo de real e positivo que deve estar de acordo com as qualidades do indivíduo (Melhor dir-se-á, alvitramos nós, com o *caráter* do indivíduo).

Na Alemanha, ainda segundo Silva Melo, Rafael Scherman, em seu livro, já proclamou: “A escrita não mente e neste mesmo trabalho encontram-se as seguintes conclusões: “Se é um homem que traça a escrita reflete ela por sua vez o próprio homem, desvendando dessa maneira mesmo sensações das quais não tem ele ainda consciência. “É preciso ver e compreender a escrita em sua totalidade. Ela tem seu ritmo próprio. E é a primeira impressão que conta que me revela, de um golpe, plasticamente, uma visão de conjunto do autor. “Em geral basta-me olhar uma caligrafia durante alguns segundos para desvendar situações a ela ligadas. Desde que consigo fixar tal visão não tenho mais necessidade da escrita da qual não me sirvo de novo senão quando as imagens recolhidas se desvanecem”.

Outro cientista austríaco, Moritz Benedict, citado por Silva Melo, chegou a descobrir *uma segunda forma de sensibilidade* (o grifo é nosso) a que denominou de fórmula de Scherman, baseada em experiências psicografológicas.

Como perito este grafólogo refere vários casos em que descobriu o culpado, unicamente por meio da escrita.

“Em alguns casos reconheceu a dissimulação e a falsidade de documentos escritos, aliás, até com facilidade, pois são sempre defeituosos deixando o culpado, inexoravelmente, a descoberto”.

Alguns grafólogos, com seus psicogramas, chegam a poder reconhecer a autoria de cartas anônimas e, ainda mais, se ela provém de pessoa inteligente ou não, de moralidade duvidosa, se é de um mentiroso, de um hipócrita, de um indivíduo enérgico ou de um astênico, de um preguiçoso, de um indisciplinado etc. etc.

Pouco falta para que tais grafólogos afirmem ser uma carta anônima escrita por pessoa feia ou bonita, velha ou moça, de cabelos pretos ou brancos, de nariz comprido ou curto, de boca pequena ou rasgada, com dentes bons ou dentaduras postiças etc. etc.

1877 D. P. P. P. 1877
Senhora
Sua Magestade Imperial.
O povo Brasileiro nao está
satisfeito com o Desgoverno de Sua
e Magestade o Imperador e espera
que Vossa Magestade se mostre já
na estacada,
e to' e Vacas já está cansada de se
deixar roubar.
to' preciso Vossa Magestade salvar o Throno
de Senhor Principe de Gram-Pardo.
Tenho a honra e a satisfacaõ de me
assignar com muito respeito e acatamento:
Sua Magestade Imperial
humilissimo e obediente servo
Um Brasileiro

(Documento do Arquivo do Museu Imperial)

Como prova do que acabamos de criticar, sobre a capacidade diagnóstica de semelhantes grafólogos, citemos o seguinte trecho extraído de um laudo do livro de Silva Melo. Diz o grafólogo, referindo-se ao autor da anonimografia: “Sofre, no aparelho digestivo, de forte acidez, no respiratório de traqueíte, no circulatório de aortite, no sistema neuro-vegetativo de grande desequilíbrio” etc. etc.

Ora, pretender pelo simples exame de qualquer pessoa adivinhar-lhe todos esses males será, visivelmente, ultracômico, quando não de astuciosas mentiras científicas.

No caso das cartas anônimas, recebidas pelos membros da família imperial, seria sumamente fantasioso descobrir seus autores analisando-lhes ainda a inteligência, a vontade, a moralidade, enfim todos seus atributos e qualidades.

A face mais útil no problema grafológico – e a nosso ver a única e importante, principalmente em se tratando de cartas anônimas – é a de ser possível, ou não, desvendar-se a autoria do documento analisado o que somente o será, quando se possuam, anteriormente, outras também assinadas de forma a, comparando-se a letra e o estilo, reconhecer o autor dos referidos documentos.

Unicamente por este meio é que o grafólogo poderá prestar valiosos serviços, como se observa na falsificação de documentos ou na anonimografia de cartas dirigidas à justiça, permitindo, assim aos magistrados se utilizarem deste recurso e, destarte, descobrir o autor da falsificação.

Terminemos esta já estirada e enfadonha descrição dos prismas técnicos da anonimografia – a que audaciosamente nos atrevemos – oferecendo aos leitores desta memória, sem mais tardança, alguns comentários sobre o provável e indevassável panorama mental e sentimental dos que se entregam a esses esportes malvados, quando não criminosos.

O primeiro fato a indagar é o seguinte: Qual será, nos anonimógrafos, a consciência dos seus autores, desde que todos os seres humanos a possuem modelando-a porém, cada um, conforme seus desejos, educação, impulsos, interesses etc.?

A resposta a esta interrogação desenha-se nos seguintes pensamentos encontrados no livro *A Ciência da Vida*, de Wells e J. Huxley: “Quando se estuda o comportamento dos seres vivos temos que ventilar as questões atinentes a sua sensibilidade, conhecimentos, pensamentos e vontades havendo, ainda, outro obstáculo

no estudo do espírito humano – é que se podemos ter completa segurança acerca da existência da consciência, torna-se porém extremamente difícil descrever-lhe as atividades com minúcias e precisão”.

Sendo assim, é óbvio, nunca será possível perceber “as atividades, boas ou más, minuciosas e precisas da consciência desses autores de cartas anônimas”, apenas exteriorizadas, mal e fragmentadamente, nos documentos por eles escritos ainda mesmo como estilo disfarçado e o grafismo alterado. Desde que esta face da questão se apresenta insolúvel e intransponível e sem qualquer utilidade para ajudar-nos a perceber quais os aspectos da consciência dessas pessoas – se indignas e infames ou não, talvez mais apresentáveis – a do psiquismo e sentimentalismo desses anormais de consciências, sempre enroupados nos “enigmas e aberrações da alma humana”.

Penetremos, audaciosamente, numa vereda perigosa e desconhecida – a que se refere e condiciona a idéias, impulsos, recalques e complexos psíquicos. Segundo Wells e Huxley, denominam-se complexos a “um sistema de imagens, idéias e impulsos que permanecem recalcados, assim como se rotula de recalçamento a eliminação desses impulsos e idéias”.

Procurando aplicar e ajustar esses ensinamentos ao psiquismo e sentimentalismo dos anonimógrafos uma conclusão se torna flagrante, indiscutível e incontestável – é que tais pessoas, procuram, na anonimografia, idéias, impulsos, malvados, caluniosos, intrigantes, mentirosos etc., etc.

Naturalmente esses recalques, com seus recalcamientos, apresentam-se multiformes, oriundos de causas inúmeras, nascidas das várias e imperceptíveis atividades da consciência de cada um, de temperamentos doentios, de caracteres lacunares, de situações sociais incontroláveis e dolorosas, todas, todas filhas de cérebros angustiados e corações aflitos – mas recalques esses e seus recalcamientos, que jamais justificarão o emprego da anonimografia, como um vil instrumento para vinganças...

Colocando o leitor a par dos elementos superficiais que alicerçam e emolduram a questão da anonimografia, apuremos em todas as suas faces – estúpidas, insolentes, mentirosas, grosseiras, cavilosas etc., as cartas anônimas recebidas pela família imperial e destinadas a Pedro I, Pedro II e a imperatriz e que ora aqui transcrevemos entremeadas de algumas frívolas considerações, emanadas do

precário cenário mental de seus autores, conforme o desenharam e coloriram.

A originalidade e raridade desses documentos, serão bastantes para despertar a curiosidade dos brasileiros e necessários para ainda mais esclarecer e realçar este problema – humano e desumano – da anonimografia.

A primeira carta consta de uma cópia datilografada do original e dirigida a Pedro I, tendo o nº 3.326 (arquivo do Museu Imperial). Este documento foi visivelmente escrito por pessoa inculta, objetivando principalmente desabafos políticos. Nesta carta, pessimamente redigida, encontram-se dislates que tais: “Urge-se, ganguerena etc.”. Foi ela, é de acreditar-se, escrita por um monarquista, bramando contra “canalha republicana” e, provavelmente, do punho de um português a aconselhar a Pedro I que se torne “rei dos portugueses e Algarve e, além disso, que com os socorros de 12 a 20.000 homens portugueses ficarão totalmente sucumbidos os inimigos que o Brasil nutre e aterrados os inimigos externos”.

Por aí afora vai, como se vê, o nosso anonimógrafo, terminando com este duplo, curioso e punitivo conselho: “Senhor! Eu convenho que para alguns deles se liberalizem mercês porém, para o geral, é preciso vergalho e mais vergalho do contrário é perder seu precioso tempo e arriscar seu trono”. Exclamemos: Ó tēpora, ó mores!

Assina este documento, datado de 4 de agosto de 1827, o “Imparcial”.

A carta anônima dirigida a Pedro II (documento nº 879, arquivo do Museu Imperial) deixa, à simples leitura, a mesma impressão de desabafos políticos, acrescidos de ofensas e ameaças pessoais como esta: “Que contraste se observa em vós senhor! Vosso pai autor da Independência fora vilipendiado e insultado na sua presença e na ausência atrocemente; entretanto vós subindo ao poder vos ligastes aos que mais o insultaram antipatizando com seus amigos! Desta sorte senhor, (permiti a verdade) quem vos terá por bom filho e quem não for bom filho poderá ser bom pai do seu povo? Deus permita que não tenhais a mesma sorte – a pena de Talião!”

Com outras insinuações e censuras maldosas, e sem qualquer assinatura, termina esta carta com um rapapé: “Vosso humilde súdito”.

Mais uma anonimografia (documento nº 8.141 – arquivo do Museu Imperial), também dirigida a d. Pedro II e com a assinatura de um *Brasileiro*. Só merece ela referências desprezíveis, por quanto não passa de um acervo de ofensas estúpidas e baixos insultos escritos por um cretino qualquer.

Chamar a d. Pedro II de *ignorante, burro, sandeu, protetor de ladrões e contrabandistas*, são apenas cusparadas para o ar jorradadas da boca de um débil mental.

Este mesmo anonimógrafo – Um Brasileiro (documento nº 8.141, arquivo do Museu Imperial) dirigindo-se à Sua Majestade a Imperatriz, faz-lhe um apelo para que obrigue ao imperador a se retirar do país “e a não deixar a companhia de seus amigos (refere-se ele aos revolucionários franceses) os comunistas (da comuna) e incendiários do país” acrescentando: “Que na opinião do senador Zacarias de Góes e Vasconcelos o imperador nunca esteve doente, foi manha, para poder ir visitar a Victor Hugo, o Ladrão”.

Para que alinhavar mais períodos sobre tantas parvoíces?

Conclusão. Da leitura das originais, curiosíssimas e desconhecidas cartas anônimas a Pedro I, Pedro II e à imperatriz ressalta uma verdade ostensiva e insofismável: ser a carta anônima um vil instrumento, no qual são vomitados os recalques, dos complexos de idéias, impulsos e sentimentos, transbordando de caracteres abjetos.

Otávio Aires

Eis os documentos em questão:

Carta a Pedro I

“Senhor.

Foi em 30 de agosto, do ano pretérito, que pela primeira vez eu tive a honra de levar à respeitável presença de Vossa Majestade, verdades puras; porém hoje ainda me sinto tanto mais animado para reincidir no mesmo atentado, não só pela convicção em que estou de que jamais V. M., ouvirá verdades puras, dos lábios dos cortesãos, que o circulam; não por ignorância, mas sim pela maré com que obram, como pelo interesse que tenho no triunfo da justa, e sagrada causa de V. M. Portanto, senhor, eu me animo com aquela sinceridade, e imparcialidade que me é natural, a fazer um resumido quadro do mal que nos ameaça, quais os seus efeitos; remédios. Senhor. Há dois partidos bem conhecidos; um monarquia constitucional, o outro de republicanos sem limites nos seus excessos, e abusos. Todos os brasileiros, são exaltados republicanos, à exceção de 1, ou 2, por cada mil; muito particular-

mente, todos aqueles que respiram nas províncias do norte do Brasil, principiando na vila de S. Salvador dos Campos, até acabar no Amazonas.

Os brasileiros, nascidos em Portugal, são os únicos do partido de V. M.; porém infelizmente são em muito menor número, ao dos inimigos de V. M., os quais contam em seus últimos esforços, com o grande número de negros, e mulatos; aos quais se promete liberdade, e mais liberdade, neste caso teremos o desprazer de ver repetida no Brasil, a muito triste tragédia da ilha de S. Domingos. Eu conheço que a atual guerra com os democratas argentinos tem sido tão útil, quanto inevitável; porém agora urge-se que a mesma cesse, o mais breve possível; mas sempre de maneira interessante, e decorosa a V. M., quero dizer, que se lhes faça a mais enérgica e violenta guerra, a fim de os obrigar a depor armas, e consentirem que aquele infernal governo seja suplantado por outro da natureza do de V. M. sem o que, nunca teremos paz duradoura; menos firmeza sobre o seu trono, tão manhosamente minado. Há males, semilimos, ao da ganguerena, que não admitem remédios paliativos; este o caso em que nos achamos. Eu julgo ser do interesse de V. M.; até para o bem da humanidade, que o quanto antes V. M. se torne rei; de Portugal, e do Algarves, etc. etc. etc., pois já que o é de direito, seja-o também de fato, e com esta declaração franca, os portugueses serão mui prontos em obedecer a primeira voz de V. M. Ora com os socorros de 12 a 20.000 homens portugueses, ficam totalmente sucumbidos os inimigos que o Brasil nutre, e aterrados os inimigos externos. O general Lecor, é o único homem capaz de dirigir as operações da guerra do sul, e por isso se deve esperar que V. M. deposite nele, toda a confiança de que é tão digno. Não acho acertado o procedimento do seu ministério a respeito de alguns malvados, que os governos de diversas províncias, têm mandado para esta, criminosos, por motivos, e desafetos a V. M.; são estes, que voltam às mesmas províncias não só absolvidos de culpa, e pena; mas até cheios de mercês de hábitos, comendas, e empregos muito lucrativos; o que só poderia ter lugar para com alguns deles, mandando-os para outras províncias muito remotas.

O Arupreste, Baptis, Malcher, e o major Tupinambá, sempre foram os principais órgãos dos revolucionários paraenses; porém contudo os dois primeiros continuam a fazer tudo quanto querem no Pará, e este último, hoje nesta corte, não tardará a ir-se-lhes juntar, e então serão eles muito bem capazes de mostrarem a V. M., que eles jamais deixaram de pertencer à canalha republicana, e que são inacessíveis por sangue português, e por conseguinte de V. M. Esta corte, está cheia de canalha republicana, e muitos deles são conhecidos de V. M., como deputados na Assembléia Legislativa.

Senhor eu convenho, que por alguns deles, se liberalizem mercês; porém para o geral, é preciso vergalho, e mais vergalho; do contrário é perder o seu precioso tempo, e arriscar o seu trono.

Eu espero merecer de Vossa Majestade a graça de noticiar-me por meio da – *Gazeta do Brasil* – o dia, e hora, em que receber esta.

E sou com profundíssimo respeito o mais fiel súdito de Vossa Majestade.
Rio, 4 de agosto de 1827".

O Imparcial.

Carta a d. Pedro II

“Carlos segundo de Inglaterra subindo ao trono vingou a morte de seu pai, mandando decapitar dez dos principais cúmplices, e exumar Cromwel para ser arrastado e enforcado, e enterrado junto à forca. Este bom filho, que vingara as cinzas de seu pai, foi predileto do povo, que lhe tomou tal afeição, que Carlos fez tudo quanto quis não obstante estar o povo acostumado ao regime republicano.

Que contraste se observa em vós senhor! Vosso pai autor da independência, fora vilipendiado, e insultado na sua presença, e na ausência atrocemente, entretanto vós subindo ao poder vos ligastes com os que mais o insultaram, antipatizando com os seus amigos! Desta sorte senhor (permiti a verdade) quem vos terá por bom filho! e quem não foi bom filho poderá ser bom pai de seu povo. Deus permita que não tenhais a mesma sorte, a pena de Talião.

Senhor quem ama ao pai, ama ao filho.

Paulo Barbosa da Silva é vosso amigo por que tendes o que dar do contrário diria de vós o mesmo que disse de vosso pai no periódico verdade que redigira.

Aureliano é vosso amigo mas pretendeu com Feijó e outros fazer o trinta de julho, para vos tornar zero, porém não conseguindo mudou de rumo, virou a casaca, e se virou logo vosso amigo para pescar bom peixe, o que tem conseguido, está hoje feliz, que especulação!

Porém sr. se houver outro 7 de abril, (quod Deus avertat) quem sairá a campo com tal exemplo? Hoje o governo é composto de homens sisudos, de justiça, e capacidade, porém isto só não basta, há preciso que vós façais amar. Tendes a vosso favor o serdes bom esposo; estou que sereis conservado como elemento de ordem.

Deus vos conserve por muitos anos.

A guerra que se fez a vosso pai não foi a oito, e sim ao sistema.

Vosso humilde súdito.”

A S. M. o Imperador.

“A nação brasileira não está satisfeita com o governo de Vossa Majestade; porque Vossa Majestade é o protetor dos ladrões e contrabandistas. Se Vossa Majestade tivesse vergonha já teria se retirado deste país; mas quem perde a vergonha nunca mais a encontra.

Vossa Majestade julga-se sábio?

Vossa Majestade é muito ignorante...

Vossa Majestade é burro; porém mais burro é quem o atura.

Morreu aquele seu amigo: Alexandre Herculano, o ímpio.

Tem recebido cartas do seu amigo Victor Hugo, o comunista?...

Vossa Majestade é um sandeu.

Peço-lhe que entregue a inclusa carta a Sua Alteza Imperial a senhora princesa e futura imperante d. Isabel, e veja que o segredo das cartas é inviolável.

De vossa majestade

Súdito obediente

Um Brasileiro.”

A Sua Alteza Imperial.

“Senhora.

O povo brasileiro não está satisfeito com o desgoverno de Sua Majestade o Imperador e espera que Vossa Alteza se mostre já na estacada.

A nação já está cansada de se deixar roubar.

É preciso Vossa Alteza salvar o trono do senhor príncipe do Grão Pará.

Tenho a honra e a satisfação de me assinar com muito respeito e acatamento:

De vossa alteza imperial

humilíssimo e obediente servo”.

A S. M. a Imperatriz.

“Augusta senhora.

O povo brasileiro pede a Sua Majestade o Imperador que retire-se do país por uma vez; a nação não está satisfeita com Sua Majestade o Imperador e este teima em ficar no Brasil, deixando a companhia dos seus amigos, os comunistas e incendiários de Paris...

Na opinião do senador Zacarias de Góes e Vasconcellos nunca Vossa Majestade esteve doente; foi manha para o imperador poder ir visitar o célebre Victor Hugo, o ladrão.

Deus guarde a preciosa pessoa de Vossa Majestade. Bahia 25 de outubro de 1877.

Tenho a honra de me assinar:

De Vossa Majestade Imperial e Real

humilíssimo escravo e obediente súdito

Um Brasileiro”.

FARDAMENTOS IMPERIAIS

Fardamentos imperiais

Um dos assuntos menos estudados, entre nós, é o relativo aos uniformes civis e militares da época monárquica do Brasil. É que são escassos os elementos informativos. Os decretos originais, que deveriam estar acompanhados dos respectivos desenhos dos modelos, em grande parte não foram ainda encontrados, e os poucos achados, estão desprovidos dos respectivos modelos. De modo que, em geral, não tem sido fácil uma perfeita identificação, e estudiosos dessas coisas, como José Wash Rodrigues, há longos anos vêm fazendo pesquisas a respeito, prometendo-nos para breve um substancial trabalho.

Como indumento civil, é sabido terem existido fardas de ministro, senador, deputado, presidente de província, conselheiro, camarista, veador, guarda-roupa, moço-fidalgo, médico do paço, etc.

Difícil, todavia, como ficou dito, tem sido para a atualidade, uma perfeita identificação desses uniformes.

Um dos recursos, à primeira vista, excelente, seria o confronto de uniformes dos personagens retratados a óleo, cujo número é enorme, dado o largo uso que na época monárquica se fez desse gênero de retrato. Todavia, enganoso é esse recurso; um retratado que foi deputado, também foi ministro, quando não exerceu ainda a presidência de uma província. Assim sendo, o uniforme que ostenta, em qual função teria sido reproduzido pelo pincel? Noutro retrato, ainda, a pintura não reproduz com clareza os adornos da farda...

A coincidência de mais de uma função num só retratado, foi muito comum, e em geral os artistas não se preocupavam em destacar os detalhes do indumento.

Como estabelecer pois, hoje em dia, uma distinção segura, pelo confronto desses retratos?

Por sua vez, os mesmos fardamentos eram periodicamente alterados senão no todo, pelo menos em parte, com a mudança de gola, punho, ou cor da calça.

Nossos museus possuem vários fardamentos civis, e ocorre que a definição dada por um museu a determinada farda, difere da feita por outro.

Seria uma fortuna, se pudesse acontecer com todos os uniformes o que se deu com o de moço-fidalgo: o Museu Imperial recebeu como oferta uma lata original, com prateleira, contendo: uniforme comum (calça verde) e de gala, (tipo casaca e calça branca) chapéus armados correspondentes, e espadim com duas bainhas (preta e branca), e dentro, ainda, a encomenda e preço de “uniforme de moço-fidalgo” com a fatura impressa de fornecedor da rua da Quitanda. Tudo novinho e arrumado, aguardando ser usado pela primeira vez...

Neste caso, poderá haver dúvida?

Dados esparsos, e relativamente vagos, podem também ser apanhados aqui e ali, em referências de publicistas. Araújo Viana, por exemplo, em seu valioso trabalho sobre as artes plásticas no Brasil¹, na p. 551, adianta que “A corte, damas e fidalgos, receberam traje derivado dos em uso na corte portuguesa, modificado nas cores e nos bordados, sendo verdes os mantos, bordados a ouro, e bordados de prata os vestidos brancos, de seda, decotados, das damas que ostentavam belas plumas brancas no respectivo penteado.

As fardas verdes bordadas a ouro vestiam a nobreza. O traje de gala dos grandes do Império no Primeiro Reinado encontra-se fielmente representado no retrato do marquês de Inhambupe, tela pertencente à Escola de Belas-Artes.

Nas fardas, conforme a categoria da corte, gentil-homem ou veador, variava o distintivo. Chave de ouro distinguia o gentil-homem do imperador e o dragão era o distintivo do veador da imperatriz”.

Como se vê, a referência esclarece alguma coisa, mas não é completa, e nem sempre é fiel. Registre-se, neste caso, a informação prestada nas linhas que logo seguem a transcrição feita, quando diz: “A belíssima composição da ordem honorífica da Rosa foi inspiração e risco de d. Pedro I”. Ora, sabe-se agora que o desenho da Ordem da Rosa não foi risco do imperador. No Arquivo Imperial, recolhido a este museu, foram encontrados os desenhos originais para o projeto feitos em setembro de 1822 pelos dois artistas franceses residentes entre nós, Eugène Hubert de la Michellerie e

1. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular Ernesto da Cunha de Araújo Viana.



Desenho existente no arquivo do Museu Imperial

Pierre Joseph Pézerat, reproduzidos no Anuário do Museu Imperial, volume VIII (1947).

À p. 567 expressa ainda Araújo Viana: “O ornato tradicional, acentuado nas chaves dos gentis-homens do rei, desaparece nas dos camaristas de d. Pedro I, com a influência clássica dos artistas da época, mas, por atavismo, reaparece, caprichoso, nas curvaturas do dragão nas chaves dos camaristas do Segundo Reinado”.

Pegando-se o livro de viagem ao Brasil, feito pelo príncipe Adalberto de Prússia, em 1842, lá vamos também encontrar referência a indumento, agora fardas militares. Descrevendo uma cerimônia no largo próximo ao Paço da Cidade, com a presença do imperador, diz: “As fardas de infantaria têm um corte ao dos caçadores ingleses, é azul ferrete com meia gola verde-claro e canhões amarelos – as barretinas e espingardas totalmente inglesas: os oficiais trazem bandas de seda vermelho escuro.

A cavalaria e artilharia da Guarda Nacional trajam estas mesmas cores. A artilharia de linha tem porém golas pretas com vivos carmesins”.

Verifica-se, com o indumento militar, a mesma circunstância do civil: não foi ainda feito um trabalho seguro e completo.

Nestas linhas, não nos propomos, em absoluto, resolver em definitivo qualquer aspecto do problema, mas, simplesmente, trazer alguns elementos para seu estudo. No arquivo, hoje existente no Museu Imperial, encontramos alguns modelos coloridos que vão reproduzidos.

Transcrevemos, outrossim, documentos datados de 1809, 1822 (4), 1828 (2), 1829, 1834, 1840, 1857, 1869 e 1889.

Os modelos coloridos são de figurinos da guarda de voluntários (oficial e praça) e de cozinheiros da Casa Imperial, assinados “Eugène” (Eugène de la Michellerie).

Os documentos de 1809, 1822, 1828, 1834 e 1857, foram tirados dos volumes das leis do império. O de 1829 é uma carta do Arquivo Imperial, datada de 3 de abril de 1829, dirigida a Francisco Gomes da Silva (o Chalaça) remetendo-lhe, em nome do mestre das imperiais cozinhas figurinos como modelos para fardas de cozinheiros. O decreto de 20 de agosto de 1840, nos foi gentilmente cedido de cópia manuscrita então existente no arquivo do conselheiro Paulino, por seu neto José Antônio Soares de Sousa. Os de 1869 e 1889 são documentos existentes no Arquivo Nacional,

cujas cópias nos foram atenciosamente cedidas por Vilhena de Moraes.

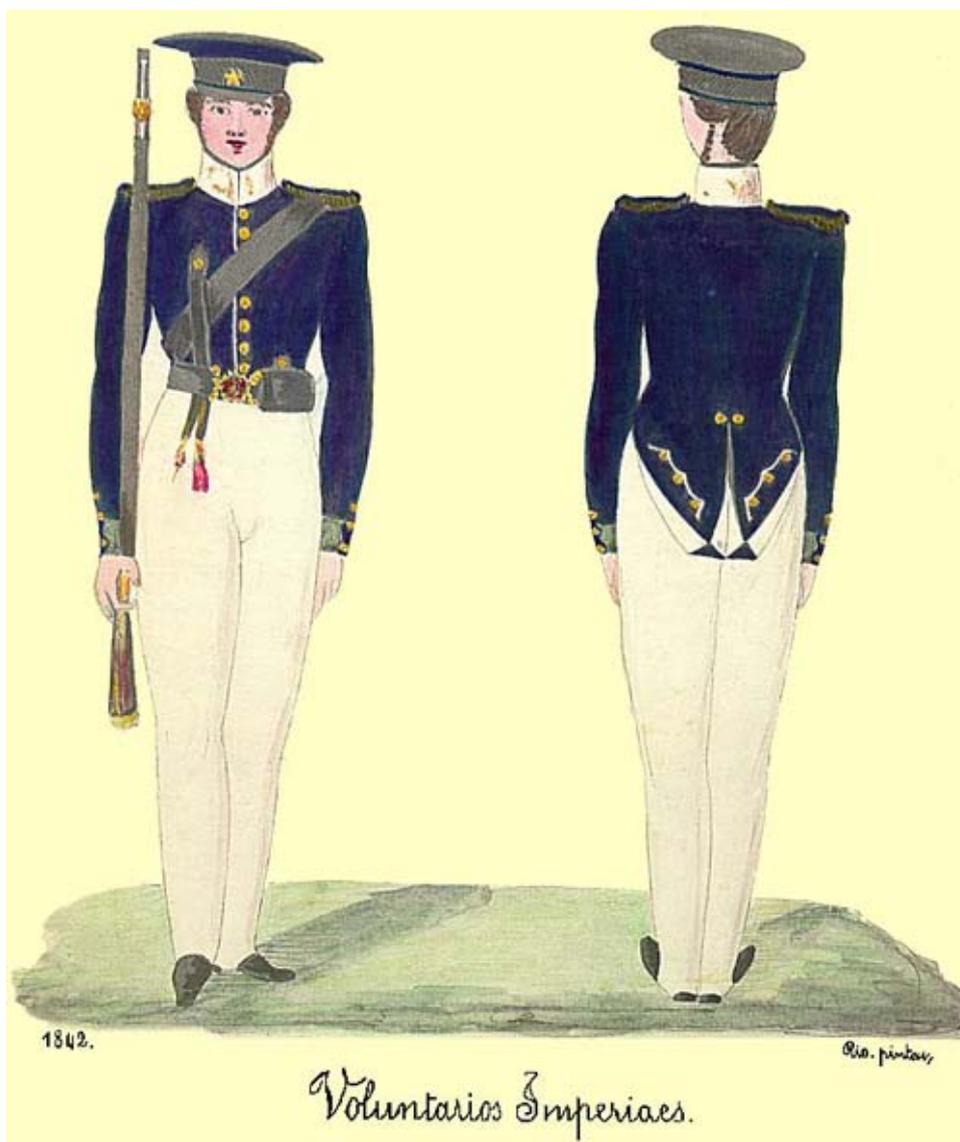
O primeiro documento é um alvará, de 28 de abril de 1809, no qual o príncipe regente dom João determina que “Todos os fardamentos das minhas tropas serão comprados às fábricas nacionais do reino, e às que se houverem de estabelecer no Brasil”. Além disso, o alvará isenta de direitos as matérias-primas do uso das fábricas e estabelece auxílio aos mesmos fabricantes. O documento seguinte, decreto de 20 de setembro de 1822, referendado por José Bonifácio é o primeiro, depois da Independência a tratar do assunto. Nele, dom Pedro regula os uniformes dos criados da Casa do príncipe real e na disposição inicial, considera impróprios para o clima do Brasil as fardas então em uso. Pelo decreto de 25 de setembro de 1822 é criada uma guarda cívica, composta “dos mais distintos cidadãos”, destinada à defesa da pátria, e cuja duração, dependia da notícia vinda de Portugal, anunciando propósito de uma agressão destinada a fazer tornar este brioso povo do Brasil ao abjeto antigo “estado de colônia”. O decreto de 29 de setembro de 1822, proíbe que os particulares usem da cor verde nas librés de seus criados, uma vez que pelo decreto de 20 do mesmo mês a referida cor ficara reservada “para as casacas, capotes e redingotes das librés da minha real casa”.

O decreto de 6 de dezembro de 1822 manda que os diplomatas do Império usem de farda verde, em lugar de farda azul, que era a praxe portuguesa. Por decreto de 20 de julho de 1828 foram designados três uniformes para os criados da Casa Imperial.

Em carta de 3 de abril de 1829, Albino Gomes Guerra de Ag.^{or} dirige-se a Francisco Gomes da Silva comunicando-lhe que o mestre das imperiais cozinhas acaba de lhe apresentar os figurinos das fardas que os cozinheiros devem usar e pede que Sua Majestade Imperial os aprove.

Por ato nº 106, da Justiça, de 8 de março de 1834 é recomendada uniformidade no fardamento da guarda nacional, tendo em vista haver chegado ao conhecimento da regência que nos corpos da guarda nacional, alguns usavam de dragonas e outros de chouriças e barretinas de diversas formas.

O decreto de 20 de agosto de 1840, referendado pelo ministro do Império Antônio Carlos Ribeiro d’Andrada Machado e Silva é o mais elucidativo dos que vão transcritos neste trabalho. O ministro, numa exposição de motivos ao imperador, alega que “os objetos necessários para o fardamento dos gentis-homens, oficiais-mo-



Documento existente no arquivo do Museu Imperial

res e menores da Casa Imperial chegaram a um subido ponto de carestia”, e propõe ser “indispensável prover este assunto de uma maneira que concilie o esplendor do trono com a comodidade das pessoas referidas”. Por esse ato, são estabelecidas as seguintes medidas importantes: extinção dos uniformes criados pelo decreto de 20 de julho de 1828 e criação de outros, com a novidade da calça de casimira branca; as chaves dos gentis-homens com novo padrão e enfeites; os veadores com nova insígnia, e as chaves dos guarda-roupas iguais às dos camaristas, com a diferença de serem de prata.

O decreto nº 1965 de 26 de agosto de 1857 permite aos “vereadores da ilustríssima Câmara Municipal o uso de uniforme especial nos atos solenes e nos que se apresentarem formando corporação”.

Teria sido executado este decreto, dando fardas aos vereadores da Câmara Municipal da corte?

Em 1869, o imperador recebe uma representação, assinada por vários camaristas, veadores, guarda-roupas, moços-fidalgos e médicos para que lhes conceda, nos atos de corte, o uso da calça azul, em substituição da calça de casimira branca, alegando que esta “última cor, muito sujeita a deteriorar-se, tornam-se pesadas aos suplicantes as continuadas reformas, acrescentando ainda mais que entrando na confecção da casimira branca uma grande porção de enxofre, este marea os bordados e enegrece os galões que lhe são sobrepostos”.

Por decreto de 31 de agosto de 1869, referendado por Paulino José Soares de Sousa, o imperador revoga o artigo 5º do decreto de 20 de agosto de 1840, isto é, substitui as calças brancas por azuis.

A propósito, o jornal *Reforma*, de 11 de novembro de 1869, publicava uma troça em verso, sob o título “Calças Azuis”:

Calças Azuis

“Eis afinal deferido
O momentoso pedido
Dos guapos homens-gentis!
Foi o negócio tão sério,
Que o pobre do ministério
Esteve a cair por triz!...

O! que medida de bomba!
Que famosa providência!
Parto de tanta ciência
Só de um ministro d’arromba!

O pedido tinha assento
Em poderoso argumento,
Maior de toda a extensão!
Mas ponto tão delicado
Exigira ser tratado
Com profunda reflexão!

O! que medida de bomba!
Que famosa providência!
Parto de tanta ciência
Só de um ministro d’arromba

Depois de serem banidos
E pra sempre confundidos
Os históricos calções;
Levar as calças mudança,
Só com toda a segurança
De incontestáveis razões!

O! que medida de bomba!
Que famosa providência!
Parto de tanta ciência
Só de um ministro d'arromba!

Mudas de calças é caso
Que, a fazer-se com desaso,
Pode a decência ofender!...
Portanto: o Sr. Paulino
Precisava muito tino
Para a questão resolver!

O! que medida de bomba!
Que famosa providência!
Parto de tanta ciência
Só de um ministro d'arromba!

Mas resolveu como Mestre
Pelo que, estátua eqüestre,
Lhe devem os tais tafuis!
Pois disse: “Já que desejam
As calças da Corte sejam
Em vez de brancas azuis!”

O! que medida de bomba!
Que famosa providência!
Parto de tanta ciência
Só de um ministro d'arromba!

Que imensa sabedoria,
Que gosto, que economia
Nesta grave decisão!...
Te vamos ver, coisa rara!
Das nossas inatas a arara
transformada em cortesão.

O! que medida de bomba!
Que famosa providência!
Parto de tanta ciência
Só de um ministro d'arromba!

E se houve divergência
Por parte de uma excelência...
Foi só porque se olvidou,
Que, nesta sociedade,
Da velhice a mocidade
Para sempre triunfou!...

O! que medida de bomba!
Que famosa providência...
Parto de tanta ciência
Só de um ministro d'arromba!...”²

Enfim, por decreto de 9 de novembro de 1889, seis dias antes da República, e por certo último ato imperial relativo a fardamentos, o imperador, com a referência do ministro barão de Loreto, “atendendo ao que lhe representaram os gentis-homens, veadores e médicos da Imperial Câmara, houve por bem revogar o decreto de 31 de agosto de 1869 e restabelecer a disposição do artigo 5º do de 20 de agosto de 1840”.

Voltavam assim, a vigorar, as calças brancas...

Alcindo Sodrê.

2. Estes versos se encontravam em cópia manuscrita, no arquivo do conselheiro Paulino, e nos foram cedidos por gentileza de seu neto, dr. José Antônio Soares de Sousa.



*N.º 3. A chapa para o Cinturão,
deve ser do mesmo modelo das
que usa a Guarda Nacional.*

(Documento do Arquivo do Museu Imperial)

Alvará - de 28 de abril de 1809

Isenta de direitos às matérias primas do uso das fabricas e concede outros favores aos fabricantes e da navegação Nacional.

§ 3º. Todos os fardamentos das minhas tropas serão comprados às fabricas nacionais do reino, e às que se houverem de estabelecer no Brasil, quando os cabedais que hoje têm melhor emprego na cultura das terras, puderam ser aplicados às artes com mais vantagem: e não se poderão para este fim comprar manufaturas estrangeiras, senão no caso de não terem as do reino e Brasil com que suprir a necessidade pública. E ao presidente do meu real erário hei por muito recomendado, que procurasse sempre com prontos pagamentos auxiliar os fabricantes dos meus estados, a fim de que possam suprir o fornecimento dos meus exércitos, e se promova por este meio a extensão e aumento da indústria nacional.

Decreto - de 20 de setembro de 1822

Regula os uniformes dos criadores da Casa do príncipe real

Sendo, além de dispendiosos, impróprios para o clima do Brasil os uniformes dos meus criados: Hei por bem que da data deste meu real decreto em diante sejam os referidos uniformes regulados da maneira seguinte: as fardas pequenas se comporão de casaca verde direita, mas não de corte; canhões e gola com bordadura do padrão antigo das fardas pequenas; calção, meias, e colete branco, chapéu sem galão; presilha de ouro, e espadim ao lado com boldrié de cinto: as fardas grandes terão igual feitio, e bordadura do mesmo padrão; porém as nove casas dos botões da frente serão bordadas na mesma igualdade das dos canhões, além de outras nove casas, que lhes correspondam em simetria na mesma frente; assim como uma pequena flor no fechar das abas; e o chapéu sem galão, e plumas brancas. Os meus criados de galão de ouro não terão mais de uma farda, da mesma cor e feitio, de canhões e gola das suas respectivas fardas pequenas; calção, meias, e colete branco; espadim; e chapéu sem plumas nem galão; o que tudo se acha designado no figurino que se fará público a este respeito; podendo igualmente ser admitido o uso de botas, e de calças brancas. José Boni-

fácio de Andrada e Silva, do meu Conselho de Estado, e do conselho de Sua Majestade o rei o senhor d. João VI, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, e que serve o cargo de meu mordomo-mor, o tenha assim entendido, e faça executar. Paço em 20 de setembro de 1822.

Com a rubrica de S. A . R. o príncipe regente.

José Bonifácio de Andrada e Silva

Decreto - 25 de setembro de 1822

Manda criar nesta capital um corpo de guarda cívica e aprova o plano de sua organização.

Logo que se chegou a esta capital a notícia de que Portugal, em menoscabo dos direitos de igualdade e liberdade civil para este reino do Brasil, proclamados tão solenemente no art. 21 das bases, projeta agredir, e pela força tornar este inocente e brioso povo do Brasil ao abjeto antigo estado de colônia, patenteou-se a pública indignação, e os habitantes desta província, animados do justo sentimento de sua honra e pundonor ofendido, correram a alistar-se voluntariamente para a defesa de sua pátria, e de seus inauferíveis direitos; pedindo-me, que houvesse por bem, de aprovar o incluso plano, que à minha augusta presença dirigiram, para a organização de um corpo composto das classes dos mais distintos cidadãos, com a denominação – guarda cívica: Eu, que a nada mais atento senão à prosperidade, independência e liberdade constitucional deste Império, cujos interesses espontaneamente jurei defender, sensível a tão repetidas provas de patriotismo, fidelidade e valor; hei por bem, aprovado o referido plano, mandar criar nesta capital uma guarda cívica, cuja duração penderá das circunstâncias que lhe deram origem, e que será regulada segundo os princípios indicados no dito plano, que deverá ser logo posto em execução. Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra interino, o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos e ordens necessárias. Paço em 25 de setembro de 1822.

Com a rubrica de S. A . R. o príncipe regente.

Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho



Desenho do arquivo do Museu Imperial

DECRETO - de 29 de setembro de 1822

Proíbe que os particulares usem da cor verde nas librés de seus criados.

Tendo pelo meu real decreto de 20 do corrente mês reservado a cor verde para as casacas, capotes e reguingotes das librés da minha real casa: hei por bem ordenar que d'ora em diante nenhum particular possa mais usar da dita cor nas librés dos seus criados, exceto em canhões, forros, meias e vestias; declarando, porém, que por este meu real decreto não fica derogado o especial privilégio, de que gozam as pessoas com quem tenho devido, de usarem da cor verde nas librés de seus criados. José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu Conselho de Estado e do Conselho do rei meu augusto pai, e meu ministro e secretário de Estado da Repartição dos Negócios do Reino e Estrangeiros, servindo o cargo de meu mordomo-mor, o tenha assim entendido, e faça executar expedindo as ordens necessárias. Palácio do Rio de Janeiro 29 de setembro de 1822.

Com a rubrica de S. A. R. o príncipe regente.

José Bonifácio de Andrada e Silva.

DECRETO - de 6 de dezembro de 1822

Manda que os empregados diplomáticos do Império usem de farda verde.

Havendo por decreto de 20 de setembro do ano que corre, estabelecido o novo uniforme dos criados da minha imperial casa: e devendo, por identidade de razões, merecer a mesma alteração o uniforme dos empregados diplomáticos: hei por bem que, d'ora em diante, os empregados diplomáticos, que se acharem no serviço do Império, em lugar de farda azul, possam usar de fardas verdes direitas; da forma regulada no citado decreto de 20 de setembro; conservando, porém, o bordado do padrão antigo. José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, e Estrangeiros, assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1822, 1º da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade Imperial.

José Bonifácio de Andrada e Silva.

DECRETO - 20 de julho de 1828

Designa as fardas dos criadores da Casa Imperial de 1ª, 2ª e 3ª uniforme

Hei por bem ordenar que as fardas dos meus criados, que até hoje eram de grande gala, passem a segundo uniforme, servindo somente para os dias de segunda gala, e as que eram segundas fiquem sendo terceiras, e por eles possam ser usadas quando lhes aprouver; e convindo muito tudo que for aumentar o esplendor da minha Imperial Casa: sou servido determinar que façam um novo uniforme, que somente servirá para os dias de grande gala, sendo o feitio das fardas igual ao das fardas segundas, e os bordados tais quais os das fardas primeiras dos criados do meu augusto pai (de gloriosa memória), e o resto do uniforme como o de segunda gala, unicamente com a alteração das casas no calção serem bordadas, e os botões de fios de ouro.

Os meus criados de galão de ouro continuarão a usar do uniforme que determinei no meu decreto de 20 de setembro de 1822.

O marquês mordomo-mor, do meu Conselho de Estado, senador do Império, o tenha assim entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 20 de julho de 1828, 7ª da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Marquês mordomo-mor.

N. 122 – GUERRA: Provisão do Conselho Supremo Militar
de 27 de agosto de 1828

Sobre dúvidas relativamente a vencimentos militares

Quanto ao 2º e 3º artigos isto é “Se o pano, e as barretinas que se fornecem para fardamento dos inferiores dos corpos, devem ser da qualidade das dos soldados, ou se melhor” que nenhuma diferença deve haver destes fornecimentos, porque não há lei que a permita, nem mesmo o alvará de 29 de março de 1810 a consente nos corpos em que há conselho de administração. Quanto ao 4º artigo, isto é “Quais sejam as dragonas que se fornecem aos sargentos, e forriéis dos corpos” que aos oficiais inferiores da artilharia, e cavalaria, se fornecem chapas pelo arsenal do Exército,



Desenho do arquivo do Museu Imperial

ou a custo da Fazenda Nacional; que os de caçadores não têm dragonas, mas todos eles devem comprar as franjas à sua custa. Quanto ao 5º artigo, isto é “Se as bandas dos sargentos são fornecidas pela Fazenda Nacional” que fazendo este objeto parte do fardamento dos sargentos, lhe deve ser fornecido pela Fazenda Nacional nos corpos em que não há conselho de administração, e naqueles em que o há, pelas caixas de administração como foi determinado em portaria de 10 de julho de 1812. Quanto ao 6º artigo, isto é “Se as escovinhas e agulhetas com encaixe de latão que os soldados de caçadores trazem pendentes das fardas, são fornecidas pela Fazenda Nacional” que este objeto faz parte do armamento do soldado, e como tal lhes deve ser fornecido com as armas pelo arsenal do Exército. Quanto ao 7º artigo, isto é “Que época deve marcar-se para o fornecimento dos objetos tratados nos artigos 4º, 5º e 6º que as chapas das dragonas se dão por uma só vez; as bandas para dois anos, duração marcada para o vencimento de um fardamento; e as escovinhas, e agulhetas só devem fornecer-se aos corpos quando recebem armamentos novos, da mesma forma que se pratica com os martelinhos, e sacatrapos.

Il.^{mo} e ex.^{mo} senhor.

O mestre das imperiais cozinhas me acaba de apresentar os figurinos inclusos como modelos das fardas que os cozinheiros devem usar, e implora de S. M. I. nosso augusto amo a sua imperial aprovação para poder usar de semelhantes; portanto, se v. ex.^a julgar o objeto digno de ser levado a imperial presença, eu também lhe rogo leve isso a efeito, tendo a bondade de participar-me o que o mesmo augusto senhor houver por bem resolver.

Deus guarde a v. ex.^a. Rio em 3 de abril de 1829.

Il.^{mo} e ex.^{mo} sr. Francisco Gomes da Silva.

Albino Gomez Guerra d'Ag.^{or}

N. 106 – JUSTIÇA: em 8 de março de 1834

Recomenda uniformidade no fardamento da Guarda Nacional

Chegando ao conhecimento da regência em nome do imperador o senhor dom Pedro II que nos fardamentos dos corpos da Guarda Nacional não há aquela uniformidade que a lei determina,

e convém para a melhor organização do serviço, usando alguns dragonas, outros de chouriças, e de barretinas de diversas cumpreme recomendar a Vm. que procure por todos os meios uniformar todo o fardamento, expedindo para esse fim as ordens necessárias aos comandantes dos corpos respectivos, e com urgência, sobretudo aproximando-se os dias da festa nacional, nos quais convirá que a briosa guarda se apresente em parada com a precisa regularidade.

Deus Guarde Vm. Paço em 8 de março de 1834. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. Sr. comandante superior interino da guarda nacional.

DECRETO DE 1840: Calças e Calções

Senhor. Os objetos necessários para o fardamento dos homens, oficiais-mores, e menores da casa de V. M. I., têm chegado a um subido ponto de carestia; e sendo indispensável prover este assunto de uma maneira que concilie o esplendor do trono de V. M. I. com a comodidade das pessoas referidas, tenho a honra de submeter à augusta consideração de V. M. I. um decreto, contendo as providências, que mais acertadas me parecem nas atuais circunstâncias; e de rogar a V. M. I. que se digne de conceder-lhe o seu assenso. Paço, em 20 de agosto de 1840. De V. M. atento reverente súdito e criado, Antônio Carlos Ribeiro d'Andrada Machado e Silva.

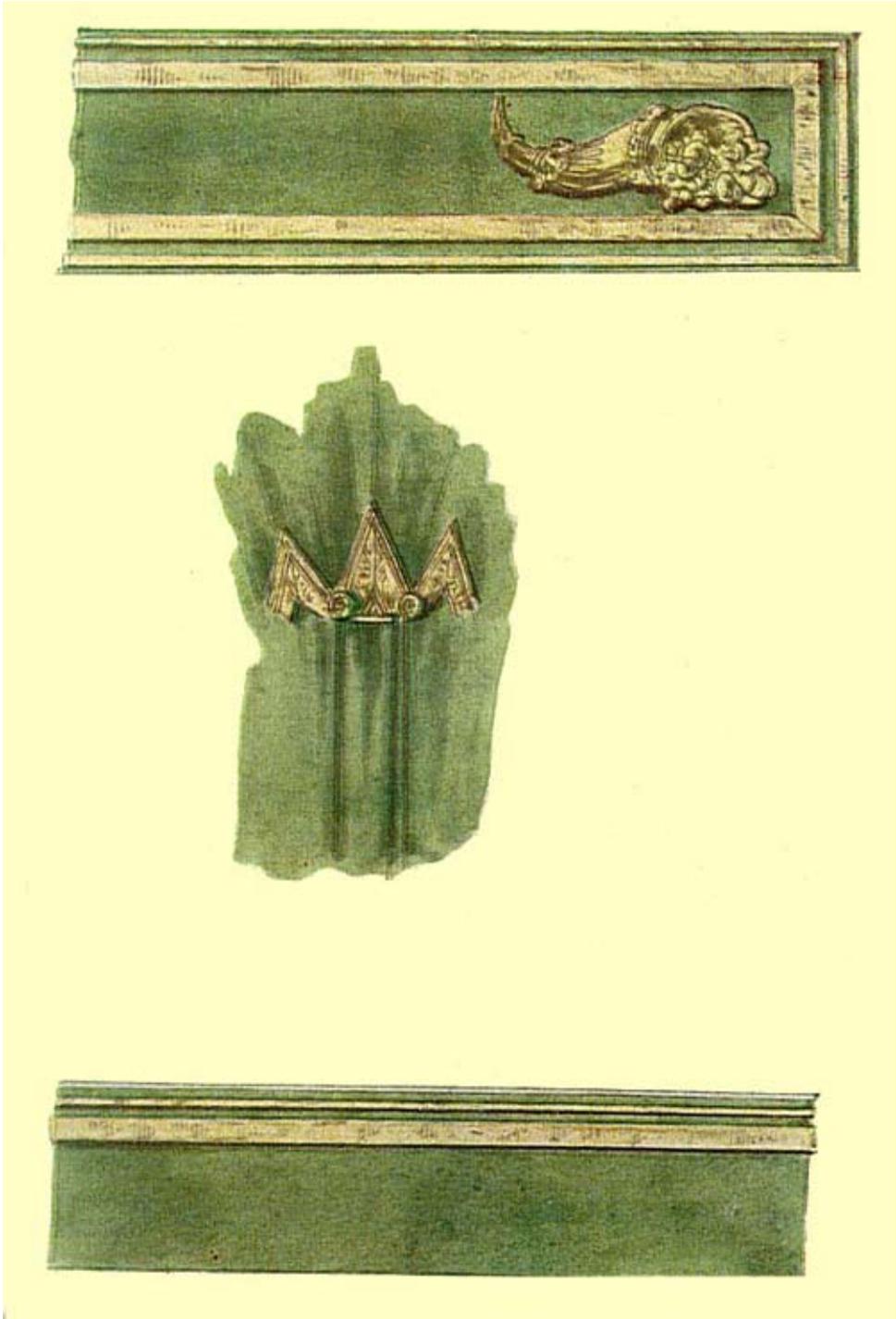
Tendo em consideração o que me representou o meu ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império acerca do fardamento dos gentis-homens, e oficiais-mores e menores da minha Imperial Casa: hei por bem e me praz decretar o seguinte:

Art. 1º. Ficam abolidas as fardas estabelecidas pelo de 20 de julho de 1828 para os dias de grande gala, podendo todavia as pessoas, que já as possuem, continuar a usar delas nesses dias, enquanto lhes durarem.

Art. 2º. Haverá dois uniformes na minha imperial casa, a saber: um de grande, outro de pequena gala.

Art. 3º. As fardas, que até agora serviam para a segunda gala, passam a servir na primeira.

Art. 4º. As fardas, que até agora se usavam com a denominação de terceiras, passam a servir nos dias de segunda gala.



Desenhos do arquivo do Museu Imperial

Art. 5º. Não é forçado o uso de calção, embora os possam trazer os que os tem: eles ficam substituídos em dia de grande gala por calças de casimira branca com galão de ouro, assentado sobre vivos de pano verde nas costuras externas; e em dias de segunda gala, por calças também de casimira branca sem galão. Em ambas as galas são admitidos os botins.

Art. 6º. O luto será manifestado por pantalonas pretas, com farda segunda, e fumo, como até agora.

Art. 7º. Os gentis-homens, veadores, guarda-roupas, oficiais-mores, menores, médicos, moços, cirurgiões da minha imperial câmara, usarão quando estiverem em serviço, e todas às vezes que quiserem, de casaca verde, com gola de pano da mesma cor, deitada, botões da casa, e um bordado na gola do padrão, que baixa com este decreto.

Art. 8º. As chaves dos gentis-homens serão de ora em diante do padrão, e enfeites, que com este baixam, e se colocarão no sentido vertical, sendo os enfeites de sergucin de fio de ouro.

Art. 9º. Os veadores da minha imperial casa usarão da insígnia, que com este baixa, pendente de enfeites iguais aos das chaves dos camaristas.

Art. 10. As chaves dos guarda-roupas serão em forma iguais às dos camaristas, com a diferença de serem de prata, tanto a chave, como os enfeites de sergucin.

Antônio Carlos Ribeiro d'Andrada Machado e Silva, do meu Conselho, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1840 – 19º da Independência e do Império. Com a rubrica de S. M. o Imperador – Antônio Carlos Ribeiro d'Andrada Machado e Silva.

DECRETO Nº 1.965 - de 26 de agosto de 1857

Permite aos vereadores da ilustríssima Câmara Municipal o uso de uniforme especial.

Hei por bem que os vereadores da ilustríssima Câmara Municipal, nas funções de corte, nos atos solenes da câmara, e nos atos públicos em que se apresentarem formando corporação, possam usar do uniforme constante do modelo, que vai anexo a este decreto.

Senhor.

Os abaixo assinados oficiais da casa de V. M. I., vem respeitosos e submissos pedir a V. M. I. para que lhes conceda nos atos de corte o uso da calça azul com galão em substituição da calça de casimira branca de que usam. A razão em que se fundão os sup.^{tes} para requerer esta mudança é porque sendo esta última cor mui sujeita a deteriorar-se tornam-se pesadas aos sup.^{tes} as continuadas reformas, acrescentando ainda mais que entrando na confecção da casimira branca uma grande porção de enxofre, este mareia os bordados e engrosse os galões que lhe são sobrepostos. Os sup.^{tes} a vista do justo motivo que acabam de expender, esperam de V. M. I. favorável deferimento à sua súplica.

E R M.^ç

Camaristas

Conde de Iguaçu

Augusto Duque Estrada Meyer.

Barão de Itapagipe.

Antônio de Sald.^a da Gama.

Dr. José Joaquim de Sequeira.

Jerônimo Miz. de Almeida.

Manoel Higino de Figueiredo.

Conde de Baependi.

Nicolau Antônio Nogueira Valle da Gama.

Veadores.

Francisco Queiroz Coutinho Mattozo da Câmara.

J. Machado Coelho de Castro.

Antônio Henriq.^s de Miranda Rego.

Manoel Antônio da Fon.^{ca} Costa

José Carlos Mayrink.

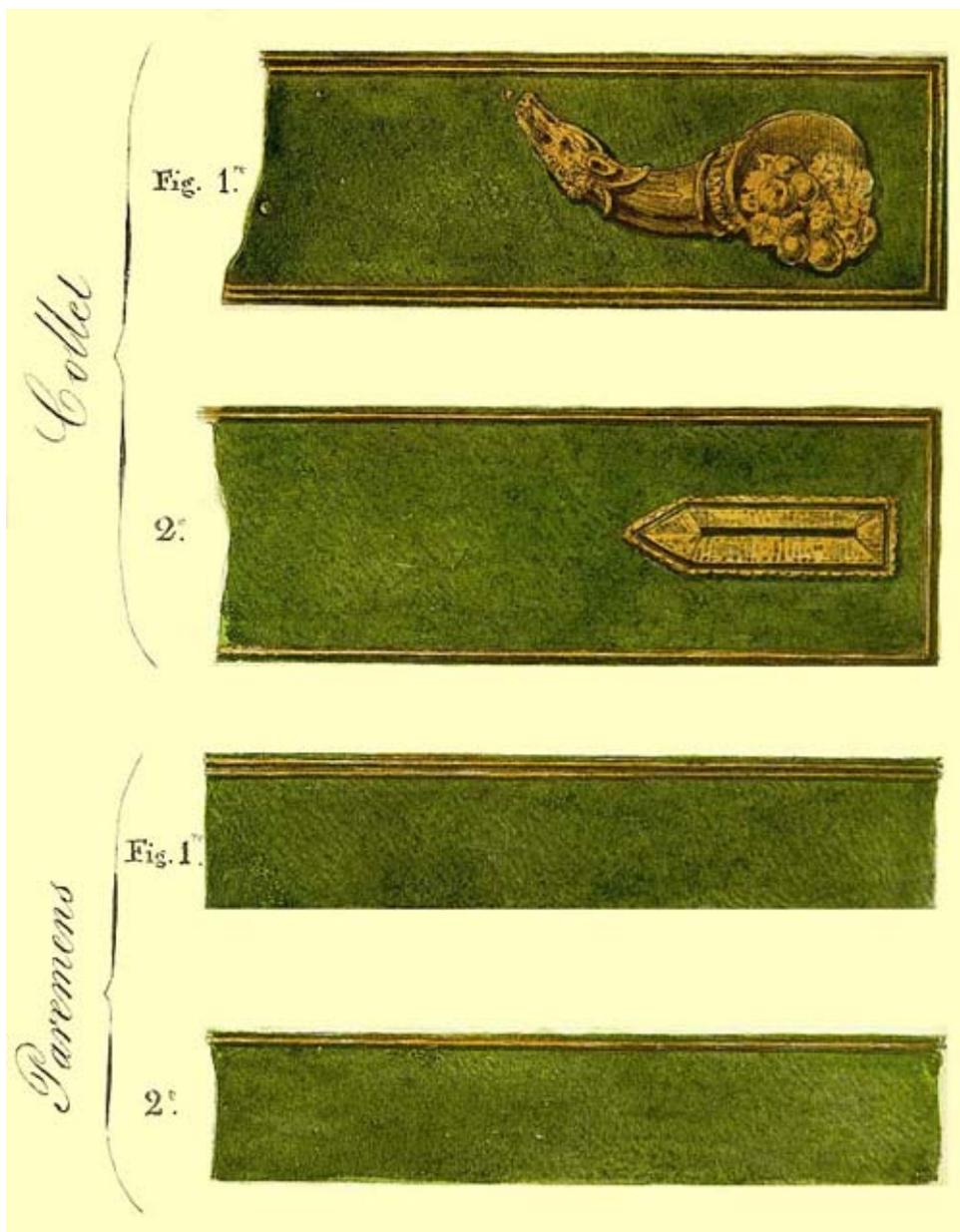
Barão do Montserrate.

João José Teixeira.

D. de Caxias.

Luiz Joaquim de Gouvêa.

Conde de Bonfim.



Desenhos do arquivo do Museu Imperial

Barão de Antonina.
Fernando Dias Paes Leme.
José Joaquim de Lima e S.^a Sob.^o

Guarda-roupas.

José Dias da Cruz Lima.
Leopoldo Augusto da Cam.^a Lima.
Dr. Antônio Martins Pinheiro.
Henrique de Beaurepaire Rohan.
José Ferreira Porto.
José M.^{el} Duarte Lima.
Manoel José de Freitas Travassos.
João Pedro Carvalho de Moraes.

Moços-Fidalgos.

Luiz José de Carvalho e Mello Mattos.
José Carlos Per.^a d' Alm.^{da} Torres.
Joaquim José Pedro de Oliva.
Geraldo Nogueira da Gama Carneiro Bellens.
José Garcez Pinto de Madureira.
José de Saldanha da Gama F.^o
Pedro Dias Gordilho Paes Leme.
José Maria da Gama Dias Berquó.
Luiz Plínio d'Oliveira.
Por meu filho
Antônio Pereira Pinto.
J. L. Pereira Bahia.
J.^m Henrique de Araújo.
Barão de Itaúna.

Médicos.

Dr. Luiz Carlos da Fonseca.
Luiz da C.^a Feijó.
M. P. da S. Continentino.
Thomaz Gomes dos Santos.
José Pereira Rego.

Atendendo ao que representaram os gentis-homens, veadores, guarda-roupas, moços-fidalgos e médicos da minha imperial casa: hei por bem que as calças de casimira branca, de que trata o artigo 5^o do decreto de 20 de agosto de 1840, relativo aos

uniformes de grande e pequena gala em atos de corte, sejam substituídas por calças azuis.

Palácio do Rio de Janeiro, em trinta e um de agosto de mil oitocentos e sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independência e do Império.

Rubrica do imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Expediu-se aviso remetendo
uma cópia à Mordomia da Casa
Imperial, em 21 de outubro de
1869.

Reg.^{do} af. 95 do L.^o respectivo.

Atendendo ao que me representaram os gentis-homens, veadores e médicos da minha Imperial Câmara: hei por bem revogar o decreto de 31 de agosto de 1869 e restabelecer a disposição do art. 5^o do de 20 de agosto de 1840.

Palácio do Rio de Janeiro, em nove de novembro de mil oitocentos e oitenta e nove sexagésimo oitavo da Independência e do Império.

Rubrica do imperador

Barão de Loreto.

Cópia à Mordomia em 12/11/89.

Reg.^{do}

V = D. B. – reg.^o dos gentis-homens, veadores etc.

**O RIO DE JANEIRO DE ANTANHO
NA ICONOGRAFIA DO MUSEU IMPERIAL**

O Rio de Janeiro de antanho na iconografia do Museu Imperial

Não será talvez saudosismo doentio o evocar, em largas pinceladas, no justo momento em que a metrópole brasileira passa por vertiginosa e radical transformação arquitetônica e urbanística, certos aspectos do Rio de Janeiro de antanho, alguns deles já meio alterados pela injúria do tempo e o vandalismo dos homens, outros em véspera de desaparecer sob os golpes impiedosos do alvião.

A “mística” do progresso, (progresso material, bem entendido) leva os urbanistas ou pseudo-urbanistas a sacrificar mansões históricas, templos vetustos, e bosques e jardins seculares, na ânsia de conquistar mais espaço para a nossa civilização mecânica, esquecidos, por vezes, de que esses jardins, e esses templos, e esses palácios constituem sagrado patrimônio da nacionalidade, que nos legaram os nossos avoengos; esquecidos de que os monumentos históricos e artísticos nacionais constituem o compêndio de pedra da história pátria, assim como as catedrais góticas constituíam, na Idade Média, a Bíblia de granito em que o povo aprendia a história sagrada.

Eis por que descrevemos a seguir algumas das estampas do Rio de Janeiro antigo, que integram as coleções do Museu Imperial. Ao fazê-lo, adotamos antes o critério histórico do que o estético, vale dizer, não descemos ao estudo crítico dos monumentos, pois isso nos levaria longe: restringimo-nos tão somente a traçar-lhes o histórico, em suas linhas gerais.

Escolhemos algumas das estampas que afigura-se-nos, melhor refletem o “facies” paisagístico e urbanístico do velho burgo dos Sás. Embora quase todas fixem aspectos do Rio de Janeiro do século XIX, em muitas delas a cidade ainda apresenta a sua fisionomia setecentista. Ah! o Rio de Janeiro do século XVIII, com suas faceiras iaiás conduzidas em cadeirinhas de arruar, seus fidalgos, de peruca empoadada, que os nossos Velasquez coloniais tão fielmente retrataram; o Rio de Janeiro setecentista com suas festas reli-

giosas e suas procissões rebrilhantes de ouro e prata, com seus seresteiros sentimentais – ah! a rua das Belas-Noites! – com seus poetas gongóricos e arcádicos, enfim, todo o encanto de uma época, à vez, sensual e devota.

E o século XIX! A centúria em que se iniciou na capital do país o ciclo da urbanização intensiva, mercê da chegada do príncipe regente dom João, o século que se abriu para o Brasil com o advento de um príncipe da casa bragantina, e se encerrou com o banimento de um príncipe da mesma estirpe.

A estampa 8 figura o antigo Paço Imperial, atualmente o departamento geral dos Correios e Telégrafos, esse vetusto edifício assistiu, na madrugada histórica de 17 de novembro de 1889, ao embarque, rumo ao exílio, do último imperador do Brasil.

Que de fastos uns jubilosos, outros dramáticos, não nos evocam essas estampas do Rio de Janeiro dos nossos maiores! Essa ressurreição integral do passado, devêmo-la aos “costumbristas” estrangeiros, tais como um Debret, com sua arte acadêmica, um Chamberlain com seu realismo temperado de senso de humor, um Rugendas com sua sensibilidade romântica, um Guillobel, um d’Hastrel, um Steinmann, uma Maria Graham, e tantos outros, que, fixaram para a posteridade as múltiplas faces do Brasil ontocentista. Reverenciemo-lhes a memória, pois fazem jus à nossa gratidão. A estampa 1 (litografia gravada por Victor Adam, segundo o desenho de João Maurício Rugendas, e impressa por Godofredo Engelmann, em Paris) apresenta, no primeiro plano, o adro da igreja do Mosteiro de São Bento, presumivelmente num domingo de manhã.

Agita-se uma heterogênea multidão, cujos grupos soube habilmente o artista pôr em realce. A composição, em que figuram representantes de quase todas as camadas da sociedade fluminense no alvorecer do Primeiro Reinado do Brasil imperial, é um trabalho em que se alia ao senso agudo do pinturesco o dom de captar o que há de essencial, de característico num determinado assunto. Pela imaginação e sensibilidade, Rugendas é bem um artista romântico, que sabe animar e movimentar as personagens e acentuar a cor local.

Sobressaem sugestivas figuras dentre a multidão: no primeiro plano, à esquerda, uma vendedeira negra trajada à baiana, acocorada no chão, em cima de uma esteira, expõe a sua mercancia – presumivelmente, quinquilharias; ao centro, duas damas, uma de



O Largo do Paço. Estampa da época

chapéu emplumado, de abas largas, e a outra de mantilha à espanhola, seguem, a caminho da igreja, um menino de cinco a seis anos, garridamente vestido; à direita desse grupo, um irmão pedinte, de opa, estende a sinistra a um funcionário público, um bizarro cavalheiro de chapéu bicórneo, de casaca e botas altas, que se apresta a dar-lhe um óbolo, (os burocratas constituíam, então, uma classe de grande prestígio social). À curta distância, dois barbadinhos, de chapelão e cajado; no mesmo plano, à direita, um eclesiástico moço, versão brasileira de um padre galante da França de Luís XV, inclina-se para uma jovem em cabelo, a quem acaba de saudar e, num gesto insólito, segura-lhe o braço direito. (Sob o céu dos trópicos, até à sombra de um templo, Cupido não deixa de fazer mais uma das suas!).

Um pouco adiante, um oficial de milícias, de chapéu à paisana, de costas, entrega furtivamente um bilhete a uma preta alcoviteira, precedida de uma jovem elegante, de chapéu emplumado e vestido império, que se abana com um leque; a seu lado, uma anciã, de feia catadura, nariz adunco e mento proeminente, envolta num longo capote, e com chapéu de copa alta à moda paulista, sugere uma harpia.

À esquerda, junto do paredão que dá para a Guanabara, uma negra, trajada à baiana carrega uma cesta com frutas; sentado no muro, um cavalheiro fita a barra através de óculo de alcance; outro queda-se a olhar para a vendedeira de frutas; um homem do povo, de chapelão e descalço, contempla a baía; três soldados, um dos quais pertencente ao batalhão Henrique Dias, de barretinas e penachos, cavaqueiam animadamente; de perfil, ladeira abaixo, uma alta patente militar, de chapéu bicórneo emplumado; apoiado a um bastão, chega ao adro um negro descalço, com um fardo às costas; junto do muro do lado oposto, estacionam duas cadeirinhas de arruar.

No muro que ladeia, à direita, a rampa de acesso, sobressai junto do adro um portão de alvenaria de traça barroca. À curta distância, atrás desse muro, por cima de um telhado baixo, vêem-se bananeiras, uma palmeira e um cipreste.

Lá em baixo, espraia-se o Rio de Janeiro do Primeiro Reinado, com seu arruamento estreito e tortuoso, e sua casaria uniforme, de aspecto ainda colonial. Ressalta, no primeiro plano, ao centro, a rua Direita, atualmente rua 1^o de Março, que Debret crismou de rua Saint-Honoré fluminense, por ser a principal ar-

téria da zona comercial da cidade. É de notar, como singularidade arquitetônica, no começo dessa rua, edifícios de dois andares com águas-furtadas à moda européia.

Dentre a massa das construções no primeiro plano à direita, sobreleva a igreja da Candelária com suas belas torres quadrangulares. Ainda não se erguera a elegante cúpula que a coroa.

O formoso templo originou-se da primitiva ermida de Nossa Senhora da Candelária, construída, ao que parece, alguns anos antes de 1613, a mando de Antônio Martins de Palma, escapou miraculosamente de horrível tempestade, em cumprimento do voto que fizera de fundar uma capela na primeira terra a que aportasse. Ao que reza a lenda, edificou-se o santuário no lugar onde dera à costa uma embarcação cujo madeiramento foi aproveitado.

Em 1710, procedeu-se a remodelação e ampliação da antiga ermida. Ignora-se o autor das obras. A 6 de julho de 1775, lançou-se a pedra fundamental do novo templo em estilo barroco renascentista, conforme o projeto do brigadeiro Francisco João Roscio, mais tarde modificado pelo engenheiro-arquiteto Antônio de Paula Freitas que, desde 1878, dirigiu as obras da Candelária. Afora estes arquitetos, outros houve que também colaboraram na construção da igreja.

No segundo plano, ao centro, distinguem-se um frontispício de templo barroco e uma torre sineira a ele contígua. Pela localização, devia ser a igreja de Nossa Senhora do Carmo. Mas a figuração desta não corresponde em absoluto ao aspecto do templo na época em que Rugendas esteve pela primeira vez no Rio de Janeiro, i.e. entre 1821 e 1825. As belas torres de pináculos azulejados que todos admiramos, foram erguidas, segundo o desenho de Manuel Joaquim de Melo Corte Real, em 1849 e 1850 por José Domingos Monteiro. Que torre é essa que o artista bávaro representou ao lado da igreja? Ignoramos. Por outro lado, não compreendemos porque deixou de figurar a capela imperial contígua ao templo carmelitano. Embora o seu frontispício fosse então de proporções reduzidas e de aparência modesta (a capela imperial era primitivamente desprovida de torre, como se vê na estampa 5, e passou por sucessivas e radicais reformas) era visível do ponto de vista tomado por Rugendas.

Próximo desse local, no lado que dá para o mar, vê-se, sobranceira à casaria, a torre da igreja da Santa Cruz dos Militares templo este construído pelo brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, a quem se deve também a catedral de Montevideu.



Passeio Público de outrora. (Museu Imperial)



Rio antigo. (Museu Imperial)

À esquerda, na orelha da enseada compreendida entre o morro de São Bento e a ponta do Calabouço (também denominado Calhabouço, ponta do Cafofo ou ponta da Cafunda) enxergam-se o arsenal da Marinha, a praia dos Mineiros, um desembarcadouro, a Alfândega, a praia D. Manuel e, no referido promontório, a Casa do Trem (arsenal de Guerra da corte) hoje Museu Histórico Nacional.

No penúltimo plano, o morro do Castelo, em cujo topo se divisam, à esquerda, o hospital militar e a respectiva capela (primitivamente, colégio e igreja dos jesuítas) e à direita, os mastros do Telégrafo Semalórico e o da Bandeira.

Quando se desmontou o morro do Castelo em 1921, por motivo da Exposição Internacional realizada no ano seguinte em comemoração do 1º Centenário da Independência do Brasil, demoliram-se, entre outros, os seguintes edifícios históricos:

a) a vetusta Sé ou matriz de São Sebastião, sob cujas lajes seculares jaziam os venerandos despojos mortais do glorioso fundador de Vila Velha.

b) a primitiva igreja dos jesuítas e o respectivo colégio.

c) o convento dos capuchinhos.

d) os restos do forte de São Januário.

e) a antiga casa da pólvora, depois laboratório.

f) os muros, o calabouço e a cisterna da fortaleza de S. Sebastião.

O morro do Castelo, que, pela sua posição estratégica e seus templos históricos, era a acrópole do Rio de Janeiro, chamou-se primitivamente morro do Descanso ou alto de S. Sebastião. Mais tarde, denominou-se também morro de S. Januário; esta denominação, porém, coube unicamente à parte que ficava o cavaleiro de Santa Luzia. O morro, na sua maior porção, chamava-se do Castelo, por causa da fortaleza de S. Sebastião. Foi Mem de Sá o primeiro que levantou ligeira fortificação na histórica colina.

Na referida enseada, na baía e barra em fora, vêem-se embarcações, umas de velas pandas, outras de velas ferradas. Próximo da ponta do Calabouço, a ilha de Villegaignon, atualmente ligada ao continente. (Vilaganhão como diziam uns, Virgalhão segundo outros), outrora denominada Serigipe pelos tamoios e Palmeiras pelos portugueses.

Ao fundo, à esquerda da barra, o morro de Santa Cruz, e à direita o Pão de Açúcar, cujo cabeçaço se entremostra através das nuvens baixas. Um pequeno bando de aves, que sugerem enormes pontos circunflexos invertidos, sobrepaira a cidade.

A estampa 2 (buril aquarelado aberto por Storer, segundo o desenho de Ricardo Bates, Esq.) representa o troço do aqueduto da Carioca junto do morro de Santa Teresa.

Este aqueduto, de dupla arcaria de pedra e cal, foi construído no governo de Gomes Freire de Andrada pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, a fim de conduzir as águas de Santa Teresa para o campo de Santo Antônio, hoje largo da Carioca.

No primeiro plano à esquerda, aparecem os fundos de uma residência com seu pomar murado, de que se avistam da rua laranjeiras e bananeiras. Por detrás do pomar sobressaem telhados de quatro águas, com seus beirais providos nos ângulos de “andorinhas”, à maneira asiática.

Nos fundos da moradia, debruçada a uma janela de rótula, uma jovem, por detrás da qual surge uma cabeça de criança, fala com um negro de calção branco, que carrega à cabeça um molho de cana-de-açúcar, enquanto um moleque encosta o seu feixe à parede.

Mais adiante, uma vendedeira traz à cabeça uma cesta com guloseimas ou frutas. Ao centro do largo, confabulam três religiosos. No segundo plano, procedente da estrada de Mata-Cavalos (atualmente r. do Riachuelo) passa por baixo de um dos arcos do aqueduto um carro tirado por 2 juntas de bois. A estrada Mata-Cavalos desembocava na rua do Conde, hoje Frei Caneca. À entrada da referida via, uma “serpentina” conduzida por dois crioulos. Entrevê-se, por entre as cortinas, uma cabeça de mulher ou criança.

No terceiro plano, rumo ao primitivo morro de Nossa Senhora do Desterro (atualmente morro de Santa Teresa) sobe a ladeira um cavalheiro de casaca e chapéu alto, seguido de um grupo de quatro negros aguadeiros – pretos de ganho – com barris à cabeça. Na encosta da colina, pastam cabras. A meio caminho, morro acima, uma sege fechada.

No alto do morro, a igreja e o convento de Santa Teresa, de linhas sóbrias e aspecto maciço. Deve-se a sua construção a Gomes Freire de Andrada. As obras tiveram início em 1751 no local em que se erguia, desde o meado do século XVII, uma singela ermida, mais tarde igreja, mandada construir por um tal Antônio Gomes



Trecho do morro do Castelo. (Coleção do Mseu Imperial)



A fachada do Paço da Cidade. Estampa de época

do Desterro, de cujo sobrenome se originou o topônimo desse bucólico monte.

No último plano à extrema direita, avulta uma montanha de forma oblonga, que sugere vagamente o pico da Tijuca ou o bico do Papagaio.

A estampa 3 (litografia de H. Clerget, aquarelada por Adolfo d' Hastrel e impressa pela Imp. Lemercier, em Paris) mostra-nos no primeiro plano à esquerda, de frente para a praia D. Manuel, entre dois edifícios, um dos quais faz esquina para o largo do Paço, o hotel Pharoux, prédio de dois andares providos de balcões e com águas-furtadas à maneira européia; na sacada do segundo pavimento, uma tabuleta com a legenda: HOTEL PHAROUX.

Esse estabelecimento, batizado com o nome do seu proprietário, um exilado francês que aportou ao Rio de Janeiro em 1815, foi o primeiro hotel, no sentido lato do vocábulo, que se montou na capital do país, graças ao asseio rigoroso de suas instalações e ao luxo e distinção de suas alfaias. Eis a descrição que delas nos faz o senhor Luís Edmundo em *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, vol. I: “móveis de estilo vindos de França, todos forrados de tapeçarias ou seda; espelhos florentinos, amplos, com molduras largas e douradas; flores em jarrões de porcelana sobre toalhas alvíssimas.”

Um grupo de pessoas estaciona na praia D. Manuel em frente da entrada do hotel. Uma grade separa o largo do Paço do cais Pharoux, cujo pontão de atracação aparece à direita. Avulta em frente do pontão, perto do mar, um belo chafariz, um dos mais formosos da cidade, todo de cantaria lavrada e de mármore, cuja forma se assemelha a um corpo prismático quadrangular, cingido de uma balaustrada e remontado de uma pirâmide também quadrangular, em cujo vértice assenta uma esfera armilar.

Ao que refere Magalhães Correia, não se conhece o autor do projeto desse chafariz, executado em Lisboa a mando de Gomes Freire de Andrada e colocado no largo do Carmo (atualmente praça 15 de Novembro). Posteriormente, desejando o vice-rei d. Luiz de Vasconcelos e Sousa aproveitar esse logradouro para manobras militares, encarregou mestre Valentim, seu braço direito, de remover o chafariz para o cais, o que foi feito. O grande artista mestiço limitou-se a substituir as inscrições primitivas pelas atuais e a gravar as armas vice-reais no alto de uma cártula barroca.

Sente-se que a cártula está em conflito com o espírito que presidiu à construção do monumento, que é sóbrio, pesado e de linhas

retas, enquanto aquela trai o sentimento “francês” de que se anima toda a obra de mestre Valentim. Esse grande artista, durante a estada em Portugal, sofrera a influência do estilo Luiz XVI de artistas lusitanos, discípulos de mestres gálios. Este influxo visível nos belos medalhões com as efígies de dona Maria I e d. Pedro III, que ele esculpiu para o antigo portão do Passeio Público.

Afora o estilo Luiz XVI, foi também Valentim da Fonseca permeável à influência do estilo “rococó”, o qual se casava, à maravilha, com o ardor tropical do seu temperamento de mestiço.

No “chateau d’eau” de dona Maria I abasteciam-se d’água os homens do mar, que antes faziam aguada em São Cristóvão na bica denominada dos Marinheiros.

Em frente da praia dos Mineiros, esquina do largo do Paço, sobressai o mercado da Candelária, projetado por Grandjean de Montigny.

Dominam a casaria, à esquerda, no último plano, as torres das igrejas da Candelária e da Santa Cruz dos Militares.

A seguir ao mercado da Candelária, os trapiches da Alfândega. Ao fundo, numa eminência, o Mosteiro e a igreja de São Bento, vasta e sólida fábrica com suas torres quadrangulares remontadas de coruchéus, reminiscência militar das antigas abadias feudais.

A igreja teve a sua construção iniciada em 1633 sob o governo do 10º abade, o padre fr. Miguel do Desterro e terminada 1641 ou 42 sob a administração interina do 9º presidente, o padre fr. Bento da Esperança. Esse templo substituiu a primitiva igreja que servira no tempo dos primeiros administradores do antigo mosteiro.

O novo mosteiro foi construído em 1652 sob o governo do 16º abade, o padre fr. Francisco da Madalena, quando já estava de pé a igreja, em substituição do acanhado tugúrio a que se haviam recolhido em 1590 os monges beneditinos ao transferirem-se da ermida de Nossa Senhora do Ó, na “praia da cidade”, defronte do mar, e onde hoje se ergue a catedral. No morro de São Bento (outrora morro de Manuel de Brito) havia primitivamente uma ermida consagrada a Nossa Senhora da Conceição, edificada por Aleixo Manuel, o Velho.

Em frente do arsenal da Marinha, a ilha das Cobras com seu outeiro, em cujo topo fica uma fortaleza que serve de prisão do



O Rio, visto de São Bento



O aqueduto da Carioca. (Coleção do Museu Imperial)

estado. Recorta-se, aí, contra o céu uma ermida ou igrejinha encimada de uma cruz. No litoral, do lado da cidade, armazéns.

Na enseada, desde a praia Dom Manuel até a Prainha (arsenal da Marinha), e perto da ilha das Cobras, vêem-se vários tipos de embarcação.

Ao fundo, desenha-se o perfil levemente ondulado de uma serra.

A estampa 4 (litografia de H. Clerget, aquarelada por Adolfo d' Hastrel e impressa na Imp. de Augusto Bry, em Paris), apresenta-nos um trecho do alto do morro do Castelo, do lado que olha para a entrada da baía, e a cujo sopé fica a praia de Santa Luzia.

No primeiro plano ao centro, um portão de alvenaria, encimado de um arco de volta redonda, e ladeado de pilastras. Contígua ao portão, à direita, vê-se uma parte do hospital militar (outrora colégio dos jesuítas) casarão sólido e pesado, de aspecto meio feudal.

Em frente do portão, passa uma negra vendedeira com um cesto à cabeça e, ao ombro, uma vara de que pendem galináceos. No mesmo plano à extrema esquerda, uma crioula trajada à baiana, sentada no chão, queda-se a contemplar a baía.

No segundo plano, próximo da ponta do Calabouço, a histórica ilha de Villegaignon, cuja situação estratégica induziu o vice-almirante da Bretanha a escolhê-la definitivamente por base de operações contra o continente e a fortificá-la.

Mais acima, perto da barra, a ilha do Laje, chamada pelos comandados de Villegaignon de "Le Ratier". À direita, o Pão de Açúcar, figurado de forma exageradamente oblonga, e o morro de São João com a fortaleza do mesmo nome. À esquerda da barra, o morro e a fortaleza de Santa Cruz. Esta fortificação denominou-se até 1624 de Nossa Senhora da Guia.

Essas fortificações, que defendem a entrada da baía da Guanabara, foram construídas em 1584 pelas autoridades reinóis temerosas de novo ataque dos franceses.

À esquerda, barra adentro, próximo da fortaleza de Santa Cruz, um veleiro de velas pandas. No último plano, fora da barra, algumas ilhotas, entre as quais as ilhas Redonda e Rasa, esfumam-se na linha do horizonte. A pequena distância, algumas embarcações de vela quebram a placidez do oceano que se perde de vista.

A estampa 5 (litografia gravada por João Batista Arnout e Vitor Adam, e impressa na Imp. Lemercier, em Paris) reproduz

uma parada militar constituída de forças do 1º regimento de cavalaria e infantaria da corte, no largo do Paço (antigamente, várzea de Nossa Senhora do Ó e a seguir, terreiro da Polé, largo da Polé, largo do Carmo, largo do Paço, terreiro do Paço, praça D. Pedro II e... *tutti quanti*. Atualmente, praça XV de Novembro). A parada é comemorativa do aniversário natalício de dom Pedro II, cujo nascimento ocorreu, como se sabe, a 2 de dezembro de 1825 no Paço de São Cristóvão.

Servem de moldura à cena, à esquerda e no mesmo alinhamento, uma parte do antigo convento do Carmo (que passou a servir de residência real, após a chegada do príncipe regente d. João em 1808, à rainha louca), e a respectiva capela com porta alpendrada, bem como a capela imperial (originariamente, ermida de Nossa Senhora do Ó e, a seguir, igreja do Carmo, capela real e catedral do bispado, quando se deu a transmigração da família real portuguesa para o Brasil, Capela Imperial após a proclamação da Independência e catedral metropolitana depois da implantação da República.

O atual frontispício, obra do engenheiro-arquiteto Pedro Alexandre Cavroé, só ficou pronto no reinado de d. Pedro I, e veio a ser modificado no tempo do cardeal d. Joaquim Arcoverde.

Contígua à antiga capela imperial, a igreja do Carmo com as suas formosas torres, a que já nos referimos ao tratarmos da estampa 1. O templo dos carmelitas, cuja traça se deve ao mestre Manuel Alves Setúbal, foi fundado em 16/07/1755 e concluído por mestre Valentim, tendo sido inaugurado em 1770. De 1797 a 1826 passou por grandes reformas.

Abstemo-nos de analisar os admiráveis baixos-relevos que remontam a portada principal e a porta travessa, porque isso transcenderia o objetivo deste artigo. Diremos somente que essas esculturas sugerem a perfeição da arte de Lucca della Robia.

A seguir à igreja do Carmo, desdobra-se, a perder de vista, a casaria da rua Direita (atualmente r. 1º de Março). Avultam, por detrás da massa dos edifícios, as torres da igreja da Candelária, cuja formosa cúpula ainda não fora erguida. Avistam-se, também por detrás do hotel de France, sito à esquina do largo do Paço com a rua Direita, a cruz que remata o frontispício da igreja da Cruz dos Militares e o respectivo campanário.

Pela rua supracitada, onde estaciona a multidão, vêm desfilando forças do 1º regimento de infantaria da corte, rumo ao

largo do Paço. Aglomera-se grande número de pessoas nas sacadas dos prédios fronteiros ao referido largo e na extensa varanda do hotel de France, para assistir à parada. No primeiro plano à esquerda, grupos de damas e cavalheiros em conversa, alguns sob o alpendre da capela do antigo convento do Carmo.

É de notar, como remanescentes da época colonial, as duas janelas de rótula da capela dos carmelitas, demolida posteriormente para efeito de ligação da rua do Cano (hoje r. 7 de Setembro) com o largo do Paço. Essas janelas, bem como os lampiões pendentes de braços de ferro fixados nos cunhais dos edifícios, põem uma nota pinturesca no painel.

A julgar pelo indumento dos espectadores – os cavalheiros trajam sobrecasaca e chapéu alto e as damas saias de crinolina, mantilhas e chapéus com fitas – e também pelo fato de que ainda não fora derribada a capela dos carmelitas, o que se verificou em 1857, a cena deve passar-se no começo da segunda metade do século XIX.

A estampa 6 (litografia de H. Clerget, colorida por Adolfo d'Hastrel e impressa na Imp. Lemercier, em Paris), mostra-nos um trecho da Guanabara.

No primeiro plano à direita, na praia de Santa Luzia (outrora praia da Forca), uma negra de tabuleiro à cabeça, oferece a sua mercancia aos passageiros de uma canoa prestes a largar. Embarcações de diversos tipos sulcam as águas serenas da baía.

Na curva do caminho marginal à praia ergue-se a modesta capela consagrada à padroeira dos pescadores e mercantes, cuja construção data de 1592. Esta rústica ermida veio a ser substituída pela igreja levantada em 12/01/1752 num local próximo e também; à beira-mar. A remodelação por que passou em 1872 deu-lhe o seu aspecto definitivo. Em frente da capela, um grupo de 3 pessoas.

Ao fundo da enseada da Glória, avulta o outeiro do mesmo nome, com a sua tradicional e pinturesca igreja. À direita, ao longo do caminho da Glória, estende-se a casaria antiga.

À extrema esquerda no último plano, ergue-se o Pão de Açúcar, sentinela granítica que monta guarda à entrada da Guanabara. Note-se que o artista deu a esse morro uma configuração infundibuliforme e, demais, representou de um modo um tanto fantasioso todo o conjunto orográfico que serve de fundo ao cenário.

Antes de haver a igreja da Glória, cuja construção, por volta de 1714, terminou em 1739, existira uma rústica ermida, fundada em 1671 por Antônio Caminha. O morro da Glória chamava-se primitivamente, Biraoaçu ou Uruçumirim (em língua túpica, abelha pequena) e depois Leri-pe (ostreira), e pertencia à sesmaria de Julião Rangel de Macedo. O terreno, onde se ergueu em 1739 o templo consagrado a Nossa Senhora da Glória, foi doado em 20/06/1699 pelo doutor Cláudio do Amaral.

Apresenta a planta da igreja da Glória, à semelhança da dos templos de N. Senhora do Rosário, em Ouro Preto, e de S. Pedro, em Mariana, a particularidade de ser elipsóide, o que constitui um fenômeno no Brasil, onde as igrejas coloniais eram de planta retangular a exemplo das de Portugal, com raras exceções. No Rio de Janeiro havia, a par do templo da Glória, outra igreja de traço elipsoidal: o templo de S. Pedro, demolido para efeito de abertura da avenida Presidente Vargas. As referidas igrejas, que fogem à tradição da arquitetura religiosa luso-brasileira, constituem variantes arquitetônicas de inspiração borromínica.

A história do templo consagrado a N. S. da Glória do Outeiro vincula-se à história da própria monarquia no Brasil. À sua Irmandade, fundada em 1739 por provisão do bispo d. frei Antônio de Guadalupe O.S.B. pertenceram membros da família imperial e da nobreza brasileira. Dom Pedro II conferiu-lhe, em 27/12/1849, o título de “imperial”.

Na estampa 7 (gravura a *aqua-tinta* de H. Alken, conforme o desenho de Henrique Chamberlain), vê-se no primeiro plano, ao centro, numa rede de cor avinhada, suspensa das extremidades de uma vara de bambu, que dois escravos descalços sustentam no ombro esquerdo, uma dama em cabelo, meio reclinada, de frente, trajada de branco à moda império, com um colar de contas de duas voltas.

Uma vistosa manta, de listras azuis e arroxeadas, cobre parcialmente a rede, à feição de cortina. Os negros que a carregam, usam chapéu de palha, de abas largas, sendo um de copa baixa e o outro de copa alta à guisa de cartola.

Pormenor aparentemente insignificante, mas expressivo: a lei de menor esforço leva os portadores da rede a usar de um recurso simples mas eficaz – um pau colocado de través no ombro esquerdo serve de ponto de apoio ao travessão – o que torna menos penoso o contato nos ombros dos carregadores e, de certo modo,



O cais Pharoux. (Coleção Museu Imperial)



O Outeiro da Glória, visto da praia de Santa Luzia. (Coleção do Museu Imperial)

diminui o peso da preciosa carga que não deveria ser muito leve, pois, como se sabe, as encantadoras sinhás e sinhazinhas se distinguiam pela opulência das formas à semelhança das flamengas de Rubens. As redes eram utilizadas pelas damas da classe média no interior do país e nos arrabaldes das cidades.

À direita, no mesmo plano, um negro seminu traz à cabeça um molho de capim, sobre o qual leva um chapéu de abas largas e onduladas. À esquerda, uma negra descalça, de saia azul e blusa branca, carrega à cabeça um balaio com abacaxis, e às costas o filho, à maneira das nativas da região andina. Segura com a sinistra um abacaxi e com a destra o balaio.

No último plano, uma casa assobradada, de telhado de quatro águas com “andorinhas” nos ângulos do beiral, cinco janelas de guilhotina no sobrado, um terraço à esquerda onde se vê, de perfil, um cavaleiro, de chapéu desabado, em atitude contemplativa.

Atrás do terraço, uma capelinha de frontão barroco, rematado de uma pequena cruz. À direita da casa, um extenso muro, por detrás do qual se avistam árvores frondosas. Esse prédio demorava no Caminho Novo de Botafogo (atualmente, r. Marquês de Abrantes).

Ao fundo, à direita, entrevê-se uma encosta escarpada, que sugere o Pão de Açúcar.

A estampa 8 (gravura a buril, aquarelada, aberta por Eduardo Willmann, e impressa pela Imp. Ch. Chardon aîné, em Paris) figura, ao centro, o Paço Imperial ligeiramente de revés e, no último plano, meio encoberta pelo palácio, a capela imperial contígua à igreja do Carmo. A julgar pelo título da estampa, o gravador tomou essa igreja pela catedral, pois lhe reproduziu o frontispício de um modo um tanto fantasioso, dando-lhe aparência majestosa e antepondo-lhe uma escadaria monumental que não existia. Perto desta, estaciona um grupo de pessoas. Uma viatura aberta, que conduz duas damas, atravessa o largo do Paço em direção ao cais. Em frente do palácio, vêem-se grupos constituídos de pessoas das diferentes classes sociais. Dois cavaleiros de sombreiros e jaquetas, montados em garbosas cavalgaduras, atravessam o largo.

O Paço Imperial originou-se da casa dos governadores, construída pelo brigadeiro-engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, a mando de Gomes Freire de Andrada, e concluída em 1743. Aí re-

sidiu por dezenove anos e aí faleceu o último governador do Rio de Janeiro. Funcionava primitivamente no andar térreo do palácio a Casa da Moeda. Outrossim, realizavam-se em dependências do andar nobre (este era muito menor do que o térreo pois só ocupava a parte do edifício voltada para a praça) as reuniões do Tribunal da Relação.

Quando a família real portuguesa aportou à capital do Brasil, o conde dos Arcos mandou ligar o palácio dos vice-reis ao convento do Carmo por um passadiço de três arcos. No cenóbio, na parte fronteira ao largo do Paço, aposentaram-se a rainha d. Maria I e suas damas; na parte dos fundos e nos pátios adjacentes, instalaram-se a ucharia, as cozinhas e outras oficinas do palácio. Este também foi unido à casa da câmara por um passadiço.

O antigo paço dos vice-reis passou no decurso dos tempos por várias reformas. José de Oliveira. Manoel da Cunha e Francisco Pedro do Amaral encarregaram-se sucessivamente das pinturas que decoram o interior do edifício.

Como se vê na estampa, desapareceram das fachadas os primitivos beirais corridos, para dar o lugar a platibandas, mas subsiste o aspecto colonial dos balcões engradados de fasquias de madeira entrecruzadas à guisa de anteparo de mucharabi. Tal pormenor, aliás, é mero produto da fantasia do artista, pois, a julgar pelo indumento dos transeuntes e o fato de a igreja do Carmo já apresentar as duas torres levantadas em 1849 e 1850, a estampa é de meados do século XIX, ao passo que estampas datadas de 1821 já figuram o paço da Cidade com sacadas providas de grades de ferro e não de madeira.

De feito, após a transmigração para o Brasil da família real lusitana, entrou a arquitetura do Rio de Janeiro a europeizar-se ou, melhor, a afrancesar-se, perdendo o seu característico e saboroso aspecto meio mourisco.

Ao lado esquerdo do palácio, aparece parcialmente um edifício de dois andares. Deve ser, a presumir pela localização, a antiga casa da Câmara Municipal e cadeia, que se tornou, após a proclamação da Independência, a sede da Câmara dos Deputados. A primitiva casa da câmara erguia-se no morro do Castelo, onde permaneceu até ao ano de 1639. À direita, na esquina do largo do Paço com a rua Direita, o prédio de três andares do *hotel de France*.

A estampa 9 (litografia de Alf. Martinet, impressa na oficina de Heaton e Rensburg, do Rio de Janeiro) mostra o Passeio Público no meado do século XIX.

No primeiro plano, à direita, duas jovens, uma de preto e a outra de branco, com saias-balão (a que está de costas usa xale preto e chapéu pequeno gênero touca, e a outra está em cabelo) conversam com dois cavalheiros de sobrecasacas pretas, calças brancas e cartolas.

Que frases poéticas não trocarão, à meia luz de um fim de tarde emoliente, no recanto de um parque impregnado de aromas silvestres, esses quatro jovens pertencentes à nata da sociedade fluminense no Segundo Reinado, vale dizer, no apogeu do romantismo? A moça de preto, de uma beleza sonhadora – *sois belle et sois triste*, disse o poeta – queda-se numa atitude de langor como absorta num devaneio ou – quem sabe? – inebriada pela presença de um dos casquilhos...

Ao centro, no mesmo plano, um cavalheiro olha atentamente à esquerda. Próximo do grupo referido, dois cães pretos. Dois peralvilhos confabulam junto do banco de pedra, atrás do qual se ergue uma agulha piramidal de granito. Perambulam pelas alamedas outros cavalheiros. No penúltimo plano, à esquerda, um homem do povo empurra um carrinho de mão. Mais adiante, um casal dirige-se presumivelmente para o terraço que se debruça sobre as águas da baía.

A julgar pelo traje das personagens, a cena, a que serve de moldura a vegetação luxuriante do Passeio Público, passa-se no meado do século XIX.

Deve-se o primeiro parque público fluminense ao talento criador de mestre Valentim, braço direito do 4º vice-rei do Brasil, d. Luís de Vasconcelos e Sousa. O grande artista mestiço fez surgir esse oásis paradisíaco, como por encanto, das águas pestilentas do boqueirão da Ajuda, (primitivamente denominado lagoa Grande) desmontando, para esse fim, o morro da Mangueira, projeção do de Santo Antônio, o qual se erguia no local onde mais tarde se traçou a Rua das Mangueiras, hoje Rua Maranguape. Graças ao desmonte, pôde mestre Valentin aterrar a laguna mefítica, que antes fora o desaguadouro das lagoas da Carioca, da Ajuda e do Desterro. O fato histórico aureola-se de poética lenda, que Joaquim Manuel de Macedo romanceou em *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*.

Não se limitou mestre Valentim a traçar o Passeio Público: decorou-o de inúmeras obras de arte, entre as quais o majestoso portão de ferro (originariamente fronteiro à antiga rua das Belas Noites, hoje rua das Marrecas), que ostenta os medalhões com as effigies de d. Maria I e de d. Pedro III, bem como os jacarés de bronze (fundidos na primitiva Casa do Trem) que se banham “decorativamente” nas águas verdoengas da cascata. Estas peças constituem admiráveis exemplares de escultura animalística, sendo de longe superiores aos crocodilos plasmados por Rochet para o monumento equestre de d. Pedro I no antigo largo do Rossio, atualmente praça Tiradentes.

Grandes artistas da época colaboraram no embelezamento da obra do Le Nôtre brasileiro: Leandro Joaquim, “Xavier das Conchas” e “Xavier dos Pássaros” ornamentaram os dois pavilhões do terraço que dava para a baía.

O famoso parque, com suas umbrosas alamedas exornadas de estátuas e seu belo terraço debruçado sobre as águas azuis da Guanabara, elogiosas referências mereceu de viajantes europeus que visitaram a capital do Brasil, tais como Parny, Barrow e outros.

A estampa 10 (cromolitografia gravada por João Clark, conforme o desenho de Henrique Chamberlain, e impressa por Tomaz Mc. Lean, em Londres) apresenta-nos dois tipos de viatura ainda em uso no Brasil no primeiro quartel do século XIX.

Vê-se no primeiro plano, à esquerda, uma sege aberta, de caixa verde e carreta vermelha, tirada por uma parelha de cavalos, sendo o da sela branco e o outro castanho. O sota, um preto robusto, de chapéu bicórneo e de casaco azul guarnecido de amarelo, levanta, num gesto de ira, com a destra, acima da cabeça, uma chibata, prestes a fustigar a pobre alimária.

Na sege viaja um gentil-homem, de peruca curta, polvilhada, e de casaca castanha e colete branco. De pé, sobre a traseira da carreta, um lacaios negro, de casaco azul e calças amarelas.

No mesmo plano, um pouco adiante, uma cadeirinha, de cortinas azuis debruadas de amarelo, denominada pelo vulgo “serpentina”. Este veículo era a versão brasileira da “chaise à porteurs” que, na França de Luís XV, servia de condução àquelas frágeis e preciosas marquesinhas empoadas, que Watteau e Fragonard immortalizaram na tela.

Aparece, por entre as cortinas meio abertas, envolta numa longa mantilha, uma dama em cabelo, de ar faceiro e – por que não



A “Subida da Glória”. (Coleção do Museu Imperial)



Costumes do Rio antigo. (Coleção do Museu Imperial)

o dizer? – provocante, cujas formas opulentas se desenham nitidamente sob o vestido revelador... Poderíamos, a respeito, ser tentados a tecer comentários maledicentes se não soubéssemos que, desde 1722, era vedado no Rio de Janeiro a qualquer mulher que não fosse da nobreza ou casada com homem nobre, fazer uso desse gênero de condução.

Carregam a “serpentina” dois jovens e robustos escravos, de chapéu escuro, casaco azul, calções brancos e – pormenor destoante – descalços!

É de notar a bela entalhadura barroca que serve de guarnição e de coruchéu ao dossel da viatura. As extremidades do varapau, que a sustem, afetam a forma de uma cabeça de serpente.

A propósito, refere Rafael Bluteau no *Vocabulário Português* que desse pormenor se deriva o nome do veículo. Todavia, como observa judiciosamente a senhora Nilza Botelho (“Serpentinas e cadeirinhas de arruar” in *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. IV, pp. 448 e 49) esse motivo zoomorfo nem sempre aparece nas “serpentinhas”, pelo que é mais plausível crer que o nome de “serpentina” provenha da analogia entre o corpo de um ofídio e a vara de suspensão dessa viatura, muitas vezes curva ou ondeada e quase sempre roliça. Para a autora do referido estudo, seria a “serpentina” um “elemento de transição entre a rede e a cadeirinha, diferenciando-se desta pelo leito de rede e daquela pelas cortinas pendentes de um dossel”. Já para o professor Adolfo Morales de los Rios F.º, esse tipo de veículo “foi modelo trazido da China pelos portugueses e que obteve grande sucesso em o norte, principalmente na Bahia”.

No último plano, ergue-se um prédio composto de dois corpos: o da direita constituído de dois andares superiores com beirais providos de “andorinhas” nas extremidades; o da esquerda constituído por um andar superior e águas furtadas; ao longo do outão que dá para a área murada, donde emerge, por sobre o muro, uma árvore de grande porte, alteia-se uma pequena varanda assente em colunelos e ornada de plantas; frontaria com janelas de guilhotina e caixilhos quadrangulares, e sacadas com gradeado de ferro.

Encimando a entrada da construção de um só andar superior, uma tabuleta de madeira, elíptica, com as armas do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Este edifício foi, durante anos, a residência da missão britânica no Brasil.

A estampa 11 (litografia aquarelada de João Maurício Rugendas, impressa por Godofredo Engelmann, em Paris) representa

o panorama do Rio de Janeiro tomado de um ponto perto da igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro.

Ao centro, no primeiro plano, a ladeira que dá acesso ao referido templo, calçada de lajes irregulares, à semelhança dos chamados “caminhos de pé posto” nos tempos coloniais. À direita e à esquerda, viceja a luxuriante vegetação tropical, dentre a qual sobressaem palmeiras donairosas e bananeiras de largas folhas espalmadas, que enriquecem a “cor local”.

De braço dado, um casal sobe a ladeira: ela, de mantilha carmesim e saia amarela, ele de casaca azul, calças claras afuniladas saúda, a cartola na destra, um barbadinho, que caminha em direção oposta, empunhando um bastão.

À pequena distância, um homem do povo, apoiado também num cajado, galga a ladeira; a alguns passos à direita, conversam dois cavalheiros, parados; mais acima, sentado no chão e encostado ao paredão da rampa, um mendigo recebe esmola de um cavalheiro, que traz comprida capa escura. Próximo, estacionam dois cavalheiros: um de capa e chapéu alto; o outro, em cabelo e de casaca, inclina-se sobre o paredão.

No fim da rampa, surgem os muros do adro da igreja da Glória, cuja torre avulta à direita, representada de um modo um tanto fantasioso. No mesmo plano, à esquerda, o caminho da Glória com sua amurada à beira-mar orlada de rochedos. As águas, que banhavam esse trecho do litoral da cidade, eram extraordinariamente piscosas, constituindo a pesca a alimentação dos indigentes. (Bons tempos esses, comentariam os passadistas, em que os mendigos se nutriam de pescado fresco e abundante!) Perto do promontório da Glória, pescavam-se baleias – sim, majestosas e produtivas baleias! – cuja carne era utilizada na alimentação do povo, e cujo óleo servia de combustível para os lampiões de iluminação pública. A pesca desse precioso cetáceo constituía indústria extremamente rendosa.

Mais acima, a casaria da Lapa. Sobressai ao fundo o aqueduto da Carioca com sua dupla arcada romana, construído pelos escravos. Esse aqueduto, semelhante ao de Cláudio na campina romana, foi considerado por viajantes estrangeiros a mais notável obra pública da velha cidade dos Sás.

A seguir ao largo da Lapa, vem o Passeio Público com sua pujante massa vegetal. Já nos referimos a ele ao descrevermos a estampa 9.

Por detrás do Passeio Público e próximo do morro do Castelo, ergue-se o antigo convento da Ajuda. Note-se que, a rigor, o edifício não está bem localizado, nem fielmente reproduzido em suas linhas arquitetônicas.

Embora já se tivesse lançado em fins do século XVII a pedra fundamental do convento da Ajuda, o bispo d. frei João da Cruz assentou, na primeira metade da centúria seguinte, em outro local, a pedra angular do novo edifício. Este, cujo risco se deve ao engenheiro-brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, ficou quase concluído ao tempo do bispo d. frei Antônio do Desterro, O. S. B.

Demoliu-se o convento da Ajuda após a abertura da avenida Central, hoje avenida Rio Branco. Na área por ele ocupada, ergue-se atualmente o bairro Serrador.

Eram as freiras da Ajuda, ao que nos conta Magalhães Correia, “muito estimadas dos cariocas, pois, pelas noites de Natal; distribuíam doces, sendo especialistas em bolo da Mãe Benta, pastéis de Santa Clara e alvos suspiros”. Certo, os nossos saudosistas têm carrada de razão!

A cavaleiro do convento da Ajuda, avulta o morro do Castelo, berço da “mui leal e heróica cidade” de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Foi nessa colina que Mem de Sá, a 20 de janeiro de 1567, lançou os alicerces da futura metrópole do Brasil, transferindo para esse local a povoação fundada dois anos antes por Estácio de Sá junto do morro da Cara de Cão (atualmente, morro de S. João), e denominada Vila Velha.

Delineou Mem de Sá, no morro, uma praça, reservando lugar para a construção da Sé, casa da câmara e outros edifícios públicos, como era de praxe, e mandou ainda murar a cidadela e dar início à fortificação da barra da Guanabara.

Quando os habitantes do morro do Castelo empreenderam a conquista da várzea, foi o porto da Piaçaba, onde hoje se ergue a igreja da Misericórdia, o ponto de partida dessa conquista que, por ser pacífica, não foi menos heróica, pois tinham de enfrentar os pioneiros dois terríveis inimigos: o pântano e a selva selvagem.

À esquerda do morro do Castelo, dentre a casaria adjacente, sobressaem as torres da igreja da Candelária. À pequena distância, o morro de São Bento, em cujo topo se erguem a igreja e o mosteiro dos beneditinos. Ainda à esquerda, como pano de fundo dos arcos da Carioca, sobreleva-se o morro da Conceição.

Nas águas glaucas da baía, pequenos barcos de vela põem uma nota de movimento e vibração em meio à quietude da natureza,

que os primeiros vapores gris e violáceos de um fim de tarde estival espiritualizam, impregnando-a de suave melancolia.

Ao fundo da Guanabara, recorta-se, qual gigantesca e fantástica muralha de granito, que descamba em direção do Atlântico, o perfil da serra do Mar, em que se distingue o caprichoso denteado da serra dos Órgãos.

Mário da Silva Cruz.

Conservador do Museu Imperial

Bibliografia

- BENEZIT, E. *Dictionnaire des Peintres, Sculpteurs, Graveurs, Dessinateurs*. Paris.
- BOTELHO, Nilza. Serpentinhas e cadeirinhas de arruar, in *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. IV.
- CALMON, Pedro. *História Social do Brasil. Espírito da sociedade imperial*. Brasileira, 1940.
- CHAMBERLAIN, Henrique. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro*. 1819-1820, Livraria Kosmos, versão de Rubens Borba de Moraes.
- CORREIA, Armando Magalhães. *Terra carioca. Fontes e chafarizes*, Rio, 1939.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*, 2 vols., Rio, 1949.
- DEBRET, João Batista. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, Paris.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, vol. I, Rio, 1938.
- FAZENDA, José Vieira, Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro, in *Revista do I.H.G.B.*, tomo 86, vol. 140.
- GALVÃO, Benjamin F. Ramiz. *Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro*, Rio, 169.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, Rio, 1942.
- MARIANO, José. *Estudos de Arte Brasileira*, Rio, 1942.
- MAURÍCIO, Augusto. *Templos históricos do Rio de Janeiro*, 2ª ed., Rio, 1946.
- RIOS, Adolfo Morales de los. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*, Rio, 1941.
- O Rio de Janeiro Imperial* - Rio, 1946.
- RUBENS, Carlos. *Pequena história das artes plásticas no Brasil*. Brasileira, 1941.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*, 3ª edic. da Livraria Martins, S. Paulo.
- SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil* (Prefácio e anotações de Noronha Santos) Rio, 1943.
- SANTOS, Francisco Marques dos. *Artistas do Rio colonial*, in *Estudos Brasileiros n.º 3*.
- SANTOS, Noronha. *Os meios de transporte no Rio de Janeiro*, 1 vol. Rio, 1934.

ARQUIVO DO MUSEU IMPERIAL

Casamento de d. João VI

Dando cumprimento a dispositivo regimental, de divulgar no *Anuário* peças históricas existentes em seu arquivo, publica a Divisão de Documentação Histórica mais um importante documento: o tratado matrimonial do príncipe d. João com a infanta de Espanha d. Carlota Joaquina.

Trata-se de uma cópia autêntica do original, escrita em belo cursivo, em quatro folhas duplas, tamanho almaço, tendo impresso o cabeçalho na primeira página.

* * *

Não são numerosos os documentos sobre o matrimônio do príncipe d. João com a infanta d. Carlota Joaquina. Diria mesmo que é bastante escassa a documentação sobre esse capítulo da vida de Suas Altezas, e o historiador que a quisesse comentar ver-se-ia em sérios embaraços por falta de fontes de pesquisa.

Ao contrário do que se dá com o primogênito desse casal, d. Pedro I (cujo tratado antenupcial comentamos no volume IV do *Anuário*) é a história avare e reservada com relação a d. João VI. A própria bibliografia desse soberano não é das mais copiosas; principalmente em se tratando de sua biografia.

D. João aliás, não é uma figura aplaudida pelos portugueses. Veja-se, a propósito, as palavras do marquês de Lavradio, prefaciando a obra de Ângelo Pereira: “Rei mais apreciado pelo Brasil do que por Portugal”... D. Carlota Joaquina, tão caluniada por Presas como louvada por Rúbio, não encontrou ainda quem lhe escrevesse a história, no sentido biográfico do termo.

Acresce ainda o fato de não ser d. João filho primogênito e destinar-se ao trono quase às vésperas de a ele ascender.

Nas pesquisas feitas para o estudo do documento que ora nos preocupa, não foi fácil encontrar referências a esse casamento, co-

mentários que abundam ao tratar do consórcio do príncipe real d. José (primogênito de d. Maria) com a infanta d. Maria Benedita, sua tia.

Informa Pedro Calmon (*O Rei do Brasil*, Brasiliense, vol. 228-2ª edição p. 24) ser a mulher de d. José I a grande casamenteira da família: “Mariana Vitória casara o neto mais velho, d. José, com sua filha Maria Benedita, mais idosa dezesseis anos,... garantindo-lhe a Coroa de Portugal”. E adiante: “Aos outros netos, d. Mariana e d. João, destinara os netos de seu irmão Carlos III, infante d. Gabriel e infanta Carlota Joaquina. Tanto que enviuvou, correu a rainha a Madri, a propor as alianças.”

Caetano Beirão, num documentadíssimo e primoroso livro sobre *D. Maria I* (Lisboa, 1944), transcreve interessantes cartas da rainha a seus parentes de Espanha, onde se encontram referências ao casamento de d. João. Assim, na carta dirigida ao rei Carlos III, seu tio, datada de Queluz, 13 de outubro de 1783, manifesta ela, pela primeira vez, a intenção de casar seu filho, embora ainda indecisa na escolha: “Sendo tão íntimo o afeto que existe entre nós, ele me obriga a comunicar a V. Majestade que continuando-se o desejo, como V. Majestade sabe, de casar meu filho, o infante d. João, para segurança da sucessão do reino, me lembravam duas princesas: a filha mais velha do rei de Nápoles, neta de V. Majestade, e a do infante duque de Parma, sua sobrinha”... Tratava-se, no primeiro caso, da primogênita de Fernando IV da Sicília (filho de Carlos III) Maria Teresa, que nessa época tinha seus onze anos e, no segundo caso, da princesa Carolina Maria, filha do duque Fernando de Parma, que teria treze anos. D. João, ao tempo dessas negociações, contava dezesseis anos. A escolha da rainha propendia, entretanto, para este último enlace, chegando mesmo a escrever (carta cit.): ... “estimaria mais a última, podendo haver troco da infanta minha filha, com o filho do mencionado duque”, e pondera: “porém, a não se efetuar o troco, então preferiria a de Nápoles”.

O rei de Espanha teria ponderado as desvantagens dos casamentos imaginados por d. Maria, que delas fica inteirada, conforme carta de 2 de novembro do mesmo ano. Carlos III, porém, oferece a própria neta, que a rainha aceita, nos seguintes termos: “... que seria muito útil se fizesse o casamento do infante meu filho com a infanta Carlota, amada neta de V. M. e filha dos príncipes das

Astúrias”... e adiante: “porém o que impediu intentá-lo foram os poucos anos da referida infanta”.

Tais são os primórdios desse enlace, que Calmon descreve à página 30 do seu citado livro:

“As cerimônias realizaram-se simbolicamente: em Madri o casamento de Carlota Joaquina e d. João, em Lisboa, o de d. Gabriel e Mariana de Portugal. A 7 de maio – era de 1785 – chegou a Badajós a infanta, com o cortejo de aias e camaristas. Saiu-lhe ao encontro o noivo – ia fazer dezoito anos – adstrito ao protocolo, mandado a receber ao meio do caminho a desposada, a quem não conhecia, admirá-la, com algumas palavras estudadas, durante cinco minutos que um escudeiro lhe contava ao lado, e acompanhá-la, a cavalo, com os seus pagens ricamente fardados... Depois, foi o remoinho das festas. De resto, o matrimônio não se consumaria senão três anos depois”. A explicação era a idade da infanta que nessa época tinha apenas 10 anos.

Ângelo Pereira, no prefácio de seu trabalho sobre *As Senhoras Infantas Filhas de El-Rei d. João VI*, Lisboa, 1938, p. 16, afirma que fora a própria d. Maria I que ajustara os casamentos, escrevendo que fora em pessoa “a Vila Viçosa para, assim perto de Badajós, ali se avistar com o rei de Espanha, Carlos III, e ultimar, o que conseguiu, o casamento do príncipe português d. João, seu filho, com a infanta d. Carlota Joaquina, filha do príncipe das Astúrias, mais tarde Carlos IV e o da infanta portuguesa d. Mariana Vitória, com o infante espanhol d. Gabriel Carlos, irmão do príncipe das Astúrias”.

A bibliografia, como se vê, sobre o ponto que nos interessa no momento, não é farta. Sobre a própria d. Carlota Joaquina, desfigurada pela lenda e pelas intrigas maçônicas, continua a ser, a histórica, a leviana, a despudorada. Urge traduzir e difundir a obra de Rúbio para contestar a de Presas, de quem diz o seu tradutor, R. Magalhães Júnior, no prefácio desse livro: “Qual o intuito de José Presas escrevendo as *Memórias Secretas de D. Carlota Joaquina?*”. E depois de considerações, termina: “Tentava uma chantagem em grande estilo contra a antiga senhora e ama”, etc. O próprio Presas, aliás, (pref. cit.) confessa que “uma pequena resposta, acompanhada de uma letra de câmbio de modesta quantia, teria sido suficiente para que eu me calasse”.

Não é, portanto, livro que mereça fé.

Antônio Sardinha, aliás, comentando esses pontos (*Ao princípio era o verbo*, 1940, p. 319) encarece a revisão do estudo sobre d. Carlota Joaquina. Nesse sentido muito poderá contribuir o arquivo do Museu Imperial.

Lourenço Luís Lacombe.

Chefe da Div. Documentação Histórica

D. Cándido de Abascal

Archivero del Ministerio de Estado

CERTIFICO: Que en el Archivo de mi cargo existe el documento original que se expresa à continuación:

“En el nombre de la Santísima Trinidad Padre, Hijo y Espíritu Santo, Amen.

Sea notorio á todos aquellos á quienes pertenezca, ó pueda pertenecer en cualquier manera. El Serenísimo muy alto, muy excelente, y muy poderoso Príncipe Don Carlos Tercero por la gracia de Dios Rey Católico de las Españas y de las Indias etc, y la Serenísima muy alta, muy excelente y muy poderosa Princesa Dona Maria por la misma gracia de Dios Reina Fidelísima de Portugal y del Algarve, deseosos de que para mayor servicio de Dios, exaltación de nuestra Santa Fe Católica, y bien de la Cristiandad, se estreche y aumente con nuevos y mas fuertes vínculos el parentesco que felizmente hay entre las dos Reales familias, y que permanezcan y se afirmen entre sus Majestades y sus Sucesores la amistad, amor y buena correspondencia que tanto importa á sus Monarquías, Súbditos y Vasallos, se comunicaron recíprocamente la idea de unir en Matrimonio á la Serenísima Infanta Dona Carlota Joaquina hija de los Serenísimos Príncipes de Asturias Don Carlos, y Dona Maria Luisa, Nieta de Su Majestad Católica, con el Serenísimo Infante Don Juan, hijo de dicha Reina Fidelísima y del Serenísimo Príncipe Don Pedro Rey Fidelísimo su esposo y tío: y bendiciendo el Todopoderoso sus loables intenciones, se ajustaron, convinieron y firmaron los Artículos preliminares de este contrato en Aranjuez á dos de Mayo del año próximo pasado de mil setecientos ochenta y cuatro por sus respectivos Plenipotenciarios que lo fuimos, por parte del Rey Católico, yo Don José Moñino Conde de Floridablanca, Caballero Gran Cruz de la distinguida Orden de Carlos 3º su Consejero de Estado, Primer Secretario de Estado y del Despacho, Superintendente general de Correos Terrestres y Maríti-

mos, y de la Renta de Estafetas de España y de las Indias; y por parte de la Reina Fidelísima yo Don Enrique de Meneses, Marqués de Lourizal, de su Consejo, y su Embajador Extraordinario cerca de su Majestad Católica: Y siendo consiguiente que se formalice y concluya el Tratado Solemne Matrimonial, en consecuencia y virtud de dichos Plenos-poderes que para este efecto subsisten en debida forma, hemos convenido en que los Artículos de él sean los mismos preliminares sin alteración alguna en lo substancial de ellos, que son los siguientes:

Articulo 1º. Se ha ajustado y convenido que con la gracia y bendición de Dios, y en virtud de la Dispensa que ha concedido Nuestro muy Santo Padre el Papa Pio VI del parentesco de consanguinidad y afinidad que pueda intervenir entre los dichos muy altos y muy poderosos Príncipes la Serenísima Infanta Dona Carlota Joaquina y el Serenísimo Infante Don Juan, como también de la edad de dicha Serenísima Infanta en lo que fuere necesario, se celebrarán sus desposorios y Matrimonio por palabras de presente, según la forma prescrita por los Sagrados Canones, y Constituciones dela Iglesia Católica, Apostólica Romana; para cuya celebración acordarán y fijarán Sus Majestades Católica y Fidelísima el tiempo que tengan por conveniente; y se harán los Esponsales de futuro Matrimonio en la Corte de su Majestad Católica, para lo cual se darán los poderes y autoridad necesarios, así por el Serenísimo Infante Don Juan, como por los Reyes Fidelísimos sus Padres al Embajador, Ministro, ó persona que fuere mas de su agrado.

Articulo 2º. Considerando la Reina Fidelísima que los Serenísimos Esposos deben mantener decorosamente la dignidad de su alto nacimiento, y dejar disposición para que hagan lo mismo sus hijos y legitimas descendientes, ofrece que el Smo. Infante Don Juan llevará á este Matrimonio las crecidas rentas que le corresponden por razón del Infantado, y por vía de Mayorazgo, con todos sus derechos, preeminencias y regalías.

Articulo 3º. El Rey Católico promete y se obliga á dar y dará á la Serenísima Infanta Dona Carlota Joaquina, su Niéta, en dote y á favor del Matrimonio con el Serenísimo Infante Don Juan, y pagará á la Reina Fidelísima, y al Serenísimo Infante, ó á quien tubiere sus poderes y comisión, la suma de quinientos mil Escudos de Ora del sol, ó su justo valor, en la ciudad de Lisboa, entregándola al tiempo de efectuarse el Matrimonio.

Articulo 4º. La Reina Fidelísima y el Serenísimo Infante Don Juan se obligan á asegurar, y aseguran el dicho dote de la Serení-

sima Infanta Dona Carlota Joaquina en buenas rentas y asignaciones seguras á satisfacción del Rey Católico, ó de las personas que para este efecto nombrare al tiempo del pagamiento, y remitirá luego al Rey Católico los documentos de dicha asignación. Y en caso de disolverse el Matrimonio, y que por derecho tenga lugar la restitución del Dote, será restituido á la Serenísima Infanta, ó á sus herederas y sucesores; á quienes se satisfarán los réditos de dichos quinientos mil Escudos de oro del sol á razón de cinco por ciento, desde el día de la disolución, basta el de la efectiva restitución.

Artículo 5º. Mediante el pagamiento electivo de dicho Dote, que hará el Rey Católico en el termino y tiempo que va expresado se dará por satisfecha la Serenísima Infanta Dona Carlota Joaquina, para no alegar otro algún derecho, ni intentar alguna acción, ó pretensión, solicitando que la pertenecen, ó pueden pertenecer otros bienes, derechos ó acciones, por causa de herencias, ó mayores sucesiones del Rey Católico su Abuelo, ó de los Serenísimos Príncipe y Princesa de Asturias sus padres, ni de otra cualquiera manera, y por cualquiera causa, ó titulo que sea ó fuere, sabido ó ignorado: entendiéndose, que de cualquiera calidad y condición que fueren las cosas arriba dichas, debe quedar excluida de ellas: y la Serenísima Infanta, antes de efectuarse su desposorio por palabras de presente, trará renuncia en buena y debida forma, y con todas las seguridades, solemnidades y formas que fueren necesarias para el debido efecto: la cual renuncia confirmará y ratificará luego después que se baga celebrado el Matrimonio: ejecutando lo mismo el Serenísimo Infante Don Juan, que ya entonces será esposo, con las mismas formas y solemnidades que la Serenísima Infanta hubiere usado en la sobre dicha primera renuncia; y además con las cláusulas que se juzgaren convenientes y necesarias. Y el Serenísimo Infante Don Juan, y la Serenísima Infanta Dona Carlota Joaquina quedan y quedarán así de presente, como para entonces, obligados al efecto y cumplimiento de dicha renuncia, y ratificación de ella, por virtud, y en conformidad de los presentes Artículos; debiendo ser la citada renuncia, y sus ratificaciones, habidas y juzgadas, así al presente como en lo futuro, por bien hechas, y verdaderamente pasadas y ortogadas. Y las referidas renunciaciones se harán en la forma mas autentica y eficaz que pudiere ser, para que sean buenas y validas, juntamente con todas las cláusulas derogatorias de cualquiera Ley, jurisdicción, derechos, constituciones y costumbres á esto contrarias, ó que impidan, ó puedan impedir en todo, ó en parte dichas renun-

cias y ratificaciones. Y para efecto y validación de lo que arriba queda expresado, Sus Majestades el Rey Católico, y la Reina Fidelísima derogarán y derogan desde ahora sin reserva alguna y entienden, y entenderán, así de presente como para entonces, tener derogadas todas las excepciones en contrario.

Artículo 6º. La Reina Fidelísima dará á la Serenísima Infanta Dona Carlota Joaquina á su llegada á Portugal, para sus anillos y joyas, el valor de ochenta mil pesos; los cuales la pertenecerán sin dificultad, después de celebrado el Matrimonio, de la misma suerte que todas las joyas que llevare consigo, y serán propias suyas, y de sus herederos y sucesores, y de aquellos que tuvieren su rerecho.

Artículo 7º. La Reina Fidelísima consignará y constituirá á la Serenísima Infanta Dona Carlota Joaquina por razón de viudedad para el caso de verificarse, veinte mil escudos de oro del sol, que serán situados sobre rentas y tierras, cuyos productos anuales lleguen a la expresada suma: en la inteligencia de que no pagando la Corona por si misma dicha cantidad de veinte mil escudos, la percibirá la Serenísima Infanta por sus manos, y por su autoridad, y la de sus Comisarios y oficiales, de las rentas y tierras asignadas. Y en las dichas tierras proveerá las Justicias, y la pertenecerá la provisión de los oficios como es costumbre; entendiéndose que los dichos oficias no podrán ser dados sino á Portugueses de nacimiento; como tampoco la administración y arrendamiento de dichas tierras conforme á la costumbre de Portugal. Y la Serenísima Infanta entrará á poseer la expresada asignación luego que tubieren lugar las Arras para gozar de ella toda su vida, sea que se quede en Portugal, ó se retire a otra parte. Pera si en lugar de lo referido la Serenísima Infanta quisiere mas bien un aumento de Dote, según la costumbre de España, la Reina Fidelísima la dará la suma de ciento sesenta y seis mil seiscientos sesenta y seis escudos de oro del sol y dos tercios de otro, que son la tercera parte de dicho Dote: y este aumento, en caso de disolución del Matrimonio, y que la Serenísima Infanta sobreviva al Serenísimo Infante, hará veces de herencia para Su Alteza, y para quien de ella tenga causa: de la cual podrá disponer entre vivos, y por ultima voluntad. Y cuando el Matrimonio se haya efectuado, se hará á la Serenísima Infanta asignación de dicha suma, para gozarla, si sucediere el caso de aumento de Dote, en la forma que la serán asignados el capital y la renta del mismo dote.

Artículo 8º. La Reina Fidelísima dará y asignará á la Serenísima Infanta Dona Carlota Joaquina para el gasto de su cámara, y para mantener su estado y casa, una suma conveniente, cual pertenece á mujer de tan alto Príncipe, y Nieta de tan gran Rey, y hija de los Serenísimos Príncipes de Asturias, asignándola en la forma y manera que se acostumbra hacer en Portugal para semejantes manutenciones y gastos.

Artículo 9º. El Rey Católico hará conducir en el tiempo que se conviniere á su costa y gasto, á la Serenísima Infanta Dona Carlota Joaquina, á la frontera y raya de Portugal, con el cortejo y dignidad que corresponde à tan alta Princesa: y será recibida de la misma forma por parte de la Reina Fidelísima, y tratada y servida con toda la magnificencia que la conviene.

Artículo 10º. En caso que se disuelva el Matrimonio del Serenísimo Infante Don Juan, y la Serenísima Infanta Doña Carlota Joaquina, y que esta sobreviva al Serenísimo Infante, será libre á la dicha Serenísima Infanta quedar en Portugal en el lugar que quisiere, ó volver á España, ó á cualquier otro paraje conveniente, aunque sea fuera de los Reinos de Portugal, todas y cuantas veces bien le pareciere, con todos sus bienes, dote, arras, joyas, vajilla, vestidos, y cualesquier otros muebles, con sus oficiales, y criados de su Casa, sin que por cualquiera razón, ó consideración que sea se la pueda poner impedimento, ni embarazo alguno á su partida, directa, ó indirectamente; ni impediría el uso, ó recuperación de sus referidos bienes, dote, arras, joyas, vajilla y vestidos, ni de las asignaciones que se la hubieren hecho, ó debido hacer: y para que este efecto dará la Reina Fidelísima al Rey Católico para sobredicha Serenísima Infanta Doña Carlota Joaquina su Nieta aquellas cartas y seguridades que fueren necesarias, firmadas de su propia mano, y selladas con su sello: y desde aliara para entonces lo promete y asegura por si, y por los Reyes sus sucesores con fe y palabra Real.

Artículo 11º. El presente tratado Matrimonial será ratificado solemnemente por el Rey Católico, y la Reina Fidelísima, y las Ratificaciones en buena y debida forma se cambiarán dentro de veinte días, ó antes si pudiere ser. En fe de lo cual, nosotros los infrascritos Consejero de Estado, y Embajador Extraordinario de Sus Majestades Católica y Fidelísima firmamos de nuestra mano en su nombre el presente tratado Matrimonial, y hemos hecho poner en él los sellos de nuestras armas en el Pardo á diez de Marzo de mil setecientos ochenta y cinco.” firmado. El Conde de Floridablanca

(L. S) Marqués de Louriçal (L. S)”. Para que se acredite donde convenga en virtud de orden del Excmo. Señor Ministro de Estado expido la presente sellada y firmada en Madrid à diez y nueve de Junio de mil ochocientos sesenta y ocho.

Por el Archivero

El oficial del mismo

Dionisio Cenzano

À esquerda da assinatura há um selo carimbado, com as armas reais, e onde se lê:

Archivo del Ministerio de Estado.

**CARTAS DE VARNHAGEN A DOM PEDRO II
E OUTROS ESCRITOS**

Cartas de Varnhagen a dom Pedro II e outros escritos

Destacamos do arquivo do Museu Imperial, as seguintes cartas, dirigidas por Francisco Adolpho de Varhagen, visconde de Porto Seguro, a dom Pedro II:

Madri 1º de fevereiro de 1852

Senhor!

Vou pela primeira vez ter a honra de gozar da graça que me foi por V. M. I. conferida na véspera da minha partida do Rio, aos 14 de dezembro do ano passado. Então beijei mui reconhecido a augusta mão de V. M. I., e desde esse momento nem um só dia tem passado sem que eu me sinta mais feliz com essa graça do que com todas as que já havia recebido de V. M. I. – Sim, senhor, eu que me criei entre papéis e correspondências daqueles séculos de mais lealdade e civismo em que os súditos escreviam aos reis como Vaz Caminha ao sr. d. Manuel, ou como Duarte Coelho ao piedoso João 3º, – eu que amo tanto a justiça e a verdade, e que tenho encontrado no mundo poucos tão discretos e superiores às mesquinhezas dele, como é o augusto monarca brasileiro, aprecio a honra de escrever a V. M. I, como o maior dom de quantos me pudera em seu vasto domínio outorgar o punho imperial; e isso tanto mais quanto não sendo uma honra pública não pode excitar invejas, – que às vezes não deixam saborear completamente as próprias recompensas ganhas com o suor do rosto, ou risco da vida.

Não darei conta a V. M. da minha viagem de mar, porque se reduziria tal conta o falar de mim e dos companheiros de viagem, e das conversas de uns e enjôos de outros. Nas províncias do norte tive ocasião de confirmar-me na necessidade de V. M. I. as visitar quanto antes agraciando com títulos algumas pessoas mais influentes nelas. Em Tenerife, (onde não parei como imaginava

por não encontrar vapor a partir para este reino), aproveitei horas de demora estudando os meios mais fáceis de fazer passar ao Brasil alguns dromedários, e já a tal respeito escrevi a várias pessoas minuciosas informações. – O camelo, embora de estupidez proverbial é o mais sóbrio, mais aturado, mais andador de mais longa vida dos animais de carga, e convirá sobretudo sertões secos e areentos de nossas províncias do norte.

Em Lisboa, onde o Tay fundeu retardado de viagem no 11 à noite, tive a honra de beijar a mão da rainha, augusta irmã de V. M. I. e de S. M. a Imperatriz viúva. El-rei dignou-se conversar largamente comigo e não necessito dizer que a maior parte da prática versou sobre V. M. que Ele estima e aprecia, como deve. Tomei a liberdade de lhe oferecer os dois melhores abacaxis que se me haviam conservado, uma manga da Bahia, bem que quase perdida, e muitas plantas, castanhas de cajus de Pernambuco, etc.

Ao secretário da academia (que agora vão reformar como V. M. já saberá) fiz as recomendações sobre remessas ao instituto, etc. – Ele ficou de mandar a V. M. I. uma coleção completa de tudo quanto a academia tem publicado. O secretário da legação Ferreira dos Santos é moço curioso de antiguidades e aproveita bem o seu tempo e boa fortuna adquirindo quanto se lhe apresenta. Disse-me que além dos livros manuscritos que eu, de parte dele, entreguei a V. M. I. possui outros muitos em português impressos; e que tendo grandes desejos de oferecê-los à biblioteca do Paço Imperial, só dependia de uma lista dos que lá havia para não duplicar, sem vantagem. Se V. M. I. quizer acudir a tão louváveis intentos poderá mandar que me seja remetida uma lista dos livros portugueses que tenho impressos antes deste século. Eu também desejo a lista dos dramas espanhóis que V. M. I. recebeu. Brevemente chegará às mãos de V. M. I. mais um que cá tinha ficado, a *Galeria* dos literatos contemporâneos por Ferrer del Rio, a *Coroa Poética* que se acaba de publicar com todas as poesias ao nascimento da princesa, onde vem os retratos de todos os poetas e outros livros mais. Para o diante irei sucessivamente remetendo tudo quanto aqui for aparecendo de notável. De Lisboa dirigi a carta de Herculano ao Garrett.

Creio que V. M. I. saberá como trouxe eu comigo uma fiel cópia em daguerreótipo do último retrato de V. M. feito por Krumholz, à paisana. Tomei a liberdade de o mandar litografar

em Lisboa, e se bem que não esteja a execução a meu gosto, recomendarei que não deixem de mandar algum exemplar a V. M.

Vim por Cádiz e Sevilha, cidades muito minhas conhecidas, e uma ou duas horas de atraso do coche do correio em que vinha, devi não ser roubado, como duas diligencias que passaram antes pelo monte de Camuñas, proverbial quanto a ladrões.

Aqui tive já ocasião de estar com vários personagens notáveis incluindo Martinez dela Rosa e Pacheco, aos quais disse como V.M.I. os conhecia bastante; e admirando-se disso lhes acrescentei: que tínhamos nós um imperador que se não tivesse nascido no alto berço em que nasceu poderia em qualquer país desempenhar o lugar de ministro de Estado.

Em verdade, senhor, tenho orgulho de possuir por meu soberano a Vossa Majestade Imperial, e a Deus faço constantes e fervorosos votos para que ele nos conserve a preciosa vida de Vossa Majestade Imperial.

Sou, senhor com o mais profundo respeito

De Vossa Majestade Imperial

O mais fiel e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri, 6 de fevereiro de 1852

Senhor!

Longe estava eu, que prometi a V. M. I. não abusar da sua graciosa concessão da idéia de ter de escrever logo pelo primeiro paquete nada menos do que duas cartas. Não me era porém possível deixar de partir a primeira, sem dizer alguma palavra acerca do tremendo atentado do cura Merino contra a rainha Isabel. A Espanha vê pela 1ª vez manchados seus anais com tais crimes, e a cristandade vê repetir-se o fato de um aleivoso eclesiástico, atentando, qual outro Jacob Clemente, contra a vida de um rei, quando fazia crer que lhe entregava um memorial. É porem de esperar que Isabel 2ª em Madri será mais afortunada que Henrique 3º em S. Cloud. A rainha já se considera salva, e o assassino está no oratório e será amanhã justicado.

Como sei que V. M. I. lê os ofícios das legações, não repetirei o que digo em dois deles em que conto os fatos. Limito-me a suplicar mui encarecidamente a V. M. que se guarde, e que se lembre que fanáticos há por todo o mundo, e que a vida de V. M. I. não é sua só, é também do Brasil todo, é de sua augusta família, é de seus súditos dedicados, e é, senhor, da própria glória e nome eterno de Pedro 2º, que com mais 40 ou 50 anos de reinado tem de aparecer entre os soberanos organizadores de impérios. Nada se faz sem tempo, e para que se tenha tempo para tudo é necessário poupar a vida. Perdoe V. M. I. esta expansão de quem avalia em trinta, para o seu país, a preciosa vida de V. Majestade.

Chega-me agora às mãos a última *Ilustração* francesa, em que se trata com muita justiça a augusta pessoa de V. M. I. – O retrato é o que tem de pior. Eu tratarei de ver (se acaso dura ainda aqui uma antiga *Ilustración*) se querem um melhor retrato para a tradução do mesmo artigo. Parece-me porém que em todo caso Reyband merece a contemplação de V. M., se acaso ainda não teve provas dela.

Com o triste acontecimento recente ainda me não foi possível ver S. M. a rainha Cristina; fiz porém entrega ao duque de S. Carlos da carta e embrulho que me confiara para ela sua augusta irmã.

Beija as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial, de S. M. a Imperatriz e das augustas princesas brasileiras o

De Vossa Majestade Imperial

Muito submisso e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen*

Madri 7 de fevereiro de 1852.

Senhor!

Ainda este mês não posso dar folga à minha correspondência com Vossa Majestade Imperial; apesar da promessa que fiz de não abusar da graça com que fui honrado. Parte por este pacote o meu chefe que foi, e eu faltaria a V. M. I., a ele e a mim mesmo se por esta ocasião não dirigisse a V. M. I. minhas súplicas para que tenha com ele toda a contemplação que merece como bom

pai de família, antigo servidor do Estado e súdito do coração dedicado às instituições monárquicas.

Também hoje levarei à augusta presença de V. M. I, a inclusa carta com que me favoreceu o célebre príncipe Maximiliano que foi, como V. M. I. muito bem sabe, o verdadeiro precursor de todos os viajantes alemães que vieram a concorrer para que o Brasil fosse cientificamente mais estudado e conhecido. As brochuras que a carta acompanha chegarão com outras a V. M. I. pelo paquete seguinte. Ao príncipe já eu respondi, e ao mesmo tempo supliquei ao sr. Marcos Araújo que de Hamburgo lhe remetesse todas as revistas do instituto que tivesse, as quais lhe serão muito mais úteis a ele do que as indigestas memórias de monsenhor Pizarro. Conhecendo eu o generoso coração de V. M. I., estou certo de que ao acabar a leitura da carta do mesmo príncipe sentirá desejos de lhe dar alguma prova de que o nome dele é no Brasil mais conhecido e honrado do que talvez pensa por sua muita modéstia e de que todos sabemos quanto na América pensa quem quase converteu, em Neuwied, em museu e biblioteca da América o palácio de seus antepassados. O meu zelo pelo nome e glória de V. M. I. leva-me até a tomar a liberdade de lhe suscitar a idéia de que produziria na Alemanha muito bom efeito a notícia de que o jovem Pedro 2º se lembrara do velho príncipe Maximiliano, mandando-lhe ao seu retiro do Reno alguns livros nossos acompanhados do hábito de Pedro 1º ou da grã-cruz de uma de nossas ordens.

Ainda aqui se não imprimiu nada como acho do que sobre V. M. publicou a *Ilustração* francesa, nem tenho para isso concorrido, desejando que primeiro se escreva acerca de V. M. I. numa obra sobre todos os soberanos contemporâneos que se está aqui publicando, e que a seu tempo terei a honra de dirigir a V. M. I.

Peço encarecidamente a V. M. I. que não consinta que se deixe atrasar a revista do instituto. Já o receio se o nº 5º da 3ª série se não publicou em fins de janeiro, como tanto recomendei a meu sucessor, e como até consignei no relatório que lhe deixei como nome de *Apontamentos etc.*, de que hoje remeto cópia a V. M. I.

Sigo rogando a Deus conserve a preciosa saúde de V. M. I. de Sua Majestade a Imperatriz e das augustas princesas, cujas mãos respeitadamente beijo: E por esta ocasião direi que o

presente e a carta de S. M. a Imperatriz, de que fui portador chegaram a seu alto destino, e foram extraordinariamente apreciados. Sua Majestade a rainha Cristina estreou as jóias no seu primeiro baile e teve a delicadeza de chamar sobre elas a minha atenção. Eu limitei-me a dizer que era um presente digno de S. M. e da augusta pessoa que o mandara.

Aos imperiais pés de V. M. I. se prostra o
De Vossa Majestade Imperial
Mais submisso e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 7 de fevereiro de 1852.

Meu senhor!

A Deus rendi graças pelo restabelecimento da saúde de V. M. I., e seguirei sempre rogando que lha conserve, como todos desejamos e havemos mister. Por esta ocasião repito a V. M. I. minhas súplicas para que não se exponha tanto, senhor. Quando em minha 2^a carta, eu já lho suplicava, sofria V. M. I. de uma perigosa moléstia, que os jornais atribuíam às freqüentes vindas à cidade, e ao ar infectado do rio Inhomirim. Porquanto há, meu senhor, poupe uma vida que não é toda sua.

Oficialmente escrevi sobre os triunfos do exército imperial no sul como um acontecimento que tem de concorrer a ilustrar o reinado de V. M. I. – Oxalá haja meio de ali organizar agora um governo estável!

À medida que houver portador mandarei a V. M. I. o que aqui se for publicando de mais interesse. Junto remeto uma notável carta de Donoso Cortes ao *Heraldo*, a qual tem dado assunto para os jornais. De ofício mando o original espanhol do folheto de d. Sinibaldo Mas – A Ibéria – Dele se deduzem tacitamente muitos argumentos em favor da integridade do Brasil, e por este lado creio que sua leitura poderia convir no Império.

Até agora os negócios do ofício, e o ter que instalar-me em nova casa, e que me ocupar nela do arranjo e classificação de

meus livros e papéis, tem-me tomado tanto tempo que pouco tenho podido dedicar à minha *cara história*, para prosseguir a qual prefiro também que me cheguem alguns papéis e livros que, com uma parte de minha bagagem, partiram, com direção a Malaga, no navio S. Pedro, que saiu à vela do Rio de Janeiro, no mesmo dia em que eu com o vapor Tay, e que, se não se perdeu (o que Deus não permita), já traz mais de quatro meses de viagem. Também necessito dar uma nova chegada à biblioteca de Paris; mas não me atrevo a requerer, por ora, para isso licença a V. M. I.

Depois que cheguei, tive já ocasião de fazer aquisição de vários mapas mass. da América, compreendendo neles o borrão da carta do Paraguai, pelos artigos comissários espanhóis; do que darei conta ao instituto, apenas o possa fazer com alguma extensão.

Aos imperiais pés de V. M. I. se prostra, beijando as mãos augustas o de Vossa Majestade Imperial

mais submisso e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 2 de maio 1852

Senhor!

É ainda o venerável príncipe de Wied quem hoje me proporciona outra vez a fortuna de apresentar-me ante o trono. A V. Majestade Imperial remeto a cópia da nova carta que ele me dirige, e cada vez crescem mais em mim os desejos de promover em favor dele a outorga de alguma lembrança do Brasil, embora esta se limite à coleção completa das publicações do Instituto, que lhe são devidas como sócio honorário desde a sua fundação. Assim neste sentido escrevo ao Instituto. Porém esta mesma coleção, meu senhor, centuplicaria do valor, se Vossa Majestade Imperial se dignasse ordenar que ela lhe fosse oferecida em seu imperial nome. Creia V. Majestade Imperial que estimo muito o príncipe, mas que no pedido que faço tenho antes em vista o conquistar de todo mais um coração em favor de Vossa Majestade Imperial. E o meu desejo, meu senhor, seria que o mundo todo apreciasse e apregoasse como eu suas altas virtudes!

E aqui não devo dissimular, meu senhor, que alguma vez tenho tido que combater a errada idéia de que Vossa Majestade Imperial agasalha pouco, aos estrangeiros, começando pelos indivíduos do corpo diplomático acreditados em sua corte, com os quais não usa das atenções a que estão acostumados em outras cortes, começando pela maior generosidade de certas graças, quando se mostram polidos e agradáveis. Por minha parte ignorando o que haja a tal respeito tenho começado por duvidar e negar até onde posso estes boatos; mas informando deles a V. Majestade Imperial creio que cumpro como seu leal servidor. Como amo demasiado a V. Majestade Imperial para poder adulá-lo, ousarei acrescentar que há gente em quem certas graças não se entendem como recompensa de serviços, e a quem às vezes é até político penhorar com dádivas que obrigam pela gratidão a calar murmurações. Ouso ser tão franco, meu senhor, porque creio que V. M. Imperial faz a devida justiça aos meus sentimentos de amor e dedicação à sua pessoa.

Desta vez posso ter a consolação de dizer afoitamente a Vossa Majestade Imperial que a história do Brasil avança a passos largos. Comecei-a toda de novo em limpo dando a alguns pontos, mais desenvolvimento, sobretudo na parte descritiva ajudado pelas impressões que adquiri ultimamente, e as quais consegui incutir, sobretudo ao descrever as fundações de S. Vicente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Vão escritos vinte e seis grossos cadernos todos numerados e em estado de se poderem imprimir se me sucedesse alguma desgraça. Compreendem a parte mais importante e mais *desorganizada* até agora da nossa história, a qual espero poder ter daqui a ano e meio completa. Dou uma suficiente idéia da cultura, língua e legislação portuguesa na época da colonização para melhor se apreciar o primitivo regime municipal das nossas capitanias. Nunca pensei que me veria obrigado a folhear tanto os cinco livros das ordenações manuelinas, que para esse fim trouxe agora comigo, e confesso a V. M. I. que hoje sinto o maior prazer em o haver feito pois dão elas lugar a muita reflexão e estou certo que V. M. I. passaria horas muito agradáveis correndo-as pelas olhos, se é que já o não fez. E tenho mesmo para mim que uma tal leitura lhe fazia, ou terá já feito, nascer desejos de prestar ao país uma dádiva análoga à do 1º rei d. Manuel, – um código civil pelo menos. Não concebo como nossos jurisconsultos não se tenham balançado à grande e honrosa empresa de reformar para o

Brasil a parte das ordenações ainda vigente entre nós, apesar das penas ridículas que contêm de degredos para o *Brasil*, para a África e para Castro Marim; – ordenações que até por infelicidade se chamam *Filipinas*, quando os jurisconsultos do reinado castelhano pouco mais fizeram do que aditar, e algumas vezes *modernizar* a redação do código Manuelino. Para colaboradores duma nova recompilação, que as câmaras previamente autorizassem, teríamos os srs. Pimenta Bueno, Figueira de Mello, Taques, Campos Mello e outros não menos trabalhadores e entendidos.

No prosseguimento da minha história algumas vezes me tenho visto embaraçado com a falta de um que outro livro ou documento dos que vinham no barco S. Pedro, do qual apenas sei que na lat. T.º 4 havia sido socorrido de algum mantimento que pediu a um navio francês que encontrou. Também tenho algumas vezes sentido que não esteja impresso o segundo tomo do Jaboatão, e só a V. Majestade Imperial posso recorrer para ver acabado o trespasso que tem havido em tal impressão.

Da coleção dos *Reis Contemporâneos* que aqui se está publicando remeti para Lisboa a parte já impressa e talvez por esta ocasião seja dali enviada ao sr. mordomo. Estão agora desenhando na pedra com todo o esmero o retrato de V.M. Imperial que remeterei apenas esteja pronto.

Vai de uniforme, servindo-se o litógrafo de vários que tenho, preferindo porém para a fisionomia o que mandei litografar em Lisboa. Os empresários pedem com a maior instância o de S. M. a Imperatriz e o da princesa imperial. Infelizmente eu não os tenho apesar de que do primeiro obtive do intendente do palácio promessa de me consentir que mande tirar uma cópia do que para aqui veio, haverá um ano, – cópia que eu destinava a inaugurar em uma das salas desta legação a par do de Vossa Majestade Imperial. Porém a estada da corte no campo e o melindre que devo guardar não instando por um pedido que tanto depende da vontade alheia, me tem obrigado a estar privado da honra que me havia proposto e talvez nem poderei satisfazer ao lisonjeiro pedido que me fazem se por alguma outra forma não for socorrido. Escuso dizer que de V. M. I. confio muito para tal socorro.

Por este paquete creio que V. M. I. receberá o tomo 2º do Ticknor, que se acaba de publicar traduzido e anotado. Na *Re-*

vista de Ambos os Mundos de 15 de maio li um artigo sobre as pretensões de socialismo nas repúblicas do Pacífico e em Venezuela que muito me interessou, e que teria traduzido se não estivesse decidido a não abrir mão, para causa nenhuma, da empresa em que estou comprometido.

Continuo a fazer ardentes votos pela saúde e venturas de Vossa Majestade Imperial, de Sua Majestade a Imperatriz e das augustas princesas; cujas mãos respeitosa-mente beijo.

De Vossa Majestade Imperial

O mais submisso e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Neu Wied ce 20^{me} avril 1852

Monsieur le Chevalier!

Recevez mes remerciemens les plus sincères pour les bontés que Vous avez eu pour moi et pour les volumes du journal brésilien, que Vous avez bien voulu m'adresser. C'est un intéressant ouvrage, et principalement pour moi, par ce que j'y trouve mémoires bien intéressans, principalement aussi les Votres. Je possède aussi encoare un petit manuscrit brésilien, sur la première navigation de la partie inférieure du Jiquitinhonha, nomée Rio Grande de Belmonte. Le *capitão-mor* João da Sylva Santos avait fait ce voyage avec l'escrivão de Belmonte Simplicio da Sylveira. Ce manuscrit est mal écrit, et un faible portugais comemoi, ne sait pas le déchiffrer entièrement. S'il était mieux écrit, je pourrais le traduire et y ajouter quelques notes.

Je Vous suis très obligé aussi pour la notice sur l'ouvrage de Pizarro. Si cet ouvrage n'a pas une grande valeur je n'en aurai pas besoin, possédant la *Corografia brasilica* et presque tous les ouvrages qui ont paru sur Votre belle patrie. Mais le vieux d'Acunha c'est un ouvrage dont les notices sur les Indiens le l'Amazone m'intéressaient beaucoup! J'en ai trouvé un petit extrait très anciens aussi, à Paris (par le Comte de Pagan 1655), mais qui n'a que très peu de valeur pour moi, les notices sur les nations Indiennes y ayant été omis presque toutes. Je serais très charmé si je pourrais emprunter est ouvrage, ou au moins se je pourrais avoir un extrait sur ces

nations de l'Amazone. L'*Orinoco illustrado* se trouve en traduction allemande dans ma bibliothèque, mais je ne possède pas l'original. L'ouvrage du père Jili est aussi un des premières sur l'orenoque, et le B. de Humboldt en donne beaucoup d'extraits. Dans l'ouvrage de Martius je trouve aussi beaucoup de notices sur les nations Indiennes, mais en général il parle de ce sujet avec un mépris trop prononcé, ce qu'un écrivain ne doit jamais faire. Les descriptions sur cette branche intéressante sont trop courtes et trop peu détaillées.

Ce que Vous me dites, Monsieur, de Sa Magesté Brésilienne, m'a fait beaucoup de plaisir, et je ne savais même pas que Votre Empereur est tant protecteur des Sciences! Ayez la bonté, Monsieur, je Vous prie, de présenter les expressions de mon plus profond respect a Sa Majesté.

Je serais charmé, Monsieur, d'avoir quelque fois de Vos nouvelles, et ce serait avec un vrai plaisir, si je pourrais Vous être utile à quelque chose.

Je suis infiniment sensible à Votre bonté de vouloir me procurer les volumes du Journal brésilien! peut être que l'on pourrait les envoyer à Hamburg à Monsieur Marcos d'Araujo, au quel Vous voudrez avoir la bonté de faire mes remercimens les plus sincères.

Je serai très charmé si le temps voudra m'apporter de Vos nouvelles, et c'est dans cette espérance, et avec les assurances de ma consideration distinguée, que j'ai l'honneur de me dire

Monsieur

Votre

dévoté serviteur

a) *Max. P. de Wied.*

Conforme = Varnhagen

Meu senhor!

A leitura de uns artigos dos dois primeiros números do *Guanabara* sobre Berredo, moveu-me de não deixar para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convém muito ao país e ao trono que a opinião se não extravie, com idéias que acabam por ser subversivas. Submeto pois a V. M. Imperial a memória junta, acerca de como se deve entender a nacionalidade brasi-

leira, e a V. M. Imperial fica o dar-lhe o destino que mais conveniente julgue. Eu lembro que poderia, depois de ser lida numa sessão do Instituto (onde fosse apresentada pela pessoa que V. M. Imperial se dignar indicar), entrar num dos primeiros números do *Guanabara*, donde depois a transcrevesse a revista.

Sei que com estas e outras busco espontaneamente novos trabalhos; mas se alguém se não expõem a eles, dizendo, com abnegação e em bem do país, destas verdades, onde iríamos parar?! – A minha vida é do Brasil, que é a minha pátria, e de V. M. Imperial, que me protege. Cumpre-me pois combater, com as armas que devo a Deus, pelo que julgo em consciência em favor de V. M. I. e do Brasil.

Senhor! Permita-me V. M. I. lembrar-lhe outra vez, cá de longe, quanto é urgente acudir, com a sua augusta presença, às províncias do Norte. Político seria até passar-se para ali como governo e as câmaras, ao menos por um ano. As coisas vão-se figurando muito mal, e nada pode já acudir a certas tendências senão a presença augusta de V. M. Imperial. O êxito feliz, meu senhor da recente viagem da senhora dona Maria 2^a creio que é para animar.

Por hoje não ocuparei mais a atenção de V. M. I. Imploro a com muitas indulgência para o pequeno trabalho junto.

Beija as augustas mãos de S. M. a Imperatriz e das princesas e humilha-se ao imperiais pés de V. M. Imperial, meu senhor, o

De Vossa Majestade Imperial

Mais submisso e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 18 de julho 1852.

Senhor!

Três meses se tem passado, sem que eu tenha dado a Vossa Majestade Imperial de mim conta, na conformidade da honrosa concessão que tenho de V. M. I. imagino que V. M. I. me terá feito ocupado na continuação do meu trabalho como efetivamente tenho estado de forma que, sem haver descuidado os negócios da

legaço, já me acho no importante governo do autor da obra – *Razão do Estado do Brasil etc.*, d. Diogo de Menezes, quando na Bahia se instalou a primeira Relação que teve o Brasil (em 1610).

Não é porém esta insignificante conta de prosseguimento da nossa história, que me leva a aproveitar-me por esta sétima vez da honra de escrever a V. M. I. – De maior urgência é o assunto com que vou ocupar a sua imperial atenção ao remeter, como por esta ocasião remeto por via de Lisboa, os artigos acerca do Brasil e da pessoa de V. M. I. que se acabam de publicar na bela coleção de – *Reyes Contemporaneos*, cujas folhas até agora impressas tenho remetido a Vossa Majestade Imperial. Julguei do meu dever recomendar oficialmente, como o faço por intermédio do senhor ministro dos Estrangeiros, o autor dos artigos e o editor da obra, que a empreendeu unicamente por sua devoção ao sistema monárquico e não deixo de ter esperança de que um e outro serão por V. M. I. galardoados como V. M. I. houver por bem. É possível que o sr. ministro creia conveniente propor a V. M. I. para o primeiro oficialato da Rosa e para o segundo o hábito da mesma ordem ou de outra.

Para o autor dos artigos o sr. Mora, deputado a cortes, ex-oficial de secretaria, atual primeiro redator do *Heraldo* e filho de um literato distinto, cujo nome creio que V. M. I. conhece, imploro eu a V. M. I. com todas as minhas forças que o galardoe generosa e benevolmente como merecem a generosidade e benevolência com que do Brasil e de V. M. I. escreve, não dando créditos, ou calando (o que mais reconhecimento de nós demanda), a algumas informações e ponderações, que ouvira, menos lisonjeiras.

Nesta conformidade tomo a liberdade de pedir a V. M. I. que ao acabar a leitura dos mencionados artigos siga, para com o seu autor, os impulsos de seu ânimo generoso, e deixe toda a Espanha confirmar por este ato um dos dotes que mais realçam as augustas personagens da corte brasileira. Parece-me com o devido acatamento à resolução que V. M. I. houver por bem de tomar que o sr. Mora, além de ter ganho direitos à contemplação da nação e a ornar o peito com uma de nossas ordens, muito mais os ganhou particularmente da pessoa de V. M. I., que no meu fraco entender, meu senhor, corresponderia perfeitamente com algum presente v. gr. uma caixa com o seu retrato ou as iniciais de seu augusto nome, no módico valor de um a dois contos. E creia-me V. M. I.

que ao fazer esta lembrança, penso menos no sr. Mora que na popularidade da glória de V. M. I.; pois repito o que em outra ocasião disse: desejara que o mundo todo o conhecesse e admirasse como eu.

Se Vossa Majestade Imperial reparar numa ou noutra inexatidão na resumida resenha histórica, que precede os últimos §§ acerca da atualidade, devo advertir que apesar de haver eu lido tudo, antes de ser impresso, de propósito não quis fazer aí certas advertências, v. gr. acerca da vinda do Caramuru à França etc., para que isso não pudesse indicar talvez demasiada ingerência minha nos três artigos, idéia esta que os autorizaria menos. – Eu o que fiz foi ministrar ao sr. Mora os necessários documentos e conversar com ele algumas vezes, no mesmo sentido em que aqui tenho conversado com alguns estadistas. Os talentos e a boa vontade do senhor Mora fizera porém verdadeiramente tudo.

Por esta ocasião lembrarei a V. M. I. que o editor segue pedindo-me os retratos de S. M. a Imperatriz e das augustas princesas.

Não devo cansar mais a atenção de V. M. I. – Porém como de hoje a um mês não me será possível, como no ano passado, aproximar-me do trono de V. M. I. para significar-lhe os votos que faço para que por dilatados anos Deus ampare o Brasil, amparando a V. M. I., desde já envio a expressão de tais votos e dos que igualmente faço para que Deus prolongue também, com mil bênçãos os dias de S. M. a Imperatriz, e os das augustas princesas, cujas mãos respeitosa-mente beijo.

De Vossa Majestade Imperial, senhor,
O mais submisso e humilde súdito
a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 2 de novembro de 1852.

Senhor!

Com Vossa Majestade Imperial tanto no pensamento em todo o dia de hoje, agora que, pela noite, me vou dedicar à tarefa quotidiana de me ocupar do nosso passado, não posso deixar de dirigir a Vossa Majestade Imperial algumas linhas, por ocasião do seu aniversário, assegurando em particular, como o fiz já oficialmente

que sigo fazendo os mais ardentes votos pela saúde e vida de V. M. I. e de sua augusta família.

A história do Brasil está já em 1654. Capitularam os holandeses e foram-se embora. A esta célebre guerra de trinta anos dediquei três capítulos, e creio mais que suficientes para não ser aqui, só porque haja mais historiadores, mais minucioso do que antes ou depois. Ao conde de Nassau, primeiro príncipe das casas reinantes da Europa que pôs os pés na América, e a cuja só presença Pernambuco deveu tanto, depois de haver tanto sofrido de seus invasores, dedico um destes capítulos e talvez que, com o retrato do príncipe, o farei brevemente publicar em separado.

Já Vossa Majestade vê que não estou ocioso. Seguindo como até aqui, sobretudo agora que o caminho é mais fácil, ainda espero que dentro de um ano terei chegado à declaração da Independência e do Império, onde conto dar fim; visto que o resto já tem muito de contemporâneo.

Toda a obra, segundo meus desejos e minhas esperanças não produzirá mais de dois volumes idênticos aos da tradução do Ticknor, ou, quando muito, como os da Hist. de Herculano.

Acabo de interromper com a chegada de uma nova carta do bom príncipe de Wied. Está louco de contente com a grã-cruz que V. M. Imperial lhe mandou, e ansioso de receber as insígnias, com que deve adornar o peito, e que talvez seriam confiadas ao sr. Marcos de Araújo. Pede-me muito que lhe averigüe como seu nome foi lembrado. Eu nada mais lhe direi senão que Vossa Majestade Imperial leu aquela carta dele em que se descobria, tantos anos depois, tanto amor ao Brasil. Pela minha parte não posso deixar de felicitar-me por ter por soberano quem tão majestaticamente sabe premiar o mérito modesto.

O artigo do sr. Mora, tem aqui produzido o melhor efeito. Espero ansioso a resolução de Vossa Majestade Imperial a respeito dele.

Beija as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial, de Sua Majestade a Imperatriz e das augustas princesas.

De Vossa Majestade Imperial

O mais submisso e humilde súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 2 de dezembro de 1852

Meu senhor

Já a esta hora Vossa Majestade Imperial haverá recebido os cinco volumes das obras, pela maior parte dramáticas de Breton de los Herreros, que lhe remeti por intermédio do meu amigo o sr. Serra Gomes adido à nossa legação em Lisboa, onde tem trabalhado há tanto tempo, e tão bem, que me atrevo a pedir a V. M. I. que se digne tê-lo em sua lembrança quando em qualquer tempo se haja de dar outro destino ao que atualmente ocupa ali o ponto de secretário. Com as obras de Breton, mandei mais dez ou doze comédias de Rubi e outras da coleção que V. M. I. conhece, por alguns exemplares que tem, mas não me consta por ora que fossem entregues em Lisboa.

Na nossa história sigo trabalhando seis a oito horas por dia, e já estou no período de 1715 a 1750, período cuja glória principalmente pertence aos paulistas, e os assuntos importantes às províncias de Minas, Goiás, e Mato Grosso, concluindo com o 1º tratado de limites. O período seguinte abrangerá até o 2º tratado de limites, isto é até 1777, e virá a compreender o reinado de el-rei d. José, e por conseguinte a administração do marquês de Pombal. Já a história nesta altura, se emancipa dos nomes dos governadores (às vezes obscuríssimos) que cada três anos se mudavam nas diferentes capitanias. Esses rols de nomes pretores os darei talvez no fim da obra para poderem servir alguma vez a cronologia. O que escrevi até 1654 acha-se já tudo de novo copiado em três livros que formarão talvez o 1º tomo da obra impressa, e que leio de quando em quando para apurar mais a redação.

Agora creio poder afoitamente dizer que daqui a alguns meses espero ter concluída, consentindo-o Deus, a minha empresa, e tanto estou nesta persuasão que desejara ir já tratando, senão da impressão pelo menos dos mapas e gravados com que tenho de acompanhar a obra, v. gr. 1º Um mapa-múndi em que se figure a partição da terra, entre Espanha e Portugal, segundo a convenção de Tordesilhas; 2º de um mapa do Brasil dividido em capitanias, entre os doze donatários, pelas linhas de leste a oeste; 3º de um fac-símile da 1ª página do borrão das instruções dadas a Cabral, em virtude das quais lhe foi recomendado que se afastasse da África; 4º Dos retratos de el-rei d. Manuel, de Martim, Afonso, d. Diogo de Menezes, príncipe Maurício, P. Vieira, Salvador

Correa, Gomes Freire de Andrada, conde de Linhares e sr. Dom Pedro 1º, todos com fac-símiles de suas assinaturas. 5º De outros fac-símiles de indivíduos notáveis como Pero Vaz Caminha, Américo, e dos primeiros donatários e governadores. 6º De um mapa do Brasil no tempo dos holandeses, e uma planta de Pernambuco com os adiantamentos que eles aí promoveram. 7º De outros mapas com as raias do Brasil assinadas pelos tratados de Utrecht, e de 1750 e 1777. 8º De uma planta do Rio de Janeiro nos tempos de Duclerc e Duguay Trouin, e de outra da colônia do Sacramento etc. 9º Dos desenhos das armas e utensis dos índios e de algumas paragens de distritos vários do Brasil no estado primitivo, etc. etc. etc.

Não sei se terei dinheiro para realizar (provavelmente em Paris, onde muito conto com o auxílio e informações dos artistas do sr. Ferdinand Denis) uma edição digna do século em que vivemos. Entretanto para uma empresa destas eu não devo deixar de contar, em caso de necessidade com a proteção do governo e em todo caso conto, e creio que conto bem com a munificência de V. M. I. Se para o verão, em que toda a corte abandona Madri, me for permitido chegar a Paris inspecionarei os trabalhos de que prontamente começarei a cuidar, no caso de que V. M. I., sabendo que sou incapaz de abusar, for servido dar-me a tal respeito suas ordens.

Beija as augustas mãos de V. M. I. Sua Majestade a Imperatriz e das excelsas princesas o

De Vossa Majestade Imperial

Mais submisso e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 7 de fevereiro de 1853.

Senhor!

Beijo a Vossa Majestade Imperial a mão pelas mercês que recebi pelo pacote passado. Refiro-me as graças feitas ao sr. Mora e seu editor, graças que não só eles apreciaram como deviam, mas que produziram um efeito muito favorável neste país, havendo-se ocupado disso a imprensa, como Vossa Majestade Imperial poderá ver pelo adjunto retalho da *Gaceta*, de 18 do mês passado;

e refiro-me também a gratificação para as cópias etc., a qual não deixará de ser achega para a edição de que já estou tratando; visto que não me falta muito para concluir toda a empresa na primeira demão. Como disse a Vossa Majestade Imperial quanto mais me aproximo a atualidade, mas agigantados procuro dar aos passos, sem contudo deixar de contemplar todos os sucessos importantes.

Do instituto nada sei absolutamente. Depois que dele me separei apenas o número imediato da revista me chegou às mãos; e esse de um modo indireto; e muito o estimei pelas erratas que encontrei nas duas cartas impressas em castelhano, das quais me apressei a fazer uma nota que remeti. Constando-me entretanto, e por mui competente autoridade, que o meu sucessor pensa deixar o posto, por motivos domésticos, tomo a liberdade de lembrar a Vossa Majestade Imperial (quando tal sucedesse) um indivíduo bastante ilustrado e bastante ativo e *brion*, que, admitido primeiro como sócio, sem se dizer o intento, seria capaz de desempenhar o cargo. Refiro-me ao sr. Cândido Mendes de Almeida, do Maranhão. Pelo conhecimento pessoal que dele fiz, tive ocasião de apreciar sua muita curiosidade; e por isso o propus para sócio; proposta que talvez durma na pasta da comissão de admissão. Por delicadeza não entrei por ela, ainda que também compreendia o sr. Bandeira, que com uma interessante memória (do Campo das Palmas), já impressa na revista, parecia-me que não devia ser posto em dúvida. O mérito real e modesto do sr. Cândido Mendes, a sua erudição e espírito de ordem são, quanto a mim, mais que suficientemente abonados, nas duas importantíssimas produções suas, que agora tenho tido ocasião de consultar e conhecer bem: *O Tury-assú* e *A Carolina*. E parece-me que o sr. Cândido Mendes (que agora não é deputado) trocaria com prazer os cargos de professor de geografia e de secretário da província do Maranhão por um posto de oficial (se bem que não inamovível) da secretaria do Império incumbido da seção de instrução pública”, ao qual posto por decreto se unisse o cargo de secretário do Instituto. Esta lembrança faço-a mui particularmente a Vossa Majestade Imperial, e, a ter de se realizar, muito conviria que se apresentasse como nascida de V. M. I. para ter maior força moral. O candidato tem nas suas mencionadas publicações documentos suficientes para abonar, perante V. M. I., seus méritos, e consta-me que é homem de bem; embora não faltará quem, por espírito de partido, assevere o contrário. Eu cumpro para com o instituto a quem procuro glória (para esta reverter a Vossa Majestade Imperial) não sepultando no peito esta

idéia: e repito o que muitas vezes dizia: que o secretário do Instituto, para desempenhar bem suas obrigações; isto é para atender à correspondência e ao arquivo e biblioteca, com duas horas por dia na secretaria, e para ver provas e despertar a imprensa, é melhor que não tenha o pensamento absorvido por suas composições literárias, e é essencial que durante esse tempo se esqueça do seu, e até fizesse de anônimo. Esta mesma circunstância recomenda o sr. Cândido Mendes, cujo batismo de reputação, que lhe falta, lhe daria o nome da associação, e, servindo bem, o tempo. Perdoe-me, senhor, V. M. I, esta lembrança de quem admira e ama, cada dia mais se era possível o seu excelso soberano.

Rogo a Deus siga protegendo o reinado de V. M. I. e os seus preciosos dias, bem como os de S. M. a Imperatriz e das augustas princesas, cujas mãos respeitosa e beijada

De Vossa Majestade Imperial
mais submisso e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 4 de março 1853.

Senhor!

A história geral do Brasil fica concluída. Junto incluo a dedicatória que penso publicar se V. M. não mandar o contrário. O original vai ser depositado, talvez na Academia da Historia, à qual conto dirigir cópia, a que irei retocando até entrar no prelo. Desejava chegar com a redação ao ano de 1825 e compreender a Constituição, o reconhecimento da mãe pátria e o nascimento de V. M. I., mas não me foi possível. Tão espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a anos não o será.

Como conto imprimir a obra em Paris, peço a V. M. I. uma ordem para o Caetano Lopes de Moura se interessar pela edição. Com o F. Denis conto eu já.

Não tomarei hoje mais tempo a V. M. I. cujas mãos respeitosa e beijada

De Vossa Majestade Imperial
O mais submisso e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 6 de maio 1853.

Meu senhor!

Na minha anterior participei a Vossa Majestade Imperial que acabava de escrever o último capítulo da nossa história geral. Desde então não tenho aberto mão dos necessários retoques, correções, e da redação das notas que vão no fim dos dois volumes.

Esta última tarefa ainda não está concluída; mas como a Academia da História admitiu a minha proposta de aceitar o original em depósito, e já ele está lá mais de um mês, não é fácil extraviar-se; e uma pessoa de saber e consciência e bom amigo como o dr. Silva, ou outra que V. M. I. indicasse, se encarregaria, se eu faltasse, da impressão e das correções em algumas irregularidades, que, às vezes, só nas provas da imprensa se deixam ver.

Penso, meu senhor, tantas vezes nestas prevenções; porque pertenço a uma família, em geral pouco feliz; porque perdi, na flor da idade, meus dois irmãos mais velhos; e por que, ainda o outro dia tive que dar graças a Deus por me haver deixado vivo, e sem desastre maior, ao ir de braços ao chão, por ocasião de escorregar e cair o cavalo que eu montava, em Arajuez; fato este que, ainda para mais o sofrer a voz geral em Lisboa converteu em um duelo!

Demais: quando me lembro do trabalho que tenho tido em juntar documentos, quase desde a minha infância (tal que me faltara hoje o ânimo para começá-lo segunda vez), e dos estudos históricos a que me tenho dedicado, sinto quase a convicção de que os meus trabalhos se perdessem, ficaria a nossa história ainda por depurar de erros, quem sabe por quanto tempo...

Não tenho ultimamente remetido a V. M. I. algumas publicações que para esse fim guardo, por falta de portador; e para as não expor a extravio, daqui a Lisboa, como já tem sucedido.

Talvez que, ainda este verão, entregue a impressão em Paris o meu 1º tomo.

Beijo respeitosamente a mão de V. M. I. como de Vossa Majestade Imperial.

O mais submisso e leal súdito

Madri 8 de julho 1853

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 5 de fevereiro de 1854

Senhor!

Em resposta a um ofício ao governo de V. M. I. dou conta da minha ida a Sevilha, segundo cumpria ao cargo que exerço: a V. M. I. a quem outra circunstâncias mais devem interessar, acrescentarei a tal respeito algumas linhas.

A senhora princesa d. Francisca goza hoje de saúde; – satisfeita de ver-se em uma terra, cujas palmeiras e laranjeiras lhe causam mais alegria que os nevoeiros de Londres; e não deixa de se aproveitar da suavidade do clima da antiga Hispalis para dar freqüentes passeios, com seu augusto esposo e filhos, umas vezes a cavalo pelos campos, outras a pé assim pelos jardins do palácio, como, até pelas ruas da cidade, como simples particulares, o que não deixa ele ser admirado, com religioso acatamento, pelos habitantes. Interessa-se S. A. I., como é de crer, muito em tudo quanto respeita a V. M. I.; conheci que não aprova o pensamento de uma viagem de V. M. I. à Europa; bem que, por outro lado, diz que votou pela conveniência de uma visita de V. M. I. às nossas províncias do norte, e que tem insistido por ela escrevendo a V. M. I. mais de uma vez a tal respeito. Estas e outras particularidades sobre que recaía a conversação, provam bastante quanto pensa em V. M. I. sua augusta irmã. S. A. o sr. príncipe de Joinville pareceu-me um pouco preocupado e melancólico, e todas as suas observações são profundas e circunspectas. Dos augustos jovens seus filhos dou conta no ofício, que de certo não deixará de ser presente a V. M. I. – S. M. A. rainha Amélia tem-se dado muito bem em Sevilha, e perguntou-me com mostras de muito interesse por toda a família imperial brasileira.

Na primeira audiência que tive destes augustos senhores conheci que se surpreendiam de não me achar estrangeiro ou ao menos estrangeirado, e que eu não correspondia pessoalmente à idéia que, pelo meu nome, haviam anteriormente formado, imaginando-me holandês, segundo creio. – Confesso que por esta ocasião se me justificou uma apreensão que sepultava no fundo da alma e que não contava revelar a ninguém por escrito; mas que agora me decido a transmitir a V. M. I. de cuja circunspecção e reserva sou tão grande admirador. – Para V. M. I. o assunto será de certo grave e sério; ao mesmo tempo que se fosse revelado, por outrem podia ser altamente ridículo que tudo assim é neste mundo. Sabe agora V. M. I. uma das razões por que eu queria omitir o meu nome na *História Geral do Brasil*, deixando até de assinar a dedicatória. Sem o meu nome

a obra seria apenas de *um brasileiro* ou do *Instituto H. do Brasil*; e por conseguinte *de todo* o Brasil.

Toda a modéstia não é bastante para que eu não reconheça que a *Hist. do Brasil*, ao menos em muitos de seus períodos, fica com a minha obra de uma vez escrita, e que ela viverá (a obra) eternamente, e fará eternamente honra, Deus mediante, ao Brasil e ao reinado de seu excelso protetor. Mais: será naturalmente traduzida, e já para o alemão, se me ofereceu a fazê-lo o próprio Martius. Afinal resultará que me citarão, e como nem todos são eruditos, nem se ocupam de biografias, o meu nome (que Deus sabe se ainda no futuro algum ato de graça espontânea de V. M. I. terá de brasilianizar como fez aos Brandts) citado só por si, não se associará por muita gente logo, logo ao Brasil; pois V. M. I. sabe quanto o público, o universo todo se leva por nomes e outras imagens externas.

Quisera possuir alguma arte mágica com que pudesse fazer agora V. M. I. ler no fundo do meu coração para bem se compenetrar de quanto digo e de quanto calo...

De V. M. I. augusto senhor,
o mais submisso e leal súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Senhor!

Tenho passado muito tempo sem escrever a V. M.; porque só queria fazê-lo quando lhe remetesse, impresso, o meu 1º volume, antes que ninguém o visse, como farei. Porém as dificuldades encontradas na impressão e na direção das gravuras têm sido maiores do que eu esperava; e creio que me farão aparecer alguns cabelos brancos; pois até alguma folha, por erratas essenciais, terei de reimprimir, inutilizando a já feita. Mando a V. M. um espécime do livro, que com as notas (o tomo 1º) dará umas 500 páginas, e se está já compondo na p. 432. Por outro lado a agitação proveniente da crise política que passou, e passa ainda, este reino, obrigou-me a abrir mão por algum tempo das letras; mas já a elas estou de volta; pois que nada de bom se aproveita da política de um país que do seio de uma revolução tão tremenda não dá à luz uma idéia.

A dedicatória a V. M. I. modifiquei-a um pouco, e junto remeto a cópia da que prefiro, e que, dizendo o que a outra, exprime

melhor quanto sente meu coração. O tomo 2º começará justamente na criação do principado do Brasil.

Rogando sempre a Deus que conserve os preciosos dias de V. M. I. beija reverente sua imperial mão o

De Vossa Majestade Imperial
mais submisso e reverente súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Madri 7 de outubro de 1854.

Madri 20 de junho de 1855.

Senhor!

Ao levar finalmente à augusta presença de vossa majestade o primeiro tomo impresso da história geral, começo por implorar toda a indulgência de V. M. I.; e conto com ela como o maior consolo às críticas que possam sobrevir. E reconhecendo em V. M. I. a ilustração, o patriotismo e a imparcialidade reunidos como em ninguém, imploro também agora a sua soberana censura, submetendo-me desde já a toda a supressão ou mudança que V. M. I. possa julgar conveniente: ousou entretanto rogar a V. M. I. a especial mercê de guardar o possível segredo acerca da recepção deste exemplar, pois que podendo ainda tardar no caminho o primeiro caixão em que vão remetidos os outros à casa de Laemmert (que os não distribuirá sem receber primeiro o consentimento de V. M. I.) designados para o público, convém não impacientar a este com o que possa crer uma falta de deferência, nem tão pouco privá-lo da ilusão benéfica da novidade. Este volume não vai encadernado, nem as estampas em seus lugares por faltarem ainda duas destas. O retrato de Martim Afonso deixei-o de fora, por me parecer que só pela casualidade de o possuir não devia apresentá-lo, quando com isso como que rebaixava os serviços maiores prestados por Thomé de Souza e Mem de Sá.

O 2º vol. levará outras 15 estampas; entre elas as plantas do Rio, da Colônia, do Rio Grande, do sítio do Recife; os retratos de Vieira, de Bobadelo; de Cairu e José Bonifácio; escusando contar os do sr. d. João 6º, (cuja prova mando anexa), e o do sr. d.

Pedro I, único que falta gravar; por não ter um original que me satisfaça. Se já estivesse aprovado o plano do monumento pudera ser até a gravura; pois que no texto insisto na idéia de tal monumento. Aprovando V. M. I. esta idéia ousaria eu pedir-lhe a especial mercê de dar ordem para que se me mande uma cópia do que se aprovar. – Pensei colocar no princípio da obra o retrato de V. M. I., como fazem alguns com outros mecenas; porém refletindo mais assentei de o não fazer. Estou certo que V. M. I. compreenderá a superioridade dos motivos que tive presentes.

Não hesitei em responsabilizar-me por todos os gastos adiantados. E a obra já está cara; e ainda seu preço tem de aumentar para o público com o acréscimo do transporte; e por fim do tributo de cada exemplar de entrada na Alfândega, se, por influxo de V. M. I., o seu ilustrado governo não tomar a este respeito algum arbítrio protetor, *dispensando a obra nesta edição dos direitos de entrada.*

Pelo que respeita ao 2º vol. estou resolvido a entregá-lo aqui ao prelo: pois com isso bem ou mal ficará a coberto de extraviar-se. Só me convinha antes dar *por uns dias* uma chegada a Lisboa a consultar alguns mss. da Bib. Pública e da d' Ajuda. Não me atrevendo a pedir autorização de V. M. I., ousaria lembrar que agora me poderia V. M. I. favorecer (e ao meu livro) ordenando-me de passar a concorrer com a nossa legação em Lisboa à aclamação do sr. d. Pedro 5º, se houvesse ainda tempo de chegarem para isso as ordens, o que duvido. Em todo o caso com o trabalho que ora apresento creio que provo que me ocupo deveras do nosso país, e que não peço licenças para dar passeios. V. M. I. ordenará a tal respeito, o que for mais de seu agrado: eu limito-me a ponderar que o 2º volume sairá menos imperfeito se eu conseguir por qualquer modo efetuar essa pequena digressão, obrigando-me a não estar daqui ausente mais de três semanas.

Dentro de algum tempo receberá V. M. I. uma caixa de livros espanhóis que já estão em caminho.

Sigo rogando a Deus pela saúde de V. M. I., de S. M. a Imperatriz e das augustas princesas; pois sou, senhor

De V. M. I.

o mais submisso e leal súdito

Francisco Adolpho de Varnhagen.

Madri 3 de junho 1857.

Senhor!

Como o profundo e doloroso golpe que acabo de receber pela morte de minha virtuosa mãe, me pede alguns dias de suspensão de trabalho, para o qual tendo coração não poderia ter cabeça, não demorarei por mais tempo a V. M. I. algumas páginas que tinha marcado (para assinalar no exemplar que a V. M. I. remetesse) e pelas quais V. M. I. poderá melhor conhecer o caráter e a lealdade do escritor. São cortadas do único exemplar que tenho em meu poder para marcar as erratas, etc. estando todos os mais em várias oficinas donde agora não se puderam obter. As últimas folhas são *provas* da imprensa.

Creio escusado pedir a V. M. I. a mesma reserva que pedi acerca do 1º vol., e creio também escusado lembrar a V. M. I. que desculpa lhe deve merecer pelos desalinhos desta, escrita em meio de tanta dor, quem é por dever e por gratidão,

Senhor,

De Vossa Majestade Imperial

O mais humilde e leal súdito

Francisco Ad. de Varnhagen

Madri 14 de julho de 1857.

Senhor.

Chegou a hora de poder humildemente comparecer ante o trono de V. M. I. com o 2º volume concluído da *História Geral do Brasil*, depois de haver trabalhado às vezes vinte horas por dia, de forma que quase sinto que estes últimos seis anos da vida me correram tão largos como todos os trinta e tantos anteriores. – Ao ver afinal concluída a obra, não exclamei, senhor, cheio de orgulho, “Exigi monumentære perennius” à minha triste peregrinação pela terra. Porém caí de joelhos, dando graças a Deus não só por me haver inspirado a idéia de tal grande serviço à nação e às demais nações, e concedido saúde e vida para o realizar (sustentando-me a indispensável perseverança para convergir sobre a obra desde os anos juvenis, direta e indiretamente, todos os meus pensamen-

tos), como por haver permitido que a pudesse escrever e ultimar no reinado de V. M. I., cujo excelso nome a posteridade glorificará, como já o universo todo glorifica a sua sabedoria e justiça.

Enlevado em tão lisonjeiros pensamentos, ia eu quiçá a desvanecer-me com a idéia de que também a história geral, por um súdito seu, amparado por V. M. I., viria a ajudar ao universal aplauso, quando não sei porque mau pressentimento, caí no presente; pus-me a pensar na dádiva que sem ter honras, nem deveres de *cronista mor*, ia, depois de tantos sofrimentos, de tantos suores, de tanto duvidar, de tanto errar e corrigir, de tanto arrepende, de tanto cortar e riscar, de tanto colocar e deslocar, ia digo, fazer às turbas invejosas e geralmente daninhas... e então, senhor, sem vergonha o digo, desatei a chorar como uma criança, apesar das cãs que já aparecem... E falo só de trabalhos porque ao lado deles são nada mais de cinco contos de réis pela impressão e gravuras, dos quais não espero cobrar nem metade, ainda quando V. M. a mande adotar nas escolas de direito e militares e nos colégios que será a melhor maneira de fazer que no seu Império, não só todos leiam e conheçam a pátria história, como lhe dêem mais importância e haja maior número de aplicados a esclarecê-la, ainda quando, dado uma vez o impulso, o soberano deixe de assistir às sessões do instituto.

Senhor! Permita-me V. M. I. que aproveitando-me entretanto dos méritos que devo haver contraído perante o seu espírito justiceiro com a conclusão da história geral da civilização da sua e minha pátria, eu lhe abra de todo o meu coração, e lhe descubra até os mínimos refolhos e rugas (boas ou más) que nele se achem. Com V. M. I. de cuja alta discricção e bondade tenho provas, nem necessito guardar essas modéstias de forma, que principalmente se recomendam para com o vulgo, a fim de não despertar neste sentimentos de inveja e de ciúme, que V. M. I. pela muita elevação do seu caráter e de posição nem sequer conhece quanto são rasteiríssimas paixões. Porém antes de abrir-me com V. M. I. lhe rogo encarecidamente pela alma de seu honrado avô, e pelas de seu heróico pai e chorados filhinhos, desditosamente malogrados, que não revele a ninguém as minhas expansões, rasgando pelo contrário esta, quando se haja inteirado de quanto vou expor-lhe.

Não haverá faltado quem tenha pretendido fazer crer a V. M. I. que eu me acho pelo menos amplamente recompensado pelos serviços que a consciência me diz que tenho feito ao Império e a V. M. I. – Em verdade assim fora, senhor, se considerassem, como eu, que

são de tão subido quilate que chegam a não ter preço os favores especiais que V. M. I. tem sempre dignado dispensar-me, – todos tanto mais de apreciar quanto menos direito tem a inveja para neles morder. – Mas se querem referir-se a que, ao cabo de quinze anos de aturados trabalhos e em serviço efetivo do Império, além de perto de outros quinze de anterior freqüência na Europa de estudos regulares (acabados os quais em 1840 passei logo ao Brasil a beijar a mão de V. M. I.), por cujos exames alcancei sempre os primeiros prêmios e postos, e nos últimos quatro publicava já inclusivamente obras acerca do Brasil; – se querem referir-se, digo, a que ao cabo de tantos anos de aturados estudos, de freqüentes vigílias, de horas e horas roubadas ao descanso e aos divertimentos, de que outros em idênticas circunstância tem gozado, – se querem referir-se, repito a que, com mais de quarenta anos de idade, eu – tão respeitador das hierarquias sociais, e não meio socialista (como v. gr. em Portugal o sr. Herculano que nem quis ser empregado do Estado), estou mui elevado com o modesto tratamento de vosmicê do cargo de encarregado, e o hábito de Cristo, que é tudo quanto possuo de honras, creio que se enganam; ou muito a mim me engana a consciência que me diz que tenho prestado mais relevantes serviços que outros contemporâneos meus que se acham muito mais elevados... Estas considerações dão-me por vezes horas de grande tristeza... E confesso, senhor, que sobretudo quando haverá pouco mais de dois anos se publicaram umas grandes listas de despachos, e vi nelas generosamente contemplados com títulos do conselho, com crachás, com fidalguias a tantos que eu cria terem feito pelo país e por V. M. I. menos do que eu, gemi e calei; lamentando a quem não quisera entre tantos nomes propor também a V. M. I. o meu, e pedindo a Deus que me não fizesse sucumbir e alquebrar o espírito, ao menos até haver ultimado, no reinado de V. M. I., a grande obra a que principalmente sacrificara a minha tranqüilidade passada, presente (então) e futura se V. M. I. me não valer...

Dirá V. M. I. que sou ambicioso. E por que não, senhor?! – A maior glória e honra do homem é ser ambicioso, diz Guizot. Não é também V. M. I. ambicioso de glória? – Mal do Brasil, se o não fora, como é, mercê de Deus. Nós, os pequenos, temos alguma coisa mais que ambicionar além da glória: temos que ambicionar o *ser menos pequenos*; pois contentando-nos só da glória literária todos preferiríamos deixar obras póstumas e memoriais de ultratumba. E, meu senhor, mal daqueles que não forem ambiciosos

dentro de certos limites; pois ou terão sentimentos baixos, ou desprezarão já, à força de orgulho e de desenganos, as honras sociais, e estarão neste último caso na pendente para o socialismo... Se eu fora ambicioso, – fora de razão, – revolucionariamente, – houvera começado por adular a multidão, em vez de combater suas opiniões erradas; houvera tratado de lhe pregar os seus direitos e não os seus deveres; houvera pregado o subversivo *caboclisto*, que por fim tinha de contender com V. M. I.; e houvera por último, como certo réptil, dito que o Brasil ainda intelectualmente está escravo de Portugal, etc. etc.

Sei que não falta gente que insistindo em considerar-me como *meio-literato*, meio empregado diplomático de cortesias (como dizem) fingem não saber tudo quanto eu politicamente, além do grande serviço desta história, tenho trabalhado em favor de V. M. I. e do Império; afora os serviços extraordinários nos próprios cargos por mim exercidos: v. gr. na Espanha em 1847 e depois no Rio em 1851 o exame dos documentos concernentes aos nossos limites e as três memórias que a tal respeito escrevi; além de quanto publiquei no *Memorial Orgânico*, declarando cruamente em 1849 que o Império não tinha *fronteiras terrestres*, o que em grande parte provocou os exames sobre tal assunto e as negociações dos tratados de 1850 em diante, – assim como certas observações que aí fiz acerca do tráfico contribuíram a converter alguns incrédulos inveterados, a quem remeti o *Memorial* antes das famosas sessões secretas; ponto este sobre que da mesma forma que sobre outros nada tenho querido reclamar, para que assim esses pseudo-corifeus defendam mais afincadamente idéias de que se julgam autores, só porque como alvissareiros primeiros as proclamaram ante as câmaras, onde começo a acreditar que dificilmente terei entrada. Sobre este ponto nada mais digo quando V. M. I. sabe tudo, e quando não desconhece que o empenho principal que me guiou a pena no *Memorial Orgânico* foi o de promover desde já com a maior segurança possível à unidade e à integridade do *Império futuro*, objeto constante do meu cogitar. – A possibilidade e a conveniência de tal unidade, ainda na época do porvir em que o Brasil possa chegar a contar mais de cem milhões de habitantes, quando o espírito público se forme pela história de um modo idêntico, foi por mim sustentada tenazmente em 1851 em muitas discussões com os meus amigos deputados pelo norte, e não perco ocasião de a pregar na história geral, que por si só, se for adotada nas academias, há de contribuir e muito a elevar o patriotismo e a harmonia do espírito

nacional fomentada pela igualdade de educação de todos os súditos. E aqui repetirei de novo a V. M. I. o que já lhe disse em 1851 que o motivo principal porque eu empreendera o *florilégio* e escrevia biografias de brasileiros de todas as províncias era para ir assim enfeixando-as todas e fazendo latir os corações dos de umas províncias em favor das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de *nação*, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do mesmo modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua glória. E pela minha parte, senhor, me limito a dizer que o que dá tantas fianças e garantias de honra, de patriotismo e de dedicação como as que se encontram nesses dois tomos, sacrificaria por V. M. I. mil vidas, se Deus lhe concedesse mil.

Não poderia aqui explicar uma a uma todas as razões que tive para dar certos toques, para empregar tais ou tais frases na história geral. Assim v. gr. na p. 412 (do tomo 2^o) há duas palavras que parecem desfavorecer; e sem embargo estão aí de intento e depois de muita reflexão. Era necessário começar por me não constituir adulator, para melhor encaminhar comigo o leitor a crer o que logo depois digo em tópicos mais melindrosos e essenciais à ferocidade. Como cronista poderei ser mais adulator ou panegirista, como historiador produziria efeitos negativos. Creio que faço justiça ao sr. d. Pedro I.

Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à *estrangeira* (1) Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de pôr um dique a tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade; preguei quanto pude, a par da tolerância, a unidade religiosa, agora que é moda ser-se irreligioso e ter de molde, como Herculano, meia dúzia de ditérios contra o papa, os bispos e os frades... e já me diz a consciência que tranqüilo baixará o meu corpo à terra, quando Deus me chame deste mundo.

Ah! Senhor... Encontro agora o espírito muito mais aliviado do que quando comecei a escrever esta... Usei do desafoço que a própria igreja reconheceu profícuo quando instituiu a confissão. Quanto acabo de revelar a V. M. I. é tão solene que quase poderei intitular esta carta como testamento da minha glória de hoje avante, se V. M. I. me não levanta o espírito, da prostração, em que vai cair, depois do grande esforço que venceu, quase galvanizando-se, para não desfalecer antes de ultimar a obra...

Em sua mão tem V. M. I. o decidir da minha sorte, e de levantar-me o espírito, ou deixá-lo sucumbir; amargurado até pelos desfavores do próprio Instituto... Do Instituto!...

Porém, senhor, seja qual for o ardor do espírito para as lides e trabalhos mentais, o coração e o braço hão de ser de Vossa Majestade; e esta boca, em quanto a ela assome o alento da vida, não deixará de pedir a Deus mil bênçãos sobre toda a imperial família, que respeita e ama profundamente,

Senhor,

De Vossa Majestade Imperial,

O mais submisso e leal súdito

Francisco Adolpho de Varnhagen.

Madri 21 de Novembro de 1857.

Senhor!

Pela leitura da carta que dirijo ao sr. Porto Alegre, e que creio conviria não só ler no instituto, como talvez fazer publicar na revista, como artigo separado e não nas atas, ele inteirará V. M. I. de como responderei breve, e espero em Deus que triunfantemente, ao sr. D’Avezac, que escolheu o campo da ciência para nele debater principalmente a questão do Oiapoque, pois a esta vai parar todo o relatório, ainda na parte que parece querer-me desconceituar como pouco patriota, por não ser caboclo. Felizmente que, assim como o dr. Silva, somos da sua sociedade geográfica, e lá discutiremos este ponto, ao que irei deixando Madri apenas S. M. C. saia de seu cuidado; pois neste momento não estaria bem antes disso uma saída desta corte *ex-abrupto*.

Publicou-se finalmente o 4º volume da tradução do Ticknor e para o paquete seguinte terei a honra de o remeter a V. M. I., com um antigo projeto de código criminal militar proposto por este país, e talvez alguma coisa mais.

Senhor! Desejo muito ir a essa corte ter a honra de beijar a mão a V. M. I.; porém o nosso regulamento novo é tão severo em fazer descontar a antiguidade a quem vai com licença que não queria pedir este de um modo formal. — V. M. I. far-me-ia muito especial

mercê lembrando-se de mim para alguma comissão especial. Se o sr. Lisboa deixasse o Peru, passando talvez a esta legação, que no meu entender deve ser elevada (sendo o Brasil a única nação que aqui tem legação de 3ª ordem) eu agora que já *cumpri a minha promessa*, iria de bom grado estudar os Andes, passando pelo Rio e atravessando daí todo o Brasil. Mas isto só poderia ser como *plenipotenciário*; quando V. M. I. se lembrará por certo muito bem que o despacho com que V. M. I. foi servido agradecer-me, em 1851, foi pelo mesmo sr. Lisboa reputado superior ao seu dele, de *residente* para uma república vizinha, que ao princípio não estava bem decidido se não seria a própria do Peru.

Aqui encontrei casualmente no arquivo de uma das primeiras casas deste reino um cancionero de antigos trovadores portugueses (talvez uns cem), incluindo el-rei d. Diniz, com todas as poesias que dele correm impressas. Porém neste cancionero há muitos festivos e de mais inspiração. Durante a minha ausência, que talvez será de uns dois meses deixarei aqui um homem para copiá-las; e consultando o meu coração e o meu patriotismo, eles me aconselham o expediente de pedir a V. M. I. que tome a si a glória de o fazer publicar, com o título de – *Cancioneiro de antigos trovadores portugueses* – seria belo ante a Europa, que até neste ramo de antigualhas filológicas o Brasil rivalizasse com a antiga metrópole, publicando o que ela desconhece.

E para este fim conviria que a edição se fizesse no *Rio*, e para menos demora (se eu me encarregasse dela) poderia mandar aqui compô-la, estereotipá-la, e depois levar comigo as lâminas estereotípicas para imprimir-la nos exemplares sup.^{es} etc. Guardando-se as lâminas estereotípicas fácil era, sem nova correção de provas, fazer-se 2ª edição no dia que se quisesse. – Antes da edição haveria que consultar-se outras poesias tais que estão no Vaticano; porém isso depressa se faria: era assunto de uma excursão de oito dias.

Se V. M. I. fosse servido elevar-me para outra legião em categoria, seria graça especial acreditar-me nela aqui antes de me despedir. Reverentemente beija a imperial mão de V. M. I., senhor,

De Vossa Majestade Imperial
muito atencioso e leal súdito

Francisco Adolpho de Varnhagen.

Viena 4 de março de 1871.

Senhor:

Beijo a augusta mão de V. M. Imperial, e peço licença para, em meio da acerba dor que ainda o pungirá, ir ocupar a sua alta atenção, tratando de um assunto pouco agradável, mas essencialmente urgente.

Em ofício ao ministro do império, dando conta do ocorrido acerca do inventário parcial aqui feito das jóias da senhora dona Leopoldina, que Deus tenha em glória, julguei dever limitar-me a dizer o que era essencial. Porém eu faltaria, senhor, à confiança com que V. M. I. me tem honrado e faltaria ao Brasil e a mim mesmo, se a V. M. I., chefe do Estado e da sua família, não dissesse tudo. Preferia sim não ter que fiar ao papel o que passo a expor; mas em poder de V. M. I. está o rasgar ou queimar a presente, apenas se haja informado de quanto julgo essencial fazer-lhe conhecer.

Devo começar por informar a V. M. I. que pessoa mui chegada aos augustos pais do príncipe viúvo, genro de V. M. I., me revelou, sem nenhuma recomendação de segredo, que, conformando-se com as suas próprias inclinações e com os desejos de seus pais, o mesmo príncipe viúvo tornará a casar-se, quando se apresente ocasião oportuna. Creio que, se assim for, S. A. R., aconselhado por sua augusta mãe, não deixará de escolher de novo uma princesa de grandes dotes e fortuna, se a poder encontrar. Mas se prosseguir vivendo na Europa, sendo artista, como seus dois tios (Fernando e Leopoldo), não seria impossível que, como eles, se deixasse arrastar pela paixão a alguma aliança morgânica.

Que o pensamento de passar a segundas núpcias deve já existir na mente do augusto genro de V. M. I, tive eu ocasião de confirmar à vista do empenho com que S. A. R., em minha presença e dos empregados do *marechalato*, fez aqui declarações acerca de não terem sido da augusta falecida (e por conseguinte já dos netos de V. M. I.) certa parte das jóias, só próprias para uso de senhoras, tais como um colar e coroa de brilhantes e esmeraldas, e um adereço de brilhantes e turquesas, etc., etc.

Claro está que essas declarações foram admitidas. Nem o poderiam deixar de ser sem certo escândalo que seria mais prejudicial que a perda desses valores. No estojo do grande adereço do dote notou-se também um vazio que parecia ter sido o lugar de uma *ri-*

vière de brilhantes ou jóia semelhante que o sr. Seita declarou, autorizado por S. A. R., haver sido retirada pelo augusto viúvo, porque igualmente lhe pertencia.

A insistência em se declarar que eram do senhor duque jóias só próprias para senhora, em não se permitir que essas jóias fossem igualmente avaliadas, e em se exigir que se declarasse ainda em cima que os sete brilhantes maiores, que hoje se acham no adereço trazido em dote, não eram da augusta falecida, me obriga a escrever aqui o que já talvez V. M. I. e S. M. a Imperatriz diretamente saberiam, a saber que a sua augusta filha, que Deus tenha em glória, estava na crença que os ditos brilhantes, creio que presenteados por V. M. I. a seu augusto genro, bem como os dois adereços mencionados, lhe haviam sido dados de todo de presente, havendo sido o de turquesas, como aqui o declarava, por sua augusta sogra.

A declaração feita com ligeireza de que as pedras que entraram no colar e coroa de esmeraldas e brilhantes eram já do augusto viúvo antes de casar-se tem contra si a asserção do ourives Rothe desta cidade, que fez esse colar e coroa, e conta agora que a maior parte das pedras que o compõe foram por ele vendidas, creio que em 1867, ao sr. duque, isto é ao casal, segundo a letra do contrato matrimonial.

Dou conta a V. M. I. destes pormenores, que por discrição omiti no ofício, não porque creia que V. M. I. ligará grande importância a esses valores materiais, mas por que sem dúvida dará a que for devida às tendências que revelam; e a respeito das quais só V. M. I. pode tomar providências preventivas, resolvendo-se a assumir a si a curadoria dos seus augustos netos, se com isso se conformarem os seus mais experimentados e dedicados conselheiros, e fazendo-os regressar ao Brasil o mais depressa que seja possível.

Penso que em todo caso nessa corte se procederá ao inventário geral, pois ao daqui S. A. R. apenas teve que satisfazer, manifestando o que tinha consigo neste Império, onde declarou não possuir, juntamente com sua esposa, nem dinheiro nem apólices; poderá porém ter tais valores em outros países, e, neste caso, metade desses valores, se houverem sido adquiridos desde 1865, pertencem já de direito aos seus quatro filhos, augustos netos de V. M. I.

Se os augustos netos de V. M. I., senhor, hão de ser um dia príncipes do Império, todos os brasileiros desejarão que eles

sejam criados e educados no Brasil; ao passo que nada perderá qualquer deles com essa educação, se a sorte o vier a chamar a outro destino na Europa. E por menos provável que pareça o caso de poder a sucessão vir a recair até no quarto deles, não pode conceber a tal respeito nada de impossível quem se lembre de que (na própria história de Portugal) para chegar a competir o trono ao venturoso d. Manuel, teve a morte que encarregar-se de levar antes dele, se bem me lembro, uns quatorze que tinham primeiro direito ao trono de d. João 2º.

Ouvi que o sr. duque de Saxe ainda não perdeu a esperança de vir a ser o herdeiro da sua casa na Hungria; seja porque se não case e faleça sem sucessão o seu irmão Felipe, seja porque este senhor faça, à maneira do sr. d. Fernando em Portugal, algum grande casamento, em virtude do qual tenha de resignar os seus direitos à sucessão. Deste modo, se os netos de V. M. I. tivessem já adquirido amor ao Brasil, não haveria o risco de que o mais velho que sobrevivesse viesse a preferir ficar na que se acostumasse a considerar sua pátria. Recolhidos ao Brasil o sr. duque de Saxe, com seus filhos, e feitos os inventários em devida forma, não duvido que o mesmo sr. duque de Saxe pedirá outra licença, e que para a obter, não ponha embargos em separar-se de seus filhos, que em todo caso, achando-se no Brasil, menos teriam que estranhar se a todo tempo se vissem com outra mãe.

Não devo, por esta ocasião, deixar de tocar em outro assunto que tem com estes de que alguma relação. Refiro-me ao nascimento do príncipe d. Luís, que teve lugar em Ebenthal em setembro do ano passado, sem que até hoje se haja lavrado dele termo por esta legação. Falei nisso então e fiquei entendendo que tudo se faria quando tivesse lugar o batizado solene. Ultimamente, já depois da morte da senhora princesa, conversei sobre isso com o sr. duque de Saxe, dizendo-lhe que para a validade legal não era essencial que o auto se tivesse logo lavrado; pois que o nascimento, assim como teve lugar em Ebenthal, poderia tê-lo tido, v. gr. na Rumania, ou na Turquia onde não tivéssemos legação; mas que em direito comum, o essencial, se o recém-nascido havia de ser brasileiro, era que na primeira ocasião os pais se apressassem a fazer a devida declaração; sendo que, a respeito do caso atual, o assunto era fácilimo de remediar até por uma espécie de auto por existirem em Viena a maior parte das pessoas, principalmente da família, que assistiram ao próprio nascimento; e que as câmaras poderão exigir algum dia esse auto na discussão ou aprovação da verba dos seis contos.

A impressão da história dos holandeses vai já na 7ª folha, com um tormento inaudito na revisão das provas, agora que já se não acha disponível, como antigamente, a imprensa imperial. Decididamente não poderei aqui reimprimir a história geral, e, antes do fim do presente ano, terei para isso que pedir a V. M. I. uma licença de seis meses.

Sou, senhor,
de Vossa Majestade Imperial,
atencioso submisso e leal súdito.

Francisco Adolpho de Varnhagen.

Viena 30 de maio 1871.

Senhor!

Escrevo esta na mente de que ela virá encontrar já a Vossas Majestades no primeiro porto aquém do Atlântico, pelo qual já os faço navegando. Deus os traga a salvamento, e favoreça para que façam com felicidade toda a viagem projetada. Pela minha parte, apenas o telégrafo anuncie a chegada a Lisboa de Vossas Majestades ficarei contando os dias que passarão até chegar a ter o gosto de os ver nas fronteiras deste Império.

Beijo a mão de V. M. I. pela minha elevação a enviado extraordinário. É o caso de se dizer que mais vale tarde que nunca; mas confesso a V. M. I. que não poucos vexames e humilhações sofri aqui nos três últimos anos de exercício, entre os dezenove e meio que conto já como chefe de missão, minha mulher se prostra igualmente agradecida como eu ante os pés de V. M. I.

Hoje parte no encontro de V. M. I. em Lisboa o Sr. duque de Saxe; mas se for primeiro a Sevilha duvido que chegue a tempo. Adjunto mando a V. M. I. uma cópia do auto lavrado no dia 24 e que já foi para o governo.

Beija reverente a augusta mão de V. M. Imperial
O seu muito humilde súdito

Francisco Adolpho de Varnhagen.

Senhor!

Vou reverente aos pés de V. M. I. felicitá-lo particularmente pelo dia de hoje, e sem recordar as penas por que acaba de passar seu coração fraternal, continuo a pedir a Deus que nos conceda por largos anos a preciosa vida e saúde de V. M. I.

Há meses que não dou diretamente de mim conta a V. M. I., e tanto tenho sem embargo que dizer que necessito de todo o laconismo.

Já V. M. saberá como este verão passado, com a autorização que V. M. foi servido dar-me, me dirigi a Paris a tratar da publicação da história geral. Por ora não entreguei o texto ao prelo; porque devendo ser morosa a obra das gravuras, basta que o texto se comece a imprimir poucos meses antes da conclusão daquelas, o que dará tempo a novos retoques, que cada dia vou fazendo, sobretudo em cortes desapiedados para dar a redação mais unidade e harmonia. Junto encontrará V. M. um espécime das gravuras.

Em Paris parei só o tempo necessário para me entender com os artistas, e de novo serviu de muito a intervenção do benemérito do Brasil Ferdinand Denis que trabalha tanto em favor de V. M. e do Império que quase me atrevo a dizer que ainda está por gratificar convenientemente. É um literato que vive bastante modicamente; e que nem pode imprimir o que tem escrito quando não encontra editor. Assim lhe acontece agora com uma *Bibliografia do Brasil* que tem pronta, e que por falta de uns dois contos de réis não imprime. Creio que seria bela a ocasião para V. M. I. poder, sem lhe ofender o melindre, poder gratificá-lo das despesas que ele deverá ter feito com o celebre álbum de que ainda em Paris se fala.

Estando em França não pude resistir, por diferença de horas à tentação de visitar a Holanda, e cada vez bendigo mais o momento em que tal tentação tive. Não posso explicar a V. M. quanto aí adquiri, assim nos arquivos, guiado pelo dr. Silva, como nos livreiros em folhetos antigos sobre o Brasil, cartas geográficas, conhecimento mais individual dos chefes holandeses de Pernambuco, etc. Varias seções (de 18^a a 22^a) da *História Geral* darão disso prova manifesta. Na Holanda não deixei de parar em Roterdã, Amsterdã, Leyde, Delft, Utrecht, campo de Zeist (onde estive com o sr. Netscher) Arnhem e Niméque.

Devendo voltar da Holanda a Barcelona, para não retroceder quase pelo mesmo caminho tinha sempre que fazer volta. Resolvi pois dá-las, ainda em favor da obra que está quase a passar ao domínio público. – Quis ir a Dresde consultar o célebre folheto *Zeitung und Prussilig Land* que cita Humboldt, e que eu depois de o estudar não duvido divergir da opinião deste sábio, e atribuí-lo ao ano de 1508, como melhor explicarei em uma nota. Passei antes pelo Hanover e Berlim, estive em Potsdam, fui a Praga e Viena, subi o Danúbio, atravessei desde Linz os encantadores países do Salzkammergut, Ischel, Salzburgo, Munich, Constancio, Schasshann, Guvich, Berna, Genebra, Lyon, Avignon, Montepellier, Perpignan e Barcelona. Tudo isto rapidamente, já se vê, e só à força de atividade, e de considerar o viajar e o tempo, uma espécie de obrigação. Talvez ainda um dia, de reminiscência, com os poucos apontamentos que tomei escreva algumas linhas sobre esta viagem artística literária. Por agora estou de todo na história do Brasil.

Aqui me cabe só dizer, meu senhor, que a cada momento me lembrava de V. M. – Ah! por quanto há meu senhor, empreenda V. M. um pequeno giro pela Europa. Basta-lhe para isso quatro ou cinco meses de ausência; dois para a viagem e, quando muito, três para ver tudo quanto lhe bastaria ver, e para *conhecer as almas* de Pedro o Grande, de Frederico 2º e de Napoleão e as pessoas dos monarcas mais célebres da atualidade, e para que estes conhecessem a V. M. Houve tempo que nenhum de seus súditos devia lembrar a V. M. tal viagem. Era perigosa, hoje creio-a conveniente: creio-a necessária. O Brasil ganhava em que a Europa conhecesse o seu soberano, e que o seu soberano visse o estado atual da Europa, e arrebanhasse dela consigo muitas capacidades de primeira ordem em ciências e artes, como passou com o grande czar. – Uma tal viagem poderia fazer crise favorável à futura emigração para o Brasil.

E haveria por ventura algum inconveniente em tal viagem se uma lei a autorizasse? Não poderia S. M. a Imperatriz, durante quatro ou cinco meses de câmaras fechadas, com um ministério forte, ser fiel depositária do poder imperial? – Convocadas as câmaras em abril, podiam cerrar-se em julho, e partir V. M. indo aportar nos princípios de agosto à Inglaterra, donde facilmente passaria à Bélgica e à Holanda. Depois pelo caminho de ferro ao Hanover (país constitucional como a Baviera, em ambos os quais se está operando hoje a revolução criadora que a Prússia deveu ao

grande Frederico), Hamburgo, Berlim, S. Petersburgo (?), Dresden, Viena, Trieste, Veneza e Gênova; e por barcos de vapor, depois de uma visita a Nápoles e Roma, a Barcelona, Gibraltar, Cádiz, Sevilha e Lisboa, onde V. M. I. poderia estar em fins de outubro, para em novembro seguir viagem e parar em Pernambuco antes do fim desse mês. – Eu me comprometeria a marcar o itinerário para dois meses, ficando um mês para as falhas imprevistas que necessariamente V. M. que nunca poderia guardar inteiramente o incógnito. Teria que fazer por atenção aos soberanos e famílias soberanas.

Perdoe-me V. M. se levado pelo amor a V. M. e ao Brasil entrei nesta digressão, a qual protestei muitas vezes a mim mesmo, durante a viagem que deveria ousar lembrar, obrando com consciência. E creio, mais, que melhor época para tal viagem, dificilmente poderá voltar, do que a atual.

Campo amor publicou o seu poema a Colon, que mando por Lisboa a V. M. – Um renoves Gallenno Ravara compõe em italiano outro Colon, e tem nele várias estâncias de dedicatória a V. M. Auxiliei-o como pude para que se transportasse ao Rio.

De Vossa Majestade Imperial

O mais submisso e humilde súdito

a) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

Senhor

O Brasil todo sabe que ao generoso amparo de V. M. I. deve o seu I. H. a existência e que dele Im. Prot. de fato V. M. I. o fez instalar nos seus próprios paços e assiste as suas sessões literárias, com o intuito de fomentar o estudo da pátria história, de tanta importância ao esplendor da nação, à instrução comum e até ao bom governo do país.

O autor da presente tentativa de uma compendiosa *História Geral do Brasil*, que aspira à hora de ser adotada por aquela associação, a cujas publicações e estímulos tanto deve, beija reverente a mão do sábio imperante que protegeu esta obra, favorecendo e autorizando com régia munificência o escritor.

Senhor! – Ao alistar-me em último lugar no catálogo dos cronistas da terra de Santa Cruz, apressei-me em apurar patrioticamente os fatos, e em os referir com a maior imparcialidade, e a voz da consciência não me acusa a tal respeito o mínimo escrúpulo. Rogo pois a V. M. I. se digne receber benevolmente este trabalho, que apesar da sua rudeza (que a lima do tempo irá afeiçoando) ousou dedicar a V. M. I., cujo reinado, que oferece já assunto a brilhantes páginas que registrará a história, imploramos todos os seus fieis súditos ao altíssimo perpetue por dilatados anos para felicidade e glória da monarquia brasileira.

De V. M. I.

O reverente súdito

F. A. V.

**Memória sobre os trabalhos que se odem
consultar nas negociações de limites do Im-
pério, com algumas lembranças para a
demarcação destes**

(Escrita por ordem do ex.^{mo} sr. conselheiro Paulino José Soares de Souza, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros 1851).

1. Encarregado de apresentar por escrito uma notícia dos documentos mais importantes e dos mapas de melhor nota, existentes principalmente nesta corte, que possam com proveito ser consultados no andamento das negociações sobre os limites do Império; e autorizado para manifestar minhas opiniões, quando julgue conveniente, vou com satisfação cumprir o meu dever, depois de ter examinado os papéis que me foram franqueados na respectiva secretaria de estado, o arquivo militar e o público, e as bibliotecas do Instituto Histórico e da corte; além de alguns livros, folhetos ou publicações periódicas que se tem ocupado de tais assuntos.

2. Não é por certo a míngua de documentos o que torna entre nós complicado o estudo das questões acerca de limites. Pelo contrário: demasiado abundam eles, e por ventura sua mesma superabundância assusta e embaraça, pelo modo como se acham confusamente espalhados. O que, pois, urge é termos primeiro uma idéia geral de todos esses documentos, e dos fins a que poderão servir ora estes, ora aqueles. Para a dar buscarei toda a simplificação e clareza, e procurarei com estas tornar menos sensível a minha pequena capacidade e corresponder, apesar dela, à confiança de que fui honrado. Mui pensadamente deixarei de parte toda a erudição desnecessária, e me ocuparei de fazer aqui lembrança metódica só dos materiais de melhor cimento sobre que poderão edificar-se obras duradouras e seguras, e das reflexões ou idéias que possam, em meu entender, vir a ser mais fecundas em resultados.

3. A história das fronteiras do Brasil disputadas quase desde os primeiros anos de nossa existência colonial, é por assim dizer em parte a história desta porção da América; e não caberia aqui nem sequer um resumo dela. Para os nossos negociadores mais que suficiente é o que diz o bem trabalhado preâmbulo do tratado de 1750, verdadeiro ponto de partida para todas as futuras questões. Esse tratado foi negociado com tanta sabedoria, tanta boa fé e lisura que Southey diz que os negociadores de parte a parte se mostraram com ele superiores ao seu século. – Parece pois que, para aqueles lugares, em que as circunstâncias não mudarão, o que então era justo deve sê-lo também hoje; visto que se prova que a anulação do tratado, procedeu só das ambiciosas maquinações dos jesuítas, e dos desfalques que as demarcações causaram nos tesouros das duas coroas, que não tiveram coragem de, com pouco mais despesa, coroar a obra para que já tinham gasto milhões. Anulado pois aquele tratado pelo do Pardo de 12 de fevereiro de 1761, e sobrevindo a Portugal uma guerra com a Espanha começaram as hostilidades, que ocasionaram para nós a perda do Rio Grande do Sul e da ilha de S. Catarina. Sucedendo porém em Madri e Lisboa a queda dos dois ministérios reconciliáveis Grinaldi e Pombal, interveio a França para que Florida Blanca acedesse ao Tratado do Preliminar de 1777 – que a Espanha ditou a Portugal, mais em prejuízo do Brasil que o de 1750, – como era de crer. Os comissários estavam trabalhando nas demarcações quando rompeu a guerra de 1801, e com ela segundo o modo de ver do Brasil o tratado de 1777. Contudo os limites marcados, já em um, já em outro tratado, ficavam sendo proximamente os do Império, e merecem ser estudados com esmero.

4. Os trabalhos que melhor podem servir ao estudo dos territórios raianos, e aconselhar as mais convenientes estipulações para os novos tratados que tem de fixar de uma vez nossos limites, podem reduzir-se: 1º a mapas feitos com o maior esmero já pelos antigos comissários demarcadores, já posteriormente por pessoas acreditadas: 2º a correspondências havidas ao efetuarem-se as anteriores demarcações, e quaisquer escritos dos comissários demarcadores: 3º as memórias de escritores modernos ou de nossos funcionários públicos e novas observações e propostas. Tais são as três repartições de que nos vamos ocupar.

Mapas geográficos e corográficos dos terrenos fronteiriços

Cartas gerais.

5. A respeito de mapas da fronteira há os nesta corte tão perfeitos que é muito fácil aproveitá-los para traçar uma carta geral da mesma fronteira em grande escala, como a que empreendeu o general comissário espanhol d. Francisco Requena, a qual se guarda em Madri. Essa grande carta poderá ser feita no arquivo militar, servindo unicamente para a confeccionar os trabalhos de maior crédito de que ao diante faremos menção. Por mais comodidade seria melhor delineá-la em diferentes folhas iguais que se pudessem guardar como um atlas. Dos mapas gerais do Brasil não há talvez um que nos possa seguramente encaminhar na fronteira; apenas na ocidental o de Martius, gravado em 1825 em Munique merece mais alguma confiança. Passarei pois a ocupar-me dos parciais; e devo advertir que constituem os que vou mencionar um número mui insignificante em proporção dos que tive que desenrolar e que julgo dever deixar sem menção, por defeituosos, ou por ficarem prejudicados por outros que cito de mais conceito.

6. Cumpre aqui prevenir que a importância, digamos assim, diplomática, de maior parte dos mapas de que nos vamos ocupar está em grande parte dependente da base que se adote de preferência para marcar a linha da fronteira; porquanto se esta se vier a determinar segundo as vertentes das águas que vão dar a rios conhecidos e delineados em todas as cartas, como propomos adiante (§ 18), de pouco nos servirá para a redação dos tratados o conhecimento mais individuado do terreno.

Guiana Francesa.

7. Acerca do território vizinho à Guiana Francesa temos no arquivo militar 1º: os mapas de José Simões de Carvalho (F. Div. 1ª Cl. 3ª n.ºs 13 e 15). 2º: outros de menos autoridade, porém mais minuciosos acerca do Araguari etc. (F., Div. 1ª Cl. 3ª n.ºs 12, 16, e 18). 3º: uma carta feita em 1808 à vista destas, e litografada em 1841, da qual há vários exemplares (sob o n.º 15) na Secretaria: 4º: finalmente um mapa feito em 1809 do território entre o Oiapoque e o Maroni, que tem (n.º 43) o Instituto Histórico.

Guianas Holandesa e Inglesa.

8. Das bandas das Guianas holandesa e inglesa é essencial ver-se o mapa que acompanha o 1º tomo da edição alemã (Leipsic 1847) de Roberto Schomburgk, do qual possui um exemplar o Instituto Histórico. Esse mapa deve ser considerado oficial pela Grã-Bretanha de quem Schoniburgk, depois de ser pensionário, foi gratificado com o título de Sir. Entretanto nós devemos consultá-lo com alguma reserva, e duvidar dele se alguma vez nos desfavorecer comparativamente com o que nos disserem os quatro mapas originais que temos do Rio Branco; a saber: 1º o feito em 1787 pelo coronel Manoel da Gama Lobo; 2º o do capitão José Simões de Carvalho; 3º o do dr. Antônio Pires da Silva Pontes; 4º o levantado em 1843 pelo sr. Frederico Carneiro de Campos. No arquivo militar se guardam o 1º (F., Div. 2ª Nº 1) e o 3º (sem classificação): o 2º está na Secretaria dos Negócios Estrangeiros (sob nº 35), e o 4º pertence a esta mesma secretaria; mas atualmente se julga em poder de S. M. Imperial.

9. Para tratarmos com Venezuela deve preferir, pela mesma razão de ser atlas oficial para essa Repu, (sic) o do coronel d. Agustin Codazzi, publicado em 1840.

Nova Granada e Equador.

10. Em questões com a Nova Granada e o Equador os nossos guias serão: 1º a carta da comarca do rio Negro feita pelo dr. José Victório da Costa depois de 1789, da qual há três cópias no arquivo militar. (F. Div. 2ª Cl 1ª nº 8); 2º: o mapa original feito pelo mesmo dos afluentes do Japurá e rio Negro também nesse arquivo (A, Classe 1ª nº 15); 3º outra do mesmo terreno, original de José Simões de Carvalho (F. Cl, 1ª Nº 12): 4º a planta dos rios Uaupês e Japurá, com a dos Apaporês e dos Enganos, de que há dois exemplares no mesmo arquivo (F. Div. 2ª Cl 1ª nº 6). Estes quatro mapas foram feitos com conhecimento dos parciais dos rios Apaporês, Uaupês, Japurá, e Avatiparaná, os quais bem que ali se guardem (F. Div. 2ª Cl. 1ª nº 3 e 5) e na Secretaria dos Negócios Estrangeiros (nos 38, 40, 41, 62, e 43) não há necessidade de os consultar.

Peru e Bolívia.

11. Nas fronteiras com o Peru e Bolívia, isto é do lado de Mato Grosso, são os mais seguros guias: 1º o grande mapa feito em 1802 por ordem de Caetano Pinto de Miranda Monte Ne-

gro que existe na nossa secretaria: 2º dois do arquivo militar (G. Cl. 1 n^{os} 1, 4 e 5), um dos que (o nº 1) marca a linha que o capitão general desse distrito em 1750 Luiz de Albuquerque de Mello julgou a melhor fronteira natural desde o rio Corrientes ao forte do Príncipe, reduzindo-se sua idéia a que se preferisse para a demarcação a linha das vertentes. O outro (o nº 4) desde o Jauru à foz do Madeira se pôde ter pelo mais autêntico que temos visto dessa extensão.

Bolívia e Paraguai.

12. Com a mesma Bolívia e principalmente com o Paraguai e Corrientes, desde a foz do Jaburu até o salto das Sete Quedas no Paraná, o único mapa que se deve ter presente é o original feito em 1754 e remetido para Espanha, (onde o pude adquirir por compra para a nossa secretaria de estado), autenticado pelas assinaturas autógrafas de Manoel Antônio Flores, 1º comissário, Atanásio Varanda, astrônomo, e Alonzo Pacheco, geógrafo, todos de S. M. católica, e pelas de José Custódio de Sá e Faria, 1º comissário, Miguel Ciera, astrônomo, e João Bento Python, geógrafo por parte de S. M. Fidelíssima. – Este mapa sobe de preço porque com ele naturalmente à vista se redigiu o tratado de 1777, e poderia servir a dar esclarecimentos sobre este, v. gr., nas questões com o Paraguai a respeito do verdadeiro Corrientes do art. 9º.

O mapa de Ciera que se guarda na biblioteca pública desta cidade (caixa 146 nº 1) e outro do sr. Lagos perdem de importância ao lado deste, que serve também com aqueles para melhor inteligência do diário dos demarcadores que se imprimiu em Lisboa, e de que adiante fazemos menção. A carta do Paraguai de Azara (T. Cl. 1ª 12) e a do reconhecimento do rio daquele nome desde a Bahia Negra à cidade de Assunção (T. Cl. 1ª nº 13) ambas do arquivo militar, também só para casos mui especiosos deverão ser tidas por merecedoras de ser consultadas.

13. Com o mesmo estado de Corrientes e com o do Uruguai, isto é desde o mencionado salto do Paraná até o arroio de Chuí ou até Castillos, temos o mapa de Cabrer, e o do nosso comissário Francisco das Chagas Santos. O 1º é da secretaria, mas acha-se atualmente fora, e só dou dele notícia por informações; e do 2º há duas cópias, uma no arquivo militar (A. Cl. 1ª nº 22) e outra na escada da sala das sessões do Insti-

tuto Histórico. O original da demarcação de parte deste terreno desde o Chuí até o Peperiguaçu com as assinaturas autógrafas dos comissários Sebastião Xavier da Veiga Cabral, e José Varela y Ulloa, e com a designação dos marcos que se collocaram de 1787 guarda-se, com a competente cópia moderna, no arquivo militar (M. Cl. 2ª nº 14) Da parte vizinha a Castillos Pequenos e ao Chuí há dois mapas, um deles original, dependurado na parede de um corredor da biblioteca pública: para a demarcação desde Castillos pelo tratado de 1750 existe um feito por José Custodio de Sá e Faria no arquivo militar (M. Cl. 1ª nº 7). A grande carta de 16 palmos de comprido e 12 de largura de todo o rio Uruguai, por José Maria Cabrer, que hoje está neste último arquivo, não é necessária para os limites; porém a do estado do Uruguai publicado em 1846 por José Maria Reys, de que tem um exemplar o general Andréa, poderá ser consultada com mais vantagem que outras das mesmas paragens. A que acompanha os anais do Rio Grande do visconde de S. Leopoldo foi em parte delineada com os trabalhos de nossos demarcadores à vista.

Segunda repartição

Correspondência havida ao efetuar-se a demarcação e trabalhos
dos comissários demarcadores

14. O conhecimento e estudo dos expedientes dos comissários que se occuparam da demarcação, pode-nos ser de muita vantagem, não tanto pelo direito que nos dão como pela lição que estarão no caso de prestar, sobretudo a nossos futuros demarcadores. Assim como no governo dos povos a história destes presta conselhos à boa administração; assim as discussões, os acertos e até os erros dos antigos comissários podem servir a formar os modererros dos antigos comissários podem servir a formar os modernos; variem embora em parte as fronteiras: a natureza do assunto é a mesma. Cada qual vai combater, e (permita-se-me a expressão) *regatear* pelo seu país com as armas da inteligência, com o poder da persuasão e da insinuação, e com intenções de boa harmonia, e promessas de sincero desinteresse.

15. É aqui vem a propósito algumas ponderações acerca da maior ou menor importância que nos convém ligar ao tratado de 1777. Do lado do sul de nada nos favorece a anulação absoluta dele

uma vez que nos será impossível revalidar o anterior de 1750; porquanto a conquista das Missões e dos terrenos do Jaguarão durante a guerra deu-nos melhores fronteiras reconhecidas até pelo estado vizinho quando designou seus limites ao unir-se ao Império, com o nome de província Cisplatina. Pelo que respeita aos paraguaios o tratado de 1777 ia-nos restituir muito terreno de que eles estão senhores. O Peru talvez que a esta hora, ou mesmo desde a sua independência esteja de posse das cabeceiras de rios como o Javari, que segundo o dito tratado são nossas. Da Bolívia ser-nos-á mais fácil obter alguns terrenos que necessitamos para bem da fronteira, cedendo de outros do que só por alegações de posses, que nos julgam menos justas. Finalmente se fizermos que a posse, ou, se sequer, o *uti possidetis*, fique subsistindo como único direito, arriscado está o Pirara, e algum ponto mais das cabeceiras dos afluentes do Amazonas que vem da banda da Guiana inglesa; pois que a Inglaterra nos poderá provar; com os meios e constância que ela costuma empregar, que tem dele mui antiga ocupação.

Bases para os novos tratados.

16. O *uti possidetis* admitido para terrenos despovoados convida a uma posse adquirida pouco a pouco e às escondidas; e tal posse vulpina, quando não fundada em algum direito, ou no maior número de vantagens que ela pode proporcionar a uma das nações limítrofes do que à outra, pode dar lugar a abusos e imoralidades que introduzam cizânia e desconfiança, em vez de harmonia e boa fé. Se quisermos primeiro fazer admitir bases gerais ostensivas, como preliminares para negociações que não se definam de uma vez, poderemos motivar receios a nossos vizinhos mais fracos que nós, causar demora das soluções definitivas, e dar armas à França ou à Inglaterra que elas saberão aguçar e voltar contra nós. Visemos portanto abertamente à maior conveniência pública nossa e alheia, e cedamos alguma vez para que também nos cedam. Vamos direto aos tratados de limites, e deixemos à habilidade de nossos negociadores o invocarem verbalmente já o exemplo do de 1750, tão justo e pensado; já o de 1777, feito a bel prazer dos antepassados de nossos vizinhos; já o *uti possidetis*, pelo direito que dá toda a posse pacífica; já – finalmente, e mais que tudo, a conveniência de escolher as melhores balizas que ofereça o território raiano.

17. Contra a anulação do tratado de 1777 é natural que se confederem todas as repúblicas vizinhas, incluindo talvez agora

a própria Bolívia, cujo presidente, como sabemos, na mensagem de 23 de abril de 1843 consignou a princípio do *uti possidetis*. Em tal caso seria talvez hábil fazer que lhes cedíamos, neste ponto; com tanto que se propusessem logo a efetuar um novo tratado, com sanção mais efetiva e menos contenciosa.

18. Estudemos bem os dois antigos tratados, e, em vista das contestações a que alguns de seus artigos deram lugar, proponhamos a aperfeiçoá-los, ou antes a mudar as bases escolhidas para fixar as novas raias. Em geral os rios foram no século passado as linhas de divisa adotadas com mais predileção; e é sabido como os rios, sobretudo quando pouco caudalosos, são maus limites dos estados, e como Napoleão preferia a eles os areais e as montanhas. Creio que as nossas fronteiras ficaram muito mais seguras e mais estritamente demarcadas, e com mais facilidade, independentemente da exatidão dos mapas, ou de necessitarmos nos nossos negociadores e demarcadores, conhecimentos mui profundos e minuciosos da topografia do território (aos quais poderiam acaso os que os possuíssem não juntar outros dotes indispensáveis em todo o diplomata ou estadista), se adotarmos como regra geral o preferir, para linhas de limite, as das águas vertentes, sempre que isso seja possível; até porque essas linhas nos dispensaram as grandes despesas com os comissários, geógrafos e astrônomos, e as intermináveis questões que estes levantam por patriotismo ou zelo excessivo. Apelamos para o que se passou com os dois tratados do século passado, e para as questões e interrupções que constam dos expedientes, e para o terem ficado os tratados sem execução.

Papéis do expediente para o de 1777.

19. Quanto aos expedientes respectivos ao 1º tratado encontram-se eles todos em um arquivo de Espanha entre os negociados de estado, em 67 maços que folheei documento por documento. Aí se guarda tudo quanto nossos contrários alegaram, e ainda o que pensaram e disseram, em cartas a seus amigos acerca desse tratado e sua demarcação, até que foi anulado em 1761; e também junto se encontra muita parte do expediente de limites anterior e posterior. O meu ofício de 6 de outubro de 1847 contém uma notícia dos papéis desses maços reduzidos a 25 classes, e sobre 15 delas ordenou o governo imperial que se tirassem cópias, as quais foram, parte, remetidas em dez maços com ofício da legação de 10 de novembro de 1849, entregando eu pessoalmente na

secretaria outros de que fui portador, em maio deste ano. Conviria encadernar todas estas cópias em dois ou três tomos, com uma lista ou índice dos documentos, no princípio de cada tomo, lista que se poderá agregar como apêndice à esta memória. E há talvez ainda naquelas e noutras minas de Espanha muita preciosidade digna de passar aos nossos arquivos.

20. As cartas de ofício e particulares do hábil, inteligente e ativo Marquez Valdelirios e do seu secretário Blas Gascon são de grande valia pelo que nos instruem no assunto. As cópias que estão na nossa secretaria foram tiradas uma a uma dos originais; porém se hoje as quiséssemos em coleção completa melhor fora que se aproveitassem do próprio copiador de Valdelirios que ao depois encontrei (Legajo 7434) – com a correspondência para o conde de Bobadella e respostas deste, bem como toda a mantida com os vice-reis de Buenos Aires Andonaegui e Cevalos, e com vários jesuítas de importância.

Colônia.

21. A leitura desses documentos deixa no espírito uma impressão tão forte acerca de quanto vale para o Brasil o posto militar da colônia, da Gibraltar austro-americana, que me não posso abster de instar aqui para que tenhamos o pensamento fixo nesse rochedo estéril, mas tão importante para a segurança e para a paz deste Império; sobretudo hoje que já não teríamos que dar por ele as terras das Sete Missões que nos concedeu o tratado de 1750. – Na biblioteca pública desta corte há manuscritos, vários volumes de memórias e negociações de Martinho de Melo e Castro, e num deles se encontra uma carta em que em data de 22 de janeiro de 1765 o embaixador português em Londres explica bem a importância deste posto para o Brasil.

22. Os trabalhos dos comissários portugueses foram todos por morte do conde de Bobadella selados e remetidos para Lisboa, que assim se determinava na via de sucessão. Deles só poderá interessar a correspondência reservada, pois toda a outra, ou está em Simancas, ou, na parte da demarcação efetuada desde o oceano, nos Castillos Grandes, até o marco do Jauru, foi ultimamente publicada pela Academia de Lisboa, no tomo 7º das Memórias Ultramarinas. Para melhor inteligência deste volume é de suma utilidade o mapa original dos comissários de que fiz menção há pouco.

Trabalhos do de 1777.

23. Os trabalhos da demarcação para realizar o tratado de 1777, da mesma parte do sul até o Salto Grande do Paraná, existem no arquivo público do Império, e quase todos se encontram nos onze tomos da correspondência de 1779 a 1789. O resumo de quanto até esta data se passou se pode ler nas sábias instruções do vice-rei Luiz de Vasconcellos ao seu sucessor (impressas no tomo 4º da revista do Instituto Histórico) cujo original se guarda na secretaria dos Negócios Estrangeiros. – Noutro maço, não encadernado, do mesmo arquivo público, e que contém a correspondência do Rio Grande desde 1790 a 1802, se encontram notícias sobre os tropeços no seguimento da demarcação.

24. Talvez conviesse haver cópias de toda esta correspondência, e até seria acaso acertado fazer imprimir dela a maior parte, porquanto em geral o público só conhece os fatos que nelas se contém, pelo prisma dos trabalhos dos comissários espanhóis, que se tem publicado em maior número; e bom é ter a opinião por nosso lado.

Cabrer.

25. O resumo histórico e geográfico de todos esses trabalhos, feitos pelos demarcadores espanhóis nesta época, se acha ainda manuscrito e se guarda na nossa secretaria de estado. É a obra do comissário José Maria Cabrer. Os dois primeiros volumes contém 1º o diário da 2ª partida desde 29 de dezembro de 1783 a 26 de outubro de 1801; 2º cópia do tratado, e instruções para execução dele de 6 de junho de 1778 feitas por quem tinha muitos conhecimentos locais e mais outras do vice-rei de Buenos Aires de 20 de novembro de 1783; 3º descrições dos territórios percorridos, seguindo desde Buenos Aires por Montevideú, Maldonado, Santa Teresa, Chuí, Tahim, Sebollaty, Piratinim, Lagoa Mirim, S. Borja, rio Paraná, Iguazu, Santo Antônio, Candelária, Santo Angel, reconhecimento do Uruguai, discussões sobre o Pepiriguaçu e Igurey; e afinal a retirada dos comissários, pela guerra de 1801, sem deixar a demarcação sancionada. O 3º e 4º volumes são de pouca importância; e contém a notícia das missões por Alvear, e cópias de vários opúsculos, sobre questões análogas, que correm impressos.

Oyarvide.

26. Os escritos de Cabrer fundam-se muita vez nos do astrônomo d. Andres de Oyarvide, cujo original se guarda no depósito hidrográfico de Madri, e aí poderemos dele obter uma cópia, como lembrei em outra ocasião, e tanto mais quando já até temos licença para a tirar.

27. Os documentos respectivos às fronteiras em Mato Grosso e no Pará, acerca dos dois tratados, são de menos importância e em menor número; porque os comissários encontraram mais tropeços ou foram menos zelosos. Os relativos a Mato Grosso acham-se quase todos transcritos em um livro em fólio arranjado pelo sr. Leverger, que existe na secretaria dos Negócios Estrangeiros. Também há vários deles em um maço de correspondência no arquivo público, rotulado = Mato Grosso. = Alguns desses documentos servem para indicar a antiguidade da nossa posse de certas paragens, como do forte do Príncipe, Casal Vasco etc. Dos documentos relativos ao Pará acham-se ainda alguns na secretaria dessa província, e foram já na maior parte aproveitados para os trabalhos do sr. Baena e Lisboa de que fazemos menção. Outros existem na Europa.

Documentos Diplomáticos.

28. Esquecia-me dizer que há em meio dos documentos copiados em Espanha alguns que nos cumpre ter presente ao negociar, para os podermos apresentar como represália, quando nos digam, como se tem dito, que nossos antigos comissários se conduziam com pouca lisura. Tais são: 1º o párrafo das instruções secretíssimas dadas pela corte de Espanha em data de 30 de outubro de 1713 ao duque de Osuna, seu plenipotenciário em Utrecht, acerca da redação ambígua que convinha dar ao art. que tratasse da entrega da colônia, redação que foi causa das questões ulteriores. 2º A correspondência do embaixador espanhol em Paris conde d' Aranda (citada no meu ofício de 6 de outubro de 1847) da qual se vê que os geógrafos Bellin e Buache gravavam errado, com conhecimento de causa, mas por assim dizer *por ordem superior*, os mapas que hoje são talvez um argumento acerca de qual é o verdadeiro Oiapoque. 3º Muitos documentos dos maços 3º e 4º (classes 9ª e 13ª) que comprovam quanto os manejos jesuíticos, só pelo interesse deles, concorrerão para se anular o sábio

tratado de 1750: 4º O maço 8º (classe 19ª) que contém provas de que as demoras na demarcação do norte que tanto desgostavam as duas cortes para chegarem ao tratado de anulação, provieram da inação do comissário espanhol. 5º O maço 9º (classes 20 e 21), com novas provas da lisura e boa-fé com que andavam os nossos, dadas pela própria corte de Madri. Vê-se como ainda em princípios de 1757 era firme a resolução de levar a efeito o tratado e mútua a confiança que tinham as duas Coroas, e conhecem-se os tropeços cada vez maiores e mais dispendiosos que fizeram esmorecer os dois governos e promoveram a anulação do Pardo. Já no fim do mencionado ano, a 14 de outubro (seg. 7393 doc. 90), escrevia o secretário de Valdelirios para a corte: “Não seja que se verifique neste grande negócio que quanto os padres (jesuítas) intentem na América hão de conseguí-lo.” Esses dois maços (8º e 9º) ou pelo menos grande parte dos documentos que eles contêm seriam talvez com proveito dados ao prelo (sem se descobrir nisto a influência do nosso governo, nem declarar a procedência dos documentos), e poderiam acaso concorrer a dissipar prevenções que há em nossos vizinhos contra nós, por nos haverem os antigos taxado de nimiamente cobiçosos de adquirir terreno.

Terceira repartição

Trabalhos de escritores modernos onde nossos funcionários públicos,
e observações várias sobre a linha que julgo mais conveniente
para os limites do Brasil

29. Os trabalhos impressos sobre os nossos limites reduzem-se a pouco. As observações com que Angelis e Cautillo acompanham suas edições dos tratados de 1750 e 1777 ressentem-se de parcialidade ou não envolvem considerações novas. A respeito do 1º tratado, o escrito mais importante e digno de ser lido pelo negociador brasileiro é o que escreveu Alexandre de Gusmão em 8 de setembro de 1751 em resposta ao brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcellos. Acerca da última demarcação do de 1777, por toda a fronteira, o trabalho mais completo é sem dúvida o de d. Vicente Aguilar e d. Francisco Requena, que se imprimiu em Montevideu em 1846, na *Biblioteca del Com. del Plata*, tendo nós que lamentar que fosse ele escrito com tanta parcialidade. As memórias do visconde de S. Leopoldo e as do conselheiro Costa e Sá são por todos os brasileiros conhecidas, e pouco há nelas que aproveitar.

30. Memórias locais algumas há; e delas iremos fazendo menção à medida que formos tratando de cada ponto da fronteira, e indicando nossas opiniões sobre esta.

Guiana francesa.

31. Pelo que respeita à Guiana francesa creio que o nosso direito até o 4º grau de latitude norte na costa está evidentemente provado; e a erudita memória do sr. Lisboa, que a tal respeito existe na secretaria com o ofício que sobre ela escreveu o sr. Drummond, resume perfeitamente quanto convém, e é acompanhada de todos os documentos que podem servir à argumentação. Para informar do estado em que a nossa legação em Paris deixou este negócio devem consultar-se os ofícios do sr. Araújo Ribeiro nºs 18 e 29 de 28 de junho e 1º de novembro de 1838 e o nº 35 de 27 de dezembro desse ano; bem como o nº 10 de 2 de abril de 1841. O sr. Araújo era de opinião que não sendo a França colonizadora, nada teríamos a perder se não deslindássemos com ela nossas dúvidas.

Parece-me porém, que se de algum lado podemos, sem menos inconveniente ceder nas disputas que temos é daí, uma vez que excetuemos terras cujos igarapés e sangradouros comuniquem com o Amazonas, nas maiores cheias, e a França se obrigue, por artigo secreto, em virtude desta nossa cessão de tanto território, a garantir-nos a propriedade das ribeiras que vão dar aos confluente do Amazonas, e de que a Inglaterra deseja, com frívolos pretextos, apoderar-se para ser ribeirinha no mesmo Amazonas e navegar este rio *com mais privilégios do que ela França*. Poderíamos talvez ceder sem inconveniente os terrenos cujas águas vertentes vão para o norte do Calçueni; ou em último lugar – até o braço mais setentrional que comunica com o Araguari, ficando nossas todas as águas vertentes deste rio, e à França as que, do ponto que for ajustado para o norte, desaguassem no mar. A respeito destas paragens devem estudar-se: 1º a memória escrita pelo tenente-coronel Baena, acompanhada de muitos documentos diplomáticos, e de notícias históricas e descritivas. 2º A memória do brigadeiro Manoel Marques, governador em Cayenna, com a descrição dos rios Oiapoque Camopi, Maroni etc., remetida ao ministro português em Paris, com ofício do marquês de Aguiar de 15 de março de 1816; cujo original tem o sr. Lagos, oficial da secretaria, e há um extrato no Instituto Histórico (M. S. 14). 3º O roteiro do

capitão Abreu impresso pelo Instituto Histórico (nº 13 da 2ª série da revista), e os dois ofícios (33 e 34) do governador do Pará de 27 de setembro e 24 de novembro de 1794, cujos originais estão na secretaria dos Estrangeiros. Se se fizesse tratado com a França, talvez conviesse envolver nele a cláusula da extradição dos desertores, que também poderia ser lembrada ao tratar com as mais nações limítrofes.

Guiana holandesa.

32. Segue-se uma parte da fronteira que convém decidir se pertence de direito à Holanda como parece de justiça, e como talvez devemos desejar. Os trabalhos de Schomburgk e o diário da viagem do porta-bandeira Barata do rio Trombetas ao Demerara (rev. do Inst. Hist. t. 1º da 2ª série) são talvez os únicos escritos que nesta parte nos poderão guiar, a não ser que na Holanda se publicasse alguma obra modernamente. Com esta nação poderíamos nós em todo caso entendermo-nos sobre estes assuntos. Se ela limita conosco, é provável que se preste ao tratado, e com ele teríamos um arresto ou princípio de estímulo para encaminhar as negociações às duas nações senhoras das Guianas vizinhas. Além de que o nosso negociador, na Haya, estaria à mão dos de Paris e Londres e poderia ir com eles entender-se verbalmente quando o julgasse necessário.

Guiana inglesa.

33. Se não tivéssemos já em novembro de 1843 feito aberturas à Inglaterra considerando-a como nossa vizinha de direito, se antes disso não tivéssemos pactuado com o ministro inglês Hamilton que o terreno do Pirara se considerasse neutro e não fosse por nós ocupado, estaríamos hoje no caso, (como talvez poderemos ainda vir de novo a estar, manejando bem a negociação) de fazer com que a Inglaterra se visse primeiro dependente de que a reconhecêssemos como limítrofe nossa, contra os melhores direitos que para isso terá talvez Venezuela. Nunca a Holanda reclamou para si terrenos a quem do Repununi junto ao lago de Amacu, e a Grã-Bretanha, quando se apoderou da parte que hoje possui da Guiana holandesa, não podia entrar para a nova posse com mais direitos do que tinha o anterior proprietário. Bom será sempre que ela venha a ouvir esta verdade, pois que melhor se prestará talvez a negociar conosco. O conhecido mapa de Laurens Louis van Bersheyk

apresentado aos estados gerais em 1759 (e de que há cópias na secretaria e no arquivo militar) faz chegar a nossa Guiana até o Repununi, e note-se que era obra de um holandês, e obra oficial. A tal respeito talvez a Holanda pudesse ainda prestar-nos alguma coadjuvação se a fizéssemos nisso interessada lista parte da fronteira. Está bem esclarecida graças aos trabalhos do ouvidor Ribeiro de Sampaio (nº 18 da 2ª série da rev. do Inst. Hist.), do conselheiro Sá (t. X, das Mem. da Academia de Lisboa), do tenente-coronel Baena (rev. do dito Inst. H. nº 11), de Schomburgk (de cujo 1º volume convirá extratar-se as últimas cem páginas, além de mais algumas do 2º); e no terreno do Pirara são mui dignos de recomendação o relatório da comissão presidida pelo sr. Frederico Carneiro de Campos de 26 de julho de 1844, e o judicioso parecer de 29 de agosto do mesmo ano que sobre esse trabalho der a comissão nomeada *ad hoc* pelo governo imperial. O roteiro do Rio Branco do coronel João Henrique de Mattos não me foi possível encontrar, e julga-se *perdido digo* que se desencaminhou pelo falecimento do senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, em cujos papéis se achava.

34. Se houvermos de negociar com a Grã-Bretanha convirá que, para sabermos o pé em que ficamos, tenhamos presentes os ofícios do sr. Araújo Ribeiro (na sua missão especial em Inglaterra) de 6, 10, 15, 18 e 26 de novembro do dito ano de 1843. O último acompanha a resposta de lorde Aberdeen ao plano de divisão pelas margens do Repununi que o sr. Araújo indicara, e que Aberdeen propunha que fossem substituídas pelas do Mahu e Tucutu, para assim ficar com o território do Pirara, a cujos índios (Macuchis) disse ele, que a Inglaterra devia proteção. Por este lado mais que por nenhum a nossa natural e mais conveniente divisão é a das águas vertentes. E para acabar com estes pretextos de proteção a índios não temos mais que um meio. É o de fazermos indiretamente emigrar os tais índios desses terrenos disputáveis por meio de fortes colonizações de boa gente nossa. Os do Pirara já por si mesmos tomaram esse expediente.

35. Lembremo-nos porém de que se nós tivemos notícia da invasão inglesa pelo Pirara foi por que aí tínhamos a colônia de S. Joaquim e algumas fazendas. É natural que simultaneamente com essa invasão se fizessem mais, por outros pontos de vertentes para o Amazonas, onde também esteve Schomburgk, segundo se vê do seu mapa, e talvez que nessas paragens, onde não tínhamos colonos

para nos informar, existam ainda padrões, inaugurados ao som de salvas de artilharia em favor de S. M. britânica, sem que até hoje tenha havido quem acuse deles a existência, por causa dos índios selvagens que há de permeio, desde essas cabeceiras até ao leito do Amazonas. Assim não só no Pirara e cabeceiras do Cotinga, do Mahu ou Irêne do Tucutu, como nas do Anauâ e dos dois afluentes do Trombetas, cujas águas se acercam das do Caroni um, e do Essequibo outro; e talvez nas cabeceiras do Uacarapy, ou de algum outro rio que se estenda para as Guianas estrangeiras, (oferecendo a fácil comunicação com elas portos ou bocainas de mais fácil trânsito) termos necessidade de realizar e tornar mais efetiva a nossa posse, fundando varias colônias com gente do sul, v. gr. de curitibanos, mais cativos e cobiçosos que os paraenses. Creio que entendendo-se o governo a este respeito com o barão de Antonina podia conseguir efetuar tais colônias com mais vantagem. A gente da Curitiba possui ainda o espírito de exploração dos antigos paulistas e, com a idéia de descobrir algum pedaço de campo para criação de gado, expõe-se a tudo. Ora, nas cabeceiras dos rios nomeados há ainda seguramente campinas por explorar, que repartidas pelos novos colonos, que aí se estabelecessem com gados e sobretudo com eguadas, poderiam dentro de alguns anos oferecer remonta para uma companhia de gente de cavalo, com a qual ninguém se atreveria a arrostar naquelas paragens. Convirá também ensaiar a subida de alguns vapores pequenos pelos rios Branco, Trombetas etc. A nomeação de um presidente para a nova província do Rio Negro que dê a devida importância a estes negócios seria de toda a vantagem. Tenhamos, sobre esta paragem ao menos, uma política preventiva: não esperemos novos desfechos, como os do Pirara e do Macapá, resultantes de dormirmos enquanto os outros velam e avançam.

Venezuela.

36. Do lado que lindamos com Venezuela não urgem, por enquanto, colônias semelhantes aquém das serras. Dessa rival nada devemos temer, quando possui ainda tantos terrenos por cultivar, e tantas misérias em sua política interna, que não terá tempo para pensar nestas altas questões de estado. Essa nação reconhece como raia a linha das vertentes: só falta a isso a sanção de um tratado. Resta porém determinar com ela onde a linha divisória deve cortar o rio Negro; e fazer depois de Marabitanas, ou de

outra paragem que se tenha por mais adequada, uma colônia militar. A linha que propôs o nosso encarregado em Venezuela em data de 15 de fevereiro de 1846 no § 59 de sua memória, em que resume e discute a questão, parece-me a mais conveniente, para admitir no tratado, fazendo alguma mudança na redação para a simplificar e a tornar mais clara.

Nova Granada – Equador.

37. Pelo que toca à linha de raia ainda com esta República, e à de Nova Granada e Equador, desde S. José de Marabitanas até o Solimões ou Amazonas, através do Uaupés e Japurá, parece-me que não vale a pena brigarmos muito por estendê-la até o rio dos Enganos. Procuremos ficar com as vertentes do Hié ou Guassié e Içana, adquirir a navegação, margens e vertentes do Uaupés ou Ucayari só da cachoeira Ipanoré para baixo; e as do Japurá desde a Cupati; ficando também nossas, as águas do Apaporés, até a primeira cachoeira que se encontra ao subir pela sua foz. Esta divisão pelas cachoeiras é tanto mais natural quanto parece que nessa direção se estende uma serra que as ocasiona, e pode servir, por águas vertentes de raia nos terrenos entre rios. Da cachoeira Cupati (próximo da qual e no terreno mais apropriado convirá formar uma colônia militar) pode tomar a linha divisória até o Putumayo na primeira cachoeira ao subir, ficando exclusivamente nossas todas as vertentes ao Japurá e Putumayo, desde essa cachoeira para baixo: seguindo depois da dita cachoeira a buscar o Amazonas. Acerca destas águas do alto rio Negro pode consultar-se um diário de viagem de exploração publicado.

Peru e Bolívia.

38. Segue-se a fronteira com o Peru, que se crê com direito à ultima parte da raia anterior. Muito ganharíamos cedendo parte dessas desgarradas terras selváticas de além do Madeira, em troco de outras obtidas da Bolívia (entendendo-se para isso as Repúblicas) em Mato Grosso. Receamos segundo há pouco dissemos que o Peru não esteja invadindo e colonizando as cabeceiras dos rios que retalham esses terrenos, sobretudo o Javari, se acaso se verifica o fato asseverado por Jurado e Requena em sua memória (§ 232) de comunicarem as águas desse rio com as do Ucayale.

39. Se não alcançássemos da Bolívia equivalente por algumas destas terras (com as quais ela poderia chegar a ter um porto, senão no próprio Amazonas, mais próximo deste rio, além de outros que nos convém ceder-lhes no Paraguai), era do interesse do Brasil dar-lhes conveniente destino, já que de quase nada nos aproveitam, e nem teríamos meios para os colonizar e civilizar nestes primeiros séculos. Com a civilização e cultura delas tudo tem a ganhar o Pará, pois à foz do Amazonas deverão pagar tributo quantos gêneros daí venham a sair para o comércio. Assim até nos poderia ser de interesse ter aí colônias, com administração própria, de nações pequenas como a Bélgica, Dinamarca, Sardenha ou Portugal.

40. Creio porém que, sem ir a esses expedientes, que não se deveriam considerar de negociações de limites, poderíamos ceder ao Peru algum território da margem direita do Amazonas aquém do Javari, v. gr. até o Jutaí, dando aquela República ao Brasil um equivalente sobre a nossa raia e a da Bolívia; e com este equivalente ou parte dele, mais as vertentes do rio Tefé, por exemplo, estaríamos no caso de estimular a Bolívia a cedermos todas as terras de águas vertentes aos rios Paraguai e Madeira desde Nova Coimbra até o forte do Príncipe (ou outro ponto que se guarnecesse bem) de modo que entre essas duas paragens a linha de raia fosse a da separação das vertentes, que, pela natureza e sem marcos, está determinada; a qual linha deixaria perfeitamente cobertos todos os nossos estabelecimentos por esse lado, tão vulneráveis em virtude da distância a que fica a capital da província, já de si apartada do coração do Império.

41. Esta porção da fronteira das bandas de Mato Grosso tem sido bastante explorada e tem dado lugar a trabalhos muito importantes, entre os quais merecem primeira menção a memória escrita em 1842 e os apontamentos suplementares em 1844 pelo sr. conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro que existem na secretaria, além de outros impressos. Neste numero é conhecida a viagem à Cuiabá do major Arlincourt, e são dignos de se lerem as memórias do tenente-coronel Almeida Serra e outros, publicadas pelo antigo *patriota* desta cidade e pela revista do Instituto Histórico (t. 2º pp. 19 a 48, t. 6º pp. 156 a 196, T. 5º da 2ª série nº 13 e dito da dita nº 15). Convém também consultar-se a memória, impressa em Buenos Aires em 1843, por Bach, sobre a nova província de Otuquis, em que se contem um mapa desta fronteira, que dá algumas informações sobre essa parte da Bolívia. Esta memória publica as

providencias tomadas por esta república para fomentar a navegação fluvial até ela, pelo Madeira e Paraguai.

42. Com a proposta que acima fazemos poderia a Bolívia chegar a ter um porto no Amazonas, e com os do Paraguai e o que tem no Pacífico, podia vir a ganhar importância, a qual por forma alguma prejudicaria o Brasil, quando nossas fronteiras estejam tão bem cobertas como propomos.

43. A Bolívia e o Paraguai são os nossos aliados naturais, nas pretensões contra a navegação do Paraguai e Paraná que possam vir a ter as nações senhoras da foz do Prata, e neste sentido nos é até vantajoso dar-lhes toda a importância política, para a qual muito pode contribuir a extensão do território. Convém pois, se obtivermos do Paraguai a anuência a que ocupemos o *fecho dos morros* e o forte Olimpo, cedermos todo o restante, fora estes dois pontos da margem direita do Paraguai, até Nova Coimbra à Bolívia, e influirmos para que esta república chegue a se fazer senhora das margens do Pilcomaio, e seja fronteira do Paraguai por esse lado.

Paraguai.

44. Aos paraguaios poderíamos provar com a grande carta original assinada pelos antigos comissários, e que naturalmente serviu para a redação do tratado de 1777, que o Corrientes não era o Apa; de que se apoderaram os espanhóis com tal pretexto; mas, concordes na política de dar importância à nova república, não nos convém privá-la de uma porção de terreno por que já se tem estendido. Creio porém que não será difícil fazer que ela ceda a suas pretensões sobre o forte Olimpo; e que deixe de ter que ver com o rio Paraguai do “fecho dos Morros” ou “Pão de Açúcar” para o norte. Desde o dito *fecho* por diante, a fronteira conosco deve deslindar-se pelas águas vertentes ficando ao Paraguai as que vão ao rio deste nome, do mesmo “fecho” para baixo, e ao Brasil as que vão ao mesmo rio, daí para cima. Assim correrá a linha pela que separar as águas vertentes, nas serras de Amambai e Maracaiu, cortando o Paraná no Salto Grande e seguindo pela margem esquerda deste mesmo rio até atravessar o Iguaçu, na grande cachoeira próxima à sua foz; prosseguindo depois com a serra até fenecer no Uruguai, no salto abaixo de Pepiriguaçu, e, com mais razão, do Uruguai-puitá. Esta grande serra é na verdade a melhor linha

divisória que podemos escolher, desde o fecho dos Morros até o Uruguai. Com ela deixamos a República do Paraguai separada de nós por uma grande barreira natural, e ficamos também seguros por aí; com ela damos suficiente extensão a esse novo estado, cuja existência tanto nos convém; com ela finalmente concluimos (sem nos poderem increpar ambição de território) com as antigas dúvidas que se deixarão acerca do verdadeiro Pipiri, e ficamos com a posse tranqüila dos campos de Palmas, descobertas ultimamente pelos curitibanos, campos que são atravessados pelo Chapecó, que, sem questão, é o rio caudaloso que os espanhóis no século passado pretenderam que se entendesse ser o Pipiri.

Corrientes.

45. Para melhor comunicarmos com o Paraguai, sem atravessar um país estranho, é da maior importância que demos a essa república proteção para que Corrientes lhes ceda qualquer direito, que possa julgar ter, aos terrenos aquém do Paraná, ocupados pelos paraguaios.

46. Acerca do rio Paraguai, posição do “fecho dos Morros”, notícias das lagoas Uberaba e Gaiba etc., há na secretaria dos Negócios Estrangeiros duas memórias escritas pelo sr. Augusto Leverger.

Uruguai.

47. Sobre a fronteira com o Uruguai citarei: 1º, uma memória feita em 1837 pelo senador José Saturnino respectiva aos limites, segundo os convênios de 27 de agosto de 1828 e de 3 de novembro de 1819, e dos novos que em vez dos tratados julgava ele que podiam recomendar-se; 2º, o reconhecimento topográfico feito pelo sr. Cândido Batista hoje impresso, o qual nas páginas 24 e 25 explica a nossa atual posse; e nas página 15 e 16 chama a atenção sobre a importância da Cochilha ou chapada em que se acha Bagé, da qual Cochilha partem águas para os cinco rios que regam a província, desde o oceano até o Uruguai; 3º, um parecer da seção do Conselho de Estado, existente na secretaria, e que me não foi possível ver.

48. Muito conviria ao Império por este lado a posse de todas as vertentes que vêm à lagoa Mirim, como estabelecia o tratado

de 1750, que, se pudéssemos, tanto importava revalidar a troca de qualquer equivalente ou indenização pelas terras que ele nos daria.

O momento único talvez para tratar disso é o atual, em que Oribe já não ocupa essas terras, e os defensores de Montevideu ainda as não possuem, e os proprietários e estancieiros se acham, uns cansados da guerra e dos tributos, outros foragidos, e muitos mortos. Se agora tomássemos dela posse, poderíamos talvez manejar os negócios de modo que fossemos continuando na mesma posse até sobrevirem novos acontecimentos, que assim fez a Espanha com Olivença. Aquelas terras em geral areentas, alagadiças, e quase inúteis para o valor do estado oriental, são, para o resguardo da nossa fronteira, da maior importância; e se a República do Uruguai resistir a cedê-las, como se nos assegura, convirá esperar melhor ocasião.

49. É porém sem dúvida que desde Bagé até ao mar a nossa fronteira é demasiada aberta, segundo hoje a possuímos e guarnecemos, e muito mais segura ficaria, quando não obtivéssemos as ditas vertentes, estabelecendo nós a guarda e fiscalização dela mais aquém, uma linha que vai desde Bagé aos serros do Bahu e das Alegrias, ao Erval e *Ponta Alegre* na boca do Sangradouro; e daqui à *Ponta do Salso* fronteira; e na linha mais conveniente até o mar; vindo assim a compreender dentro dela todas as vertentes do Piratinim.

Não ousamos propor a cessão do terreno ao sul desta linha, conquistado pelas armas na guerra de 1801, porque não pretenderíamos que o Império enjeitasse agora a Vila do Jaguarão, que já lhe tem custado a criar e a sustentar; e que a província do Rio Grande tem em alguma conta. Creio porém que uma vez que nos enganemos da possibilidade de absorver todas as vertentes da lagoa Mirim, obraremos providentemente desviando quanto pudermos daí a nossa população e riqueza, por meio de providências indiretas; v. gr. a de passar a Alfândega do Jaguarão para a Ponta Alegre, na boca do Sangradouro, onde a navegação deste separa-se da lagoa por um banco de areia e um tabuleiro de lodo, no qual encalham quase sempre os barcos que a cruzam. Este ponto, o do Erval, de Bagé, e de algum junto a Taquarembó ou às cabeceiras do Quaraim e Arapehy, com um porto convenientemente escolhido no Uruguai, seriam cinco campos entrincheirados, capazes só por si, de velar por toda essa fronteira meridional.

Conclusão.

50. Dei francamente conta de todos os documentos importantes de que tive conhecimento, e não posso deixar de rematar sem lembrar a idéia de se juntarem todos eles, por cópia, em um arquivo, aonde se fossem consultar, e donde por caso nenhum pudessem sair sob qualquer pretexto, a fim de se evitarem novos descaminhos.

Ao emitir muitas das opiniões que ficam consignadas não deixei de ter presente a transcendência do assunto, lembrando-me de quanto a boa determinação dos limites importa à segurança, à paz e futura felicidade do Império. É grave por certo ter que ultimar negociações com onze nações diversas, em assuntos que nem se podem discutir bem, pela reserva que cumpre guardar-se com eles, e pela escassez de pessoas habilitadas para os tratar; mas mais grave é ainda não ultimar as mesmas negociações, deixando por mais tempo sem raias o Império. Pela minha parte creio ter cumprido o meu dever, declarando sem rebuço o que me ditou a convicção.

Rio de Janeiro 15 de julho de 1851.
(Assinado)

Francisco Adolfo de Varnhagen.

Apontamentos que deixo para o meu sucessor no cargo de 1º secretário do Instituto Histórico

Ao ter de apartar-me do grêmio do instituto, cuja criação vitoriei quando ainda freqüentava as aulas, e cuja vida e esplendor têm ocupado minha constante solicitude, eu devo a ele e a mim uma exposição ingênua e franca do modo como procurei mostrar-me grato à eleição de 23 de maio, e devo a quem me sucede as informações do que fiz, e do que resta a fazer.

Cumprindo-me dentro de poucos dias deixar esta corte, asseguro que me despeço do posto com o amor de quem o recebeu como uma palma mais que generosa de recompensa de minha aplicação, palma que não me é possível continuar a levar, hoje que sigo outro destino no qual me possa mais tranqüilamente dedicar a concluir a minha começada história do Brasil. Sei que passando os mares não posso a cada instante estar dando explicações de quanto fiz e do porque obrei antes de uma, que não de outra forma. Sei como no princípio lutei com grandes embaraços, apesar de quanto trabalhei, e das muitas informações verbais que generosamente me dava o meu ilustre antecessor, que por sua deteriorada saúde não pôde fazer sempre tudo quanto anelava sua inteligência, patriotismo e amor ao instituto. Sei quanto nas associações novas cumpre ir consignando as tradições a fim de que os métodos se reduzam a máximas seguidas de uns a outros, à maneira do que praticavam, se é lícito o símile para mais altos assuntos, os antigos vice-reis e praticam hoje os nossos administradores com os seus relatórios.

O 1º secretário é a alma do instituto, e se quiser não se ver embaraçado a cada instante é essencial que nunca hesite em deliberar: é essencial que esteja resolvido a não atender a murmurações, e que pelo contrário escudado pelo art. 18 não tema carregar com quaisquer responsabilidades, uma vez que *não falte à lei*. A lei do instituto são seus estatutos, que deixam muitas providências para a mesa administrativa. Como desta não é fácil obter reuniões creio

que o dever do secretário e do tesoureiro, enquanto dela tenham a confiança, é no que julgarem justo deliberarem em seu nome, como se ela o houvesse feito, para dar mais força moral à deliberação. Para a mesma força moral, e para nos irmos habituando a consultar os estatutos, julgo também da maior importância que os artigos deles se cite todas às vezes que seja isso possível. Se o secretário se descuidar a imprensa retarda, a correspondência deixa de ficar em dia; as comissões adiam a apresentação dos pareceres; as sociedades estrangeiras não remetem suas publicações; o bicho acomete os livros e os manuscritos; os ratos e as baratas roem a massa das Revistas em depósito; e até creio que os empregados deixariam de ter saúde vigorosa, e iriam ficando impossibilitados de comparecerem.

Não que tenha eu razão de queixa contra empregados que tive às minhas ordens desde o dia 23 de maio até hoje. Todos três trabalharam segundo suas posses, e todos três cumpriram quanto deles esperava. O escriturário João Thomaz é metódico, reservado e pontual, quando se lhe recomenda urgência. Alexandre Ferreira é ativo; dá boa conta de todas as comissões, e é excelente fiscal e guarda das coleções da revista. Antônio Joaquim é um velho honrado, esmera-se na limpeza, e zela pelo estabelecimento. Creio que o método de trabalho que adotei, de acordo com eles os fez trabalhar a todos de boa vontade. Julguei deixar um tanto a seu arbítrio as horas do dia em que menos transtorno lhes fazia para prestarem ao instituto seu contingente de trabalho; visto que me propunha a levá-los com todas as atenções; reconhecendo quão módicos são os ordenados de 30\$, 20\$, e 10\$ réis que recebem e os torna dependentes de outras achegas; uma vez que ao instituto é impossível aumentar esses ordenados que montam mesmo assim anualmente à metade de sua dotação.

O andamento do instituto não será jamais regular sem que o secretário possa comparecer todos os dias na secretaria de uma a duas horas, e sem que todos os dias pense em ver provas, e em despertar a imprensa para que não se descuide da revista, e os empregados para que limpem os livros, ou se ocupem do registro, catálogos etc. Impossível é desenvolver aqui mais este pensamento que a experiência confirmará a meu sucessor. Basta que o 1º secretário se lembre de que é ao mesmo tempo 1º secretário para a correspondência interna e externa; 2º guarda-mor para responder pelo arquivo, biblioteca, museu e depósito de revistas impressas; 2º redator da revista e corretor de provas.

De todos os três cargos assim reunidos é o último o mais importante. Para os sócios e para os estrangeiros o bom andamento do Instituto se reduz à publicação regular da revista. A isso deve ser dirigida a maior solicitude do secretário; sobretudo a fim de não deixar atrasar; e julgo muito conveniente que os números correspondentes a cada trimestre se publiquem sempre durante o primeiro mês dele; pois creio que por outra maneira se tornaria a atrasar, o que seria para sentir quando tanto custou pô-la em dia. Na imprensa ficam já vários manuscritos para mais de um número do tomo 15º, e outros originais importantes para a mesma revista deixo apartados na gav. 21 e alguns indicados nos bilhetes de títulos dos manuscritos. O prazo de um mês é mais que suficiente, havendo atividade, para se imprimir um número ou 15 folhas da revista. Em seis meses, de junho a fim de novembro publiquei eu seis números, além do folheto do tomo suplementar, que esse já estava quase pronto. Quanto à continuação da impressão do tomo suplementar depende ela dos originais que deve dar o sr. Lagos, sobretudo o da conclusão de seu discurso que se acha interrompido no fim do caderno 1º. Ao cuidado do mesmo sr. Lagos está a continuação da impressão do Jaboaão que se acha apenas na 2ª folha com grande pesar de muitos assinantes, sobretudo da Bahia, que se queixam continuamente do desembolso do dinheiro que deram adiantado. Como o sr. Lagos tem ainda a seu cargo a conclusão do volume suplementar julgo que seria razoável que o Instituto o dispensasse da edição do Jaboaão, da qual se poderia com vantagem encarregar talvez o ativo sócio o senhor Norberto. Na biblioteca do instituto fica encadernada uma coleção completa da revista, que tem por fora a numeração seguida dos tomos de 1 a 14 que adotei no índice geral, e que julgo muito conveniente se continue, a par da das séries, para facilitar as citações e remissões a documentos da mesma revista. No 1º nº (5º da 3ª série) do tomo 15 deve entrar as atas do último trimestre deste ano, ainda não publicadas. Assim como deve aí entrar em aditamento a biografia do poeta Antônio José, a estampa que tem o fac-símile já litografado das três assinaturas dele que se encontram no seu processo inquisitorial. Lembro que esse nº, que é o 1º do novo volume, tem de ser carimbado no instituto como já se praticou com o anterior.

De inéditos ainda possui o instituto grande tesouro que pode gastar sem encher alguns volumes, sobretudo, se se resolver a ir incluindo também na própria revista algumas relações das de Bar-

bosa, uma edição do Gandavo. A boa aceitação da obra de Gabriel Soares poderá estimular a redação neste caminho.

Os manuscritos existentes, e que deixo catalogados em bilhetes, perfazem o nº de 500 restando ainda uns poucos por classificar, os quais deixo na gaveta nº 20. E bem que muitos já não sejam inéditos, e outros tenham menos valor, sempre se podem separar ainda mais de 100 dignos do prelo. Dispu-los todos pelas gavetas para melhor serem achados; e se bem que a distribuição ainda não esteja toda segundo a ordem de matérias que adotei, não será mui difícil ir pouco a pouco chegando a esse resultado passando para outra gaveta o mais que nela fique melhor, segundo a seguinte distribuição que adotei e que se poderá aperfeiçoar:

Gaveta 1ª: recibos, contas e atas.

Gaveta 2ª: minutas dos ofícios registrados.

Gaveta 3ª: correspondência de 1838-1845.

Gaveta 4ª: da de 1846-1851.

Gaveta 5ª: expedientes, pareceres, propostas, estatutos, discursos, pontos distribuídos etc.

Gaveta 6ª: memórias, biografias, impressas pela maior parte.

Gaveta 7ª: assuntos gerais do Brasil.

Gaveta 8ª: papéis de S. Paulo.

Gaveta 9ª: papéis sobre maçonaria no reinado do sr. d. João VI.

Gaveta 11ª: Rio Grande do Sul.

Gaveta 12ª: Bahia e vizinhanças.

Gaveta 13ª: Goiás e Mato Grosso.

Gaveta 14ª: Minas Gerais, diamantes e quintos.

Gaveta 15ª: Pernambuco e vizinhanças.

Gaveta 16ª: Amazonas, Rio Negro, Pará etc.

Gaveta 18ª: Rio Branco etc.

Gaveta 19ª: Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Na gaveta 10 acham mais de nº 390 a 445, para serem melhor distribuídos; assim como na 20ª, 23ª e 24ª. Na 21 juntei, como acima disse, os que julgo mais importantes para entrarem no tomo 15 da revista. A 22 foi por mim exclusivamente destinada aos escritos de Baltazar Lisboa, que estão hoje em mão do sr. dr. Perdigão

Malheiro a fim de desempenhar acerca deles uma comissão que lhe deu S. M.; a 28 e 29 têm as obras de Cunha Matos; a 30, a correspondência de Antônio de Araújo sobre a questão da Guiana e outros papéis respectivos ao mesmo assunto; a 25, 26 e 27 só contêm originais de impressos; da 17, 31 e 32 também é quase tudo conhecido. A 33 contém manuscritos que não respeitam ao Brasil; e as quatro, desde 34 a 37, a coleção original da legislação brasileira de Nabuco. A gaveta 38 foi destinada para nela se ir juntando uma coleção completa de relatórios dos diferentes ministros, e as seguintes até a 43 inclusive as falas e relatórios dos presidentes das províncias e a legislação provincial. A gaveta 39 é a da província do Rio de Janeiro. Na 40 está o que respeita ao Maranhão e Pará; a 41 é do Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba do Norte e Ceará; a 42, de Pernambuco, Alagoas, Bahia e Minas; a 43, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Na 44 se incluem relatórios vários sobre coisas do Brasil. As seguintes gavetas, de 45 a 52, aproveitadas para a colocação dos folhetos que quando haja dinheiro muito convirá sejam encadernados em volumes de miscelânea de igual formato, e todos seguidamente numerados a fim de se não desencaminharem.

As coleções dos folhetos são um dos maiores serviços que poderemos prestar à posteridade. Os livros sobretudo de folio nunca se perdem de todo como sucede aos folhetos. Já hoje são raríssimas as publicações avulsas do tempo da Independência do Brasil.

A gaveta 53 contém oito escritos em línguas orientais que foram oferecidos pelo sr. João Antônio Sampaio Viana. A 54, 55, 56 e 57, vários mapas e papéis os não qualificados. A 58 um exemplar do Jaboaão em papel; a 59, várias curiosidades das viagens de Humboldt e Bonpland e a 60 talões antigos do tesoureiro.

Em algumas das gavetas que mencionei há, pois, ainda manuscritos e impressos sobre assuntos diversos; mas assim era necessário para começar a sair do caos; no que antes de mim começava já a trabalhar o sr. Lagos, que tinha tirado os títulos dos primeiros 157 números dos manuscritos; números esses que conservei apesar de não ter encontrado ainda alguns vinte e dois que indico, além de outros de memórias que correm impressos e portanto de nenhum valor. Até o mesmo nº 157 seguiu o sr. Lagos a ordem cronológica das sessões em que foram ofertados, e eu não fiz mais que distribuí-los em gavetas. De 158 em diante a numeração é a seguinte: fui numerando os tais manuscritos à medida que eles se

me apresentavam, de modo que toda numeração não significa mais do que uma marca para procurar a memória que se quer, à vista do índice e a indicação da gaveta. Feito como está o inventário, por meio de bilhetes fácil será dar a estes a ordem que no silêncio do gabinete se julgue mais adequada, antes ou depois da 1ª impressão que deles se faça.

Por esta ocasião lembrarei que ainda há no arquivo grossos manuscritos que devem ser examinados. A distribuição feita uma vez por S. M. produziu assuntos de leitura para algumas sessões, e deu-nos a conhecer o que se encerrava em livros que, a não ser por obrigação, e obrigação tão sagrada, talvez nunca chegaríamos a saber o que continham. Parece-me, pois, que se pode continuar a seguir com proveito igual método acerca de outros manuscritos. Falta porém, ainda acrescentar aos títulos do índice um resumo do juízo apresentado pelos que disso foram incumbidos por S. M.

De mapas sobre o Brasil possui também o instituto uma valiosa coleção. Acham-se catalogados 49, sem contar os dos arredores do Rio de Janeiro por Manuel Vieira Leão e o dos limites do sul por Francisco das Chagas Santos que se acham dependurados na escada da sala das sessões.

De territórios portugueses há também importantes mapas que se poderiam mandar para Portugal, a troco de outros nossos que nos dessem. No número dos mais importantes, considero um pedaço da ilha da Madeira levantado em grande escala.

A ordem que adotei no dispor os livros, que todos fiz carimbar no princípio meio e fim, com a legenda Instituto Histórico – foi a seguinte: chamei 2ª estante a que fica à direita da presidência, 1ª à esquerda ou do lado das janelas, e 3ª a que sucede a esta do mesmo lado. Na 1ª coloquei os livros das associações literárias; na 2ª, tudo que respeita à América; e na 3ª o resto que chamarei poligrafia. Designo na mesma estante a numeração das caixas ou prateleiras começando de baixo para cima, e na mesma caixa a dos livros da esquerda para a direita: assim II ³/₄ quer dizer o 4º livro da 3ª prateleira (começando debaixo) na estante 2ª ou da América. As obras destas três estantes montam a 665, que tantos são os bilhetes delas; e os dos folhetos das gavetas a 545. Nos índices, tanto de impressos como manuscritos, cumpre ainda antes de os imprimir que se adicionem os nomes dos doadores, bem como o valor de cada objeto, segundo é recomendado no art. 17 dos estatutos. Para se saberem os doadores é necessário ler seguidamente

as atas, que ainda estão em registro. Quanto ao arbítrio dos valores, julguei menos delicado ter nisso voto quando era eu o guarda responsável. Trabalhei bastante, mas ainda deixo ao meu sucessor trabalho que exige a presença dele no instituto duas horas por dia.

Ao regularmo-nos pelos oferecimentos que constam das atas, faltam ao instituto muitos livros impressos e manuscritos. Aqueles de que tive conhecimento estão carregados no livro das obrigações segundo ordena o art. 40 dos estatutos.

O livro da matrícula está em dia; e ainda por ele se não fez a lista que recomenda o art. 4º dos estatutos, por convir primeiro receber resposta à circular, que a acompanhou os ditos estatutos e fazer depois a lista e até imprimi-la. Lembro a muita conveniência de se irem formando no dito livro da matrícula algumas datas sobre épocas da vida dos indivíduos, o que pouco a pouco não dá nenhuma dificuldade. Ao menos o dia da morte convém que se lavre logo que faleça o sócio, segundo eu já ia pondo em prática.

A correspondência do meu tempo está também em dia, e tanto a antiga como a moderna se acha toda registrada. Fiz para fora do Império as remessas que julguei mais urgentes, às academias e sócios até o fim deste ano, e passei ao sr. tesoureiro uma lista para que essa distribuição fique bem recomendada. Do registro consta a nota das remessas, e devo aqui lembrar uma ordem expressa de S. M. o Imperador de não ficarem jamais esquecidos os presidentes honorários. S. M. se encarrega de fazer as ditas remessas, e julguei que simplificava o expediente entregando a S. M. seis exemplares de cada número que vai saindo em vez de um só.

Alguns sócios encarregados de comissões por S. M. não têm por ora dado delas conta. As comissões do meu tempo e algumas anteriores estão lançadas nos livros que para isso preparou o meu antecessor. Acerca dos encarregados de algumas delas vai soando a hora de ficarem incursos no art. 27 dos estatutos e de serem despedidos. Creio que se pode isso fazer sem nova prevenção, uma vez que a circular distribuída em fins do mês passado que acompanhava os estatutos já se pode considerar aviso a tal respeito.

Tais circulares foram todas mandadas encher pelo sr. tesoureiro, e eu as assinei segundo ele me as apresentou; foram dirigidas a todos os que se acham como aprovados no livro da matrícula. Até hoje só tive resposta de que se rejeitam aos novos encargos dos srs. José Maria Velho e Nicolau Nogueira da Gama.

Os srs. Manuel Vieira Tosta e Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti e M... Castro Silva declaram que não se tinham por sócios; e o sr. Lino de Moura queria despedir-se; mas o instituto, deferindo a indicação minha, não aceitou a recusa, e por aclamação o declarou sócio honorário na sessão de ontem. Ainda não lhe foi comunicada oficialmente esta resolução.

Receio muito que a elevação a 12\$ da imposição da prestação dos sócios seja causa de que muitos aproveitem a ocasião para fugir. Creio que o Instituto pode igualmente aproveitar a ocasião para ganhar com essa fuga de sócios inúteis, procurando porém conciliar por bons termos os que possam servi-lo ou honrá-lo, como já comecei a fazer, e a alguns indivíduos que vinham em pessoa despedir-se fiz que aceitassem de novo as cartas com que o faziam, só com o dizer-lhes que eu não iria levar tal notícia ao nosso augusto protetor, que o não levaria a bem, etc.

É certo que a prestação dos 12\$ rs. não pode continuar, e se o governo atender ao que acaba de lhe ser representado pelo Instituto teremos, para o ano, das câmaras, uma subvenção que nos dispense das prestações dos sócios; os quais no meu entender só deveriam pagar como assinantes o valor das revistas, quando as quisessem receber; e ainda desta regra conviria fossem excetuados os indivíduos que compõem a mesa administrativa, e aqueles que esta julgasse que pela concorrência que prestam com seus contingentes para a revista, tinham jus a um ou mais exemplares dela.

Ao passo que pareço assim liberal na idéia de se darem grátis alguns exemplares da revista, advogarei aqui toda a possível fiscalização e arrecadação delas, pois se se tornem roupa de franceses deixaremos de vender um só, e sofrerá nossa receita essa quebra.

A procura por dinheiro e por conseguinte, a venda não terá lugar enquanto por algum pequeno empenho se achem de graça tais livros. Neste sentido comecei eu a ser severíssimo, e disso apesar meu se lembraram alguns dos nossos consócios, aliás dos meus mais antigos e íntimos amigos, que explicariam talvez, infelizmente, por arbítrio e despotismo o que não era senão zelo pelo instituto.

Por consentimento dos senhores que constituem a mesa administrativa encarreguei de pôr em dia os livros de registro da correspondência e os das atas ao sr. João Cesário da Silva que pelo seu trabalho durante três meses recebeu 90\$ rs. A correspondência que se achava registrada até os fins de 1842 foi posta em dia; o registro

das atas que se achava em março de 1841 se adiantou dois anos; restando talvez ainda a um escriturário o trabalho de mês e meio; acerca do que há que tomar deliberação.

Em conclusão direi que fiz quanto pude para não desmerecer a honra de sentar-me na cadeira estreada por um de nossos instituidores, o ilustre fluminense Januário da C.^a Barbosa, meu protetor e amigo, cujo nome reverenciarei toda a vida. Se não acertei sempre é porque não fui tão feliz como mereciam minhas intenções. Secretaria do Instituto Histórico 13 de dezembro de 1851 = Francisco Adolpho de Varnhagen.

Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil

(Memória por F. A. V.)

Eis uma questão, de alta transcendência, preliminar à nossa história, e que desejáramos ver tratada sem prevenções, e discutida e esclarecida com o ânimo tão tranqüilo e despreocupado, como temos o nosso ao inspirar-nos as idéias que passaremos a transcrever, depois de assentarmos bem quais sejam reconhecidamente os dotes necessários ao historiador.

No século atual ninguém poderá alcançar este título, sem que a um tempo seja erudito no assunto, filósofo, literato, e até diremos às vezes, poeta. Expliquemo-nos.

Sem erudição no assunto não existe matéria de que escrever história, ou a obra escrita, sem fatos muito averiguados (por mais esmerada que seja a elocução), não poderá ser recebida, sobretudo dos estrangeiros, senão como uma novela ou romance provável.

Mas se ele não é filósofo, isto é, se não tem muito discernimento crítico (para o qual se necessita luzes gerais dos conhecimentos humanos), se é levado pela paixão, maxime por impulsos menos nobres de ódio, ou de despeito, ou de vingança, se não é dotado de independência de caráter, se não professa sãs máximas de política e de ciência do governo, aplicáveis ao seu país, a sua obra será apenas uma crônica, mais ou menos bem escrita, e não poderá satisfazer à condição de ser, além de testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação à qual a história deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas cometidas no passado, a fim de poupar as gerações futuras o cair nos que já custarão tristes experiências a outros.

Venha porém o homem mais erudito nos anais históricos de um país, e seja ele tão filósofo e estadista quanto se queira, poderá ainda escrever uma péssima história, com que não ature um só leitor, se o desalinho da linguagem, e a incorreção de frase a faz confusa ou, o que ainda é pior, se os ornatos pretensiosos, alheios tantas vezes à difícil *facilidade* que deve mostrar o estilo, a tornam desagradável. Na narração histórica o historiador deve, quanto possa, aproximar seu estilo do dos oradores da tribuna. Cumpre ser correto, puro, harmônico e tão elegante quanto possa, sem cair em afetação. Todo escrito histórico depende de narração; e esta se acha submetida aos preceitos da unidade, da verossimilhança, (pois verdades há que mal contadas se tornam inverossímeis), e do interesse para todo o leitor. Estes preceitos não foram conhecidos ou entendidos pelos dois cronistas do Rio de Janeiro, Pizarro e Baltazar, e por isso suas obras não têm quem as leia.

Pelo que fica dito, obvia é a necessidade de que o historiador seja a um tempo erudito, filósofo, e literato. Como porém exigir-se a poesia na história, quando parece que a invenção daquela tão oposta é a verdade nesta requerida.

Entendamo-nos. Exige-se no historiador algum gênio poético mas não para *improvisar*. A poesia, em sua acepção mais lata, tem por fim verdadeiramente a expressão do belo e do sublime, quer com a harmonia da palavra, quer com os sons da música, quer com o pincel ou o cinzel, quer finalmente com as proporções arquitetônicas. Tem alma poética todo o que é capaz de conceber e definir, por qualquer destas formas, o belo e o sublime; mas verdadeiramente, só é poeta o que, em lugar de combinar os sons a manejar o pincel ou o cinzel, ou servir-se do esquadro (isto é, em lugar de ser músico, pintor, escultor ou arquiteto) domina a palavra, e a obriga a moldar-se à sua concepção poética. Fatos há tão sublimes na história de todos os povos, paragens tão encantadoras em alguns países, como o nosso, ações tão belas e generosas de alguns heróis, que o historiador que os não descrevesse poeticamente não interessaria o leitor, de um modo conveniente à própria verdade. Não poderá porém, por via de regra, ter todos os dotes de historiador um poeta, digamos assim, de profissão. A própria erudição histórica que tem de colher, os áridos estudos de política e legislação, a que se deve dedicar, – não se coadunam com a impaciência dos grandes gênios criadores, e seriam, só por si, capazes de sufocar muito estro a menos que o poeta não fosse desses privilegiados do Céu, como os Schiller e os d. Francisco Manuéis, que reuniam ao estro grandes

dotes historiográficos. Deve pois, alguma vez que outra, o historiador sentir como os poetas, e expressar-se como eles, para poder desempenhar o seu mister.

Algumas imagens poéticas não só conciliam às vezes mais interesse, como dão à pintura mais *verossimilhança*.

Agora quanto à *unidade* tão essencial na narração, dá-se ela, por notável coincidência, sempre, não só na história dos povos, como até na da humanidade. Nesta última forma-a a tendência da raça, e dos conhecimentos humanos ao aperfeiçoamento. Na dos povos é vária. Tiro e Cartago viveram com a navegação e comércio, e sucumbiram ante as forças inimigas: a Grécia foi colonizadora, e perdeu-se com a conquista: Roma foi conquistadora, e deixou-se morrer quando lhe faltaram as guerras; as repúblicas de Veneza e Gênova floresceram com o comércio, e quase que só dele: vivem ainda hoje essas duas cidades marítimas que deixaram de ser nações. A unidade nos três séculos e meio da história do Brasil está simbolicamente representada, desde logo depois do seu descobrimento, no haver este nome de Brasil prevalecido ao de Santa Cruz, quando o interesse prevaleceu ao princípio religioso, que presidira às vistas de d. João I, do infante d. Henrique, e do chefe da expedição que primeiro avistou o monte *Paschoal*, e propôs para a terra toda o nome de Vera Cruz. A unidade da história da civilização do Brasil encontra-se principalmente na tendência passada (e presente) de aumentar o estado e os particulares, cada qual para si, suas rendas. Os contratadores de pau-brasil no tempo do rei d. Manuel, os donatários de d. João 3^o, a expedição do hipócrita Villegaignon, as conquistas dos holandeses, as tentativas diversas dos franceses, as perseguições do Santo Ofício, a rebelião dos jesuítas no Uruguai, as imigrações dos europeus para o Brasil quando pobres, e do Brasil para Portugal, quando ricos, o tráfico dos escravos africanos, a serviam dos indígenas, as explorações e colonização dos sertões de Minas, Goiás e Mato Grosso, as guerras dos paulistas com os emboabas, o fabrico do açúcar, a cultura do café, o abandono da do anil, tudo, tudo se explica pela cobiça, único móbil que também desde que se atenuaram as crenças religiosas tem, com pouca diferença, dominado em geral nos povos da Europa, impelidos desde então mais pelos desejos de gozo material, que por fanatismos de religião ou de ambição de glória. É também esse móbil, o principal que tem impellido os Estados Unidos, fazendo-os chegar ao engrandecimento em que se acham, e que continuará a impeli-los até Deus sabe que grau de prosperidade. Denunciando este fato,

longe está do nosso ânimo e intento de condená-lo, e o querer, contra a natureza das coisas, que dele se corrija a nação, que, para seguir prosperando cumpre que, como os Estados Unidos, prossiga neste ponto conseqüente com o seu passado se não quer morrer (do que Deus a preserve). Isto sem detrimento de muitas reformas necessárias que se podem operar, educando e moralizando o povo (começando principalmente pelo clero, dificultando ao mesmo tempo as habilitações em excessivo número nas faculdades de direito e medicina) fomentando obras de utilidade e de arte, pois com estas se sublima o espírito, e procurando finalmente, por meios lentos, cautelosos e políticos, fazer, como se fez em Europa, que em séculos futuros, daqui a duas ou três gerações (antes seria perder o Brasil) não haja um só servo, nem bugres bravos, e todos venham na pátria a ser cidadãos.

Assim pois a verdadeira história do Brasil reduz-se à da colonização, civilização, organização e desenvolvimento deste estado. Ao patriotismo do historiador toca apresentar dela os fatos com dignidade, evitando sobretudo continuar declamações malcabidas, que nada podendo aproveitar à geração atual, só serviriam a deslustrar-nos ante as outras nações. Há verdades acerca das quais o historiador deve proceder como o dramaturgo, que esconde de trás dos bastidores o que julga conveniente à melhoria da sua produção. Sem faltar à verdade poderá algumas vezes o historiador calar ações (boas ou más) desnecessárias, segundo seu modo de ver. E muitas vezes mostrará ele mais mérito em saber calar, que terá tido em escrever uma de suas melhores páginas.

Verdadeiramente só data a moderna *História do Brasil* da distribuição da terra pelos donatários: pois dos chamados indígenas, anteriormente, não há história, senão noções etnográficas, e as expedições, desde Cabral até os donatários, não passam de exploradoras ou guarda-costas. Dizemos que dos indígenas antigos não há história; e melhor é talvez que a não haja, pela mesma razão que parece que quis Deus que não tenhamos a dos tempos heróicos do antigo continente. Essas histórias, se as houvesse escritas, seriam sem interesse algum, pois quase se reduziriam, monótonas, a um catálogo sem fim de sacrifícios bárbaros de gente, que, a cada duas léguas, estavam em guerra uns com outros, e cujos prisioneiros eram moqueados e devorados em bacânicas saturnais. E desgraçadamente quanto mais remontamos ao primitivo estado dos nossos Tupinambás, mais tropeços encontramos para os reabilitar ante a civilização, à qual seguramente nunca teriam chegado, sem os esfor-

ços, quase excepcionais, de abnegação, dos primeiros jesuítas, acompanhados mais ou menos dos constrangimentos da força, a se sujeitarem e a se civilizarem, para cultivarem a terra, e serem úteis a si, ou a seus dominadores. De tudo quanto dizemos temos documentos que apareceram em seu lugar, e são eles que nos darão algumas convicções, que condenarão talvez esses pseudo-filantropos, que pretendem ensinar-nos doutrinas, pelas quais passamos quando tínhamos a idade deles, com menos estudos, menos meditação e menos conhecimento prático da triste humanidade e da vaidade humana.

À vista do que levamos exposto, confessamos que na história do Brasil, que temos entre mãos, não achamos, nem sequer decoroso sacrificar aos botocudos, asquerosamente pervertidos, que antes de Cabral haviam conquistado este abençoado solo, o princípio, apesar de egoísta, civilizador, que organizou a atual nação brasileira. Crie o poeta, que exclusivamente o seja, suas utopias agradáveis; cante embora ao som da lira, como o sublime Caldas (que aliás com justiça censura neste ponto o sr. Magalhães) os encontros da vida selvagem, simpática com o que nela encontrar de belo, “excrete todas as suas *turpitudes*”, diga que os conquistadores tupis eram os verdadeiros donos da terra e chegue se for capaz, com o canto, a convocar os das matas do Amazonas a virem outra vez tomar posse da baía de Niterói, como Apolo convocava as feras. Porém nem em verso, nem em prosa, aventure que eles “são o *instrumento* de quanto no Brasil se tem praticado de útil ou de glorioso”, ou “que o dia de sua inteira reabilitação será o da Coroa de nossa prosperidade”. Mais: cante seus heroísmos satânicos, louve sua covarde resignação forçada, sua indolente improvidência etc.; mas tudo isso, como se costuma dizer, por mera poesia (pois que à verdadeira poesia não é dado faltar a verdade); tudo isso para satisfazer a única missão que ao poeta incumbe Horácio, de “*Animis jurandis*”. Porém como História nacional não; porque a história nacional deve ser a imagem da verdade histórica apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação. Por ventura aspiramos nós a ser selvagens? Ou a render culto e vassalagem aos asquerosos sacrifícios da antropofagia? Só em tal caso se desculparia ao historiador o reabilitar tal estado. Com um dos nossos mais simpáticos amigos e dos primeiros poetas que tem dado a América, diremos pois que parte da poesia brasileira “está nos índios”; – discordamos porém absolutamente em que neles esteja a nossa história; – a história da civili-

zação do atual Império; o termos códigos, o termos cidades, o termos governo, o termos sociedade, o vivermos juntos, sem estarmos às flechadas uns aos outros, o sermos cidadãos, o vermo-nos considerados na comunhão das nações mais civilizadas do globo, e finalmente o termos a dita de possuir um trono ocupado por uma das mais ilustres dinastias do século, trono, digamo-lo de passagem, que na América do Sul, perseguida quase sempre de ditaduras, mostra a experiência ser a melhor garantia da liberdade. A isso direis não são estranhos os descendentes dessas gentes que estavam senhores desta terra e foram levados, por motivos diversos, a abandonar a vida selvagem e a refundir-se nas colônias cristãs. Tendes razão: não são estranhos como muitos asseveram, sem terem examinado antes que fundamento tem para assentar suas proposições: os selvagens que se civilizavam concorreram muito para povoar as colônias, para se encarnarem nelas por casamentos, para formar a nação; mas isso só depois que as mesmas colônias tinham núcleos de cristalização formados com o sangue e a civilização européia. Por tanto somos na essência, corno o prova a língua, de raça latina; como os Estados Unidos o são da saxo-normanda.

Isto é o que é verdade; e por tanto, só isto pode ser a história. Não existe no nosso povo nenhum magnata que blasone de caboclo puro e nem sequer tem representantes conhecidos o herói Camarão (Poty), e os chefes indígenas que ajudaram as fundações de Pernambuco, S. Paulo e Rio de Janeiro. Quanto mais pensamos e discutimos tal assunto, mais nos reforçamos em nossas razões, – e vemos que a sair deste rumo com o fito mal entendido de sermos mais nacionais, nos exporíamos não só a experimentar a incredulidade dos nossos patrícios, que podiam talvez duvidar da sinceridade de nossas opiniões, mas até à mofa dos estrangeiros.

A verdadeira nacionalidade brasileira de hoje nasceu antes da Independência, já existia no arraial do Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos holandeses, e *não era índia*; era crioula e cristã, era por tanto, já há mais de dois séculos, *brasileira*. Foi essa nacionalidade a que alentou e eletrizou os corações dos que ficaram vencedores em Guararapes. – Esses que chamamos, incorretamente, indígenas concorriam nela, não como tipos, mas apenas absorvidos pela raça colonizadora. Tenhamos nós piedade de tais infelizes (muitos dos quais ainda seguem hoje pelos bosques, tragando-se uns a outros sem que nós lhe acudamos pondo cobro às suas torpezas), mas, até por dignidade nacional, não queiramos fazer originar deles as glórias da pátria, por falsas pretensões talvez

(para o explicarmos por algum motivo mais nobre) de uma mais antiga nacionalidade, que acaba por ser subversiva de tudo quanto existe feito, – que *destrói* a nação de raça latina.

A humanidade gloria-se primeiro que tudo da civilização, e fora tanta excentricidade ir hoje um brasileiro blasonar de prender de um antropófago, ainda quando disso tivesse provas, como o fora na Europa ao inglês renegar seu sangue saxo-normando, para se proclamar descendente dos brutos bretões, que em sua ilha encontrou o conquistador Júlio César.

Nos Estados Unidos, nessa nação que tantas vezes citamos por modelo no que menos podemos imitar, não encontrais hoje ninguém que se gabe de ser representante do sangue iroquez ou moicano. – Os patrícios romanos, com todo o seu orgulho nacional, não se davam por descendentes dos ruttullos nem dos etruscos. E o maior monumento literário dor romanos, a Eneida, foi escrito para perpetuar a procedência de muitos deles dos penates colonizadores e conquistadores teucros (e portanto estrangeiros) de que procediam os latinos e albanos. Cantar Enéas, e o

..... genus Unde Latinum

Albanique patres.....

foi o fim a que se propôs Virgílio. E isto, note-se quando às margens do Bósforo e o

“Campus ubi Troja fuit”

Já eram pelas vicissitudes humanas conquista de Roma e seus povos nem tinham os foros de cidadãos romanos.

Ora, quando assim sucedia entre os pagãos, com quanta mais razão nós, nação cristã, devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo, inoculados nesta terra por uma das nações mais heróicas da Europa de há três séculos e meio, cuja língua falamos, e cujos apelidos têm talvez, e não guaranis, os próprios que mais exaltam a selvageria, que, por fim de contas, ninguém pode sinceramente desejar ver de novo triunfante por mais que se adore a novidade: começai primeiro por nos falar em guarani, por transcrever em guarani vossas leis, por fazer. Se sois capazes, que no Brasil todo se fale só o guarani, e clamar então à vossa vontade! Ainda então, a menos que não nos obrigueis a não abjurar da fé, virá o cristianismo a reclamar sua partilha na vossa ideada nacionalidade...

Temos exposto nossas idéias neste melindroso assunto. Devemos a Deus o não sermos hipócrita, e com a fé e o amor à verdade que dele recebemos, não nos é possível deixar de submeter ao público brasileiro, como preâmbulo da história do Brasil, estas nossas opiniões e de exclamar com todo o vigor da alma: “Não, a nacionalidade brasileira atual e futura, não é neta da antropofagia que a raça *tupi* havia trazido à nossa terra”. – *Disse*.

Francisco Adolpho de Varnhagen.

UM SALÃO DO PRIMEIRO REINADO

Um salão do Primeiro Reinado

A vinda da corte portuguesa para o Brasil, trouxe-nos, além do mais, o uso de uma vida social que, pelo menos, seria requintada para o continente americano. De fato, a existência da monarquia entre nós, não nos daria apenas a segurança da unidade política e a supremacia de expressão nacional em face de nossos vizinhos. Entre outras vantagens, tivemos hábitos sociais, até então desconhecidos neste outro lado do Atlântico.

Nossos irmãos do Rio da Prata, aqueles que mais de perto tinham conosco problemas comuns a resolver e a competir, eram justamente os que melhor podiam reconhecê-los e apreciá-los, consoante o faziam, relativamente a todos os demais aspectos.

Faz pouco tempo ouvimos dos lábios de ilustre dama argentina, d. Silvia Saavedra Lamas de Pueyrredon, a seguinte narrativa: o Brasil fora o primeiro país americano a adotar as modas femininas de Paris. Entre 1850 e 1860, Buenos Aires ainda conservava a influência espanhola sobre o costume das damas, que então usavam mantilhas sobre o toucado, sustida por enorme pente. D. Luiza, mãe de d. Silvia, e filha caçula de dom Andrés Lamas, ministro do Uruguai no Brasil, nascera em Petrópolis e aqui residira muitos anos, por mais de uma etapa. Mocinha, foi certa vez a Buenos Aires, em férias diplomáticas do pai. Levando os hábitos em voga no Rio de Janeiro, apresentou-se nas “calles” portenhas com touquinha presa ao queixo por largas fitas. Causou logo sensação, ouvindo elogios: “Mire la brasileña, como está bien!”

Em defesa dessa tese, há um depoimento dos mais expressivos. Em 1830, está como ministro da Argentina no Rio de Janeiro, dom Tomás Guido, amigo e companheiro de San Martín e representante direto do caudilho dom Manuel Rosas, ditador de Buenos Aires.

Por gentil obséquio do dr. Carlos Alberto de Pueyrredon, ilustre historiógrafo e homem público argentino, obtivemos cópia de uma carta, existente no “Archivo General de la Nación”, da capi-

tal platina, e dirigida por Tomás Guido à sua mulher, dando-lhe notícia de uma recepção no solar da baronesa de Campos.

Antes de reproduzirmos o documento, vamos elucidar a pessoa e a sua residência.

D. Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, oriunda de distinta família fluminense, nasceu no Rio de Janeiro. Nos fins do século XVIII casou-se com Braz Carneiro Leão, do qual se tornou viúva a 3 de junho de 1808.

Em atenção às suas virtudes e aos serviços que prestara seu esposo, diz Joaquim Manoel de Macedo no *Suplemento do Ano Biográfico*, volume 4, p. 33, o príncipe regente agraciou-a com o título de baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacazes, por decreto de 7 de dezembro de 1812.

Fundado o Império, recebeu ainda a baronesa honras de grandeza e a nomeação de dama de Sua Majestade a Imperatriz.

Seu filho, José Alexandre Carneiro Leão, que seria visconde com grandeza de São Salvador de Campos, casado com sua sobrinha Elisa Leopoldina Carneiro Leão, segunda filha dos condes de Vila Nova de São José, José Fernando Carneiro Leão, que era também pai da marquesa de Maceió, teve a alta missão de acompanhar de Nápoles para o Brasil a terceira imperatriz dona Teresa Cristina.

Dona Ana Francisca Rosa Maciel da Costa Carneiro Leão, baronesa de Campos, falecida em avançada idade a 12 de junho de 1832, residiu em um solar fluminense de imperecível memória nos fastos sociais da capital brasileira, sendo ela, sem dúvida, a precursora no renome conquistado pelo histórico edifício.

Era a moradia localizada onde hoje se acha o palácio de sua eminência o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro.

A baronesa de Campos, dama dos de maior trato social de sua época ali abria os seus salões para a corte e a melhor sociedade contemporânea, instituindo uma data especial para a mais expressiva de suas recepções. Era o dia 15 de agosto, dia de Nossa Senhora da Glória, padroeira da igreja do “Alto do Morro”, fronteiro à sua residência, e templo da devoção da família imperial.

Naquele mesmo edifício, iria habitar depois o visconde de Meriti, onde novas consagrações sociais fariam aumentar o seu valor tradicional. Devido sobretudo ao prestígio mundano de sua filha, Elvira Bahia, o palacete da Glória continuou a receber as princi-

pais famílias fluminenses, notadamente nos jamais esquecidos saraus do dia 15 de agosto.

Tão forte se tornou esse hábito de bom gosto e sociabilidade que, quando o destino levou o prédio a ser ocupado pelo Ministério de Estrangeiros do Império, este se julgou no indeclinável dever de observar a tradição, abrindo os seus salões para bailes de galas, no dia de agosto consagrado a Nossa Senhora da Glória.

Foi assim, nesse edifício que, iniciadora da amável praxe, a baronesa de Campos abriu as suas portas para o mundo fluminense, com a presença do ministro Tomás Guido, o pitoresco e insuspeito narrador do acontecimento, através da referida carta dirigida à esposa, cujo texto integral vamos apreciar:

Río de Janeiro Agosto 18 de/830

Mi Pilar muy querida.

Te ofrecí en mi último número comunicarte lo que hubiese notable en la reunión que se preparaba en la casa de la S.^a Baronesa de S.^a Salvador en la noche del 15, y aunque hay poco interesante que decir, te referiré lo que vi.

A las siete de la noche comenzaron á llegar á la casa los embajadores y miembros del cuerpo diplomático, y recibidos sucesivamente por el hijo de la Baronesa eran presentados á esta Señora, cuya edad no bajaba de sesenta y ocho años, estaban con ella varias Señoras de la corte vestidas de blanco, de seda, punto ó muselinas, y al estilo vigoroso de las últimas modas francesas: la cabeza descubierta y con peinados semejantes al que te mandé, matizados de flores de mano, u otros adornos, y aunque no cargadas de alhajas, con las suficientes p.^a completar la compostura.

A las 8 entró el Emperador y la Emperatriz, su hija D.^a María Francisca, y la Reina de Portugal: al cuerpo diplomático lo recibió en la antesala, y siguió con la comitiva imperial á la sala preparada para ver los fuegos.

Inmediatamente vinieron todas las Señoras á besar la mano al Emperador y a la Emperatriz inclinando á tierra una rodilla: siguieron esta ceremonia los chambelanes: y gente de palacio y quedaron en pié en la misma pieza.

Sus Majestades se dirigieron luego al cuerpo diplomático que presenciaba aquel ritual formando un semicírculo, y fueron saludando una á uno á todos los Ministros. El Emperador me presentó á su esposa p.^r la primera vez, quien tuvo conmigo un rato de conversación. Esta Señora: cuya descripción te hé hecho en otra carta, reúne a la circunspección de una dama la mayor amabilidad. – Réstame ahora describirte su traje.

Yba vestida la Emperatriz de terciopelo punzó con un corte en la bata semejante al que tu tienes, en un vestido plegado en el centro del pecho, y guarnecido de una blonda blanca ó encaje de hilo de dos tercias: manga corta guarnecida también de un encaje de dos dedos, tres pulseras en cada brazo, y ricas sortigas de brillantes: un solitario de arfiler: collar de perlas mayores que un garbanzo, sarcillos iguales al collar, un adorno pequeño en el centro de los

bucles con tres pendientes de penas en figura de almendra, sombrerito de paja de Italia levantado al frente, y cuatro plumas blancas zapato del collar del vestido. – El Emperador vestía de paisano.

Por lo inútil que sabes que yo soy para dar razón del traje de las Señoras en una reunión, puedes calcular que sólo el deseo de informarte con propiedad fue capaz de sujetarme a observar inmediatamente las circunstancias que te he referido: voy también á darte alguna idea de otros incidentes de la misma sociedad para que te sirvan para tomar alguna luz sobre las costumbres de este País.

Las Señoras que habían concurrido ocupaban un frente y dos costados de la Sala, una que otra palabra conversaban entre sí; y niñas y ancianas estaban mezcladas: la Emperatriz, la Reina de Portugal, y D.^a María Francisca: (niña de 7 años) dos damas de palacio y la dueña de la casa tomaban solas uno de los costados: ningún varón fue osado á sentarse ni aún á ir á conversar con alguna de las concurrentes: todos permanecían en pié en el lado vacío, donde estaba colocado un piano: el Emperador sin sentarse tampoco era el único que se acercaba á una ú otra Señora. – Aquí observé que la Emperatriz había introducido en estas reuniones la costumbre, de que las Señoras permaneciesen sentadas, aún cuando el Emperador hablase con ellas: dos años antes se habría mirado esto en la corte como un desacato.

Era también de uso en la misma época que cuando la Emperatriz se ponía en pié todas las damas se parasen, pero noté que habiendo intentado hacerlo una vez las Señoras con motivo de haberse levantado la Emperatriz á hablar cor su camarera, una baronesa, que la ha acompañado desde Europa, no lo consintió. – Estas reformas, que son el fruto de la educación que reciben hoy las princesas en las primeras cortes Europeas, eran en ésta más necesario que en ninguna parte porque á pesar de ser una monarquía constitucional y montada sobre principios liberales, se conservan en ella mucha parte del ceremonial de la corte de Lisboa.

Los fuegos artificiales principiaron á las 8 y media y concluyeron á las diez: se sirvió luego un refresco de dulces secos, y algunas bebidas como en nuestras tertulias, y a las 10 y media pasó la familia imperial al comedor donde estaba preparada una cena de fiambres y dulces muy moderada: mientras cenaban, la acompañaban el cuerpo diplomático, los Ministros del Imperio y algunos chambelanes: el Emperador no estuvo diez minutos en la mesa: luego que volvió á la sala de recibo pasaron las Señoras á cenar y fueron servidas como en nuestras mesas por algunos de los más comedidos. – Después de las Señoras cenaron los Ministros imperiales y el cuerpo diplomático: es en este círculo donde solamente se encuentra aquí franqueza, buen humor y llaneza de los hombres de mundo. El Embajador de Rusia, que gasta aquí un tren regio, es un hombre tan franco y tan amable que destierra toda etiqueta. Los Ministros de Inglaterra, de Austria, de Francia, de Nápoles, de Dinamarca, en fin, sin excepción, todos los agentes extranjeros que actualmente se hallan en el Janeiro forman una sociedad amena y libre.

A las 11 se bailó una contradanza, que duró más de una hora con la misma figura con que principió: los jóvenes criados de palacio fueron los que bailaron con las señoritas que en general se desempeñaban bastante bien. – A las doce

y media se bailo otra contradanza francesa, y á la una se retiro la familia imperial, y concluyó la soirée.

Quizá he andado sobrado minucioso en la relación que te he dado de la función, pero creído que encontrarías un agradable entretenimiento en saber que estos pormenores, que son *exclusivamente para satisfacer tu curiosidad, y no de alguna otra persona.*

Se me ha asegurado que el Paquete Muteé debe llegar de esa dentro de pocos días. – Si es así espero recibir p.^r él ordenes para regresar, y en tal caso me prepararé para aprovechar el Paquete de Septiembre. – Nada hay peor para un hombre de mi posición actual que la incertidumbre de su destino. – Mil cosas dejo de hacer por no saber si me voy ó me queda.

No estás cansada de las cartas mías? discúlpame porque es el más dulce entretenimiento de tu

Guido.”

Essa carta de dom Tomás Guido, pela qualidade do autor, o assunto e os detalhes tratados, é um esplêndido documento na definição da vida social do Brasil, no fim do Primeiro Reinado.

Alcindo Sodré

NOTICIÁRIO

Noticiário

Em 8 de janeiro de 1949.

Senhor ministro:

Em obediência ao regimento deste museu, venho apresentar a vossa excelência, o relatório sobre a vida do Museu Imperial, no decorrer do ano de 1948.

1. Serviço Auxiliar

Seção de Administração

Foram expedidos 525 ofícios, 10 processos, 126 cartas, 80 portarias, 62 requerimentos, 57 atestados, e recebidos 109 ofícios, 12 processos, 193 cartas, 25 portarias, 264 cartões, 35 circulares, 5 relatórios, 18 telegramas.

2. Visitação

De 1 de janeiro a 31 de dezembro, foi o Museu Imperial visitado por 101.199 pessoas, sendo 40.054 homens, 44.951 mulheres, 6.159 crianças e 10.035 pessoas constantes de visitas coletivas.

Reproduzindo-se a estatística da visitação dos últimos 6 anos, temos:

1943	22.099
1944	32.837
1945	54.611
1946	91.154
1947	85.881
1948	101.199

Como se vê, 1946 teve sobre 1945 um espantoso aumento de 36.543 visitantes, 1947 decresceu de 5.273 comparado a 1946, e 1948 teve sobre 1947 o apreciável aumento de 15.318 visitantes.

Entre os visitantes de caráter coletivo, destacam-se os ex.^{mos} srs. ministro da Educação prof. Clemente Mariani, ministro da Agricultura, dr. Daniel de Carvalho, senador Artur Bernardes, embaixador do Chile, dom Osvaldo Vial, deputado Cirilo Júnior, ministro de estado da Holanda Van Zeeland, vice-rei do Canadá, marechal Harold Alexander, visconde de Tunis, coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, governador do estado do Rio de Janeiro, deputados Aureliano Leite, Bení de Carvalho, Toledo Piza, Manuel Duarte, Bonifácio de Andrada, José Augusto, Antero Leivas, e Juracy de Magalhães, senador Ivo de Aquino, governador do Paraná, Moysés Lupion, deputado Glicério Alves, ministro da União Sul Africana sr. Eugene K. Scallan, deputado Samuel Duarte, presidente da Câmara dos Deputados, James Bruce, embaixador dos Estados Unidos na Argentina, bispo do Crato, dom Francisco de Assis Pires, bispo de Petrópolis, dom Manoel Pedro da Cunha Cintra, deputado Gilberto Valente, arcebispo metropolitano de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, ministro do Supremo Tribunal Federal, Laudo de Camargo, senador Etelvino Lins, deputado José do Rego Maciel, embaixador da Venezuela, sr. José Rafael Pocaterra, senador Durval R. da Cruz, deputado José Monteiro Soares Filho, prefeito de Niterói, José Ignácio da Rocha Werneck, presidente eleito do Uruguai, sr. Batlle Berres, embaixador da Espanha, conde de Casa Roja, embaixador do Uruguai, G. B. Eccker, príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha, Philippe Josias, J. E. de Macedo Soares, Heitor Beltrão, Centro do Professorado Paulista, federação das bandeirantes do Brasil, visita patrocinada pelo *O Globo*, *O Globo Juvenil* e *Gibi*, acompanhados pelos profs. Silveira Sales, Ernani Bastos e redator Rubens de Oliveira, professores do curso de férias da faculdade nacional de filosofia, doutorandos da faculdade de medicina da Bahia, estudantes da escola de engenharia de Porto Alegre, turistas norte-americanos, princesa Isabel, condessa de Paris, alunos da escola nacional de educação física do Rio de Janeiro, turistas argentinos e uruguaiois, alunos da escola de química de Pernambuco, alunas do colégio de Sião, d. J. Lyon, cônsul da Costa Rica, oficiais do navio de guerra francês *Jeanne d'Arc*, alunos do ginásio Anchieta de Niterói, alunos da escola normal de Juiz de Fora, alunos da escola mista nº 17, de Petrópolis, alunos do colégio Pedro II, alunas do ginásio N. S. do Amparo, de Barra Mansa, alunos do colégio Batista do Distrito Federal, caravana



Visita de Alexander de Tunis, vice-rei do Canadá, ao Museu Imperial

da associação dos servidores do Ministério da Educação, professor John Elliot, fisiologista norte-americano, alunos do colégio Cardeal Leme, do Distrito Federal, alunos da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, turistas venezuelanos, Morgan Firestone, diretor da fábrica norte-americana Firestone, estudantes da universidade da Bahia sob a chefia do prof. Elsiôr Coutinho, Procópio Ferreira, alunos do ginásio Vieira do Distrito Federal, delegados da assembléia geral de Geografia do IBGE, caravana do Centro do Professorado Paulista, doutorandos da faculdade de Medicina de Porto Alegre, irmãs dominicanas do Distrito Federal, alunas do colégio N. S. das Dores de São João del Rei, alunos do Instituto de Educação do Rio Grande do Sul, escoteiros do C. R. do Flamengo, alunos do colégio Frederico Ribeiro do Distrito Federal, alunos do colégio Salesiano Santa Rosa de Niterói, estudantes de Odontologia do Uruguai, diretório acadêmico da Escola Nacional de Engenharia com colegas de Córdoba, na Argentina, professores da Escola Normal Puríssimo Coração de Maria de Rio Claro, São Paulo, alunas do colégio Assunção do Distrito Federal, alunas do colégio N. S. de Lourdes, de Curitiba, alunos do Instituto Educacional de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, professores do ensino profissional de São Paulo, Niterói, Porto Alegre, Campos e Distrito Federal, alunos do ginásio N. S. do Carmo, de Guaratinguetá, oficiais e cadetes norte-americanos, caravana da associação dos servidores do Senai, alunos da escola técnica de comércio de Minas Gerais, alunos do colégio Brasil de Niterói, alunos do colégio Stela Matutina de Juiz de Fora, seminaristas da congregação da missão de Petrópolis, alunos da escola nº 15 de Piraí, alunas do colégio Sacré-coeur de Marie do Distrito Federal, alunos do colégio S. Marcelino do Distrito Federal, estudantes da faculdade de ciências políticas e econômicas do Distrito Federal, alunos do colégio Arte e Instrução e colégio Pedro II, colégio Santa Catarina e escola técnica nacional do Rio de Janeiro, caravana do instituto de psiquiatria do Rio de Janeiro, caravana da 4ª região militar, engenheiros chilenos, funcionários do instituto nacional do sal, colégio Notre Dame do Rio de Janeiro, comandante e oficiais do navio-escola espanhol *Juan Sebastian d'Elcano*, instituto Rabelo do Distrito Federal, membros do 19º congresso pan-americano médico-homeopático, alunos da escola de comércio N. S. de Lourdes de Botucatu, colégio São José do Distrito Federal, comitiva da asso-

ciação dos rádio-ginastas do Rio e São Paulo, alunos do colégio Belisário dos Santos do Distrito Federal, grupo escolar Botelho Reis de Leopoldina, grêmio estudantil Rui Barbosa, padres franciscanos da Colômbia, México e Brasil, membros do congresso eucarístico de Porto Alegre, alunos da escola México do Distrito Federal e da escola Gonçalves Dias, alunos do colégio Leopoldinense de Leopoldina, comandante e oficiais do navio-escola *La Argentina*, membros do instituto pan-americano de geografia, turistas de Sergipe, Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí, funcionários do IPASE, alunos do grupo escolar D. Pedro II de Petrópolis, e da associação escoteira Barão do Rio Branco do Distrito Federal.

3. Doações

Sr. Floriano Reis – uma espada, contendo as armas imperiais e a sigla P II; dr. Maciel Pinheiro – folhs. “Altwiener”, “Porzellan” e “Dresden China-frech Tapestry”; Eloá Paula Pessoa – jornal de 12/12/1891 – Martins Soares, ano II, o jornal de 29/07/1900, 2^a ed.; frei Estanislau Schaette – fotografias da Av. 15 de Novembro, em Petrópolis; d. Zélia Gonzaga Peixoto de Castro – um prato de porcelana que pertenceu ao barão de São Francisco de Paula; príncipe dom Pedro de Bragança – um par de meias que pertenceram à princesa Isabel; sr. Jaroslau C. Pens – uma litografia de Grevedon segundo F. Winterhalter, representando d. Francisca, princesa de Joinville; família Spangenberg – 7 leques, sendo 2 de marfim, 1 de charão e os restantes de madeira; sr. Ernesto Correia Lima – dois quadros do pintor James Stewart, representando o comendador Antônio José Correia Lima e sua esposa Maria Carmelina Ferreira de Lima; d. Áurea Modesto Leal – (por intermédio do sr. Mário Santos) – uma dúzia de pequenas cruces de madeira pertencentes a mobiliário imperial; prof. Maciel Pinheiro – o dicionário bio-bibliográfico brasileiro, de Argeu Guimarães; dr. Cláudio Ganns – o folheto brasileiro “Grito do Ipiranga”, de Pedro Vitorino Coimbra; sr. Manuel Rebelo – o folheto “Sentinela da Monarquia”; d. Branca Ribeiro Guinle – uma cadeira de braços com assento e encosto oval de palhinha, e um peso para papéis de bronze, em forma de badalo; prof. Pedro Calmon – um prato de porcelana branco, com as iniciais E. M., que pertenceu ao

barão Egas Moniz Barreto de Aragão e Menezes; viúva Alberto Morais Martins Catarino – uma xícara de porcelana, com as bandeiras do Império do Brasil e Reino de Portugal entrelaçadas; sr. Otávio Correia de Guamá – dois quadros com fotografias da família imperial, um medalhão com o retrato em miniatura de Francisco Acácio Correia, uma comenda de Cristo que pertenceu ao comendador Antônio José de Miranda, um cofre para jóias, de tartaruga e prata, uma fosforeira de tartaruga e prata, que pertenceu ao barão de Guamá, almirante Gago Coutinho (por intermédio do sr. embaixador José Roberto de Macedo Soares) – quatro cópias fotostáticas constantes de assinaturas feitas pelo imperador do Brasil, d. Pedro II, no livro de visitantes do observatório astronômico de Lisboa, e um comunicado do conde de Aljezur sobre a visita de d. Pedro II ao mesmo observatório; sr. Guilherme Leite Tré – uma espada que pertenceu ao capitão Roberto de Faria Tré; d. Áurea Modesto Leal – um consolo de jacarandá, com a coroa imperial sobre a letra T; d. Dolores do Rego Barros Mac Dowell – três túnicas de uniforme de ministro de estado do Império, pertencentes, outrora, ao conselheiro Samuel W. Mac Dowell; d. Eugenie Juliette Leon de Barros de Icaraí – um berloque de relógio constando de uma ametista, com as armas do 1º barão de Icaraí; sr. Paulo da Mota Maia – um prato de porcelana, para sopa, do serviço do conde da Mota Maia; sr. Pedro Brando – um arreio completo, com as armas imperiais de Pedro II; sr. Inácio Areal – um par de jarros de porcelana branca, com alegorias a cores; sr. marquês de Barral – três maços de cartas, escritas por d. Pedro II; S. A. princesa Isabel, condessa de Paris – a miniatura que representa a princesa de Joinville; dr. Pedro de Paranaguá – as fotografias: baronesa de Loreto, 3 fotos de d. Pedro, d. Luís e d. Antônio; sr. Roberto Heymann, por intermédio do sr. Djalma Fonseca Hermes – duas estampas de gravuras, representando, respectivamente, o duque de Nemur e a família d’Orleans, e um folheto, sobre a Estrada de Ferro Santa Catarina a Porto Alegre; sr. Luís Afonso d’Escragnolle – o vol. enc. *Essai sur la Psychologie*; sr. Leone Ossovigi – 56 documentos e mais uma pasta de couro, com as armas imperiais em metal amarelo; The Library Of Congress – o trabalho de Willian B. Honey *The art of the potter*; Museu do Estado da Bahia – um folheto brasileiro *Candomblés da Bahia*; sr. Sérgio Lopes de Castro – um sabre-baioneta usado na Guerra do Paraguai; d. Heloísa A. Plinto do Nascimento – uma

colher de servir peixe, em prata, de manufatura portuguesa, com as iniciais J. J. A.; Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil – um exemplar de *Pelo Sertão*; sr. Joaquim de Sotto Mayor – uma carta geográfica apresentando os reinos de Portugal e Algarves; prefeitura de Belo Horizonte – um exemplar da medalha comemorativa do cinquentenário da nova capital de Minas Gerais.

4. Aquisições

Foram adquiridos os seguintes objetos: o opúsculo de Júlio Mahy *Algumas Palavras Sobre a Pena de Morte*, com palavras de Pedro II (a d. Maria Alice Freitas), um prato de porcelana com armas imperiais, um retrato de Pedro II, a meio corpo, em uniforme de gala, litografia de A. de Pinho e impressão de Rensburg (ao sr. Antônio Gonçalves), uma espada da guarda nacional, com armas do Império e na lâmina as legendas “Imperador e Nação” e “Pátria e Constituição” (ao sr. José Aristides Vieira), uma xícara para chá, e uma taça de champanha do barão de Santa Maria Madalena, uma taça de champanha do barão de S. Carlos e uma xícara de café do barão de Araújo Maia (ao dr. Antônio de Avelar Fernandes), duas salvas de prata do barão de Quartim (ao dr. Silvio Leitão da Cunha), um prato de guardanapo do barão de Guaribu, um cálice de cristal verde do barão de Potengi (ao dr. Antônio Avelar Fernandes), uma guarnição para decote de vestido de baile, em prata dourada, rubis e diamantes, jóia européia (ao sr. Almir do Amaral Manhães), doze insígnias de cavaleiro da Ordem da Rosa, em ouro, diversos tamanhos e modelos, dez ditas de cavaleiro da Ordem de Cristo, um broche em ouro com o busto de Pedro II, um distintivo de ouro da época da Maioridade, uma medalha de grã-cruz da Ordem de Cristo, um relógio de bronze dourado que pertenceu a Félix Emile Taunay, três peças de talheres com o brasão dos Baurepaire, um passador de ouro e esmaltes com as miniaturas da Rosa, Cruzeiro e Cristo, uma medalha de oficial da Campanha Cisplatina (1811-12) em ouro, dois botões de lapela, da Maioridade, uma espevitadeira de prata, estilo d. João V, uma estampa litografada e colorida, representando a imperatriz Amélia (ao sr. Francisco Marques dos Santos), um retrato a óleo de d. João VI por D. A. de Sequeira (ao sr. Carlos Alberto Pinto de Vasconcelos), três copos de cristal com a coroa de marquês e a inicial T, uma xícara de porcelana do barão de Paranaúna, um prato de porcelana do barão de Mota Maia, uma xícara do mesmo titular, e uma

xícara de café do barão de Paranaúna (ao sr. Manoel Rabelo e Almeida e Silva) 54 objetos, entre gravuras, cristais, porcelanas, documentos e fotografias referentes a Petrópolis (ao sr. João Duarte Silveira).

5. Inventário

Deram entrada no Museu, no decorrer do ano, 1.845 objetos, entre doações e aquisições, no valor de Cr\$ 489.844,30 (quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro cruzeiros e trinta centavos).

6. Divisão de Documentação Histórica

6.1. Seção de Biblioteca, Filatelia, Mapoteca e Estampas

a) *Biblioteca:*

Prosseguiu o tombamento das obras entradas, cujo número atingiu, em 1948, a 869, que somado ao ano anterior, perfaz um total de 2.933.

Continuou a ser feita a catalogação dos livros existentes, pelo sistema decimal de Dewey, organizando-se o fichário pelo processo dicionário, para maior facilidade da consulta.

Apesar da existência de um cargo de bibliotecário-auxiliar na lotação do Museu, até hoje não foi possível o seu preenchimento, e a falta desse técnico, como é natural, tem retardado e prejudicado o andamento desse serviço.

Para que esse importante setor não permanecesse paralisado em suas atividades, consegui da prefeitura municipal o empréstimo de um bibliotecário, na pessoa da srta. Edel Cerqueira Gomes, para, uma vez por semana, orientar os trabalhos de classificação e catalogação.

b) *Mapoteca:*

Foi enriquecida esta seção com valiosa coleção de mapas antigos, doada pelo sr. Jorge Rabay, e trazida de França pelo secretário do Museu, Luís Afonso d'Escragnolle, além de outras doações.

c) *Estampas:*

Atingiu o seu tombamento a 11 peças, num valor de Cr\$ 5.640,00, todas por doação.

6.2. Seção de arquivo, documentação fotográfica, publicações e intercâmbio cultural

a) *Arquivo:*

O arquivo do Museu Imperial, já era apreciável, pelo número e valia dos documentos, quando, no mês de maio, foi recebido de França, o valiosíssimo arquivo da Casa Imperial do Brasil, composto de cerca de 60.000 documentos. Obteve o Museu um arquivologista para preencher a vaga de cargo de sua lotação, e esse funcionário, embora sem poder dispor de auxiliares, deu logo início a sua classificação e catalogação. Foram assim preparados perto de 600 documentos, dos quais foram elaboradas 1.325 fichas. Grande tem sido a consulta ao arquivo, e, atendendo a pedidos de estudiosos, foram remetidas 164 cópias datilográficas e 2.564 cópias fotostáticas, contando-se, entre as remessas, as destinadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras, Congresso Histórico da Bahia, legação do Egito, e professores de universidades norte-americanas e da Venezuela.

b) *Publicações:*

Infelizmente, permanece o retardamento das edições do Anuário do Museu Imperial. O último número editado é o V, referente a 1944. Acha-se na empresa editora “A Noite” e na Imprensa Nacional, os originais referentes a 1945 e 1946.

Nem mesmo o recurso, autorizado por vossa excelência de mandar editar simultaneamente dois números, como tal foi a última providência, a fim de ser recuperado o atraso, logrou melhorar a situação.

Na média, tanto uma, como outra dessas editoras, gastam dois longos anos na elaboração de um só volume!

c) *Intercâmbio cultural:*

Realizaram-se, no salão de conferências do museu, duas séries de palestras – uma, a cargo da Associação de Cultura Franco-Brasileira em que falaram os srs. Michel Simon: *De l’humeur rose à l’humeur noir*; dr. Olímpio da Fonseca: *Investigadores franceses no Brasil*; Paul Ronai: *Tuer le mandarin*; Daniel Villey: *Karl Marx*; dr. Alceu de Amoroso Lima: *André Gide*; Jacques Boudet: *La poésie française depuis 1945*; Jacques Billard: *Le destin de l’homme dans le monde actuel*; Ducliese de la

Rochefoucauld: *Anna de Noailles*; – outra, organizada pelo Instituto Histórico de Petrópolis, com o seguinte programa: *Comemorativa do tricentenário da Batalha dos Guararapes*, sendo oradores o coronel Soares Dutra e dr. Guilherme Auler; *Colonização de Petrópolis*, sendo orador Lourenço Luís Lacombe; *Elevação de Petrópolis à categoria de cidade* sendo oradores Vicente Amorim e o prefeito de Petrópolis, Flávio Castrioto; *Decênio do Instituto*, sendo oradores Leão Teixeira Filho, Cláudio Ganns e Lourenço Lacombe, que leu um trabalho de Alcindo Sodré.

Além desses, realizou o jornalista português Armando de Aguiar uma palestra acerca de: *Petrópolis e Sintra – musas inspiradoras de reis e poetas*.

Na sala de leitura, foi realizada, a 24 de abril, expressiva cerimônia, sob a presidência do sr. ministro Clemente Mariani, inaugurando-se ali uma placa, com os dizeres: “Nesta sala, durante cinco verões, Afrânio Peixoto disse coisas. Que coisas! E como as disse!”. Além do ministro, fez uso da palavra o professor Pedro Calmon, e entre as pessoas gradas presentes ao ato, estava o governador Edmundo de Macedo Soares e Silva.

7. Divisão da Monarquia Brasileira

Deram entrada nessa divisão 85 objetos históricos, na importância de Cr\$ 212.180,00, entre doações e aquisições. As doações, em número de 14, constantes de 40 objetos, foram avaliados em Cr\$ 148.920,00.

As aquisições, em número de 45 objetos atingiram a importância de Cr\$ 63.260,00.

8. Divisão de Ourivesaria

A divisão de ourivesaria, além do trabalho de rotina, tais como informações de processos e classificação de material histórico, completou a catalogação das jóias, prataria e miniaturas, e realizou um fichário dos prateiros brasileiros.

9. Filmes educativos

De janeiro a março, período das férias escolares, realizaram-se, na sala de conferências, projeções de filmes educativos para estudantes de curso primário e secundário, gentilmente cedidos pela empresa petropolitana de cinema.

10. Livro para visitantes

No livro para impressões e assinaturas de visitantes do Museu Imperial, foram escritas as seguintes palavras:

“Visitando este Museu, quero, inicialmente, prestar minha comovida homenagem à veneranda memória de d. Pedro II, justamente cognominado – o Magnânimo –, a quem o Brasil deve um preito da maior gratidão pelo muito que por ele fez e, principalmente, pelos magníficos exemplos que nos legou. Possamos, nós outros, seus antigos súditos e compatriotas honrar-lhe a memória, servindo com devotamento a esta pátria que ele tanto amou.

Por último, também desejo consignar aqui a excelente impressão que recebi da boa ordem que verifiquei, graças à ação do seu atual diretor. (ass.) *Arthur Bernardes*”.

“Sirva esta obra de criação de Alcindo Sodr  de exemplo e de estímulo a todos os brasileiros. A inteligente e indefectível dedica o do diretor do Museu Imperial vale como um resgate da censurável indiferença votada por nossos homens públicos, salvo raras exce es, às coisas belas e nobres de nosso passado histórico. E há de ser necessariamente nas fontes desse passado que as gera es que passam na hora presente precisam de, avidamente, buscar li es para eleva o do nível moral e intelectual do regime e de seus homens. (ass.) *Carlos Cyrillo Júnior*, deputado federal por S. Paulo”.

“Os homens de hoje devem se orgulhar de seu passado histórico e seguir a trilha luminosa de seus pr -homens.

A visita que faz a delega o de formandos da escola de engenharia da universidade do Rio Grande do Sul, robustece a fé em nossos destinos, com tão nobilitante passado. (ass.) *Prof. Lélis Espartel*.”

“A visita a esta casa tão bem guardada pelo carinho do seu digno diretor,   motivo de grande satisfa o para todo o brasileiro, cioso de tudo que diga respeito ao passado glorioso do nosso Brasil. (ass.) *Laudo de Camargo*.”

“Admira o! Eis o que me ocorre dizer. (ass.) *José Bonifácio Lafayette de Andrada*. Deputado federal por Minas Gerais.”

“Esta casa, do glorioso passado do Brasil, honra os seus administradores e organizadores. Não existe outra no país, melhor organizada e que melhor diga do nosso passado glorioso. (ass.) *Luís de Toledo Piza Sobrinho, Aureliano Leite*. Deputados federais por S. Paulo.”

“A obra é o espelho do homem que a criou. Alcindo Sodré erigiu um monumento de cultura para a reverência cívica dos brasileiros aos homens que impulsionaram o progresso do país na etapa áurea do Império. (ass.) *Juracy Magalhães*. Deputado federal pela Bahia.”

“Esta casa causa justo orgulho a todos os brasileiros. (ass.) *Etelvino Lins, José Rego Maciel*. Senador e deputado federal por Pernambuco.”

“A assembléia nacional de geografia, por alguns de seus membros aqui presentes, registra sua admiração pela grande obra de culto ao passado. (ass.) *Mário Melo* (Pernambuco), *Custódio Toseano* (Rio Grande do Norte), *Cícero Moreira* (Espírito Santo), *Bueno de Azevedo Filho* (São Paulo), *Joaquim Alves* (Ceará), *J. C. Oliveira* (Pará), *Valdemar Paranhos de Mendonça* (Distrito Federal), *Virgílio Corrêa Filho* (Mato Grosso), *P. Ribeiro* (Sergipe), *Oscar Carvalho* (Bahia).”

“O passado e a tradição de um povo, é a segurança do seu progresso. A pátria tem traçado, nesta casa de veneração da nacionalidade, o penhor seguro dos seus históricos destinos. (ass.) *Moysés Lupion*. Governador do Paraná.”

“Del país hermano y vecino, esta visión retrospectiva de la grandeza del Brasil Imperial e la plena realización de la República, de estos Estados Unidos del Brasil que a nombre de mi Patria saludo y respeto. (ass.) *José Rafael Pocaterra*. Embajador de Venezuela.”

“Uma visão do passado, de um passado que nos orgulha, pela inteligência e grandeza, é o que nos oferece o Museu Imperial. Conservá-lo e ampliá-lo, é obra de cultura e meritório serviço à nação. (ass.) *Samuel Duarte*. Presidente da Câmara dos Deputados”.

“We have very much admired this wonderful Museum, a real jewel and a priceless relic of a wonderful past. It redounds to the glory of Brazil that is has been thought admirable to preserve so marvelous a relic. (ass.) *Eugene K. Scallan*. Minister of the Union of South Africa.”

“Guardar culto al pasado es asegurarse un porvenir glorioso. El Brazil sabiamente sabe dar-nos este alto ejemplo. (ass.) *El conde de Casa Roja*. Embajador de España.”

“It has been the greatest pleasure to visit this beautiful spot and important Museum, and with many thanks for all the courtesies

shown. (ass.) *James Bruce*. Embaixador dos Estados Unidos no Uruguai.”

“Visitando este magnífico Museu Imperial, nos afirmamos mas en la convicción, de que en el Imperio, ó en la República, este grande País hermano, tiene el pasado permanente de su grandeza en los valores maravillosos de su pueblo y de su espirito. (ass.) *G. B. Eccher*. Embajador del Uruguay.”

“Acabo de assistir, encantada e evocativamente, à maravilhosa ressurreição da era imperial do Brasil. Bendito seja, pelas gerações vindouras, essa obra de respeito a um passado, que não nos envergonha, antes enaltece o gosto, a civilização e a cultura da nossa gente antiga. (ass.) *Heitor Beltrão*.”

11. Obras

Tendo este Museu planejado a realização de obras novas, e obtida a aprovação de vossa excelência, foi votada pelo Congresso Nacional verba correspondente à primeira cota das despesas necessárias. Trata-se da construção de um imóvel, em área adequada existente no parque deste museu, e destinada a auditório, biblioteca, arquivo, discoteca, secretaria e sala de conservadores.

O projeto da obra foi realizado pela diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

São estas, senhor ministro, as principais ocorrências havidas neste Museu, durante o ano de 1948.

Aproveito a oportunidade para apresentar a vossa excelência os protestos da minha alta estima e elevada consideração.

Alcindo Sodré.

Diretor